



COLEÇÃO CULT

Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina

Lia Calabre, Renata Rocha &
Antonio Albino Canelas Rubim (Orgs.)



EDUFBA

Mondiacult 40 anos depois:
impactos e desdobramentos
nas políticas culturais
na América Latina



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

João Carlos Salles Pires da Silva

VICE-REITOR

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Susane Santos Barros

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



CULT — CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

COORDENAÇÃO

Renata Rocha

VICE-COORDENAÇÃO

Natália Coimbra

COMISSÃO EDITORIAL

DA COLEÇÃO CULT

Adriano Sampaio (UFBA)

Alexandre Barbalho (UECE)

Antonio Albino Canelas Rubim (UFBA)

Carlos Yanez Canal (Universidade
Nacional da Colômbia – Manizales)

Gisele Nussbaumer (UFBA)

Isaura Botelho (SESC-SP)

José Roberto Severino (UFBA)

Laura Bezerra (UFRB)

Leandro Colling (UFBA)

Lia Calabre (FCRB – RJ)

Linda Rubim (UFBA)

Liv Sovik (UFRJ)

Mariella Pitombo Vieira (UFRB)

Marta Elena Bravo (Universidade
Nacional da Colômbia – Medellín)

Paulo Miguez (UFBA)

Renata Rocha (UFBA)

Renato Ortiz (UNICAMP)

Rubens Bayardo (Universidade de
Buenos Aires - Universidade San Martin)

Urbano Sidoncha (Universidade da Beira
Interior)

Úrsula Rucker (Universidade de
Avellaneda)

COORDENADOR DA

COMISSÃO EDITORIAL

Antonio Albino Canelas Rubim

COLEÇÃO CULT

Mondiacult 40 anos depois:
impactos e desdobramentos
nas políticas culturais
na América Latina

Lia Calabre

Renata Rocha

Antonio Albino Canelas Rubim

(Organizadores)

EDUFBA

SALVADOR, 2022

2022, autores.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Susane Santos Barros

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Edson Sales

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO: Gabriela Nascimento

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL: Gabriel Cayres

FOTO DA CAPA: Janira Borja

REVISÃO: Equipe da Edefba

NORMALIZAÇÃO: Máira de Souza Lima

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

M741 Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina / Lia Calabre, Renata Rocha, Antonio Albino Canelas Rubim (Organizadores). - Salvador: EDUFBA, 2022.
268p. (Cult).

Textos em português e espanhol.

ISBN: 978-65-5630-356-7

1. Cultura – América Latina - História. 2. Política cultural – América Latina. 3. Cultura – América Latina - Congressos. 4. Multiculturalismo. 5. Unesco. I. Calabre, Lia. II. Rocha, Renata. III. Rubim, Antonio Albino Canelas. IV. Título: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina.

CDU – 316.734

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

EDITORA FILIADA À:



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina,
Salvador – Bahia CEP: 40170 115 / Tel: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br / edufba@ufba.br

SUMÁRIO

7

Apresentação

Políticas culturais e desenvolvimento na América Latina:
quatro décadas de conquistas e retrocessos

Lia Calabre e Renata Rocha

15

Prefácio

Breves palavras acerca dos 40 anos da Mondiacult

Antonio Albino Canelas Rubim

27

La noción de cultura en la Unesco. Problemas y posibilidades

Eduardo Nivón Bolán

51

Lo universal no puede postularse en abstracto por ninguna cultura
en particular: Mondiacult o los vaivenes de un proceso de
larga duración

Hugo Achugar

71

Qual o papel da cultura num mundo em mutação? Legados e desafios
da Mondiacult 40 anos depois

Mariella Pitombo

93

Mondiacult: Referências, políticas e atualidades para a promoção da
diversidade

José Márcio Barros,

Gisele Dupin e José de Oliveira Junior

119

Mondiacult a 40 años vista: el estado de la cultura

Monica Guariglio

137

Digitalização, plataformização, diversidade e difusão cultural:
a circulação de bens e serviços culturais 40 anos
depois da Mondiacult

Daniele Canedo

159

Mondiacult 2022: un aporte desde los confines

Emiliano Fuentes Firmani

181

Políticas culturales en América Latina entre
Mondiacult 1982 y Mondiacult 2022

Rubens Bayardo

207

Mondiacult 40 años después: transformación y cambio
de paradigmas en las políticas culturales en Chile

Loreto Bravo e Tomás Peters

237

Mondiacult +40: políticas culturais e desenvolvimento
em época(s) de crise

*Renata Rocha, Paulo Miguez, Leonardo Costa
e Lia Calabre*

Apresentação

Políticas culturais e desenvolvimento na América Latina: quatro décadas de conquistas e retrocessos

*Lia Calabre**

*Renata Rocha***

A partir da segunda metade do século XX, a Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) assumiu um relevante papel na disseminação dos debates e reflexões sobre as políticas culturais. A incidência da organização no cenário político e cultural, em especial na América Latina, possui como um dos pontos de culminância a Conferência Mundial sobre as Políticas

* Professora do Programa de Pós-Graduação Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e da Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (UFF). Pesquisadora do Laboratório de Ações Culturais (LABAC) da UFF e do do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia (CULT/UFBA). *E-mail:* liacalabre@gmail.com.

** Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA). Coordenadora do CULT/UFBA. Pesquisadora do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). *E-mail:* renatatrocha@ufba.br.

Culturais – Mondiacult (Cidade do México, 1982). O evento consistiu em uma das mais importantes conferências em torno da cultura e, mais especificamente, das políticas culturais promovidas pela Unesco e contou com a participação substantiva de seus estados membros. O processo preparatório da Mondiacult foi longo e envolveu várias conferências intergovernamentais regionais, estudos e publicações encomendados pela Unesco ao fim da década de 1960 e ao longo da década de 1970.

Nesses 40 anos que nos separam da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, tivemos uma década dedicada às questões da cultura e o desenvolvimento, a aprovação da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial* e da *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, todas iniciativas capitaneadas pela Unesco com o apoio e o amplo envolvimento dos países membros.

A construção de políticas culturais no Brasil e na América Latina, caminhou em diferentes compassos ao longo desses 40 anos, mas é inegável o diálogo com os princípios e recomendações adotadas no Mondiacult. Tomando como ponto de partida a realização de uma nova edição da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, Mondiacult 2022, no México entre 28 e 30 de setembro de 2022, formulamos as seguintes perguntas, compartilhadas com os autores de cada um dos textos, ora apresentados: a) Como essas pautas foram incorporadas em nosso continente? b) Que alterações ou redirecionamentos foram ocorrendo desde então? c) Sob quais bases vêm sendo construídos os novos documentos do campo? Essas são algumas das questões discutidas no presente volume. Adicionalmente, buscamos também refletir sobre a incorporação das novas pautas políticas em sua relação com a cultura como a questão do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, da cultura digital e dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que devem estar no centro das discussões da realização de uma nova Mondiacult, 40 anos depois.

Os capítulos que compõem este livro nos permitirão, mais do que responder a tais questões, ampliá-las. Especialistas de diferentes países e cam-

pos de conhecimento nos apresentam desde reflexões teóricas abrangentes sobre os conceitos e noções aplicados ao campo das políticas culturais presentes em documentos da Unesco – em especial nas recomendações da Mondiacult –, a estudos dos desdobramentos destas recomendações nas políticas e ações, territoriais e setoriais, no campo da cultura.

O artigo de Eduardo Nivón Bolán, intitulado “La noción de cultura en la Unesco. Problemas y posibilidades”, trata do conceito de cultura discutido pela Unesco nas décadas de 1970 e 1980, partindo do pressuposto de que a forma como a noção de cultura é compreendida gera consequências teóricas e práticas que se refletem nas políticas culturais. Para o autor, o conceito de cultura, proposto na Declaração final da Mondiacult, em 1982, tanto impõe algumas dificuldades para o seu uso, especialmente devido a externalidade que supõe a extrema confiança em seus efeitos positivos tanto no campo do conhecimento como no da moral; quanto, responde ao desafio de promover a convivência e as responsabilidades dos Estados no campo da cultura.

Em “Lo universal no puede postularse en abstracto por ninguna cultura en particular: Mondiacult o los vaivenes de un proceso de larga duración”, Hugo Achugar nos alerta sobre a importância histórica da leitura da *Declaração da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* 40 anos depois de sua escritura. Tal afirmativa é baseada na constatação de uma série de permanências e adequação ao momento em que vivemos. Por sua vez, para afirmar que “O universal não pode ser postulado em abstrato por nenhuma cultura em particular” necessário se faz um compromisso maior do que o alcançado até agora. A universalidade é um horizonte que, há séculos, tem sido manipulável – e as políticas culturais não podem ser construídas ou propostas sem questionar sua validade. O autor ressalta que, em um cenário pós-covid, ainda que endêmico e de desenvolvimento tecnológico com avanços em campos como o da inteligência artificial, o cuidado com o meio ambiente, ignorado por alguns e defendido por outros, é central para o futuro da sociedade e das muitas expressões e práticas culturais em nossos países.

Mariella Pitombo, por sua vez, nos apresenta a reflexão: “Qual o papel da cultura num mundo em mutação? Legados e desafios da Mondiacult 40 anos depois”. Segundo a autora, as conferências internacionais, como a Mondiacult, consistem em uma arena privilegiada na qual se debatem, classificam e hierarquizam valores, ideias e princípios que dão substrato a documentos que orientam as políticas culturais em escala internacional. Sob tal perspectiva, analisar o legado da Mondiacult e perscrutar uma possível agenda para cultura em um momento de intensa crise global foram os propósitos que guiaram o ensaio.

“Mondiacult: referências, políticas e atualidades para a promoção da diversidade”, artigo de José Márcio Barros, Gisele Dupin e José de Oliveira Junior, tem como um de seus pressupostos a necessidade de inserção do campo cultural no debate sobre a defesa do direito dos povos a seus territórios, essenciais para a plena expressão de suas culturas. Neste sentido, é essencial que a Mondiacult 2022 promova a retomada de uma visão mais ampliada da diversidade cultural, de modo que as políticas de cultura incluam a proteção e promoção dos modos de vida, saberes e tecnologias tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Embora a Unesco tenha elegido apenas parte dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para a reflexão sobre cultura e desenvolvimento, a Conferência terá um vasto leque de opções de caminhos e abordagens para o debate sobre como fortalecer a cultura e a diversidade cultural e aprofundar a compreensão da comunidade mundial sobre as contribuições do campo cultural para o alcance de todos os objetivos assinalados.

Já Monica Guariglio autora de “Mondiacult a 40 años vista: el estado de la cultura”, reflete sobre as relações entre o evento histórico da primeira Mondiacult, seus debates políticos, seu impacto nas políticas culturais e os vínculos desse processo com as prioridades da agenda cultural mundial contemporânea. A autora enfatiza a força política da convocação de uma nova Conferência, 40 anos depois, levando em con-

ta o novo cenário mundial configurado pela pandemia do covid-19, com impactos negativos no setor cultural, em um presente marcado pela desigualdade, pela exclusão de grandes setores sociais, por extravagantes processos de concentração de riqueza, entre outras mazelas contemporâneas. Para tanto, o capítulo recupera os eixos programáticos da experiência de 1982, discute os direitos culturais como política de Estado e examina a viabilização da proposta de Cultura do Bem Público Global, iniciativa da Unesco na chamada 2022.

Em “Digitalização, plataformização, diversidade e difusão cultural: a circulação de bens e serviços culturais 40 anos depois da Mondiacult”, Daniele Canedo analisa os possíveis efeitos da aceleração da digitalização e da plataformização da produção artístico-cultural. O artigo se debruça sobre os desequilíbrios na circulação de bens e serviços culturais em documentos como o *Relatório McBride* e a *Convenção da Diversidade Cultural*. Após diferenciar plataformização, de digitalização, a autora debate os reflexos de tais processos no campo das artes, da cultura e da economia criativa, enfatizando o atual cenário de digitalização não-planejada da cultura, impulsionado pela pandemia da covid-19.

Em “Mondiacult 2022. Uma contribuição dos confins”, Emiliano Fuentes Firmani procura oferecer ao leitor um olhar sobre os limites da oportunidade representada pela convocação de uma nova cúpula mundial da cultura 40 anos após a primeira Mondiacult. O autor enfatiza a participação particular da América Latina durante as duas semanas que durou a conferência, em 1982, a exemplo da expressiva representação de ditaduras militares que governaram grande parte dos países América do Sul, em um cenário global dominado pela Guerra Fria. Apesar disso, a Declaração do México mostra um nível de produção e progresso com resultados importantes para a promoção de políticas culturais. Hoje, porém, a região apresenta outra realidade, experiência e memória, de modo que os valores de uma “escola latino-americana” de políticas culturais podem contribuir de forma substantiva para as discussões nas quais a comunidade, a cidadania e a democracia cultural

podem ter lugar e ajudar no necessário processo de descolonização que a Unesco precisa.

“Políticas culturales en America Latina entre Mondiacult 1982 y Mondiacult 2022” é o texto de autoria de Rubens Bayardo. Segundo o autor, a Mondiacult 2022 é um evento significativo, daqueles que continuam buscando colocar a cultura no mapa e na agenda de todas as políticas públicas. Trata-se de uma oportunidade, portanto, “boa para pensar” sobre o que o Mondiacult 1982 trouxe para as políticas culturais e o que vem acontecendo nesse quadro histórico muito diferente do atual. Partindo dessa premissa, o autor revisita os temas da cultura, das políticas culturais, do desenvolvimento e da criatividade, em uma perspectiva latino-americana, a partir da Argentina, e enquadrando-os nas transformações do presente.

Loreto Bravo e Tomás Peters, em “Mondiacult 40 años después: transformación y cambio de paradigmas en las políticas culturales en Chile”, descrevem e analisam as mudanças e redirecionamentos ocorridos no país em termos de política cultural desde a primeira Mondiacult. Ao revisitar a trajetória das políticas culturais chilenas e o seu processo de institucionalização cultural até a definição, em 2018, do Ministério de Culturas, Artes e Patrimônio do Chile, os autores expõem como as sugestões, convenções e propostas emitidas pela Mondiacult 1982 – e atualizadas durante esses anos pela Unesco – foram introduzidas nesses órgãos públicos no país. O artigo explora, ainda, as consequências e os processos em curso que a “dupla crise” do surto/revolta social e da pandemia no Chile produziu no campo cultural chileno; a crise política de outubro de 2019 e o processo Constitucional em curso; a inscrição e implantação do paradigma da democracia cultural nas atuais políticas culturais; e por fim, os desafios e debates suscitados pela nova versão do Mondiacult.

Encerrando o volume, o capítulo “Mondiacult +40: políticas culturais e desenvolvimento em época(s) de crise”, de Renata Rocha, Paulo Miguez, Leonardo Costa e Lia Calabre, recupera o modo como a Unesco

vem abordando as relações entre desenvolvimento e políticas culturais e alguns de seus possíveis rebatimentos no contexto brasileiro. Homenageando o economista Celso Furtado, os autores se debruçam sobre as semelhanças entre processos que permeiam as crises enfrentadas atualmente e na década de 1980, indicando o longo caminho por percorrer para que o crescimento econômico tenha como consequência um desenvolvimento cultural efetivo. Diante dos imensos desafios para o setor, o texto busca, mais que responder, mobilizar questionamentos, aos quais muitos outros, certamente, se somarão.

Por fim, cabe mencionar que a inspiração inicial para a realização do presente volume foi a convocatória da “Consulta Regional América Latina y el Caribe: Hacia Mondiacult 2022” ocorrida em fevereiro, de maneira virtual, que trazia em sua pauta de discussões a cultura da paz, a diversidade como maior riqueza humana, o patrimônio cultural como bem da humanidade e a defesa e o exercício dos direitos culturais e da liberdade criativa. O chamado nos instigou a revisitar as conquistas e os retrocessos vivenciados, em termos da construção das políticas culturais por muitos dos países da América Latina. O desejo é de que o aprendizado acumulado pelas múltiplas experiências, somado às novas discussões que se avizinham, contribua para consolidar, em nossos países, renovados processos de construção de políticas culturais democráticas, participativas, que contribuam para o desenvolvimento humano e sustentável.

Prefácio

Breves palavras acerca dos 40 anos da Mondiacult

*Antonio Albino Canelas Rubim**

*[...] em tempos de crise, tempos de definição, a ambigüidade
pode se assemelhar demasiadamente à mentira.*

Eduardo Galeano. (1977, p. 17, tradução nossa)**

Revisitar, em 2022, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult) coloca em cena, de imediato, o tema da temporalidade. A marca histórica de 40 anos talvez seja breve quando se pensa na

* Pesquisador sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da UFBA.
E-mail: rubim@ufba.br

** Do original: “[...] *en tiempos de crisis, tiempos de definición, la ambigüedad puede parecerse demasiado a la mentira*”.

trajetória da humanidade e da sociedade, mas se configura como tempo significativo ao se mirar o itinerário das políticas culturais, mesmo no mundo. As políticas culturais têm vida recente no contexto da história humana. Diferente da idosa, complexa e problemática relação entre o poder e a cultura, que nos habita há milhares de anos, as políticas culturais, enquanto conexões singulares entre política e cultura, ainda vivem uma fase que se pode nomear de juvenil.

Elas nascem, conforme diferentes autores, nos meados do século XX. Por óbvio, que essa datação não deixa de ser polêmica, como aliás quase todas as periodizações históricas. Não resta dúvida que anteriormente existiam as políticas de áreas culturais específicas, em especial, aquelas voltadas para o patrimônio, olhar primordial assumido em quase todos os lugares do mundo com grande atenção. Preservar e mostrar o patrimônio cultural, herança da passagem dos povos e nações pelo planeta terra, sempre perpassada de altos e baixos, de obras criativas e destrutivas, apareceu como instante inicial de tratamento do enlace político-cultural. Tais políticas especializadas em campos específicos da cultura ainda não podem ser chamadas, de maneira rigorosa, de políticas culturais. Antes, são políticas de patrimônio, de museus, de artes e de outras manifestações simbólicas. As políticas culturais, em plenitude, requerem o nascimento e a consolidação de uma noção de cultura, que acolha, de modo reconhecido socialmente: artes, patrimônios e outras modalidades simbólicas. A ideia de cultura, para além de suas áreas específicas, emerge como requisito vital para se falar em políticas culturais. Ela nasce com a modernidade, o desencantamento do mundo e a autonomização-distinção laico-moderna dos campos da política, da religião e da cultura, antes subtraídos pela poderosa gravitação da religião, que dominou o imaginário das sociedades pré-modernas.

Outro pressuposto surge como imprescindível para adentrarmos ao mundo das políticas culturais. A antiga relação entre poder e cultura deve ser transformada de modo radical. O poder cada vez mais passa a ser tecido pela política e a cultura assume o caráter geral antes anotado.

Agora não mais o poder, inclusive político, instrumentaliza a cultura com expressas finalidades de luta, conquista e/ou manutenção do poder político. A milenar relação de subsunção da cultura ao poder, deve ser transmutada. Em lugar, da utilização da cultura com finalidades primordialmente políticas, inaugura-se uma nova circunstância histórica, na qual a política deixa de ser objetivo final e passa a ser meio, instrumento relevante, para o desenvolvimento da cultura. Tal inversão, fundamental e radical, baliza a invenção das políticas culturais.

A sutileza exigida pela situação não pode ser esquecida. Nada de uma fictícia distinção absoluta, em preto e branco, entre a circunstância milenar da cultura subsumida ao poder e a inauguração da nova conexão entre cultura e política, que possibilita florescer as políticas culturais. Entre os polos extremos, convivem inúmeros enlaces intrincados e possíveis da cultura como a política. Isso significa que a cultura pode ter dinâmica e se desenvolver mesmo em instantes de subordinação às lógicas estranhas a sua natureza, como aquelas do poder político e mesmo religioso. A dominação do poder político e/ou religioso não vetou historicamente o desenvolvimento da cultura. Ela o dificultou por meio de constrangimentos da liberdade de criação e de expressão, intrínsecos aos atos de subordinação e opressão. Cabe lembrar, por exemplo, que a manutenção de artistas por religiões, estados e membros das classes dominantes implicava na aceitação de normas e valores morais e estéticos, diversas vezes formalizadas em documentos, que deveriam ser estritamente obedecidos e que inibiam a criatividade e a imaginação.

As ligeiras observações iniciais traçadas servem para afirmar a idade recente das políticas culturais, algo em torno de uns 70 anos, e principalmente para anotar que a celebração dos 40 anos da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult) é motivo de júbilo, independente das avaliações que possamos ter sobre sua eficácia, repercussões e desdobramentos. Notável falar em 40 anos de um fenômeno histórico que perfaz 70 anos. Notável lembrar que a Mondiacult acontece poucos anos depois – por volta de 30 anos para ser mais preciso

– da aparição rigorosa das políticas culturais. A Mondiacult se instala nos instantes iniciais das políticas culturais no mundo. Tal constatação não pode ser olvidada. A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais assombra por seu longo tempo de existência e por sua realização nos primórdios das políticas culturais.

Fascina igualmente pelo seu pretendido caráter mundial, para uma dinâmica quase em seu nascedouro, inscrito em um contexto internacional de surgimento de muitas nações independentes, em especial na África e na Ásia. A interlocução entre a emergência do tema das políticas culturais, das novas independências nacionais e da busca de afirmação das identidades culturais, com sua presença marcante na Mondiacult, não parece possível de ser desleixada. O empenho para dar à conferência um caráter mundial se expressa não só na nitidez de sua designação, mas especialmente no processo anterior desenrolado, que conjugou a realização de debates pelo mundo e conferências realizadas em Helsinque (1972), Yogyakarta (1973), Accra (1975) e Bogotá (1978). Seu momento culminante ocorreu na cidade do México, em 1982, nos 40 anos, que agora se comemora, O espanto se torna ainda maior: trata-se do agendamento de um tema inaugural e nascente em um patamar, desde logo, mundial.

Temporalidade e espacialidade emergem como dimensões fulgurantes em observações posteriores a serem realizadas. Sua estrita conjunção busca potencializar a disseminação e expansão da temática da cultura e das políticas culturais. A nitidez da intenção parece não deixar dúvidas. O rápido e alargado agendamento internacional do tema das políticas culturais é objetivo intencional da Mondiacult e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Tal dado não deve ser esquecido nos 40 anos da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, qualquer que seja a avaliação de sua efetividade, repercussões e desdobramentos. O intento, traz imanente, uma atitude carregada de sentidos, que, considerados, ajudam a entender sua complexidade, acertos, erros e dificuldades de sua realização e de seus desdobramentos.

Não se pretende, neste texto preliminar, desenvolver a avaliação criteriosa da Mondiacult, tema precípua do projeto editorial e dos artigos deste livro. Trata-se apenas de pontuar algumas inquietações, impressões e questões, que buscam colaborar na elucidação do projeto editorial de se debruçar sobre os 40 anos de um acontecimento político-cultural, que, com seus altos e baixos, acertos e erros, marca o âmbito dos estudos e políticas culturais em todo mundo. Tal projeto editorial de revisitar a Mondiacult, por si mesmo, reconhece seu significado, ainda que isto não implique, sem mais, em uma avaliação laudatória ou mais rigorosa e pormenorizada de seus impactos em termos gerais ou em termos de áreas específicas. O livro faz este esforço de abordagem delicada a partir de autores especialistas convidados. Seu objetivo é exatamente analisar e desenvolver aspectos e dimensões do Mondiacult e de suas repercussões sobre a posterior época político-cultural, em que vivemos ou sobrevivemos.

Mesmo sem adentrar no âmbito dos rigores e detalhamentos, algumas questões saltam do universo simbólico da Mondiacult e se impõem mesmo a essa breve reflexão preliminar. As revisões das concepções acerca da cultura e das políticas culturais aparecem como dados evidentes nessa perspectiva. Como esquecer a hoje famosa redefinição alargada da cultura, devedora da visão antropológica, que tanto se espalhou mundo afora, não sem muitos acertos, enganos, criatividade, subterfúgios e tensões? Ela, de maneira paulatina ou rápida, se impôs quase consensualmente nas narrativas de organizações internacionais, nações, instituições, coletivos e agentes culturais, ainda que seja pertinente e prudente duvidar de sua plena realização, dada a amplitude e complexidade da nova delimitação da cultura; as dificuldades de sua implementação; as visões hegemônicas vigentes de cultura, atravessadas por olhares classistas e elitistas; os interesses político-ideológicos em jogo, inclusive de corporações artístico-patrimoniais-culturais e outras variáveis a depender de conjunturas histórico-sociais específicas.

De qualquer modo, com esses e outros limites, a noção ampliada de cultura, anunciada e redefinida na Mondiacult, povoa muitíssimos agen-

tes, territórios, instituições, nações e organizações, ainda que, necessário insistir, inúmeras políticas não consigam ou desejem efetivamente incorporar e traduzir a concepção alargada de cultura. Mas não sejamos ingênuos, apesar das ponderações acima, a noção ampliada de cultura se impõe como balizador no mundo, ou em diversas regiões do mundo, das políticas culturais. Tal disseminação, narrativa ou não, não pode ser menosprezada, mesmo que existam desvios, deslizos e mistérios habitando tais espaços e tempos de sua implementação mundo afora. A reconfiguração da noção de cultura e o agendamento, espacial e temporal, das políticas culturais se desdobraram como projetos magnos da Mondiacult.

Cabe perguntar se o retrocesso vivido no mundo e na Unesco nos neoliberais anos 1980, com Margaret Thatcher e Ronald Reagan como mandatários da imposição imperial, apagaram ou nublaram os intentos referentes à cultura e às políticas culturais. Autores apontaram a crise das políticas culturais imposta pela imposição do neoliberalismo, em particular, nos anos 80 e 90 do século XX. A retomada das políticas culturais na nova e delicada conjuntura não tem sido nada fácil. Tal atitude de contínuos avanços e recuos orienta a avaliação do Mondiacult. Como esquecer a retomada, importante e claudicante, das políticas culturais nos relevantes documentos dos anos 2000 como a declaração e a convenção relativas à diversidade cultural? Neles parece necessário, 20 anos depois, asseverar que “cada Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando-se dos meios de ação que julgue mais adequados [...]” (UNESCO, 2001, p. 04) e reconhecer “[...] o direito soberano das Partes formularem e implementarem suas políticas culturais”. (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 2005, p. 23) O peso dos traumáticos anos neoliberais deixa sua marca, a ferro e fogo, nas tentativas de investimento da Unesco no campo das políticas culturais.

O mundo das organizações multilaterais se compõe de múltiplas contradições e tensões. Essas entidades, historicamente recentes, con-

figuram campos de força e de disputas intensas em horizonte internacional e global. Dentre seus inúmeros embates, pode-se destacar os que mobilizam a busca do mundo necessário, melhor e por vezes utópico, dos mais felizes desejos da humanidade, e a atroz imposição dos países poderosos, que buscam engendrar e dobrar os variados organismos multilaterais aos seus interesses imperiais. Enganam-se aqueles que imaginam um mundo global sem a atuação (potente) das nações, em especial as poderosas. A generosidade e as visões utópicas esbarram no mundo das contradições, interesses e tensões, provenientes de nações, especialmente as potências, que interditam e dificultam grandes sonhos sonhados. Não parece possível avaliar a Mondiacult fora da conjuntura global, de seu espaço/tempo, e do contexto das organizações multilaterais. As vicissitudes das dinâmicas dos organismos multilaterais expressam, em profundo, suas atitudes e atuações. A Mondiacult não está fora do jogo (de poder) do mundo.

O exemplo da promessa/tentativa da Unesco de imaginar a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) nessa perspectiva é emblemático e constrangedor. A generosa e fundamental ideia de rever/reverter o intensamente desigual fluxo mundial da informação e da comunicação, imprescindível para a efetiva democracia em termos internacionais, quando informação e comunicação se tornam fatores imensos de poder, acolhida para o debate pela Unesco, foi varrida da organização e de sua agenda de discussões e deliberações, destruída pela atuação brutal e deliberada dos países que detêm os impérios da informação e da comunicação no mundo. O impacto de tal atitude sobre as políticas culturais, por óbvio, apresenta-se como gigantesco. O exemplo de bloqueio e de retrocesso da imaginação e do debate sobre tema crucial para o mundo e a democracia na atualidade é contundente e assustador.

Assim, a avaliação efetiva de programas e projetos de organizações multilaterais habita, inevitável, o mundo das intensas contradições e tensões entre as generosas intenções de muitos dos envolvidos, sejam pessoas e/ou países, que buscam tecer um mundo menos desigual, mais

democrático, justo e plural, e os gigantescos interesses mobilizados à serviço das grandes potências dominantes, que tentam capturar a cada instante tais organizações e fazê-las meras e deslavadas correias de transmissão de suas aspirações imperialistas, com riscos evidentes e enormes para a conformação mais democrática das organizações multilaterais e do mundo contemporâneo. No contexto das contradições e tensões permanentes é que se pode avaliar a realização da Mondiacult, alvissareiro evento para agendar e alavancar as políticas culturais no mundo.

Uma temática parece emergir em tal ambiente. O tema da democracia no mundo atual. Inquietante em muitos países e regiões do globo, a democracia tem sido questionada por não realizar suas promessas de atender os interesses das populações, devido aos bloqueios constantes dos dominantes, que corroem a democracia por meio do uso de expedientes econômicos, burocráticos, religiosos e ideológicos; bem como por problemas causados pela não realização satisfatória da representação; pelo déficit acentuado de participação, próprio da democracia em sua versão puramente representativa; pela imaturidade, ainda existente, dos mecanismos de democracia participativa, por sua recente experimentação histórica; enfim, pela crise da política que, engendrada na modernidade em torno da presença ao vivo e da disputa em palácios, parlamentos e ruas, precisa se adaptar de modo acelerado às novas condições de luta política na contemporaneidade. Na sociabilidade contemporânea, a atuação continuada, combinada e desigual na esfera política ocorre obrigatoriamente tanto em espaços geográficos, quanto em espaços virtuais. Tal conjunção configura o modo singular da sociabilidade contemporânea, especialmente planetária e em tempo real. Sociabilidade nunca antes experimentada pela humanidade. A adequação da política ao modo de existir contemporâneo parece que não tem sido fácil. Equacionar bem política, democracia e contemporaneidade se apresenta hoje como desafio crucial.

O tema da democracia na atualidade evoca outra discrepância a ser enfrentada. O longo, complexo e contraditório processo de construção

da democracia no mundo aconteceu primordialmente em circunstâncias circunscritas ao estado-nação. Foram nos espaços nacionais que as classes exploradas e os setores oprimidos, por meio de intensas e de sangrentas lutas, conquistaram o que nós chamados de democracia, apesar de todos os seus percalços e sequestros. A democracia é produto de lutas históricas dos explorados e oprimidos na busca de conter a exploração e a opressão imanentes às sociedades de classe. Elas, até recentemente, foram travadas dentro dos espaços nacionais ou quando muito em torno do embate entre nações. Com as instâncias de governança global, a exemplo dos organismos multilaterais, emerge, como questão de suma importância para a democracia no mundo atual, a capacidade humana coletiva de construir e desenvolver instrumentos democráticos no patamar dos organismos globais, para além do âmbito das nações. A temática nada tem de simples. Ela detém imensa complexidade. Como tecer a democracia em um horizonte para além dos estados-nação, seu lócus de origem. Os experimentos hoje existentes demonstram cabalmente a complexidade e as dificuldades de tal desafio.

Voltando ao mundo da cultura, apesar da circunstância político-institucional que envolve as organizações multilaterais e seus intentos, as dificuldades não conseguiram interditar de todo sua atuação. Suas trajetórias, em diversas circunstâncias, tiveram verdadeiros abalos sísmicos, mas conseguiram sobreviver, mesmo com sequelas muitas vezes graves. O debate sobre a diversidade cultural parece ser uma mostra disto, sem recair aqui em nenhuma ilusão de situação alvissareira, sem mais. Para o bem e/ou para o mal, a ideia de diversidade cultural tão acolhida e fomentada na Unesco, nos anos 2000, ainda que em múltiplas e diferenciadas perspectivas, se disseminou no mundo ou melhor em algumas partes dele de maneira contundente.

Nesse âmbito, a versão latino-americana da diversidade cultural, talvez seja uma das mais adequadas e ricas. Ela se conformou, quase sempre, como combinação, dispare e desigual, de culturas oriundas de origens distintas, em situações disformes, marcada a ferro e fogo, por

correlações discrepantes de forças e poderes, derivadas das experiências traumáticas da colonização e da escravidão, com suas inerentes violências, opressões, desigualdades e privilégios. Apesar das diferenças das situações das culturas, os seus traços ancestrais, étnicos e comunitários potentes, fizeram que seus agentes, em patamares coletivos e individuais, assumissem suas culturas, seus lugares político-culturais e lutassem pelo seu reconhecimento no âmbito de seus países, quando não em esfera internacional. Nada estranho encontrar e dialogar com afirmações anunciando como valor a diversidade cultural de uma comunidade, cidade, município, território, nação. Em suma, para além das interpretações diversas da diversidade, em territórios do mundo, ela se impôs como valor a ser considerado na cultura e nas políticas culturais.

Nos 40 anos de vitórias e derrotas, desde a *Mondiacult*, da identidade e da diversidade culturais, a Unesco conseguiu de algum modo, nem sempre melhor, nem sempre pior, pautar o debate internacional sobre a cultura e as políticas culturais. Pautar não deve significar aqui realizar em efetividade. Conhecidas são, para todos os seres coletivos ou individuais, os descompassos entre a efetividade das políticas culturais e os documentos, muitas vezes carregados de belas escrituras e dos melhores desejos, mesmo que em luta e perpassados pelas contradições e tensões assinaladas. Tais desalinhos introduzem outra questão crucial para as avaliações: a tradução dos textos em práticas. Algo similar ao desafio imanente de traduzir políticas em ações. A questão parece impactante para os processos avaliativos. Ler e reler criticamente documentos das conferências e encontros internacionais não basta. Eles são, muitas vezes, belos e inspiradores, quando não subtraídos pelas tensões de seu processo de elaboração, sempre demorados e extensos. Mas por mais instigantes que possam ser suas linhas e diretrizes, o que nem sempre ocorre, eles pretendem orientar atuações dos entes em suas áreas específicas. Avaliar é reler criteriosamente documentos e analisar a capacidade demonstrada de sua tradução em práticas coerentes com o que o texto preconiza ou,

para além disso, seu estímulo à imaginação de novas práticas, que transcendam as limitações do próprio texto documental.

Decorridos 40 anos podemos e devemos avaliar a Mondiacult, em todos seus avanços e percalços. O mundo vivenciado/marcado pela pandemia, pelas crescentes desigualdades fomentadas pelo neoliberalismo; pelas opressões reiteradas por autoritarismos e fascismos alastrados; pelas restrições à pluralidade política e à diversidade cultural; pelos desastres ambientais; pela disseminação do ódio e pelas guerras, algumas silenciadas/esquecidas e outras onipresentes: se apresenta como gigantesco desafio para a humanidade. Nele, a cultura, em sua versão democrática, emerge como elemento vital para o embate contra a barbárie, que perpassa a contemporaneidade e ameaça nossos desafios de construção de um mundo melhor. Na conjuntura em que vivemos, a pandemia ainda não equacionada de maneira satisfatória, pela deformidade de tratamento dos países; a irrupção de conflitos e guerras, que expõem o risco de falência dos ordenamentos e das instituições multilaterais, e o ódio disseminado, cabe insistir e reiterar: a cultura democrática adquire urgência para enfrentar e barrar a barbárie que nos ameaça.

Referências

- CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, Paris, out. 2005.
- GALEANO, E. Defensa de la palabra. Literatura y sociedad en América Latina. *Nueva sociedad*, v. 33, p. 17-24, 1977.
- UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Paris: UNESCO, 2001.

La noción de cultura en la Unesco. Problemas y posibilidades

*Eduardo Nivón Bolán**

Sostiene Teixeira Coelho (2009, p. 242) que el concepto de política cultural se presenta con frecuencia bajo una forma altamente ideologizada y esto tiene su origen, sin duda, en la forma como entendemos la cultura. Si, como expone Christopher Domínguez (2020), Matthew Arnold es un precursor notable del debate sobre las políticas culturales, esto se debe a su misma idea de cultura como búsqueda de la perfección, como el proceso de convertirse en algo, más que en tener algo. (ARNOLD, 2001, p. 15) En efecto, ante el permanente riesgo

* Profesor-investigador en el Departamento de Antropología de la Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa (UAM-I). Coordina la Especialización y Diplomado en Políticas Culturales y Gestión Cultural en la UAM-I. Consultor de la Unesco para distintos proyectos. *E-mail:* nivon@xanum.uam.mx

de desatarse la anarquía o barbarie, Arnold ve indispensable la acción pública. “La cultura sugiere la idea de Estado” (ARNOLD, 2001, p. 32, traducción nuestra), nos dice. Ochenta años después, en las primeras discusiones sobre las tareas de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco), André Malraux a punto de iniciar su trascendente andadura de veinte años en la política cultural francesa y en los organismos internacionales reflexionaba sobre la cultura luego del desastre europeo. Reconociendo las diferencias nacionales que podían explicar lo que sucedía al interior de cada nación, Malraux se preguntaba por la comunicación de la cultura entre naciones y sostuvo que aunque pueda ser amplia la cantidad de los elementos de una cultura que lleguen a intercambiarse, son en realidad unos pocos del amplio universo de las creaciones culturales de cada pueblo, pero no cualesquiera, sino los más relevantes: hay que separar, decía, el problema específico de lo que es la forma, lo que suponía distinguir la particularidad de cada cultura de aquello que podía ser valorado por “nosotros [los europeos]”:

[...] cualquiera que sea la forma particular de una cultura, por lejana que pueda ser de la nuestra, entra en contacto con nosotros a través de sus formas más elevadas. (MALRAUX, 1996, p. 56)

Desde luego que el escritor no explicaba por qué ocurría esto. Sólo afirmaba que aquello que puede considerarse valioso es lo más general, lo más abstracto, lo que es compartido por los seres humanos más allá de las formas. Al negar o, al menos, proponer que los aspectos más bastos o prosaicos de una cultura no pueden o no deben ser objeto de intercambio cultural dio un paso definitivo en lo que, casi una década después, va a definir como el objetivo de una política cultural: “hacer accesibles las obras capitales de la humanidad, [...] asegurar la más vasta audiencia a nuestro patrimonio cultural y favorecer la creación de obras de arte y del espíritu que lo enriquez-

can”.¹ Se entiende entonces que una de las críticas que posteriormente se le harán a su gestión sea su elitismo, así como el haber menospreciado los productos culturales de masas.

En el siglo XXI, las políticas culturales discuten cómo conformarse de acuerdo a la cultura contemporánea, la cual es un complejo de prácticas articuladas en torno a la creatividad y la identidad y que busca desarrollarse en torno a valores tales como la diversidad, el diálogo, la tolerancia y la democracia. Pero para llegar a este entendimiento los debates sobre las políticas culturales han debido discutir cómo entender la cultura o cómo salir de las trampas que procura. En este texto me referiré a los debates sobre cultura en el seno de la Unesco durante los años setenta y ochenta para al final hacer algunas consideraciones sobre sus consecuencias en las políticas culturales.

La cultura ligada al desarrollo

Cuando la Unesco reunió por primera vez en 1970 a ministros y responsables de cultura para discutir los problemas institucionales, administrativos y financieros de las políticas culturales, hubo mucha inquietud por cómo entender la cultura.

Muchas delegaciones trataron de definir la cultura, a fin de ampliar y profundizar este concepto, que evidentemente se entiende de muchas maneras en los países y partes del mundo. Aunque se coincidió en que las artes de creación e interpretación están comprendidas en la definición de cultura, algunos oradores estimaron que la cultura física, las actividades al aire libre y las maneras y formas especiales en que una sociedad y sus miembros expresan su sentido de la belleza y de la armonía debían también tenerse en cuenta. Se observó así mismo que la ciencia y la tecnología son una parte integrante de la cultura contemporánea. (CON-

1 Del original: “*De rendre accessibles les œuvres capitales de l’humanité; [...] d’assurer la plus vaste audience à notre patrimoine culturel, et de favoriser la création des œuvres de l’art et de l’esprit qui l’enrichissent*”. Art. 1 del decreto 59-889, 24 de julio de 1959, que contiene la organización del Ministerio a cargo de los Asuntos Culturales de Francia.

FERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRES LOS ASPECTOS INSTITUCIONALES, ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS DELAS POLÍTICAS CULTURALES, 1970b, p. 10)

Ahora bien, en el momento en que tuvo lugar esa reunión la organización tenía una década estudiando el tema de la política cultural y su vínculo con el desarrollo. Este último era una cuestión fundamental de la política internacional de los Estados Unidos ante el empuje de las revoluciones nacionales y la atracción del socialismo. Consistió en una promesa de cooperación internacional para lograr que los países con estándares inferiores a los del mundo industrial alcanzaran en muy breve tiempo los indicadores económicos de los países más prósperos.

De este modo, el desarrollo y las ayudas a que dio origen este objetivo generaron una gran movilización internacional de recursos, así como también que todos los organismos que formaban parte de la Naciones Unidas (ONU) se integraran a este esfuerzo mundial. De hecho, la Asamblea General convocó el que sería el primer *decenio* de atención a un tema específico. Se trató del *Decenio de las Naciones Unidas para el desarrollo* (1960-1970).² La Unesco hubo de participar en estos debates preocupándose por que el énfasis económico no inhibiera los esfuerzos en materia cultural. Así, cuando el director general de la Unesco pronunció el discurso de apertura de la Conferencia Intergubernamental sobre los Aspectos Institucionales,

- 2 El espíritu del decenio estaba marcado por el proyecto de acelerar el crecimiento económico de los países subdesarrollados hasta alcanzar una pauta de 5% anual: “los Estados Miembros y sus pueblos intensificarán sus esfuerzos con objeto de obtener y mantener apoyo para las medidas que los países desarrollados y los que están en proceso de desarrollo deberán adoptar a fin de acelerar el avance hacia una situación en la que el crecimiento de la economía de las diversas naciones y su progreso social se sostengan por sí mismos, de modo que en cada país insuficientemente desarrollado se logre un considerable aumento del ritmo de crecimiento, fijando cada país su propia meta y tomando como objetivo un ritmo mínimo anual del 5% en el ingreso nacional al finalizar el decenio”. (ONU Asamblea General, 1971, A/RES/1710 [XVI])

Administrativos y Financieros de las Políticas Culturales realizada en Venecia el 24 de agosto de 1970, señaló que

El hombre es el agente y la finalidad del desarrollo [...] Hasta los economistas reconocen ya que o bien el desarrollo es total o no es tal desarrollo y que no es una metáfora hablar del *desarrollo cultural*; este desarrollo es parte integrante y dimensión propia del desarrollo total. (CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE LOS ASPECTOS INSTITUCIONALES, ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS DE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1970a, p. 43, énfasis del autor)

Sin duda, el impulso a vincular cultura y desarrollo abrió la puerta por parte de la Unesco a otras maneras de concebir las políticas culturales y la cultura en sí misma. Los debates de la conferencia así lo muestran, aunque no había total acuerdo en la nueva forma de entender la cultura.

Doce años más tarde, en la Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales (Mondiacult) realizada en México, la Unesco plasmó en la declaración final su conocida definición de cultura, seguida de varias consideraciones acerca de su papel en la realización de la existencia humana:

[...] en su sentido más amplio, la cultura puede considerarse actualmente como el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan una sociedad o un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias.

Y, a continuación, se presentaron varias consideraciones vinculadas con su papel en la realización de la existencia humana:

Y que la cultura da al hombre la capacidad de reflexionar sobre sí mismo. Es ella la que hace de nosotros seres específicamente humanos, racionales, críticos y éticamente comprometidos. A través de ella discernimos los valores y efectuamos opciones. A través de ella el hombre se expresa, toma conciencia de sí mismo, se reconoce como un proyecto inacabado, pone en cuestión sus propias realizacio-

nes, busca incansablemente nuevas significaciones, y crea obras que lo trascienden.³ (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982a)

Estas líneas intentaron satisfacer las dudas e inconformidades que se arrastraban desde años atrás, pero también abrió otras cuestiones no menos importantes.

Un término con muchos significados

En la presentación de los debates de las comisiones de trabajo se hicieron varias observaciones al respecto. Una de ellas es la optimista consideración de que es una “verdad evidente” que la cultura

se expresa en cada comunidad humana a través de la infinita diversidad de los actos y de los intercambios mediante los cuales el hombre da un sentido a su vida y dejan su marca en la historia. La cultura es la realización del hombre, de todo hombre. La cultura es universal pero no única [...]. La conferencia ratificó unánimemente con convicción y energía la igualdad y la dignidad de toda cultura, rechazando cualquier justificación en ese campo, ya que nada puede justificar la discriminación entre culturas superiores y culturas inferiores. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b, p. 8, numeral 32-33)

Otros comentarios de los debates realizados fueron más amplios:

[...] el sentido de la palabra ‘cultura’, aun cuando el concepto se hubiese ampliado sensiblemente en el debate internacional que siguió a la Conferencia de Venecia, continúa siendo vago y ambiguo. En el curso de los debates se utilizaron ciertas definiciones que se sitúan entre dos concepciones opuestas: una general, derivada de la antropología cultural, engloba todo lo que el hombre ha añadido a la naturale-

- 3 La Unesco se mantendrá fiel a esta definición en muchos documentos. Entre los más relevantes están los elaborados por la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo (CMCD), (*Nuestra Diversidad Creativa*, 1995), la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo (Estocolmo, 1998) y la propia Asamblea General en 2001 en la *Declaración sobre la Diversidad Cultural*.

za, la totalidad de las formas de pensar y de obrar, de producir y de consumir el arte y la manera de vivir, la expresión de la dignidad humana; la otra, más estrecha que, según dos delegados, 'equivaldría a la cultura de la cultura, a su dimensión moral o espiritual, intelectual y expresiva'. Por tanto, es indispensable la investigación y un análisis conceptual más ceñido para profundizar la reflexión sobre la cultura y situar mejor el lugar que debe ocupar al servicio del hombre.

¿Qué tipo de cultura deseamos? Fue otra pregunta planteada. ¿Constituye la cultura un fin en sí misma, o debe ser legitimada por una finalidad superior que podría, según ciertos delegados, ser la paz que, como todos reconocen, representa un hecho cultural importantísimo, mientras que la cultura, lenguaje total, sería el instrumento principal de acercamiento entre los pueblos? Cualquiera que sea la respuesta a esta pregunta, la existencia y la supervivencia de la cultura dependen del mantenimiento de la paz. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b, p. 24, numeral 7-8)

Es muy interesante ver el modo en que la organización pasa de un sentido a otro del concepto de cultura como en este párrafo donde de la diversidad cultural se transita a la libertad de creación, luego a la inconmensurabilidad de las culturas y finalmente a la cooperación cultural internacional:

Los miembros de la Comisión estuvieron de acuerdo en la necesidad de identificar y delimitar las diferencias y similitudes que acercan o separan a las naciones en la esfera de la cultura, concentrando el debate en las similitudes, aunque sin dejar de reconocer la legitimidad de las diferencias. Numerosos delegados pusieron de relieve la necesidad de libertad que es el nódulo de la creación individual o colectiva y que, en consecuencia, debe servir de base a toda cultura. Numerosos delegados subrayaron igualmente la igualdad de las culturas y la contribución que aporta la cultura de todos los pueblos, grandes o pequeños, a los valores de la cultura universal. No hay culturas superiores. Esta comprobación y el respeto mutuo de los valores culturales constituyen el fundamento de los intercambios y de la cooperación cultural de los pueblos en el mundo contemporáneo. (CON-

FERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b, p. 24, numeral 9)

Se entiende entonces que la definición aprobada debe ser releída a partir de múltiples motivaciones: la ampliación de su contenido más allá del campo artístico, que la cultura integra todo aquello creado por los seres humanos, que es un hecho universal y también particular a un mismo tiempo, que es factor de identidad y de interpretación del mundo y que abre la puerta a identificar la cultura como el patrimonio acumulado de la humanidad.

Ahora bien, el párrafo siguiente a la definición trata de la “finalidad” de la cultura y, por tanto, esta pasa de ser una realidad social a un instrumento que otorga sentido a la existencia humana. Tal variedad de contenidos de la idea de cultura – un hecho y al mismo tiempo un factor que permite dar trascendencia a los actos humanos – hace difícil comprender el tratamiento que la organización realiza del concepto desde el punto de vista programático. Puedo sintetizar los diversos contenidos de la noción de cultura manejados en la *Mondiacult* en cuatro aspectos:

1) *Cultura como valor*

El enfoque de cultura y desarrollo, primer inspirador de la ampliación del concepto puso a discusión el valor de la cultura en cuanto conjunto de prácticas, productos, relaciones y símbolos cuyo sentido trasciende a la propia cultura, sea como capital, como instrumento de cohesión o como recurso político. La relación *cultura–desarrollo* hizo más fácil la consideración de la cultura como recurso o factor de transformación. Aun cuando no ha faltado quien cuestione esta relación por comprometerse con un modelo de desarrollo basado en los parámetros occidentales, sigue inspirando el sentido de las políticas públicas de cultura.

Para inicios de los años ochenta la promesa del desarrollo se había erosionado profundamente. Los movimientos de liberación nacional sos-

tuvieron con claridad que el desarrollo prometido al inicio de la Guerra Fría había representado para los países pobres mayor profundización de su dependencia de los centros económicos, y que la promesa de alcanzar en poco tiempo el nivel económico y social de los países llamados desarrollados se alejaba de su horizonte. Sin embargo, aún cabía una corrección en el rumbo del desarrollo, consistente en vincular las estrategias económicas con los procesos culturales propios de cada sociedad. La cultura, se decía, o, mejor dicho, la no consideración de ésta en los programas de desarrollo era el factor determinante para explicar el fracaso de los planes de desarrollo. Así, la cultura llegó a formar parte de una batería de recursos que contribuía a “[...] fortalecer la independencia, la soberanía y la identidad de las naciones [...] El desarrollo auténtico persigue el bienestar y la satisfacción constante de cada uno y de todos”. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982a, inciso 10)

El lado oscuro de esta tesis es que el énfasis en la cultura como capital o como conjunto de bienes y servicios selecciona los productos culturales en función de los beneficios que reportan al desarrollo, pero impide reconocerlos como símbolos de las estructuras de poder, de modo que la valoración de un museo, de una actividad cultural o de una obra de arte no es sólo la aceptación de su valor económico o cultural, sino la de un modo de creación artística frente a otros diferentes y subordinados.

2) *Cultura como instrumento de conocimiento*

La cultura, en la Declaración de la Mondiacult, proveía otro sentido al concepto al proponerla como instrumento cognitivo. La cultura no era sólo la atmósfera de la vida social, sino un recurso “externo” que dota a los seres humanos de las posibilidades de su propia realización, pues, como he citado anteriormente, la *Declaración de México* señala que la cultura “[...] da al hombre la capacidad de reflexionar sobre sí mismo [...] [nos hace] seres específicamente humanos, racionales, críticos y éticamente comprometidos”. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE

LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982a) Por ella discernimos los valores y efectuamos opciones, nos expresamos, tomamos conciencia de nosotros mismos, nos reconocemos como proyecto inacabado, ponemos en cuestión nuestras propias realizaciones, buscamos incansablemente nuevas significaciones y creamos obras que nos trascienden.

Se trata de una concepción nacida de un optimismo injustificado, en la medida en que no se apoya en una conclusión científica o filosófica para afirmar que la cultura nos hace “racionales, críticos y éticamente comprometidos” y que nos permite cuestionar nuestros logros. La cultura, como dijo Clifford Geertz (2003, p. 20) es la trama de significados que nosotros mismos hemos tejidos que nos posibilita leer la vida social, el cambio y el sentido de ésta, los valores o nuestras obligaciones éticas, pero también nos provee de prejuicios y opiniones que pueden conducir a prácticas de intolerancia, discriminación y rechazo a otros seres humanos. No es por ello un factor de realización de los seres humanos sino un mapa para guiarnos en nuestras relaciones sociales, que en ocasiones pueden dar lugar a proyectos luminosos como también a la construcción de estigmas de discriminación, relaciones patriarcales, prejuicios de clase y tantas más construcciones simbólicas que las sociedades tratan de cambiar.

3) *Cultura y expresión de la humanidad*

Además de su sentido cognitivo, la cultura considerada por la Unesco tiene un sentido expresivo, lo que le permite crear “obras que [nos] trascienden” en lo individual y lo colectivo. El enfoque de la creatividad no sólo tiene un amplio carácter comunicativo en cuanto tráfico de significados, sino que al centrarse en un tipo de productos especiales – los bienes artísticos – dota a los individuos que los producen de una condición especial. De esta manera, la capacidad creadora de la cultura, lo más profundo de la naturaleza humana, se deposita prioritariamente en los artistas al derivar hacia ellos las políticas en esta materia, mismas que ocupan un sitio principal en las definiciones de

las políticas públicas de cultura. Por ejemplo, en el documento de las conclusiones de la Mondiacult que he estado refiriendo, se enunciaron recomendaciones prácticas:

- La necesidad del financiamiento a la actividad artística: “un delegado dio a conocer la iniciativa de su país – seguramente el delegado de Francia – de asignar un mínimo de 1% del presupuesto nacional a la cultura”.⁴
- Que “el estado no debía encargarse por ningún motivo del control, de las actividades culturales creativas”.
- Que “la preocupación por garantizar a los creadores la libertad de expresión y de comunicación va acompañada del deseo de hacer participar más activamente a los creadores en la elaboración de políticas culturales y políticas de desarrollo en general”.
- Que se deben salvaguardar los derechos morales y materiales de los creadores.⁵

Una consecuencia de este sentido de la cultura es la pronta deriva de la creatividad como una cualidad humana, hacia la consideración de esta actividad casi exclusivamente como propia de un grupo de profesionales. Esto llevó a identificar los derechos culturales con los derechos de los creadores, impidiendo con ello dar al concepto de creatividad su pleno sentido.

4) *Cultura como modo de vida*

Para salir de la restricción de un concepto de cultura limitado a las artes la Unesco se sintió atraída por el sentido antropológico de la cultura: cultura como modo de vida. Sin embargo, éste es sólo uno de los muchos sentidos que tiene el concepto en la antropología. Cien años antes

4 Muy probablemente se trató del delegado de Francia.

5 Véase el Informe de la Comisión II, apartado “8.2 Fomento de la creación artística e intelectual y promoción de la educación artística”. (UNESCO, 1982d, p. 34-36)

de que este organismo estableciera su definición, estaba ya planteada la diferencia entre dos amplios conceptos de cultura por sendas figuras británicas. Para Edward B. Tylor (1975, p. 29)

La cultura o civilización, en sentido etnográfico amplio, es ese todo complejo que incluye el conocimiento, las creencias, el arte, la moral, el derecho, las costumbres y cualesquiera otros hábitos y capacidades adquiridos por el hombre en cuanto miembro de una sociedad.

Por su parte, el ya mencionado Matthew Arnold (1822-1888), poeta, administrador educativo e intelectual sumamente respetado en el concierto de la sociedad victoriana, consideraba que la cultura era la búsqueda de la perfección: “La cultura no es entonces propiamente lo que tiene su origen en la curiosidad, sino lo que tiene su origen en el amor a la perfección; es el estudio de la perfección”.⁶ (ARNOLD, 2001, p. 14, traducción nuestra) Podríamos decir que la diferencia en su tiempo entre Arnold y Tylor, entre la idea elitista de la búsqueda de la perfección y la cultura entendida como toda creación humana, misma discusión que se abrió en la Unesco desde la conferencia de Venecia entre un modo restringido de ver la cultura como arte y creatividad. Como he señalado, la ampliación del concepto de cultura estuvo relacionada con el acercamiento a la perspectiva del desarrollo, que reclamaba un concepto integrador de cultura. No obstante, la noción adoptada es engañosa: “Si la cultura abarca más o menos todo lo que es ‘humano’ o ‘social’. ¿cómo puede estar relacionado con el desarrollo humano y social sin caer en una tautología?”. (GRUPO DE TRABAJO DE CULTURA Y DESARROLLO DEL CONSEJO DE EUROPA, 1999, p. 24)

El tratamiento que la Unesco dio a la definición de cultura en los años setenta y ochenta produjo una reflexión de enorme riqueza, que recuperó muchos de los debates académicos sobre el término. La cul-

6 Del original: “Culture is then properly described not as having its origin in curiosity, but as having its origin in the love of perfection; it is a study of perfection”.

tura en su relación con el desarrollo se hizo parte de las condiciones y del sentido de éste. Señalo que es parte de las condiciones porque se reconoció que sin tomar en cuenta la cultura era imposible un desarrollo integral. Se hizo cargo de su sentido, porque el ser humano, se dijo, es el fin del desarrollo. Pero la cultura fue considerada también como un factor externo a la vida social, es decir, que ella, al estar presente, hace posible comprender la experiencia humana, nos descubre los valores, es factor de reflexividad de nuestra existencia y nos hace específicamente humanos, racionales, críticos y éticamente comprometidos. Su ausencia, en cambio, nos impide alcanzar esas alturas. En esto es complicado diferenciar el papel que asignan a la cultura algunos documentos de la Unesco del que se puede otorgar, por ejemplo, a la experiencia religiosa en cuanto a la imagen de trascendencia de la vida humana.

En este punto hay una gran distancia entre la reflexión académica y la del organismo internacional, pues en la primera la cultura es un hecho social que ha acompañado toda la existencia humana, pero no le atribuye a ésta la capacidad para hacer a los seres humanos éticamente comprometidos ni supone valor alguno. Si entendemos la cultura simplemente como el flujo de los significados que los seres humanos crean, reelaboran e intercambian, no cabe en ella valores éticos positivos o negativos, de modo que tan culturales fueron las escasas muestras de solidaridad y denuncia del holocausto como el entramado simbólico que le dio origen.

¿Cómo ha sido posible convertir la cultura en objeto de política? Debemos acudir aquí a pensar en el papel que han tenido los impulsores de la reflexión de la Unesco: líderes intelectuales y científicos y agencias internacionales como la ONU, el Banco Mundial, el Club de Roma o la cumbre de Davos, por poner algunos ejemplos. Sus representantes han debido ubicarse como promotores del bienestar de la sociedad y para ello han tenido que fraguar distintos consensos según el momento. Al inicio del andar de la Unesco, la cultura debió ser pensada como patrimonio universal a pesar de sus diversas expresiones. Más tarde se la vio como un recurso indispensable de la convivencia humana y del progreso. La socie-

dad debió otorgar valor a la cultura a través de resaltar o construir algún elemento positivo, sea la cultura como factor de cohesión o de identidad, de desarrollo, de realización personal, de fundamento ético o de convivencia pacífica. A su vez, se tenía que dejar de lado lo que pudieran ser expresiones negativas: discriminación, patriarcado, fundamentalismo o violencia. Fue curioso que se dejara de pensar incluso en la cultura como un obstáculo al desarrollo o al progreso, como algunos especialistas hicieron en el auge del periodo desarrollista. (FOSTER, 1964; VAN DER KROEF, 1962) Esto permitió pasarla por un tamiz ético que destacó su contribución a la realización humana.

Más aún, la Unesco decidió acercar el concepto de cultura a procesos económicos (desarrollo), políticos (democracia) o comunicacionales (homogeneización), relaciones que, en realidad, son vinculaciones arbitrarias que preocupan a grupos políticos e intelectuales y ante los que las élites tienen posturas diferenciadas, sean las que están vinculadas a los organismos financieros internacionales o los que buscan que la comunidad internacional se aboque a temas como el medio ambiente o los derechos humanos.⁷

No se hace objeto de política la enfermedad o la ignorancia, al menos de manera pública. En cambio, sólo resaltando los rasgos “buenos” en el proceso cultural convertimos la cultura en objeto de políticas, pues éstas únicamente tienen sentido en función del bienestar. Paradoja interesante entre la cultura como un hecho social y la cultura como un objetivo moral que *debe* ser satisfecho por el Estado.

Universalismo y relativismo, la diversidad cultural

A finales de los años ochenta la preocupación de la Unesco por la diversidad cultural ocupaba ya un lugar central. Como el de cultura, el

7 Pitombo (2007, p. 132) reconoce que tanto cultura como desarrollo son dos nociones de notable fortaleza epistemológica, pero, dice, “[...] el dato novedoso, y aún poco explorado, es justamente la ‘mágica’ relación entre cultura y desarrollo, una fórmula poderosa que hoy figura en los discursos de los más variados agentes sociales (Estados nacionales, ONGs, organismos multilaterales y así mismo de empresas privadas)”.

concepto de diversidad es dinámico. Su sentido cambiante ha obedecido tanto a la propia maduración de la reflexión teórica como a las condiciones internacionales –sociales y políticas– que afectan el desarrollo de las instituciones locales e intergubernamentales de cultura. Esto dio lugar a un mayor refinamiento y a una ampliación de la agenda pública, de modo que hoy la diversidad cultural abarca espacios que hace mucho tiempo no se tenían a la vista.

En 1987, Alain Finkielkraut, en ese entonces un joven intelectual de 28 años hijo de un judío polaco que vivió la experiencia de Auschwitz, escribió un ensayo acerca de las tensiones entre el pensamiento de la Ilustración y su deriva nacionalista y particularista. Lo tituló *La derrota del pensamiento* y, a más de 30 años de su publicación, sigue siendo un trabajo digno de lectura y reflexión. El ensayo critica la disolución de la cultura en un mar de identidades culturales particulares y lamenta la influencia del pensamiento herderiano, defensor de una idea de cultura sostenida por el espíritu del pueblo, el *volkgeist*. Uno de los terrenos en los que según Finkielkraut se desplegaba ese combate al pensamiento, que identifica con el universalismo de la Ilustración, es la Unesco con su celebración de las diferencias culturales. El nacimiento de la ONU y de la Unesco fue para él un amanecer luminoso que prometía

[...] unir el progreso moral de la humanidad con su progreso intelectual y situarse en el doble terreno *político* – de la defensa de las libertades – y *cultural* – de la formación de los individuos –, [fue un momento en que] los responsables gubernamentales y las grandes autoridades intelectuales reunidas en Londres volvían a enlazar espontáneamente con el espíritu de las Luces. (FINKIELKRAUT, 2000, p. 56, énfasis del autor)

Pero luego de haberse presentado como un proyecto que se proponía la defensa de la dignidad del hombre como sujeto universal, poco a poco se veía, según Finkielkraut, traicionado:

Desde las primeras conferencias de la Unesco, el orden del día cambia imperceptiblemente: a la crítica contra el fanatismo le sucede la crítica contra las Luces. La

nueva puesta en cuestión del humanismo abstracto prolonga y radicaliza la reflexión emprendida en Londres sobre los medios para inmunizar al mundo contra las doctrinas que tienden a negar la unidad del género humano. Después de los juristas y de los literatos, acuden los etnólogos a aportar su testimonio, y reclaman del humanismo un esfuerzo suplementario para ser realmente humano, es decir, para englobar en el respeto por las personas humanas las formas concretas de su existencia. (FINKIELKRAUT, 2000, p. 57)

El paso del universalismo al particularismo es, en cierta medida, el giro de la preocupación de la raza hacia la cultura. El universalismo cuestionó la pertinencia científica del concepto raza y su sustitución por el de etnia negando vigorosamente las diferencias en cuanto a la naturaleza humana, en cambio la cultura fue anclada en el terreno de la diversidad: “Por mucho que sea necesario preguntarse si la cultura es o no función de la raza, descubrimos que la raza – o lo que se entiende en general por ese término – es una de las funciones de la cultura” (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 126) dijo Claude Lévi-Strauss en su conferencia “Raza y cultura” (1971) e inmediatamente se pregunta “¿Cómo podría ser de otro modo?”. (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 126) El malestar suscitado ante las autoridades de la Unesco por esta conferencia, ya que se vuelve a ligar raza y cultura en lugar de mantenerlos como dos entidades separadas, es posiblemente un símbolo de esta contradicción, pues cuando se esperaba que el gran colaborador de la organización ratificara sus consideraciones acerca de la igualdad de todos los grupos humanos, abrió la puerta a cuestiones sobre el progreso y el desarrollo de las poblaciones, es decir, sobre las ventajas tecnológicas de unas sociedades frente a otras.⁸

8 La participación de Lévi-Strauss en los debates internacionales acerca de raza y racismo es muy conocida. En 1952 impartió la conferencia “Raza e Historia” en el marco de los trabajos de la comisión que elaboró las primeras declaraciones sobre el racismo. Sin embargo, su conferencia “Raza y cultura” de 1971 causó un malestar en la organización. Lévi-Strauss habló de esto en sus entrevistas con Didier Eribon, al afirmar que obviamente no trataba de repetirse y llevó la clara en torno a los problemas de la genética de las poblaciones, así como contra cierta actitud acomodaticia de la interculturalidad.

“Raza y cultura” es una compleja argumentación que corre en dos sentidos. Por un lado, reafirma que no hay desarrollo humano posible en el encerramiento de las culturas, que el intercambio es necesario y enriquecedor y el aislamiento, en cambio, empobrece la vida de las sociedades. El segundo aspecto es la distinción entre dos formas de historia, acumulativa y estacionaria, que en la interpretación de María Eugenia Olavarría representan dos maneras clasificatorias del tiempo social que sólo tienen sentido desde el punto de vista del sujeto que la produce – “La distinción entre las dos formas de historia es relativa a nuestros intereses”. (OLAVARRÍA, 2012, p. 146) El debate se seguirá dando en relación con hasta dónde Levi-Strauss se compromete con el relativismo o mantiene su confianza en la Ilustración, o cuáles son los límites de la diversidad. Por ejemplo, a propósito de los problemas que en los años ochenta vivían distintos países europeos en la asimilación de los inmigrantes, Lévi-Strauss comentó a su entrevistador Didier Eribon:

Si las sociedades occidentales no son capaces de conservar o de suscitar valores intelectuales y morales lo bastante potentes para atraer a gentes venidas de fuera y para que deseen adoptarlas, entonces indudablemente hay motivos para alarmarse. (LÉVI-STRAUSS; ERIBON, 1990, p. 210)

Lo cual puede ser interpretado como un guiño al iluminismo.

Conclusión: Cultura en la Unesco, un concepto frágil, pero indispensable

Ver la cultura a partir de la diversidad, como lo hace la Unesco, permite reflexionar acerca del difícil equilibrio entre universalidad y particularismo, así como en las distintas maneras de enfocar la diversidad. Un balance de la noción de diversidad cultural publicado en 2007 señaló que la evolución del concepto *diversidad* ha seguido el sentido y las fun-

ciones que se atribuyen a la cultura.⁹ El texto enuncia brevemente el contenido de estas relaciones que, aunque tienen un sentido cronológico, en cierto momento llegan a superponerse u ocurrir de manera conjunta. Basado en ese estudio, considero que el desarrollo de la noción de diversidad se presenta a partir de cuatro tensiones básicas, que podrían clasificarse como ideológicas, internacionales, intra-nacionales y culturales – comunicacionales de la era global. Un breve contenido de cada una de éstas sería la siguiente:

- Confrontación universal entre ciencia y prejuicio, donde la diversidad es consecuencia de la construcción de barreras ideológicas, políticas y sociales entre grupos, clases, etnias, razas o naciones.
- Confrontación entre naciones a partir del reconocimiento de diversos modos de encauzar el desarrollo. La diversidad, esencialmente subsumida en el concepto de identidad, se constituye en el principio útil y positivo que permite reivindicar la independencia y el respeto entre los Estados.
- Confrontación entre grupos dominantes y minorías en el interior de un Estado, que dará lugar a nuevos modos de entendimiento en la democracia. La diversidad se transforma en un terreno donde se profundiza o se expresa una auténtica democracia basada en la tolerancia y el reconocimiento de los otros: grupos, etnias, colectivos, géneros, inmigrantes, etcétera.
- Confrontación entre diversos productos culturales y comunicativos a escala global donde el riesgo es la pérdida de la rica creatividad de las sociedades que, a su vez, es fuente de cohesión social y de paz.

La aceptación y reconocimiento de la universalidad y la diversidad ha seguido distintas rutas. La primera confrontación se resolvió enarbolando la bandera de la Ilustración, es decir, entre razón y pre-

9 Las diversas maneras como se ha discutido el concepto de cultura por la Unesco son: *Cultura y conocimiento*, *Cultura y política*, *Cultura y desarrollo*, *Cultura y democracia*, y *Cultura y globalización*. (STENOÛ, 2007, p. 3-5)

juicio, pero las confrontaciones nacionales, intra-nacionales o de la era global requirieren de otro espíritu pues, ante la inconmensurabilidad de las culturas, la actitud requerida es diálogo, reconocimiento y tolerancia, precisamente lo que va a sustentar la derrota del pensamiento, según Finkielkraut.

Poco tiempo después de publicado el trascendente informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo (CMCD) de la ONU conocido como *Nuestra Diversidad Creativa* (1997), algunos críticos van a poner en la diana lo que según ellos es su confusa y farragosa dialéctica. El antropólogo noruego Thomas H. Eriksen ha presentado en varios textos sus críticas a la Unesco y, en especial, a la comisión redactora del documento por sostener conceptos variados de cultura en el mencionado informe y dar lugar con ello a conclusiones imprecisas y carentes de utilidad práctica. En gran medida Eriksen es continuador de la crítica de Finkielkraut, pero se deslinda de él porque sostiene que la Comisión no sustituye el pensamiento ilustrado por la bruma del particularismo y, en cambio, apuesta por la convivencia de los dos, sólo que el nuevo universalismo propuesto por *Nuestra Diversidad Creativa* es una ética global, una solución que le es insatisfactoria.

¿Por qué la severa crítica de muchos intelectuales al elogio de la diferencia por parte de la Unesco? El informe maneja dos concepciones de cultura. Una, apoyada en Marshall Sahlins, parte de que la cultura es “[...] el conjunto de rasgos distintivos que caracterizan la vida de un pueblo [...]”. (CMCD, 1996, p. 27) Por tanto, distinguir la cultura del desarrollo, la religión o la economía es imposible pues la cultura tiene un papel “[...] constructivo, constitutivo y creativo [...]” de cualquier aspecto de la vida social. (CMCD, 1996, p. 33) Enseguida, la comisión presenta un segundo sentido basado en su carácter variable: “Un país no se identifica necesariamente con una sola cultura”. (CMCD, 1996, p. 33) Este último enfoque es el sustento metodológico del informe. Las culturas – separadas, dispersas, discretas – constituyen el panorama actual de la humanidad y la atención a tal diversidad es el eje de una polí-

tica de desarrollo global. La ética global será entonces el gran soporte de tal diversidad, una ética

[...] que pueda ser igualmente aplicada a todos los que participen en los asuntos de interés mundial. Su eficacia dependerá de la capacidad de los pueblos y los gobiernos para trascender la estrechez de sus propios intereses y reconocer que la mejor manera de servir a los intereses de la humanidad en su totalidad consiste en aceptar un conjunto de derechos y responsabilidades comunes. (CMCD, 1996, p. 44)

Se debe buscar entonces un complejo equilibrio entre la diversidad que, según el informe debe ser celebrada (CMCD, 1996, p. 67) e, incluso, aprovechada dado que “la diversidad y la pluralidad de las culturas implican beneficios comparables a los de la diversidad biológica” (CMCD, 1996, p. 68), y la universalidad que, por su parte, obliga al respeto de todas las culturas “o al menos a aquellas que valoran la tolerancia y el respeto hacia los otros”. (CMCD, 1996, p. 67) Pero ¿cierta el informe *Nuestra Diversidad Creativa* al definir el contenido de una ética global fundado en una acrítica certidumbre de la bondad intrínseca de la diversidad?

Frente a las críticas, la propia CMCD señaló que algunas de sus afirmaciones, al pretender llegar a un público amplio, adolecían de algunas deficiencias argumentativas. Yo, por mi parte, considero en cambio que la gran dificultad se encuentra en la conversión de la cultura y la diversidad en objeto de política pública. Esto fue posible porque se las convirtió en un objetivo público que democráticamente las naciones debían asumir y, por tanto, como una propuesta para lograr un objetivo valorado por una colectividad; la paz, la convivencia social, la defensa de los centros productores de mensajes y bienes culturales. . . Una meta de política cultural no puede ser aceptada por una sociedad si su valoración es indiferente. Debe constituirse en un bien apreciado por un colectivo y en ello radica su necesaria consideración como “bueno” o “necesario”. Pero este proceso se funda en la decisión de la comunidad nacional o

internacional de construir un mundo en el que podamos vivir y sobrevivir a pesar de la guerra, la pobreza o la aniquilación del ambiente de nuestro planeta.

Referencias

ARNOLD, M. *Culture and Anarchy*. [S. l.]: Blackmask Online, 2001. Disponible en: <http://public-library.uk/ebooks/25/79.pdf>. Acceso en: 29 jun. 2022.

COELHO, T. *Diccionario crítico de política cultural: cultura e imaginario*. Barcelona: Gedisa, 2009.

CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRES LOS ASPECTOS INSTITUCIONALES, ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS DE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1970, Venecia. *Discurso del Sr. Rene Maheu, director general de la Unesco*. París: Unesco, 1970a. Apéndice II.

CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRES LOS ASPECTOS INSTITUCIONALES, ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS DE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1970, Venecia. *Informe final* [...]. París: Unesco, 1970b.

CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE POLÍTICAS CULTURALES PARA EL DESARROLLO, 1998, Estocolmo. París: Unesco, 1998.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Declaración de México sobre las Políticas Culturales*. París: Unesco, 1982a.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Informe final* [...]. París, Unesco, 1982b.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Informe de la Comisión I*. París: Unesco, 1982c.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Informe de la Comisión II*. París, Unesco, 1982d.

- DOMÍNGUEZ MICHAEL, C. El inventor de la política cultural. *Confabulario – Suplemento cultural de El Universal*, Ciudad de México, 4 jul. 2020. Disponible en: <https://confabulario.eluniversal.com.mx/matthew-arnold/>. Acceso en: 29 jun. 2022.
- ERIKSEN, T. H. Between universalism and relativism: a critique of the Unesco concept of culture. In: COWAN, J. K.; DEMBOUR, M.-B.; WILSON, R. A. (ed.). *Culture and rights: anthropological perspectives*. Cambridge: Cambridge University, 2001. p. 127-148.
- FINKIELKRAUT, A. *La derrota del pensamiento*. Barcelona: Anagrama, 2000.
- FOSTER, G. M. *Las culturas tradicionales y los cambios técnicos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 2003.
- GRUPO DE TRABAJO DE CULTURA Y DESARROLLO DEL CONSEJO DE EUROPA. *Sueños e identidades: una aportación al debate sobre cultura y desarrollo en Europa*. Barcelona: Interarts: Península, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Raza y cultura*. Madrid: Altaya, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, C.; ERIBON, D. *De cerca y de lejos*. Madrid: Alianza, 1990.
- MALRAUX, A. L'homme Et La Culture Artistique/ Man and artistic culture. *Horizons Philosophique: a L'origine De L'Unesco/ Visions for Unesco in Its Early Years*, París, p. 53-72, p. 177-196, 1996.
- OLAVARRÍA, M. E. *Lévi-Strauss*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2012.
- STENOUE, K. *L'UNESCO et la Question de la Diversité Culturelle 1946-2007: bilan et stratégies: étude réalisée à partir d'un choix de documents officiels*. París: Unesco, 2007. (Série Diversité culturelle, 3).
- TYLOR, E. B. La ciencia de la cultura. In: KAHN, J. S. (comp.). *El concepto de cultura: textos fundamentales*. Barcelona: Anagrama, 1975.
- UNESCO. *Nuestra Diversidad Creativa: informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo*. México: Unesco, 1996.

VAN DER KROEF, J. Obstáculos culturales para el desarrollo económico: el caso de Indonesia. *Revista de Economía y Estadística*, Córdoba, v. 6, n. 1, p. 53-79, 1 trim. 1962. Disponible en: <https://pdfs.semanticscholar.org/do2b/49a7e0ce25ff77174f94b4767d04ad416115.pdf>. Acceso en: 29 jun. 2022.

Lo universal no puede postularse
en abstracto por ninguna
cultura en particular:
Mondiacult o los vaivenes de
un proceso de larga duración

*Hugo Achugar**

El mundo era otro

Leer la *Declaración de Conferencia Mundial sobre Políticas Culturales – Mondiacult* (México 1982) cuarenta años después nos muestra su importancia histórica y también cuáles han sido las permanencias y los cambios en la propia declaración, en su lenguaje y en sus objetivos.

* Profesor Titular del Centro Universitario Regional del Este (CURE) de la Universidad de la República (Udelar) de Uruguay. Profesor emérito de la Universidad de Miami. Fue Director Nacional de Cultura del Ministerio de Educación y Cultura de Uruguay. E-mail: hugoach@gmail.com.

Sin tener en cuenta la hoy notoria falta de conciencia de género del texto; se pueden leer los dos primeros párrafos como si hubieran sido escritos para describir la situación actual. En el comienzo del documento; en particular en el segundo párrafo se afirma:

En nuestros días, no obstante que se han acrecentado las posibilidades de diálogo, la comunidad de naciones confronta también serias dificultades económicas, la desigualdad entre las naciones es creciente, múltiples conflictos y graves tensiones amenazan la paz y la seguridad. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982)

Faltaría mencionar la guerra entre Ucrania y Rusia, las inequidades y desigualdades a nivel económico o del desarrollo tecnológico, así como la enorme grieta que nos rige en estos tiempos de pandemia-endemia, para que el comienzo de la Declaración pudiera ser entendido como una descripción del 2022 que estamos transitando.

Las circunstancias han cambiado de un modo inocultable. Alcanza recordar que una parte importante de América Latina en 1982 estaba todavía sufriendo las dictaduras militares en lo que se habría de conocer como el “Plan Cóndor” que involucrara a Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay. El muro de Berlín no había sido derrocado, las Torres Gemelas de Nueva York no habían sido derribadas, la URSS no había entrado en su proceso de desmembramiento y China – junto con el sudeste asiático – apenas comenzaba a alcanzar la dimensión económica y política del presente. El movimiento feminista no tenía la fuerza de hoy en día – nótese que el documento usa todavía la referencia tradicional de “hombre” para referirse al conjunto de los seres humanos –, las luchas de indígenas y afrodescendientes no tenían la visibilidad del presente y las guerras en los países árabes tampoco habían alcanzado lo vivido en los últimos veinte años, aun cuando Israel invadiera en 1982 el Líbano en lo que fue la primera de las guerras entre ambos países. La comunicación virtual, tal como la conocemos hoy en día, es decir, la *World Wide Web* (WWW o la Web)

no alcanzaría su verdadera masificación gracias a Internet hasta después de 1990. La Unión Europea todavía continuaba con las dimensiones iniciales y tendería a crecer territorialmente, sin lograr establecer la moneda única del Euro hasta casi dos décadas después.

Amadou-Mahtar M’Bow (1982), Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco), expresaba en 1982 su preocupación por los efectos homogeneizadores de

[...] ‘una creciente interacción de influencias recíprocas,’ junto ‘el desarrollo de la tecnología computacional’. En consecuencia, él escribe: Estos intercambios y contactos son acompañados por una creciente tendencia hacia la estandarización de gustos y conductas, y una homogeneización de ciertos modos de vida, pensamiento y acción, de producción y consumo propagados por la diseminación uniforme de las mismas series de televisión, los mismos ritmos musicales, las mismas vestimentas y los mismos sueños escapistas. (ALASUUTARI, KANGAS, 2020, nuestra traducción)¹

Esta preocupación del Director General de Unesco, en cierto sentido, es compartible hoy, salvo la ausencia de mención al medio ambiente y a la Inteligencia Artificial. Documentos posteriores, como la intervención de Pérez de Cuellar (1996), la *Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo* (1988), la *Declaración sobre la diversidad cultural* (2005), la *Carta Cultural Iberoamericana* (2006) – entre otros documentos que nos llevan hasta la Agenda 2030 – nos permiten sostener que ese mundo hoy es otro, aunque no de igual modo a nivel regional y mundial. Por eso mismo es que Unesco haya convocado a los estados miembros y a

1 Del original: “[...] ‘a growing interplay of reciprocal influences,’ coupled with ‘the development of computer technology.’ Consequently, he writes: These exchanges and contacts are accompanied by a growing tendency towards a standardization of tastes and behaviour, and a homogenization of certain patterns of life, thought and action, of production and consumption propagated by the uniform dissemination of the same television series, the same musical rhythms, the same clothes and the same escapist dreams”.

la comunidad internacional para este 2022 a una reflexión en México – “Al entrar en la última Década de Acción para la implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas”² – da cuenta de la necesidad de volver a evaluar el estado de situación de las Políticas Culturales cuarenta años después.

La Declaración en el actual horizonte

El mundo era otro entonces, como lo es hoy luego de la pandemia, de la aceleración de la Inteligencia Artificial y la extensión inconmensurable de la conectividad a nivel global. ¿Cuáles fueron los hitos del Mondiacult de 1982? ¿Qué pasó con el universo de la cultura?

Como veremos, el hito fundamental, – o lo que podría entenderse como el “acontecimiento” (BRAUDEL, 1958) de la Declaración de 1982 – fue el cambio de la noción de cultura y también de los objetivos que debían tener las políticas culturales; aun cuando se debe tener en cuenta el antecedente de la *Declaración de Venecia* de 1970, Mondiacult (1982) constituye un punto de inflexión en la concepción de la cultura y las políticas culturales.³

En ese sentido, los principios de “identidad cultural”, “dimensión cultural del desarrollo”, “cultura y democracia”, “patrimonio cultural”, “creación artística e intelectual y educación artística”, “relaciones entre cultura, educación, ciencia y comunicación”, “planificación, administración y financiación de las actividades culturales” y “cooperación cultural internacional” apuntaban a una redefinición de la noción de cultura y también establecían un equilibrio particular entre lo heredado a nivel conceptual y el nuevo giro acerca de cómo comprender la noción de cultura y de políticas culturales.

2 Ver: <https://www.unesco.org/es/mondiacult2022>.

3 Ver: https://www.academia.edu/19201690/1970_UNESCO_Conferencia_de_Venecia_Resoluciones.

Posiblemente, uno de los ejes fundamentales – o más evidente en cuanto al “acontecimiento” – de la declaración aparece en el ítem 5 cuando, al hablar de la “identidad cultural” se afirma:

Lo universal no puede postularse en abstracto por ninguna cultura en particular, surge de la experiencia de todos los pueblos del mundo, cada uno de los cuales afirma su identidad. Identidad cultural y diversidad cultural son indisociables. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982)

Esta afirmación acerca de “lo universal”, como analizo más adelante, es fundamental y de alguna manera lo sigue siendo cuarenta años después. Todavía se continúa, tanto en los discursos como en la educación, proponiendo “lo universal [...] en abstracto”. La vigencia de esta concepción – que hoy llamamos “pluriversal” –, no ha sido tomada en cuenta, a pesar de los movimientos sociales en torno a los derechos de género, de las reivindicaciones étnicas o de las transformaciones en torno a las identidades de género o de orientación sexual, y tampoco ha sido adoptada en el espacio iberoamericano por todos los Estados. Esto se reafirma al señalar: “Identidad cultural y diversidad cultural son indisociables”.

En este sentido, es que el cuestionamiento de la noción de lo “universal” sea una suerte de punta del iceberg o un “acontecimiento” que aparece en esta Declaración e indica la existencia de un proceso de “larga duración”. (BRAUDEL, 1958)

Si salimos del período de los cuarenta años de la Declaración de 1982 y nos remitimos a un período más amplio se puede apreciar que definir el punto de partida no es sencillo. No lo es porque se podría considerar como punto de partida a la Segunda Guerra Mundial y la consolidación de las Naciones Unidas, pero también a la Primera Guerra. En realidad, no sería descartable tener en cuenta al Congreso de 1815 pos napoleónico, cuando Europa baraja nuevamente el planeta y se produce el reparto colonizador o colonial ya que la globalización

nacía a comienzos del siglo XIX junto nociones como “*Weltliteratur*” (literatura mundial) o “*Global Market*” (mercado global/mundial).⁴

Planteo este proceso de “larga duración” – cuya temporalidad podría ser ampliada hacia adelante como hacia atrás – porque considero que todavía no ha concluido o no ha sido aceptado que lo “universal” es una categoría que sirve y ha servido a intereses políticos de los sectores hegemónicos de siempre y de diversas ubicaciones geográficas.⁵

Los otros principios – en particular, los que refieren a democracia, patrimonio, dimensión cultural del desarrollo – son parte de ese mismo proceso de “larga duración” aunque de diferente modo. Esto resulta claro cuando los “bienes culturales” – y agregaría los derechos culturales – también siguen constituyendo campos de batalla entre diferentes pueblos y al interior de la mayoría de los países o naciones – ya que, como lo señalara Walter Benjamin (2013):

Quienes dominan en cada caso son los herederos de todos aquellos que vencieron alguna vez. Todos aquellos que se hicieron de la victoria hasta nuestros días marchan en el cortejo triunfal de los dominadores de hoy, que avanza por encima de aquellos que hoy yacen en el suelo. Y como ha sido siempre la costumbre, el botín de guerra es conducido también en el cortejo triunfal. A este botín se lo llama “bienes culturales”, los mismos que van a encontrar en el materialista histórico un observador que toma distancia. Porque todos los bienes culturales que abarca su mirada, sin excepción, tienen para él una procedencia en la cual no puede pensar sin

- 4 Al respecto, se pueden revisar *Conversaciones con Eckerman* de Goethe (Enero de 1827, 287-288) y el *Manifiesto comunista* (1848) de Karl Marx y Frederic Engel que propusieron las nociones de “literatura mundial”, “mercado global” o al narrar – sin que existiera el concepto de “globalización” – el funcionamiento del mercado “cuyos productos no son consumidos solo en el propio país, sino también en todas las partes del mundo” y en otro pasaje: “El aislamiento y los antagonismos nacionales de los pueblos desaparecen más y más con el mero desarrollo de la burguesía, con la libertad de comercio, el mercado mundial, la uniformidad de la producción industrial y las condiciones de vida que les corresponden”.
- 5 Judith Butler ha afirmado que “La cuestión de la universalidad ha surgido quizás de un modo más crítico en aquellos discursos de la izquierda que han notado el uso de la doctrina de la universalidad al servicio del colonialismo y del imperialismo”. (BUTLER; LACLAU; ZIZEK, 2000, p. 15)

horror. Todos deben su existencia no sólo a la fatiga de los grandes genios que los crearon, sino también a la servidumbre anónima de sus contemporáneos. No hay documento de cultura que no sea a la vez un documento de barbarie.

Retomo este conocido pasaje de Benjamin porque esto es claro en América Latina, pero también en el resto de las Américas, en Europa y en otras regiones del llamado “cercano Oriente”, sin dejar al resto de los continentes fuera de esta situación. El “botín” es lo que caracterizó la historia del saqueo de nuestra región desde la llegada de los europeos, pero no ha terminado. No lo ha hecho porque junto con el saqueo existió la destrucción, el borramiento o la sepultura de los bienes culturales. Todavía hoy se destruyen monumentos o se queman aldeas en nuestros países y en otros más lejanos. Lo que es patrimonio o bienes culturales para unos, para otros son objetos carentes de valor o sacrilegios de sus creencias religiosas.

Por eso y más es que la Declaración de 1982 sigue teniendo sentido. Y también por eso que sucedió y sucede es que la Declaración al mismo tiempo tuvo logros y fracasos.

Cambios de entonces y desafíos de hoy

La Conferencia de México (1982) declaró:

que, en su sentido más amplio, la cultura puede considerarse actualmente como el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias,

y que la cultura da al hombre la capacidad de reflexionar sobre sí mismo. Es ella la que hace de nosotros seres específicamente humanos, racionales, críticos y éticamente comprometidos. A través de ella discernimos los valores y efectuamos opciones. A través de ella el hombre se expresa, toma conciencia de sí mismo, se reco-

noce como un proyecto inacabado, pone en cuestión sus propias realizaciones, busca incansablemente nuevas significaciones, y crea obras que lo trascienden. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982)

A partir de 1970 (Venecia) y –especialmente– después de la *Declaración de México*, el universo de la cultura sufrió el cambio que ya señalamos. Pero como sostenía, hace más de una década, Rubens Bayardo el proceso continúa y se profundiza. (BAYARDO, 2008, p. 28)⁶

Esta visión es asociada a lo que se llamó: por un lado, “la perspectiva antropológica” o, dicho de otro modo, el “giro antropológico”, visión que con el tiempo habría de exigir precisar lo que se consideraba demasiado amplio o poco preciso. En este sentido, la idea de la cultura como una actividad que implicaba o agregaba la dimensión de la producción simbólica como algo específico o vertebral de la noción de “cultura” o “culturas” se volvió imprescindible. Por otro lado, será con la profundización en la “diversidad cultural”, mencionada junto a la “identidad cultural”, que el cambio finalmente consolide el hito marcado por la Declaración de 1982 cuando aparezca la *Declaración universal de la diversidad cultural* (2001) y luego, en octubre de 2005, al aprobarse la *Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales*.

La idea del “valor simbólico” se podría rastrear en múltiples fuentes, así como también en la operación realizada por las “industrias culturales” para poner una relativa distancia con la asociación con el “valor económico” de la producción cultural.⁷

6 Al respecto, Rubens Bayardo señala que califica de “culminación parcial” porque el siguiente hito de peso mundial fue la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo que tuvo lugar en Estocolmo en 1998. Igualmente, no debe desconocerse el impacto del Informe “Nuestra diversidad creativa” (1996) elaborado por la Comisión Pérez de Cuellar, en el marco del Tercer Decenio Mundial para el Desarrollo Cultural 1988 – 1997.

7 Algo de esto ya está en la *Declaración de Venecia* de 1970, aunque de un modo a veces general y otras estrictamente ligado a los medios televisivos, pero no expresamente marcando la distancia entre valor económico y valor simbólico.

Por su parte, Néstor García Canclini recurre al concepto de valor simbólico al definir el consumo cultural como “[...] el conjunto de procesos de apropiación y usos de productos en los que el valor simbólico prevalece sobre los valores de uso y de cambio, o donde al menos estos últimos se configuran subordinados a la dimensión simbólica”. (GARCÍA CANCLINI, 1999, p. 42)

En esta línea, la *Declaración de México*, consolidaba el proceso anterior que venía gestando un corte con el marco conceptual de la cultura como una actividad asociada exclusivamente a las bellas artes o la llamada “alta cultura”. Ese marco conceptual es similar a lo que Braudel (1958, p. 47) se refiere cuando afirma: “los marcos mentales son prisiones de larga duración”.

De ahí la resistencia de muchos países a aprobar o a integrar en sus legislaciones varios de los documentos referidos a los derechos culturales y a las políticas culturales emitidos por Unesco. Si bien la inmensa mayoría de los países latinoamericanos han firmado o ratificado al menos catorce de los dieciocho “Tratados internacionales de derechos humanos” – un número casi similar al de la mayoría de los países de la Unión Europea –, resulta revelador que países como los Estados Unidos de América, China, India, Paquistán, Irán, Arabia Saudita y Malasia – junto a unos pocos países en África – hayan ratificado menos de la mitad de dichos tratados.⁸

La ratificación o la firma de una Declaración o de un Protocolo relacionado a distintos aspectos de los derechos humanos no es sí misma un indicador acerca de los logros o fracasos ni de los avances en cada uno de los países que integran Unesco, pero sí posibilita – a la hora de un análisis general – evaluar los alcances y los límites de las acciones internacionales en relación con el consenso de valores y marcos conceptuales.

En relación con Latinoamérica, la Declaración de Mondiacult significó un punto de inflexión. Sin embargo, en cierto modo, todavía no supone una aceptación completa, al menos por parte de todos los go-

8 Ver: <https://indicators.ohchr.org/>.

biernos o círculos de poder en América Latina. Es muy probable que el punto de inflexión, el “giro antropológico” o el desplazamiento de la hegemonía tradicional de “las bellas artes” como centro de atención de las políticas culturales no sea algo plenamente consolidado por razones políticas coyunturales. También es probable que la aceptación o no del cambio pueda estar ligado a lo que ya mencionamos como “marcos conceptuales” de larga duración. Tenemos ejemplos en distintos países – Bolivia, Chile, Brasil, Venezuela, Uruguay, Guatemala o Nicaragua – de vaivenes políticos o de transformaciones sociales extremas que quizás puedan dar cuenta de lo acontecido.

El tránsito de la hegemonía de los “valores universales” a lo que, en ciertos ámbitos, se denomina “valores pluriversales” todavía continúa siendo parte de los enfrentamientos culturales. Sin embargo, la Declaración – al hacer especial hincapié en los principios sobre los que deben basarse las políticas culturales – comienza, precisamente, por mencionar “la identidad cultural” como “un conjunto de valores irremplazables” con lo que, implícitamente, comienza a erosionar la hegemonía eurocéntrica de la noción de “valores universales” apuntando a una diversidad identitaria y de valores que reafirma cuando declara:

Todas las culturas forman parte del patrimonio común de la humanidad. La identidad cultural de un pueblo se renueva y enriquece en contacto con las tradiciones y valores de los demás. La cultura es diálogo, intercambio de ideas y experiencias, apreciación de otros valores y tradiciones, se agota y muere en el aislamiento. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982)

La afirmación “todas las culturas forman parte del patrimonio común de la humanidad” fue en su momento un acontecimiento, aunque al mismo tiempo que planteaba la noción de un “patrimonio común de la humanidad”, abría la puerta a la posibilidad de que se pudiera leer como una disolución de la diversidad en una unidad eurocéntrica. Aun cuando se acepte o se aceptara esta “unicidad” de la noción de patrimonio, hay hechos en Latinoamérica que habilitan ese cuestionamiento.

No me refiero a hechos de la historia del siglo XX en los que se quemaban libros o se calificaba de “artes degeneradas” a expresiones que por razones políticas o discriminaciones étnico-religiosas entendían ciertas expresiones culturales de un modo particular. Me refiero a que, si bien la defensa de las identidades culturales y de la diversidad es aceptada por mayorías democráticas, todavía existen lo que algunos han llamado “coexistencia de múltiples cánones” (Pérsico) o concepciones que cuestionan las fundamentaciones acerca de lo que configura o no un patrimonio de la humanidad.

Planteo esto en relación con las argumentaciones que realiza, entre muchos otros, Boaventura De Sousa Santos cuando señala en *La paradoja de la finitud y la infinitud*: “la primera incertidumbre se refiere a la diversidad inagotable e inabarcable de las experiencias de vida y de saber del mundo” (SANTOS, 2010, p. 60) para luego agregar,

La primera incertidumbre nos coloca, pues, ante la paradoja de la finitud y de la infinitud. ¿Cómo es que en un mundo finito la diversidad de la experiencia humana es potencialmente infinita? A su vez, esta paradoja nos coloca ante una carencia epistemológica aparentemente insuperable: el saber que nos falta para captar la inagotable diversidad del mundo. La incertidumbre causada por esta carencia es aún mayor si tenemos en mente que la diversidad de la experiencia del mundo incluye la diversidad de los saberes que existen en el mundo y, por lo tanto, de las concepciones, sea sobre la finitud del mundo, sea sobre la propia diversidad infinita del mundo. (SANTOS, 2010, p. 60)

La cuestión que preocupa a Santos – él mismo, lo explicita – es de orden epistemológico. Sin embargo, entiendo que hace a mi análisis, por la simple razón que vuelve el problema de la diversidad cultural en una paradoja de difícil solución. Lo que Santos (2010) llama “diversidad de saberes” implica un problemático uso de nociones singulares o englobantes. ¿Patrimonio o patrimonios? ¿La cultura o las culturas? ¿Cómo tenemos que pensar estas nociones? Pienso que las sociedades son o constituyen un sistema de “saberes” o “prácticas” culturales que

no existen como un “fenómeno físico” o un “hecho de la naturaleza” sino que se articulan y se transforman continuamente según se conformen, lo que podrían llamarse, “cartografías culturales” donde coexisten pacíficamente o no. Espacios donde las culturas al igual que todo ser vivo se transforman, son dominadas o dominantes, nacen, mueren o son derrotadas o extinguidas. Cabría aquí abrir la “caja de Pandora” con conceptos como “culturas híbridas”, “transculturación”, interculturalidad y otras tanto o más complejas. Solo quiero dejar abierta la posibilidad de no pensar binariamente en “dominantes versus dominadas”, la cultura, las culturas y el diálogo entre culturas escapa muchas veces –aun cuando existan relatos que tiendan a simplificar lo que sucede– a respuestas binarias.

Incorporación y cambios en América Latina

¿Cómo se incorporaron estos lineamientos en nuestro continente? ¿Qué cambios se han producido desde entonces? Estas preguntas obligarían a subtítular esta parte irónicamente: “Acerca de esperanzas, utopías, fracasos y conquistas”.

Tendría que aclarar, para comenzar, que todo siempre debería ser acompañado de calificativos como: heterogéneos, diversos, desiguales, inestables o, parcialmente, sustentables. Porque lo logrado y lo transitoriamente logrado, incluyendo lo no alcanzado se construyeron en medio de vaivenes políticos y fuertes movimientos sociales regionales y mundiales. De alguna manera, en las páginas anteriores se adelantaban o se esbozaban algunas respuestas.

Es obvio, pero necesario decir que la incorporación de los lineamientos de la *Declaración de México* no fue homogénea y también que no todos fueron tomados en cuenta. En algunos países, como Brasil, Colombia, México, Argentina, Ecuador, Bolivia o Uruguay, durante ciertos períodos hubo una decidida incorporación de temas vinculados a la identidad y diversidad cultural, a la democratización y también a la

investigación y educación artística y cultural. En algunos de estos países y también en otros como Ecuador, México y Perú hubo un especial interés en todo lo relacionado a los aspectos patrimoniales. En algunos casos, como es el de Perú además de contemplar los aspectos patrimonialistas se coordina con el sistema de museos; la investigación está centralizada en el Ministerio de Cultura, pero también son aspectos abordados por distintas universidades. Más allá de su concreción, en el actual gobierno se propuso cambiar el nombre de “Ministerio de Cultura” a “Ministerio de las culturas” – “dentro de una reestructuración para interculturalizar el Estado”.⁹ México tiene una larga tradición en los aspectos patrimoniales y en la promoción de las artes. Si bien algunos investigadores ubican los comienzos de las políticas culturales luego de la Revolución Mexicana con la figura de Vasconcelos (VILLASEÑOR ANAYA, 2016), es claro que, desde la creación del Instituto Nacional de Antropología e Historia hasta la fecha, las políticas culturales de México son claras. Ecuador no queda fuera de esta secuencia, la propia denominación del Ministerio de Cultura y Patrimonio da cuenta de ello.

No es que los cambios o las incorporaciones de la *Declaración de México* de 1982 no sean solamente heterogéneas, sino que los énfasis no fueron los mismos en todos los países ni hubo una sincronización histórica en los cambios institucionales o en la instrumentación de las políticas culturales. Así, por ejemplo, en lo que respecta a las industrias culturales o a la diversidad cultural no todos los países partieron del mismo lugar luego de 1982. Las industrias culturales o creativas, pensadas específicamente desde lo audiovisual o de la industria editorial, en Argentina, Brasil o México no son similares a las del resto de los países de América Latina. Pero lo mismo podría decirse en relación con la diversidad o – algo que no es mencionado en la Declaración – la

9 Ver: https://www.swissinfo.ch/spa/per%C3%BA-gobierno_castillo-quiere-converter-el-palacio-de-gobierno-de-per%C3%BA-en-un-museo-nacional/46825054. Acceso en: 9 mayo 2022.

ciudadanía cultural.¹⁰ De hecho, una cosa es la realidad cultural de la diversidad en los diferentes países y otra las políticas culturales llevadas adelante. En lo que refiere a la diversidad cultural, las diferencias radican en que en países como Bolivia, Perú o Ecuador son evidentes mientras que en países como Argentina, Chile o Uruguay ya sean políticas culturales más recientes o ya sean todavía temas de disputa no solo en relación con el pasado histórico secular sino con el presente de 2022. Al respecto, la situación del pueblo Mapuche en Chile es un tema central en la actualidad.

Es cierto que hay otros aspectos de la diversidad cultural que también tienen diferencias entre los países de América Latina. En este sentido, las llamadas minorías de género, etnia u otros tipos de discriminación ofrecen distintos escenarios en Uruguay y Brasil hoy respecto de la situación hace cinco años. No solo porque hayan cambiado en el lapso mencionado sino porque fuentes, supuestamente incuestionables, como las del Banco Mundial no ofrecen datos para todos los países de la región actualizados – incluso en relación con cinco años atrás – sino con las realidades actuales.

Así, se señala, por ejemplo, que en Uruguay hay un 11,7%, según datos de 2011, de personas que se auto identifican como descendientes de origen afro o indígena, mientras que en Costa Rica, también a 2011, hay un 10,22%, en Argentina, a 2010, hay un 2,7% y para Chile – con una situación de graves conflictos con la nación Mapuche y que tiene como presidenta de la actual Asamblea Constituyente a una representante de ese país o nación – no existen – o no se proporciona – datos ni porcentajes al respecto demográficos acerca de este país.¹¹

10 En Brasil durante el gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) existió una “Secretaría de Ciudadanía Cultural”, luego borrada de la faz de la tierra. En Uruguay se creó el “Área de Ciudadanía Cultural” hasta 2020, políticas culturales que en ambos países hicieron hacia la democracia en el acceso y, especialmente, a la producción cultural; incluyendo en cierto sentido la gobernanza participativa.

11 Ver: LAC (2021).

Por otra parte, también en relación con el tema étnico o “racial” todos los países latinoamericanos también han suscrito la *Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial* (2001). Hasta el momento, once países también han hecho lo propio con la *Convención Interamericana contra el Racismo, la Discriminación Racial y Formas Conexas de Intolerancia* de la Organización de los Estados Americanos (OEA) (2013). Esto, a cuarenta años de la Declaración de 1982, puede ser analizado de múltiples modos: ya como un avance rotundo, ya como un *tempo* particularmente lento, ya como un tema aún pendiente.

¿Cómo evaluar los cambios y las incorporaciones de la *Declaración de México* en 1982? Una muestra de lo que no se ha logrado es que exista información y datos acerca de América Latina, tanto tomando como fuente a la oficial de los propios países, como a instituciones de cuya profesionalidad y competencia no deberían haber duda alguna, que no se condice con la simple información que proviene de la observación de investigadores o de datos suministrados tanto por fuentes independientes de los gobiernos como de organismos internacionales. Sí, ha habido cambios e incorporaciones. Los ha habido, pero resultan poco confiables los datos obtenidos. ¿Quiere decir esto que no es posible la evaluación? La respuesta es clara: no. La evaluación es posible, pero no de un modo definitivo ya que la información o los datos no son confiables de un modo similar para cada uno de los países que configuran eso que llamamos Latinoamérica.

La conclusión es simple: sí y no. Ha habido cambios, aunque persistan situaciones similares a lo que sucedía antes de 1982 y también las incorporaciones han ocurrido, aunque no de modo “universal” – incluso en la universalidad “pluriversal” de la región – y todavía quede, cuarenta años después, mucho terreno por recorrer. En ese sentido, documentos, convenios, declaraciones y protocolos posteriores reafirman esta idea y muestran que la brecha entre las propuestas o los acuerdos internacionales no terminan tanto cumpliendo lo aprobado en 1982

ni logran incorporar a la cultura en las prioridades de cara a la Agenda 2030 o al Mondiacult de 2022 en México.

¿Sobre qué bases se construyeron los nuevos documentos de campo?

La respuesta no es fácil. Los documentos de campo son múltiples y no todos han tenido las mismas bases, si es que en todos los temas o países las tuvieron. Por eso mismo, resulta ilustrador el proceso durante estos cuarenta años del principio referido al desarrollo sostenible de la Declaración de 1982, así como la atención a los problemas del medio ambiente, la cultura digital o la Inteligencia Artificial.

En relación con el desarrollo sostenible Alfons Martinell Sempere presenta una observación para nada complaciente en *Cultura y desarrollo sostenible: un estado de la cuestión*:

En lo internacional existe una resistencia de algunos países a compartir principios y valores culturales en la agenda global. Se mantiene una posición nacionalista de la cultura como una política de control estatal que expresa una falta de visión de la cultura en la contemporaneidad. Pero también las dificultades de percepción de la tecnocracia de las políticas de desarrollo de no saber incorporar y valorar la cultura en el desarrollo sostenible en su justa medida. (MARTINELL SEMPERE, 2020, p. 131)

La indignación en el sector cultural fue muy grande, cuando después del fracaso de 2015 no se logró los avances esperados, por eso Martinell dice:

[...] como ya sabemos, la Agenda 2030 no incorporó la cultura en sus 17 objetivos de Desarrollo Sostenible como un reflejo de la falta de coordinación entre las agencias del sistema de Naciones Unidas y una UNESCO sin autoridad e influencia política en estos momentos cruciales. Al final, aunque parezca una absurdidad se plantea ‘Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible’ sin reconocer e incorporar el rol de la cultura en este plan de acción. (MARTINELL SEMPERE, 2020, p. 131)

Estas afirmaciones de Alfons Martinell, luego matizadas con una visión relativamente esperanzadora: “De la indignación del sector cultural ante la Agenda 2030, y la posterior aprobación de un acuerdo que consideramos incompleto, han surgido estrategias de incorporación de la cultura a este Plan de Acción”. (MARTINELL SEMPERE, 2020, p. 134)

A lo anterior cabe agregar lo que sostiene Dianelkys Martínez-Rodríguez (2018, p. 55) en *Planear el Desarrollo desde su Dimensión Cultural: un Reto Post-2015*

[...] los niveles de avances mostrados en los debates internacionales se consideran incoherentes con la visión de futuro hasta 2030, donde siguen primando las dimensiones tradicionales: económica, social y ambiental. Aun cuando se realizan los Diálogos-Post 2015 y anteriormente surge la Agenda 21 de la Cultura, existe un divorcio entre la teoría generada y su materialización en los marcos de la planeación internacional.

Pero, en resumen, sucede que existe una suerte de consenso entre los investigadores y la comunidad cultural en la transversalidad del desarrollo cultural y su articulación no solamente con temas artísticos o simbólicos culturales sino con el tema de género, el medio ambiente, las nuevas tecnologías y las urgencias que esta década que apuntan a 2030. Todo en un escenario pos-covid que abre desafíos indiscutibles.

A modo de cierre provisorio

“Lo universal no puede postularse en abstracto por ninguna cultura en particular” siguen siendo una afirmación que requiere un compromiso mayor al alcanzado hasta el día de hoy. La universalidad es un horizonte manipulable – lo viene siendo desde hace siglos – y no pueden construirse ni proponerse políticas culturales sin cuestionar su validez. Ingresamos en un escenario pos-COVID, aunque de endemia. Ya tenemos instalada el acelerado avance de la Inteligencia Artificial. El cuida-

do del medio ambiente, ignorado por algunos y defendido por otros, es central para el futuro de la sociedad y de las múltiples expresiones y prácticas culturales en nuestros países.

La consigna hacia el 2030 no puede echar en el saco del olvido que los procesos y las transformaciones culturales son parte de procesos de larga duración. Habrá eventos o acontecimientos puntuales. Ocurrirán catástrofes, descubrimientos sorprendentes y también, sino se logra instrumentar políticas culturales transversales a todas las dimensiones de nuestras diversas sociedades no saldremos de la trampa en que estamos metidos desde hace siglos. Lo que no debemos hacer es abandonar lo único que podemos continuar haciendo –como decía Alba Cassina, militante feminista uruguaya – es: “insistir, insistir, insistir”.¹²

Hugo Achugar
Montevideo, 2022

Referencias

ALASUUTARI, P.; KANGAS, A. The global spread of the concept of cultural policies. *Poetics*, [s. l.], v. 82, oct. 2020. Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304422X1930316X>. Acceso en: 9 mayo 2022.

BAYARDO, R. Políticas culturales: derroteros y perspectivas contemporáneas. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 7, n. 1, p. 17-19, 2008.

BENJAMIN, W. *Tesis de filosofía de la historia*. [S. l.]: Revolta Global/Formación, 2003. vol. 4.

BRAUDEL, F. Historia y ciencias sociales: la larga duración. *Annales E.S.C.*, n. 4, p. 725-753, oct./dic. 1958.

12 La consigna de Alba Cassina aparece en el video *Sin pedir permiso* (1989) realizado a pedido del PLEMUU, organización feminista multipartidaria. Filmado por Maida Moubayed y Hilary Sandison.

BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. *Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left*. London: Verso Books, 2000.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, MÉXICO DF. *Declaración de México sobre las políticas culturales*. París: Unesco, 1982. Disponible en: <https://culturalrights.net/es/documentos.php?c=18&p=190>. Acceso en: 9 mayo 2022.

GARCÍA CANCLINI, N. El consumo cultural: una propuesta teórica. In: SUNKEL, G. (coord.). *El consumo cultural en América Latina: construcción teórica y líneas de investigación*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999. p. 72-95.

GOETHE, J. W. *Conversations with Eckerman (1823-1832)*. Traducción de John Oxford. San Francisco: North Point Press, 1984.

LAC Equity Lab: Etnicidad - Socio-Demografía. *Banco Mundial*, Washington, D.C., 2021. Disponible en: <https://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/lac-equity-lab1/ethnicity/ip-population>. Acceso en: 8 mayo 2022.

MARTINELL SEMPERE, A. Cultura y desarrollo sostenible: un estado de la cuestión. *Periférica Internacional*, [s. l.], n. 21, p. 128-135, dic. 2020.

MARTÍNEZ-RODRÍGUES, D. Planear el Desarrollo desde su Dimensión Cultural: un Reto Post-2015. *Revista Salud y Administración*, Miahuatlán de Porfirio Díaz, v. 5, n. 14, p. 43-58, mayo/agosto 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifiesto Comunista: 1848-1948*. Santiago de Chile: Universitaria, 1971.

OEA. *Convención Interamericana contra el Racismo, la Discriminación Racial y Formas Conexas de Intolerancia*. Washington, D.C., 2013. Disponible en: https://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-68_racismo_firmas.asp. Acceso en: 9 mayo 2022.

SANTOS, B de S. *Para descolonizar Occidente: más allá del pensamiento abismal*. Buenos Aires: CLACSO: Prometeo Libros, 2010.

SIN PEDIR PERMISO. Dirección de Maida Moubayed y Hilary Sandison. Uruguay, 1989. 1 video (33 min.). Video del PLEMUU (Plenario de Mujeres de Uruguay). Disponible en: http://www.uruguaytotal.com/videos/g5_info.htm. Acceso en: 7 mayo 2022.

VILLASEÑOR ANAYA, C. J. Cambios recientes en la institucionalidad cultural de México, un proyecto en redefinición. *Periférica Internacional: Revista para el Análisis de la Cultura y el Territorio*, [s.l.], n. 17, p. 259-272, 2016. Disponible en: <https://revistas.uca.es/index.php/periferica/article/view/3281>. Acceso en: 9 mayo 2022.

Qual o papel da cultura num mundo em mutação? Legados e desafios da Mondiacult 40 anos depois

*Mariella Pitombo**

Introdução

Organismo especializado da Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) nasce em um momento sócio-histórico em que o mundo acabava de presenciar os horrores da Segunda Guerra Mundial e as lideranças mundiais buscavam não só a reconstrução das sociedades-estados que haviam

* Professora adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECULT/UFRB) e do Programa de do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento (CHAL/UFRB). *E-mail:* mariellapitombo@ufrb.edu.br.

sido dilaceradas pelos massacrantes conflitos, mas também a reconfiguração de uma nova ordem econômica mundial a ser urdida pela cooperação entre as nações. O princípio que lhe deu origem pautava-se no entendimento de que a consecução da paz não adviria apenas de acordos econômicos e políticos, mas também da “solidariedade intelectual e moral da humanidade”, viabilizada através da cooperação internacional nas esferas da educação, da ciência e da cultura, ou seja, pelo espírito. Sua idiossincrasia repousa no fato de ser uma instituição que tem por objeto a imaterialidade das ideias, do conhecimento, dos símbolos, uma vez que sua principal missão repousa no plano abstrato da urdidura de princípios ancorados em valores éticos. Nos seus 77 anos de existência, o mundo mudou profundamente e a instituição onusiana foi sendo caixa de ressonância, mas também agente dessas mudanças principalmente no campo da cultura. (VIEIRA, 2009)

Em tempos de guerras, como o que vivemos agora, as organizações internacionais passam a ser alvo de infindáveis análises que colocam em xeque, como num eterno retorno, seu papel e sua efetividade. Muitas das críticas são pertinentes, principalmente quando se analisa os efeitos imediatos das suas intervenções. Mas há “modos” e “modos” de se intervir na realidade, alguns mais enérgicos e visíveis, outros mais sutis e invisíveis. A Unesco, me parece, possui uma atuação mais afeita a este segundo caso. Isto porque o principal ativo da Instituição são as ideias.

No campo da cultura, tecer ideias e conceitos numa espécie de ágora global e fazer reverberá-las mundialmente talvez seja a sua principal atuação. Se aparentemente tal função pareça anódina às urgências que o mundo globalizado prioriza na busca por soluções imediatas de problemas prementes, não podemos desconsiderar os efeitos a longo prazo de uma atuação que tem como princípio construir ideias para pacificar o mundo. Desenhar conceitos é produzir simbolizações que, por sua vez, moldam tantas outras ideias, comportamentos e, claro, políticas.

No campo da cultura, além da sua clássica ação de elaborar classificações no campo do patrimônio, a atuação da Unesco se materializa

através da promulgação de instrumentos internacionais (resoluções, declarações, convenções) que são elaborados através de uma complexa rede de agentes sociais (especialistas, funcionários, diplomatas, organizações da sociedade civil). As conferências internacionais, tal qual como a Conferência Mundial para as Políticas Culturais (Mondiacult), são o fórum por excelência no qual se deflagram propostas de novos documentos norteadores de políticas, logo, a arena privilegiada para se debater, classificar e hierarquizar, valores e princípios que dão substrato aos documentos internacionais. Conformer uma agenda internacional é estabelecer prioridades e categorias de compreensão social que se legitimam ao se universalizarem.

Portanto, o advento da realização de uma conferência internacional, principalmente carregando o simbolismo comemorativo como a Mondiacult, abre-se como uma janela para o agendamento de questões que, a priori, servem para orientar a implantação de políticas culturais dos países-membros. Analisar o legado da Mondiacult de 1982 e ensaiar perscrutar uma possível agenda para cultura em um momento de intensa crise global será a linha que orientará o desenvolvimento deste breve ensaio.

A Conferência Mondiacult: antecedentes e legados

Como nos lembra Bellier (1997) realizar uma abordagem antropológica sobre a cultura das instituições é tentar compreender o modo pelo qual constroem seu território e espaço político, tomando como substrato as práticas e discursos de seus representantes. O que se pretende fazer aqui, de forma mais modesta, é justamente entender a performance da Instituição onusiana através das suas ações e o modo como foi se constituindo como um espaço político global para a construção da agenda no campo da cultura e, conseqüentemente, das políticas culturais.

A Mondiacult, realizada no México em 1982, foi a 162^a. Conferência Geral realizada pela Unesco e a segunda dedicada ao tema específico das

políticas culturais desde a sua criação em 1945. A realização das conferências gerais no sistema ONU talvez se constitua no momento mais emblemático das ações desenvolvidas pelas suas agências especializadas. Afinal, é durante as conferências que o sentido de fórum global é mais plenamente vivenciado. Nessas ocasiões os governos nacionais, junto com outros atores sociais – ONGs e outros agentes da sociedade civil – se reúnem durante alguns dias para enredar ideias e pensar em medidas sobre uma questão de relevância para a agenda política mundial. Como resultado podem derivar daí novas normas, acordos e diretrizes internacionais que orientam as políticas nacionais. Logo, a realização de uma conferência mundial possibilita potencialmente o estabelecimento de novas agendas que irão orientar os países na formulação de suas políticas.

A primeira Mondiacult ocorreu entre 26 de julho a 6 de agosto de 1982, na Cidade do México, e reuniu 126 países membros e ainda uma centena de outras organizações internacionais do sistema ONU, organizações internacionais intergovernamentais, organizações não-governamentais e fundações. A reunião tinha como principal propósito realizar um balanço das principais práticas e políticas culturais adotadas pelos Estados desde a realização da Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais realizada em Veneza, em 1970.¹ Além disso, pretendia também debater o papel da cultura e estabelecer novas orientações para fomentar o desenvolvimento e a cooperação cultural. (UNESCO, 1982) Um dos principais legados dessa Conferência foi a ampliação do conceito de cultura, consubstanciada na sua emblemática definição que vem sendo adotada desde então, a saber:

1 A Conferência de Veneza teve como foco o protagonismo dos poderes públicos nacionais no fomento do desenvolvimento cultural. A ênfase passou da cooperação internacional para o fortalecimento das de políticas intraestatais, numa clara tendência de instrumentalização das capacidades administrativas das, sobretudo, das nações pós-coloniais e dos países em desenvolvimento. (VIEIRA, 2009)

Cultura [...] é todo o complexo de diferentes aspectos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela inclui não apenas artes e letras, mas também formas de vida, direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças. (UNESCO, 1982, p. 39, tradução nossa)²

Como veremos mais adiante, a Mondiacult representou também um importante ponto de virada na construção do discurso sobre a dimensão cultural do desenvolvimento, anunciando tal correlação já no seu documento final, a Declaração do México. Dessa forma, a Conferência pavimentou o caminho para o lançamento da proposta “Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural”, promovida pela ONU e pela Unesco no período entre 1988 a 1997.

Lastreada na ideia de *a priori sociais* formulada por Farias (2016), entendendo que os conceitos são formas de orientação da ação dos agentes sociais, portanto são geradores não apenas de ideias, mas também de práticas sociais. Neste sentido, compreender os conceitos não são apenas abstrações intelectuais sem efeitos práticos na realidade social. Parto do pressuposto de que operar remodelações conceituais, como assim tem feito a Unesco nos seus mais 70 anos de existência, tem implicações não apenas formulação de políticas culturais dos próprios estados nacionais, como também nos modos de atuação dos agentes culturais. Não é à toa, que o célebre conceito de cultura forjado pela Instituição durante a Conferência do México tem comparecido reiteradamente como substrato ideológico para a formulação de políticas públicas para a cultura, bem como tem figurado nas narrativas como também orientado práticas dos mais diferentes atores sociais que compõem a esfera cultural (ONGs, agências internacionais de desenvolvimento, governos). (PITOMBO, 2011) Logo, não é desprezível o papel dessa Instituição.

- 2 Do original: “La culture [...] l’ensemble des traits distinctifs, spirituels et matériels, intellectuels et affectifs, qui caractérisent une société ou un groupe social. Elle englobe, outre les arts et les lettres, les modes de vie, les droits fondamentaux de l’être humain, les systèmes de valeurs, les traditions et les croyances”.

*Cultura, desenvolvimento e diversidade cultural:
uma agenda em construção*

Desde que foi criada em 1945, a Unesco tem desenhado diferentes concepções sobre cultura que revelam as transformações sociais do seu tempo. Como já discutido em outras ocasiões (PITOMBO, 2007, 2011), este arco de ressignificação sobre a noção de cultura varia de uma concepção universalista, predominante nos seus primeiros anos de atuação, até uma noção mais particularista, que vem norteando as ações da instituição nas últimas décadas. Isto não quer dizer que uma abordagem tenha vindo a se sobrepor a outra. Ao contrário. Elas por vezes têm suas fronteiras embaralhadas. Lembremos que a Unesco está sediada em Paris – a capital das Luzes –, é fruto do mundo ocidental e dos valores iluministas que lhes derivam. Como bem descreveu Norbert Elias (1994) é na França que a equivalência entre cultura e civilização foi forjada.

Nessa concepção de tons universalistas, valores como mudança e progresso, orientados por um sentido teleológico da história, lastream a noção de civilização. Nessa fórmula metonímica, a cultura seria o vetor capaz de tirar o ser humano da ignorância, através da educação e do acúmulo de saberes, destinando-lhe a percorrer o caminho rumo à civilização numa escala evolutiva. A cultura compreendida enquanto civilização seria, então, o amálgama que une o imenso caleidoscópio humano em suas variadas formas numa totalidade, qual seja: a humanidade. Nas primeiras décadas de atuação da instituição, o conceito universalista de cultura predominou o modo de orientação de suas ações mediante a ênfase nos temas da educação e do conhecimento como chaves para a consecução da paz. Nesse momento, a noção de a cultura está associada como o acúmulo de saber, refletida nas produções artísticas e intelectuais. No entanto, a partir da década de 1970, há uma virada epistemológica e a noção de cultura tecida na instituição ganha um sentido de teor particularista. Mais comumente reconhecida como uma abordagem antropológica, esta ideia de cultura inclui no seu sentido, “para além das artes e das letras, os diferentes modos de pensar, sentir e agir

dos distintos grupos humanos”, vindo a ganhar seu contorno conceitual definitivo durante a Conferência Mondiacult, em 1982.

Relativismo e universalismo são concepções de mundo que carregam historicidades e moralidades específicas. Essencializá-las não é o caminho mais preciso para apreender o equilíbrio da balança entre estes dois pesos morais. Portanto, as concepções de cultura veiculadas pela Unesco em seus milhares de documentos difundidos ao longo dos seus 75 anos estão eivados destas duas moralidades; ora pendendo mais para o particularismo ora para o universalismo. O fato é que na ocasião da Mondiacult, a partir do desenho de uma concepção de cultura de tons mais relativistas – ao acentuar os distintos modos de expressão dos povos –, a Unesco abre um caminho para a agenda da diversidade cultural de forma mais intensa, derivando daí uma um fio que orientará doravante suas ações, qual seja: a construção do discurso em torno da relação entre cultura e desenvolvimento e a priorização das pautas que daí viriam a decorrer: o tema da diversidade cultural e da economia criativa.

Orientada pelo princípio da correlação entre cultura e desenvolvimento, a Unesco abre uma vereda através da qual irá promover uma série de ações que serão materializadas em novos encontros, conferências e documentos internacionais. A título de ilustração, arrolamos seus principais marcos. Em 1988, a Unesco lança o projeto Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), ação que consolida a fórmula cultura-desenvolvimento; em 1998 realiza a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento; em 2001 adota a *Declaração Universal da Diversidade Cultural*; em 2003, promulga a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* e em 2005 regulamenta a criação da *Convenção sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais*. Todos esses eventos constituíram-se em momentos paradigmáticos para a revisão de conceitos e para a implementação de projetos que levassem em conta a dimensão cultural do

desenvolvimento e a supervalorização da noção de diversidade cultural. (PITOMBO, 2011)

Nesse compasso, a instituição foi então desenhando e consolidando a ideia de diversidade cultural de uma forma bastante peculiar: ao tempo que reconhece as particularidades e pluralismo das expressões culturais, a evoca como um bem comum pertencente a toda humanidade, como podemos ver na seguinte definição estabelecida na Convenção de 2005:

Diversidade cultural refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. (UNESCO, 2005, p. 5)

E ainda no artigo da Declaração da Diversidade Cultural de 2001, intitulado “A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade”:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, *constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras*. (UNESCO, 2001, p. 3, grifo nosso)

Como bem apontou Renato Ortiz (2015) em sua obra *Universalismo e diversidade*, a consolidação do entendimento de que as culturas são um “patrimônio comum da humanidade” faz com que a ideia de diversidade se delineie como um valor universal, algo que deve ser cultivado

e respeitado. Desta forma, *o diverso torna-se um bem comum*. Segundo o autor tal construção conceitual faz que com este termo torne-se um oximoro, uma figura de linguagem que combina sentidos contraditórios, mas que reforçam sua expressão. Nas palavras de Ortiz: “[...] [a ideia de diversidade] exprime a coerência de algo que parece ser mutuamente excludente. Isso é possível porque o contexto se transformou. O oximoro da diversidade é um emblema da contemporaneidade”. (ORTIZ, 2015, p. 35) Nesse sentido, a herança universalista que funda as bases morais da Unesco, comparece como uma sombra que ronda suas crenças até hoje, uma vez que figura como um fundo de conhecimento que não deve ser abandonado mesmo em nome da diversidade.

No compasso da ampliação do conceito de cultura, a noção de desenvolvimento foi também ganhando um novo arco conceitual nas formulações da ONU e que na Unesco vai ser tecida a partir da reconciliação com a ideia de cultura. Os organismos intergovernamentais de fomento ao desenvolvimento, incluindo-se mais especificamente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao procederem a uma revisão sobre suas complexas tarefas, acabaram por elevar o papel da cultura a uma categoria de assunto estratégico na agenda internacional, pois passaram a postular que os esforços empreendidos até então a favor do desenvolvimento não haviam obtido êxito “[...] porque a importância do fator humano – a teia complexa de relações crenças, valores e motivações existentes no centro de toda cultura – fora subestimada em muitos projetos de desenvolvimento”. (PÉREZ DE CUÉLLAR, 1997, p. 9)

O eixo que gravita em torno dessas discussões, promovidas, principalmente, através dos inúmeros fóruns e conferências encabeçadas por essas agências, diz respeito, sobretudo, ao estabelecimento de um consenso internacional que reconhece o fato de que o crescimento dos países não pode ser avaliado tomando-se como referência apenas aspectos econômicos. A Mondiacult abre então o caminho para a for-

mulação reconciliatória entre as noções de cultura e desenvolvimento ao postular em sua Declaração final: “O homem é o princípio e o fim do desenvolvimento. Qualquer política cultural deve resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento”³ (UNESCO, 1982, p. 40) O ápice desta formulação é exposto no relatório *Nossa diversidade criadora*, documento resultante do projeto “Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997)” que, por sua vez, foi um desdobramento direto da Mondiacult. Diz o documento:

Todas as formas de desenvolvimento – incluindo o desenvolvimento humano – são determinados, em última análise, pelos fatores culturais. Dessa perspectiva, não faz sentido falar de ‘relação entre cultura e desenvolvimento’, como se tratasse de dois conceitos separados e estanques, já que o desenvolvimento e a economia fazem parte – ou são um aspecto – da própria cultura de um povo. Cultura pois não significa um elemento do progresso material: ela é a finalidade última do ‘desenvolvimento’ definido como o florescimento da existência humana em seu conjunto e em todas as formas. (UNESCO, 1997, p. 33)

O princípio da dimensão cultural do desenvolvimento vai pautar as futuras ações da instituição e estará presente em praticamente todos os documentos que serão promulgados pela instituição a partir de então. Na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1998, o tema do desenvolvimento é seu foco central. Em seu documento final, a Unesco reafirma mais uma vez que os principais objetivos do desenvolvimento humano são o florescimento social e cultural dos indivíduos, condição esta promovida pela interdependência entre cultura e desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 1998) Essas premissas serão reiteradas tanto na Declaração da Diversidade Cultural, como na Convenção de 2005. Desde então, o princípio da conciliação entre cultura e desenvolvimento não saiu de

3 Do original: “L’homme est à l’origine du developpement; il en est aussi la fin. Toute politique culturelle doit retrouver le sens profond et humain du développement”.

pauta e continuou perpassando suas ações até os dias atuais. Não por acaso, na *homepage* oficial sobre a Conferência Mondiacult 2022, a Unesco reatualiza esta agenda quando conclama os estados-membros a repensar as políticas culturais, na atualidade, a partir da valorização da ideia de desenvolvimento sustentável, ancorada agora no megaprograma da ONU a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Qual a agenda da cultura em um mundo em mutação?

Analisando o conjunto das ações da Unesco, especialmente a partir do marco histórico que foi a Conferência Mondiacult, não há como negar que a perspectiva em torno do futuro do planeta permeou as atividades da instituição, desde pelo menos a década de 1970, quando promulgou a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, um documento que inaugura de forma explícita a conexão entre preservação dos bens culturais e naturais. Desde então foram inúmeras as ações e documentos criados reiterando esta dimensão irreconciliável entre cultura e desenvolvimento.

Mas passados 40 anos desde a realização da Mondiacult, os limites ambientais do planeta atingiram um ponto quase sem retorno no que se refere à sua intensa degradação. Os sinais apontam para um cenário pouco animador em relação à consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela ONU. Só para citar um exemplo bem recente, o último relatório Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), publicado em abril de 2022 pela ONU, reitera o horizonte desafiador no que se refere ao controle das mudanças climáticas: os especialistas consideram que temos apenas três anos para tentar frear o aquecimento do planeta a 1,5°C – comparado ao período pré-industrial – mediante a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Terão os objetivos do desenvolvimento sustentável fracassado? O panorama econômico político, social, cultural e ambiental que se apresenta nos dias atuais é pouco inspirador e nos deixa a sensação

pessimista de que galgamos mais retrocessos do que avanços. Batemos recordes históricos de concentração de renda e a indecorosa desigualdade social daí decorrente se espalha pelo mundo afora e no Brasil ganha cores e formas mais agudas. Se historicamente o Brasil foi construído pela chaga insidiosa da escravidão, o país não abandonou esta “tradição” e vem reatualizando seus métodos de extermínio, transformando-se numa máquina devoradora de pobres, pretos e povos originários. Aqui o célebre conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Bembe, é encarnado com todas as evidências. Ademais, presenciamos no Brasil e em outros países a emergência de uma onda conservadora na política, mediante o recrudescimento de governos autoritários de verniz neofascista. Na contrapartida do crescente reconhecimento das identidades culturais – étnico-raciais, de gênero, religiosas, etárias, entre outras –, assiste-se a uma ignóbil ascensão de preconceitos, intolerâncias e fundamentalismos de toda ordem que muitos intérpretes dos tempos contemporâneos têm cunhado de guerras culturais. Terá a agenda da diversidade cultural, tão celebrada pela Unesco, falhado?

É necessário sim reconhecer os avanços políticos, sociais e culturais que agenda da diversidade cultural proporcionou nas últimas décadas. Para ficarmos apenas no Brasil, a partir de um olhar retrospectivo, hoje vivenciando os desmontes de um governo autoritário, podemos constatar com mais clareza os efeitos positivos de políticas afirmativas como as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, ou na valorização e florescimento das culturas populares viabilizado, por exemplo, pelo Programa Cultura Viva, através dos Pontos de Cultura.

Contudo, a pauta diversidade cultural é ampla e complexa e mesmo que incluída como *aggiornamento* pelas organizações internacionais ou incorporadas como programas de políticas públicas de diferentes países, há ainda um largo caminho a percorrer para que esta pauta alcance resultados que potencialmente carrega, a saber: o diálogo entre diferentes grupamentos humanos, o igual reconhecimento das dife-

renças culturais e o estímulo à solidariedade e à compreensão mútua – premissa esta que está na gênese da Unesco. No entanto, cabe admitir também que o valor da diversidade cultural, paradoxalmente, pode ser um deflagrador de crises e conflitos uma vez que na contraface desta moeda encontra-se a questão da identidade e do pertencimento – valores que historicamente foram motivadores de guerras e conflitos e que na contemporaneidade tem se reatualizado mediante a deflagração das chamadas guerras culturais. Teremos não suportado as diferenças? Antes de tudo, somos iguais ou diferentes?

O equilíbrio entre universalismo e diversidade, esta balança que pontuou toda a história conceitual da Unesco, se apresenta talvez como um dos dilemas mais agudos dos nossos tempos. Afinal, citando Caetano, o que será que nos destina? Superar as heterogeneidades em nome de um universalismo abstrato que se ampara em um substrato comum, a chamada humanidade ou reconhecer a irredutibilidade das diferenças constitutivas deste caleidoscópio de formas e expressões que ganham contornos distintos nos seres humanos?

Se nos restringirmos apenas ao caráter positivo do valor da diversidade cultural e às políticas que daí derivaram mais acentuadamente a partir dos anos 2000 no âmbito da Unesco, há de reconhecer que estas políticas deixaram lacunas. Em estudo sobre os indicadores culturais que pautaram a análise dos resultados da Convenção da Unesco sobre a diversidade cultural após dez anos de promulgada, Kauark (2019) aponta para excessiva ênfase que se deu aos aspectos econômicos e comerciais dessa política em detrimento de valores essenciais ao tema da diversidade cultural, tais como interculturalidade, direitos humanos, cidadania cultural, parecendo desconsiderar assim a dimensão simbólica da cultura – seu substrato indenitário, étnico, religioso, linguístico –, como componentes fundamentais aos bens e serviços culturais.

Em relatório sobre a implementação da Convenção de 2005, publicado este ano pela Unesco, um dos aspectos abordados diz respeito à insuficiente integração da cultura nas políticas para o desenvolvimento

sustentável – como vimos um forte princípio da instituição, inserido em sua agenda política desde a Mondiacult de 1982. Não à toa o capítulo dedicado ao tema se intitula “Cultura e desenvolvimento sustentável: um potencial ainda inexplorado”. O documento aponta para o fato de que as expressões culturais e a criatividade continuam sendo negligenciadas nas ações voltadas para o meio ambiente e que poucas ações de fomento para a diversidade das expressões culturais estão previstas na Agenda 2030; indica ainda que proporção do fomento público para o desenvolvimento sustentável destinado à cultura continua expressivamente baixo, representando apenas 0,23% da ajuda total que os países destinam a esta ação. (UNESCO, 2022)

Tal condição aponta para os limites do binômio cultura-desenvolvimento, reforçando algumas correntes analíticas que diagnosticaram o fracasso dos modelos de desenvolvimento que vem sendo implantado nas últimas décadas. Um conjunto de autores, alinhados às correntes descoloniais, vêm elaborando uma teoria crítica sobre o desenvolvimento que vem sendo intitulada de pós-desenvolvimento. A ênfase dessas análises, de linhagem pós-estruturalista, recai sobre o modo como o desenvolvimento se tornou uma estratégia de dominação, social, econômica, cultural e política, sobretudo de países das periferias do mundo, localizados na África, na Ásia e na América Latina. Portanto, esses intérpretes apontam os limites dos modelos de desenvolvimento hegemônicos – mesmo considerando seu esforço de moldar soluções reformistas para a crise global a partir de ressignificações como “desenvolvimento sustentável”, “humano” etc. – ao denunciarem a permanência do crescimento econômico como eixo ideológico, excluindo os conhecimentos, vozes e preocupações das populações beneficiárias do desenvolvimento, quais sejam: os pobres destes continentes alvos do aparelhamento institucional e discursivo do desenvolvimento. (ESCOBAR, 2018)

O conjunto dessas análises aponta para o esgotamento do desenvolvimento enquanto modelo econômico, uma vez que os efeitos sociais

e ambientais foram catastróficos, acentuando as desigualdades sociais. Orientados por questões sobre os equívocos que deflagraram a crise econômica, social e ambiental atual e na busca pela construção de um futuro melhor, esses autores propõem uma nova agenda chamada de pós-desenvolvimento. Propõem a desconstrução do que chamam de “ideologia universalizante do desenvolvimento sustentável” em nome da defesa de modelos alternativos de viver e estar no mundo, capazes de gerar estratégias de transição rumo a transformação. Propõem a substituição da ideia de universo pela de “pluriverso”, cujo princípio repousa no reconhecimento das heterogeneidades, da existência de diferentes mundos ou, sob a inspiração zapatista, “um mundo em que caibam muitos mundos”. (KOTHARI, 2021, p. 46) Nesses modelos alternativos defende-se a união das epistemologias tradicionais aos conhecimentos contemporâneos mediante um diálogo horizontal e respeitoso. Desse modo, valores como diversidade, autonomia, autossuficiência, solidariedade, recusa de hierarquias, sustentabilidade ecológica, inclusão, dignidade, bens comuns e ética coletiva são convocados como condição para que outros modos de existir sejam possíveis, abrindo-se assim uma vereda para que o futuro possa se realizar. A seguinte passagem do livro *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*, é reveladora da concepção e dos valores que suportam a ideia de pluriverso:

Um mundo pluriversal supera atitudes patriarcais, racismo, castaísmo e outras formas de discriminação. Nele as pessoas reaprendem o que significa ser uma parte humilde da ‘natureza’, deixando para trás noções antropocêntricas estreitas de progresso baseadas no crescimento econômico. Enquanto muitas articulações pluriversais criam sinergia entre si ao contrário da ideologia universalizante do desenvolvimento sustentável, elas não podem ser reduzidas a uma política abrangente para administração da ONU, nem por regimes regionais ou estatais. Nós vislumbramos uma confluência mundial de alternativas, capaz de gerar estratégias de transição e de incluir pequenas ações cotidianas rumo a uma grade transformação. (KOTHARI, 2021, p. 46-47)

Em direção semelhante, há também uma corrente de intelectuais-ativistas e ativistas-intelectuais, entre eles Bruno Latour, Donna Haraway, Isabelle Stengers, Eduardo Viveiros de Castro, Ailton Krenak, que vem apontando os limites deste momento histórico – cunhado por alguns deles de Antropoceno – e a necessidade imperiosa de se reinventar as nossas práticas de consumo e modos de estar no mundo para garantir o nosso futuro. Será a cultura uma das saídas para a reexistência de um mundo em mutação?

Pensadores como Ailton Krenak (2019), por exemplo, detratam a ideia de humanidade, sobretudo formulada pelas agências internacionais, tal qual a Unesco. Para ele, originária de uma matriz civilizatória europeia, logo branca, a ideia de humanidade achatou as pluralidades de formas de estar no mundo, sobretudo quando se toma como referência os modos de existência dos povos originários. Em consonância com os defensores da ideia de pluriverso, Krenak defende uma visão pluralista em oposição à universalista, uma vez que advoga pelo florescimento das diferentes formas de vida e suas distintas cosmologias de habitar o planeta. Portanto, para ele o respeito às diferentes matrizes culturais seria a solução para vislumbrarmos o futuro para a Terra. Nas suas palavras:

Devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos essa abstração de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identificam, agindo no mundo à nossa disposição, pegando o que a gente quiser. (KRENAK, 2019, p. 69)

O pensamento de Krenak está alinhado com uma recente corrente das ciências sociais, mais notadamente da antropologia, que está atenta sobretudo às múltiplas ontologias de ser no mundo, ou para falar com Latour, em distintos “modos de existência” no qual a separação entre “natureza” e “cultura” é insuficiente para compreensão destas formas de vida. Portanto, há uma virada metafísica nesse tipo de interpretação

que desestabiliza a compreensão das culturas pela lente europeia que historicamente dividiu estas duas dimensões em busca de uma unidade possível entre os seres, qual seja, a humanidade. Lembremos que a ideia de humanidade é também uma construção social que se estabilizou como uma rocha, constituindo-se em mais um legado do cabedal de valores e práticas que a matriz civilizatória moderna deixou como um acervo praticamente inamovível.

Estariam as agências internacionais, estes fóruns globais de invenção de conceitos e modos de orientação da ação, prontos ou aptos para encarar esta virada metafísica como assim vem propondo as novas correntes antropológicas? Tomar esta agenda do reconhecimento da pluralidade dos modos de existência de estar no planeta – não pela lente interpretativa que vem sendo implementada pela Unesco nos seus últimos 40 anos – talvez pareça uma aposta radical e um tanto quanto utópica, mas talvez seja a chave para o grande desafio de frear a catástrofe em curso e “segurar o céu”, tomando aqui como metáfora a tese de David Kopenawa, para garantir um horizonte possível de permanência de outras gerações neste planeta. Afinal, as formas de vida dos povos originários e suas respectivas cosmogonias parecem ter a chave para conter a “queda do céu”, uma vez que a separação entre natureza e cultura não conforma seus modos de existência. Ao contrário, sua profunda conexão com os elementos que constituem o que costumamos chamar de natureza (rios, florestas, montanhas, animais) e agentes não humanos (espiritualidades) viabilizou suas existências por milhares de anos. Talvez resida aí chave para o futuro: um retorno à ancestralidade no que for possível retê-la nas condições presentes.

Reconhece-se que a pauta ambiental se tornou central para a agenda política internacional contemporânea e vem sendo discutidas pelas agências onusianas desde pelo menos a década de 1970. Mas algo parece não estar tendo êxito satisfatório, seja nas concepções sobre o enfretamento, seja pelos modelos propostos nestes fóruns de debates. Evidentemente, que aqui não se tem a intenção de responsabilizar a

escassez dos resultados apenas pelas ações dos organismos internacionais. Sabe-se que essa é mudança de caráter coletivo e que devem ser promovidas de forma mais localizada possível, tendo os governos nacionais e locais papel fundamental.

Mas há também de se questionar: a saída se daria mediante a reiteração de práticas e políticas das instituições modernas (o Estado, as agências internacionais) que formulam suas ações, geralmente de caráter generalizante, a partir de gabinetes da tecnocracia global? Como vimos pelas análises de autores como Kothari (2021) e Krenak (2019), as teorias críticas do desenvolvimento apontam para o esgotamento do modelo de uma governança global gestado pelas agências internacionais, uma vez que partem de premissas universalizantes, impondo padrões genéricos de mudança em detrimento da consideração de matrizes alternativas já postas em práticas sobretudo nas periferias do mundo.

Uma outra agenda que se apresenta como desafio a ser encarado pela Mondiacult 2022, e já levantada como pauta nos pronunciamentos oficiais da Unesco sobre a Conferência, se refere aos efeitos devastadores da pandemia no setor cultural. A primeira pandemia do século XXI veio escancarar as fragilidades da cultura na sua dimensão mais restrita, entendida como um campo específico da produção, difusão e consumos de bens e serviços culturais, como também expressou que este campo não está incólume aos efeitos deletérios das catástrofes ambientais. Ainda que não se tenham evidências seguras e concretas sobre a origem da pandemia, muitos especialistas apontam que a o surgimento e proliferação de novos organismos, como vírus e bactérias, terão cada vez mais suas causas originadas pelos desequilíbrios ecológicos. Portanto, a relação entre cultura e meio ambiente se torna uma agenda incontornável uma vez que outras pandemias já estão sendo previstas pelos especialistas. Logo, é necessário antecipar-se e formular estratégias que amparem o setor cultural em casos extremos como o que vivemos recentemente.

Diante do exposto, uma agenda parece se delinear para o futuro:

- a) mais do que propor modelos *de* desenvolvimento a partir de uma revisão da noção positivada deste conceito (sustentável, humano etc.), como apontam os defensores da escola pós-desenvolvimentista, talvez o caminho seja considerar alternativas *ao* desenvolvimento, a partir de experiências já postas em prática por movimentos sociais, cujos princípios se baseiam nas lutas socioambientais, no acionamento de outras epistemologias e na convivialidade horizontal entre os diferentes povos (ESCOBAR, 2018);
- b) a necessidade de não apenas reconhecer a “nova centralidade política das ontologias” (ESCOBAR, 2018), quais sejam dos pluriversos, cosmogonias e formas de existência dos distintos povos, mas também a inclusão destas subjetividades e seus respectivos agenciamentos políticos na construção de políticas;
- c) a incontornável articulação entre pautas culturais e ecológicas na formulação de políticas, sejam culturais, sociais, ambientais e econômicas.

Considerações finais

À guisa de conclusão, cabe ressaltar o tom ensaístico deste texto. A intenção foi muito mais de levantar questões do que apresentar respostas. Retomar a análise da atuação Unesco após mais de 10 anos quando da realização da minha pesquisa de doutorado, me impôs o desafio de rever alguns posicionamentos sobre a instituição em um contexto em que o mundo parece ter mudado para pior quando presenciamos o recrudescimento de guerras culturais, a ascensão da extrema-direita e o neofascismo mundo afora – acontecimentos estes contrários às pautas celebradas pelos documentos unescianos, quais sejam: o respeito as diferenças, a solidariedade entre os povos e a busca da paz mundial.

Ademais, as diferentes questões levantadas se impuseram nas minhas reflexões ao me deparar com uma literatura que anuncia a necessidade de transformação de práticas e políticas para que o mundo possa

continuar existindo. Essas novas análises me tiraram do lugar de conforto analítico a partir de perspectivas que já pareciam assentadas ao me provocarem a repensar os modelos de governança global propostos por agências internacionais como a Unesco, me conduzindo assim para a constatação da necessidade imperiosa de reprogramarmos a rota para que o futuro possa continuar existindo como possibilidade.

Referências

BELLIER, I. Une approche anthropologique de la culture des institutions. In: ABÉLÈS, M.; JEUDY, H.-P. *Anthropologie du politique*. Paris: Armand Collin, 1997. p. 129-161.

CONFÉRENCE MONDIALE SUR LES POLITIQUES CULTURELLES, 2., 1982, Mexico City. *Rapport final*. Paris: Unesco, 1982.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. vol. 1.

ESCOBAR, A. *Sentir-penser avec la Terre: une ecologie au-delà de l'Occident*. Paris: Seuil, 2018.

FARIAS, E. Multimodalidade da Memória e a Sociologia dos a Priori Sociais. *Arquivos do CMD*, v. 4, n. 1, p. 112-155, jan./jul. 2016.

KAUARK, G. Monitoramento da Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais: disputas conceituais em torno dos indicadores culturais. *O público e o privado*, Fortaleza, v. 17, n. 34, p. 239-266, jul./dez. 2019.

KOTHARI, A. *et al.* (org.). *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PÉREZ DE CUÉLLAR, J. *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

PITOMBO, M. A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da Unesco. In: ALVES, E. P. M. *Políticas culturais para as culturas populares no Brasil Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011. p. 89-124.

PITOMBO, M. Entre o universal e o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na Unesco. In: NUSSBAUMER, G. (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007. p. 115-138. (Coleção CULT).

ORTIZ, R. *Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo*. São Paulo: Boitempo, 2015.

UNESCO. *Conférence mondiale sur les politiques culturelles: rapport final*. Mexico, D.F., 1982. Paris: Unesco, 1982.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris: Unesco, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em: 20mar. 2022.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Paris: Unesco, 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UNESCO. *Re/penser les politiques en faveur de la créativité: la culture, un bien public mondial*. Paris: Unesco, 2022.

UNESCO EXECUTIVE BOARD, 155., 1998, Paris. *Informe del Director genreal sobre el seguimiento de la Conferencia intergubernamental de Estocolmo sobre políticas culturales para el desarrollo*. Paris: Unesco, 1998.

VIEIRA, M. P. *Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da Convenção para a Promoção e a Proteção para a Diversidade das Expressões Culturais*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Mondiacult: referências, políticas e atualidades para a promoção da diversidade

*José Márcio Barros**

*Giselle Dupin***

*José Oliveira Júnior****

Introdução

Não são poucas as referências à Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Cidade do México em 1982, como um marco conceitual, político e institucional fundamental. Tal reconhecimento se dá em dois

* Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural da Universidade do Estado de Minas Gerais (ODS/UEMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Artes da UEMG e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail:* josemarciobarros2013@gmail.com.

** Membro do ODS/UEMG. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Gestão Cultural pela Paris Dauphine. Ponto de Contato da Unesco no Brasil para a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. *E-mail:* giselledupin@gmail.com.

*** Membro do ODS/UEMG. Mestre em Comunicação Social pela PUC Minas. Diretor de Economia Criativa na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (2020-2022). *E-mail:* joseoliveira.juniorbh@gmail.com.

sentidos complementares: por sua importância como uma espécie de síntese dos esforços e avanços empreendidos pela Unesco, a partir dos anos de 1960, mas também, e talvez principalmente, como um acontecimento que inaugurou novas perspectivas para se pensar a cultura e as políticas culturais a partir dos anos de 1990.

Os antecedentes históricos da criação da Unesco podem nos ajudar a compreender como, a partir dos anos de 1960, a questão cultural assumiu importância na sua estrutura e no conjunto de suas ações. Ainda em 1942, ou seja, nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, foi realizada, em Londres, uma Conferência de Ministros Aliados da Educação (CAME) que estendeu seus trabalhos até o final da guerra, e que tinha como objetivo pensar os desafios para recompor os sistemas de educação após o término do conflito bélico.

Em 1945, uma Conferência das Nações Unidas foi convocada e realizada com o propósito de se constituir uma organização educacional e cultural, que viria a ser a Unesco. Dos 40 Estados membros presentes, 37 assinaram documento para a constituição da Unesco, que passou a existir concretamente a partir de 1946, após a vigésima ratificação pelos Estados membros que a constituíram, dentre eles o Brasil.

Como mostra Ely Guimarães dos Santos Evangelista em sua tese de doutorado intitulada *A Unesco e o mundo da cultura*, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1999, sob a orientação de Octavio Ianni, a Unesco, desde a sua origem, esteve envolta em contradições e paradoxos entre seus ideais de unidade mundial e a realidade das lutas nacionais e das disputas entre as nações. As contradições do contexto pós-guerra estão presentes desde a constituição da Organização:

O mundo em 1947 é, portanto, um vasto, complexo, problemático campo de trabalho para uma instituição intergovernamental que traz na sua concepção a intenção, ou a semente, da universalidade e da supranacionalidade, inerentes à tarefa

política de promover a cooperação entre as nações, nos campos da educação, da ciência e da cultura, percebidas como meios de construir, entre as nações e os povos, uma paz duradoura, fundada na solidariedade intelectual e moral da humanidade, eufemismo que oculta um aspecto fundamental. [...] Trata-se, no fundo, de responder à questão de como permitir, sem guerra entre as grandes potências, e mediante um novo concerto entre as nações, a continuidade da expansão e da reprodução ampliada de um determinado modo de organizar a vida social. (EVANGELISTA, 1999, p. 15-16)

Para além das contradições políticas entre os Estados membros, fazem-se presentes na própria gênese da instituição concepções e práticas diferentes sobre como estabelecer um processo de cooperação internacional para a consolidação de um modelo hegemônico de paz mundial, alimentado pelo tripé educação, ciência e cultura. Debates e disputas sobre as diferentes e desiguais formas de participação na instituição, a presença e os interesses de empresas privadas e organizações não governamentais de distintos setores, evidenciam que, desde o início, a Unesco sempre esteve em processo de conflitos e disputas. Em suma, sua característica fundante parece ser a do

Exercício político de uma instituição que atua na linha de tensão das forças contraditórias dinamizadoras de uma realidade social em cuja construção suas áreas de atuação incidem de maneira fundamental. (EVANGELISTA, 1999, p. 39)

Em sua história, mesmo que mantendo a busca por uma espécie de utopia de universalidade, sua composição e sua atuação passam a expressar crescentemente dimensões multiétnicas e multiculturais, superando e complexificando a polaridade que alimentou sua criação. À oposição entre vencedores e vencidos na Segunda Guerra Mundial, agregam-se as tensões e diferenças de visões trazidas pelos países que entram para a instituição, marcados por processos de descolonização.

Do sustentável e identitário às diferenças criativas e produtivas

Síntese de avanços e precursora de futuros, a Conferência Mondiacult realizada em 1982, na Cidade do México, é um tríplice símbolo da busca por uma clareza conceitual sobre a cultura, da importância de se desenvolver e implantar políticas culturais coerentes com essa visão conceitual e da urgência de se construir compromissos políticos e institucionais com a implantação delas.

Nesse sentido, a Mondiacult 1982, como ficou popularmente conhecida, é considerada um marco na área das políticas culturais, principalmente porque foi quando se registrou uma ampliação tanto do conceito de cultura quanto da ideia de desenvolvimento cultural, até então restritos à criação artística e à conservação do patrimônio nos moldes propostos pela Convenção do Patrimônio Cultural e Natural, de 1972.

Seu documento final, a Declaração do México sobre as políticas culturais, estabeleceu que a cultura extrapola as artes e abarca também “[...] os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, 1982) Adotou-se, portanto, a ideia de que os valores da cultura também se expressam na vida cotidiana, por meio de atividades que tornam possíveis as formas de expressão pelas quais os valores dos grupos e comunidades são transmitidos através das gerações. Ao defender a necessidade de proteger igualmente essa dimensão da cultura, fez-se referência ao “patrimônio imaterial”, praticamente inaugurando a utilização oficial dessa expressão.

Ao mesmo tempo, a Mondiacult rejeitou qualquer hierarquia entre as culturas, adotando uma postura de respeito por todas elas, o que muito contribuiu para consolidar a ideia de diversidade cultural. Com a valorização da diversidade de culturas, reafirmou-se a importância de se preservar as características distintivas – materiais, intelectuais ou

espirituais – dos grupos sociais e, conseqüentemente, das identidades culturais, como assinala Mouliner (1994, p. 22, tradução nossa)¹:

A Conferência considera que o patrimônio cultural, material e intelectual constitui o elemento essencial e é parte integrante da identidade nacional [...]. As culturas se enriquecem e se renovam por meio do diálogo mútuo, e esse processo pressupõe o respeito da diversidade das culturas e da pluralidade dos sistemas de valores e, assim, a proteção das culturas das minorias nacionais ou outras. Cada cultura é um elemento do patrimônio comum da humanidade, portanto, a salvaguarda da identidade cultural dos povos e dos grupos é um imperativo para todos.

Assim, um dos resultados da Conferência foi a solicitação feita à Unesco para que não limitasse seu programa de preservação do patrimônio cultural aos monumentos e lugares históricos, mas que desenvolvesse também programas e atividades para salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, especialmente as tradições orais. Outro aspecto importante da cultura ressaltado na Mondiacult 1982 é a dimensão cultural do desenvolvimento. A Declaração do México afirma que:

O crescimento tem sido frequentemente concebido em termos quantitativos, sem levar em conta sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico visa o bem-estar e a satisfação constante de cada um e de todos. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, 1982)

- 1 Do original: “La Conférence considère que le patrimoine culturel, matériel et intellectuel constitue l’élément fondamental et est partie intégrante de l’identité nationale; [...] Les cultures s’enrichissent et se renouvellent par le dialogue mutuel, et ce processus présuppose le respect de la diversité des cultures et de la pluralité des systèmes de valeurs, par conséquent la protection des cultures des minorités nationales ou autres. Chaque culture est un élément du patrimoine commun de l’humanité, la sauvegarde de l’identité culturelle des peuples et des groupes est donc un impératif pour tous”.

Após lembrar, no parágrafo 11, que é indispensável humanizar o desenvolvimento e que toda “[...] política cultural deve resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento”, o texto final da Conferência lembra que é no âmbito da cultura e da educação que poderão ser encontrados novos modelos de desenvolvimento e que as estratégias sempre devem levar em conta as dimensões histórica, social e cultural de cada sociedade. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, 1982)

Trata-se, portanto, de uma visão holística do binômio cultura e desenvolvimento que, caso tivesse sido aprofundado deste então pela comunidade internacional, teria contribuído para uma inserção mais clara e assertiva da cultura nas agendas de desenvolvimento que viriam a ser propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000 e 2015 (conhecidas, respectivamente, como Agenda do Milênio e Agenda 2030).

Embora de forma mais restrita, ambas as abordagens da cultura – contribuição para o desenvolvimento, e patrimônio imaterial ligado à afirmação identitária – reverberaram nos anos seguintes na cena internacional. A ONU lançou a *Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997)*, que tinha como objetivos levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento, a afirmação e o enriquecimento das identidades culturais, a ampliação da participação na vida cultural e a promoção da cooperação cultural internacional.

Também repercutindo a ampliação da visão de cultura proposta na Mondiacult do México, a Unesco e seus Estados-membros assumiram diversos compromissos, por meio da adoção de um conjunto de novos instrumentos internacionais de proteção das manifestações culturais, alguns dos quais visavam a cobrir lacunas deixadas pela *Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, de 1972, voltada apenas para a proteção dos monumentos (definidos como obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência) e conjuntos (grupos

de construções isoladas ou reunidas) que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. (UNESCO, 1972)

Em 1989, a Conferência Geral da Unesco adotou a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (UNESCO, 1989), primeiro instrumento jurídico deste tipo voltado para a proteção do patrimônio cultural imaterial e que representava, portanto, uma resposta aos desejos expressados na *Mondiacult*.

Pouco tempo depois, em 1992, a ONU criou, atendendo a um pedido da Unesco, uma Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento de caráter independente. Presidida pelo ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, essa Comissão produziu um relatório intitulado *Nossa diversidade criadora*, que se tornou rapidamente uma referência na área.

O trabalho destacou que o rico patrimônio material e imaterial transmitido de geração em geração e presente na memória coletiva de comunidades do mundo inteiro – constituído tanto por objetos físicos, tais como monumentos, obras de arte e artesanato, quanto por tradições e expressões orais –, fortalece o sentimento de identidade e precisa ser preservado. Uma das conclusões dos especialistas da Comissão foi a recomendação para que fossem adotadas outras formas de reconhecimento do patrimônio cultural, além da *Convenção do Patrimônio de 1972*, inadequada para a salvaguarda do patrimônio imaterial.

Foram necessários mais alguns anos de estudos e discussões até a adoção na Unesco em 2001, da *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* e, em 2003, da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. O objeto desta última são

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, art. 2)

Entretanto, ao longo dos anos as questões suscitadas pela Mondiacult de 1982 foram paulatinamente perdendo a abordagem ampla da cultura, integrada a diversas outras áreas do conhecimento e da ação humana, e se bifurcando em uma espécie de visão dual que vai repercutir tanto nos documentos internacionais quanto nas políticas culturais adotadas pelos países.

Por um lado, a dimensão identitária da diversidade cultural passou a ser abordada por uma Convenção que propõe a elaboração de uma lista, decidida pelos poderes públicos, de manifestações culturais elevadas à categoria de patrimônio mundial. Na prática, a inserção de bens na lista do patrimônio foi associada ao ganho de prestígio dos países detentores, e ao desenvolvimento do turismo local, resultando muitas vezes em uma visão mercadológica da cultura imaterial. Os resultados nem sempre beneficiam a diversidade cultural, conforme explica Zanirato (2018, p. 25):

Há que lembrar que a ativação [patrimonial] provoca alterações de natureza semântica, jurídica, cognitiva nos bens considerados patrimônio, que não correspondem aos sentidos anteriores atribuídos pela comunidade em geral. Também de que a ativação implica a seleção dos bens, formulação, execução e controle da política patrimonial, o que restringe a possibilidade de identificação mais ampla com o patrimônio ativado. [...] Especialistas em leituras sobre o patrimônio [...] estão a nos dizer que o patrimônio continua a ser planejado e gerido de cima para baixo, com escassa e elitista participação social.

Por outro lado, ao invés das políticas de desenvolvimento levarem em conta a cultura e a diversidade cultural, percebe-se que, para além da valorização da dimensão econômica da cultura, é esta que se rende às lógicas econômico-financeiras, como lembra Miguez (2014, p. 366):

[...] É nos enlaces com o campo da economia que, de forma mais acentuada, a cultura tem vindo a demandar a atenção do mundo científico-acadêmico, de instituições governamentais, de agências multilaterais, de bancos de desenvolvimento e de organizações não governamentais.

Ao arcabouço normativo da Unesco veio se somar, em 2005, a *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* que, embora defina diversidade cultural de forma bastante ampla – “[...] refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão” (UNESCO, 2005, art. 4) –, dedica especial atenção às indústrias culturais (definidas como aquelas que produzem bens e serviços culturais) e inclui, como direito das partes, o de adotar medidas “[...] destinadas a fornecer às indústrias culturais nacionais independentes e às atividades no setor informal acesso efetivo aos meios de produção, difusão e distribuição das atividades, bens e serviços culturais”. (UNESCO, 2005, art. 6)

Ao longo do tempo, a Unesco, defendendo-se de críticas sobre uma eventual sobreposição de seus instrumentos – que correspondem a uma estrutura e um orçamento específico para cada um dentro da instituição –, passou a compartimentar os temas das convenções culturais, e mais especificamente as do patrimônio cultural material (1972), patrimônio cultural imaterial (2003) e indústria cultural (2005), de modo que não há nenhuma interação entre elas. Com isso, a “diversidade cultural” da convenção mais recente perdeu qualquer conotação identitária e passou a ser abordada apenas como uma referência à multiplicidade de bens e serviços culturais trocados no mercado internacional.

Exemplo disso é que o Relatório da Unesco *Re/pensar as políticas culturais*, publicado em 2018, teve como tema a criatividade para o desenvolvimento e sistematizou quatro grandes objetivos da *Convenção da Diversidade das Expressões Culturais*: 1) Apoiar sistemas sustentáveis de governança para a cultura; 2) Alcançar um fluxo equilibrado de bens e serviços culturais e aumentar a mobilidade dos artistas e profissionais da cultura; 3) Integrar a cultura nos marcos de desenvolvimento sustentável; e 4) Promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais, sendo que os textos deste último capítulo abordam a igualdade de gênero e a liberdade para imaginar a criar. (UNESCO, 2018) Nesse sentido, as expressões culturais identitárias não são abordadas

pela Unesco, embora possam ser contempladas pelas políticas públicas nacionais e locais no âmbito da interação entre cultura e desenvolvimento sustentável.

Portanto, em um momento em que o mundo, e o Brasil em especial, assiste à perda do direito de povos indígenas e comunidades tradicionais viverem em plenitude sua identidade e sua cultura – intrinsecamente ligada à ocupação territorial – as políticas culturais não parecem dispor de um instrumento legal internacional capaz de subsidiar o envolvimento do setor da cultura com questões cruciais como a defesa da manutenção dos territórios dessas comunidades, e a proteção ambiental, que constitui o terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável.

Além disso, podemos compreender que, mesmo passados 40 anos, o disposto no princípio da cooperação cultural internacional no documento de 1982 nunca pareceu tão atual no Brasil e em outros países:

[...] a cooperação cultural deve estimular um clima internacional favorável ao desarmamento, de maneira que os recursos humanos e as enormes somas destinadas ao armamento possam se consagrar a fins produtivos, tais como programas de desenvolvimento cultural, científico e técnico. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, 1982)

*Algumas questões sobre os desafios
da aplicabilidade dos princípios da Mondiacult
na atualidade*

Documentos institucionais e internacionais são conceitualmente importantes e apontam para possibilidades de se construir convergência e cooperação entre os países signatários. São referências importantes para se reforçar e problematizar a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, como vimos, há distâncias entre tais referências conceituais e a realidade das práticas de gestão das políticas culturais, especialmente quando trazidas para a dimensão local.

Tais dificuldades apontam para uma necessidade imperiosa de se traduzir os conceitos e agendas políticas e institucionais acordadas entre estados-nação e referenciá-las com a realidade vivida.

É o que aponta a rede de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), que conta com a participação de cidades de 136 países de várias regiões do mundo. Criada em 2004, ela tem como objetivo defender interesses das cidades e governos locais em nível internacional, em espaços onde, tradicionalmente, a participação e representação são exclusividade de governos nacionais, como é o caso da ONU e suas agências. Em 2015, a CGLU (2015) afirmava:

Também concordamos plenamente com a noção de que as estratégias nacionais precisam ser adaptadas ao seu contexto cultural para serem eficazes e que uma ampla compreensão de habilidades e capacidades deve prevalecer, incluindo a capacidade dos principais interessados em serem sensíveis aos aspectos culturais, reconhecer a diversidade cultural e o patrimônio, e abraçar a criatividade.

As dificuldades de operacionalização do que se propõe nas agendas internacionais são reais e se dão tanto no cotidiano dos cidadãos quanto na ação de instituições da sociedade civil, e nos aparatos estatais de gestão pública.

Com efeito, os documentos de suporte às políticas de desenvolvimento sustentável, como a Agenda 2030 da ONU e seus *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), a Agenda 21 da Cultura e a nova agenda Urbana/Habitat se complementam e buscam, nos últimos anos, construir mais que princípios e diretrizes, e sim recomendações práticas para que a sociedade e o poder público consigam elaborar, implantar e avaliar políticas públicas.

Como apontado anteriormente neste texto, os relatórios *Re/pensar as políticas culturais*, de 2018 e 2022, são exemplos concretos. Ali é possível reconhecer, a partir da avaliação das ações de proteção e promoção da diversidade cultural, organizadas nos quatro conjuntos de objetivos da Convenção da diversidade das expressões culturais já citados, uma

Plataforma de monitoramento da implementação desse instrumento. Um apontamento geral do relatório de 2022 é que a cultura deve ser tratada como direito básico, um bem público global, a exemplo da saúde e da educação. Assim, o texto destaca uma série de propostas concretas de como implementar políticas em cada um dos conjuntos, que descrevemos a seguir.

Governança da cultura, que trata das políticas e legislações de apoio à criação, produção, distribuição e acesso à cultura, de garantia da pluralidade dos meios de comunicação e de fortalecimento das parcerias com a sociedade civil. Este tema está vinculado aos ODS 4, 8, 16 e 17.

No que diz respeito à centralidade da questão do desenvolvimento de mecanismos de garantia da pluralidade da mídia e de produção e veiculação de conteúdo, torna-se preocupante a situação de países como o Brasil, onde os meios de comunicação permanecem sendo propriedade de alguns poucos grupos empresariais. A Unesco (2022) aponta que, sem a existência de um equilíbrio de propriedade ou de controle dos diferentes canais de comunicação, não há como o espectro da comunicação “representar a diversidade das expressões culturais da sociedade”.

Um dado que ressalta a importância da existência de regulamentações concretas nesse campo é que, em 2021, 71% dos países desenvolvidos apresentavam forte presença de programação nacional, enquanto apenas 18% dos países em desenvolvimento traziam programação nacional nos seus horários (na TV a cabo), enquanto os percentuais na TV aberta alcançam 88% e 45%, respectivamente. Diante disto, o relatório de 2022 recomenda a adoção de estratégias de promoção e fortalecimento da comunicação comunitária. (UNESCO, 2022, p. 76)

Um apontamento positivo do relatório diz respeito às diversas legislações de cotas de conteúdo nacional no ambiente da comunicação, que têm garantido a presença de conteúdo produzido localmente com profissionais das diversas regiões. É frisado, porém, que nem sempre essa presença de conteúdo local garante retorno financeiro efetivo a artistas e técnicos, o que exigirá maior atenção por parte dos governos e

legislativos locais. No Brasil, por exemplo, é evidente a concentração da produção artística dos canais de televisão em apenas duas capitais do país, enquanto a cota estabelecida pela legislação para a produção local é cumprida apenas com uma pequena parte da programação jornalística.

O documento da Unesco aponta como elemento fundamental a grande quantidade de mostras e festivais em diversos países, e recomenda que se crie perspectivas continuadas de apoio público a essa modalidade. Nesse sentido, o texto destaca negativamente a falta de mecanismos concretos de estímulo aos artistas locais para que participem de mostras e festivais nacionais e internacionais, bem como a existência de regulamentações complicadas e restritivas para viagens nacionais e internacionais, não apenas de artistas, mas também no que diz respeito a cenários, figurinos, equipamentos cênicos, instrumentos musicais ou obras de arte.

Essas deficiências tornam a mobilidade bastante excludente, com mais oportunidades para quem tem condição financeira ou de obtenção de empréstimos para garantir tanto as logísticas de viagem quanto a resolução dos empecilhos burocráticos, ou mesmo o domínio de idiomas. E isso sem falar da facilidade de trânsito internacional dos portadores de alguns passaportes – dos países ditos desenvolvidos – em detrimento dos demais.

Integrar a cultura e a criatividade nos marcos de desenvolvimento sustentável, que trata da centralidade de políticas e legislações de apoio à equidade regional e setorial na distribuição de recursos, bem como de apoio a grupos vulneráveis, capacitação dos setores criativos, cooperação cultural e interlocução com o planejamento global do país, estado ou município. A abordagem aqui trata de fortalecer e explicitar as múltiplas contribuições da cultura aos ODS em todos os âmbitos dos governos locais e criar e reforçar os meios necessários para que sua expressão cultural possa acontecer.

Outra questão, que o relatório Unesco de 2022 frisa, é a necessidade de “diversificar os modelos de financiamento” às atividades criativas e alavancar investimentos para que a economia da criatividade contribua efetivamente com o crescimento econômico e o desenvolvimento das

nossas sociedades, o que passa por ressaltar as recomendações dos organismos internacionais de investimento público mínimo para apoiar as criações e manifestações culturais como forma de promover a diversidade das expressões.

Direitos humanos e liberdades fundamentais, que trata de políticas e legislações de apoio à participação das mulheres, à liberdade de expressão e à garantia de direitos sociais e econômicos dos artistas. Estes temas estão vinculados aos ODS 5, 8 e 17. Alguns apontamentos do relatório alertam para a baixa participação das mulheres em diversos aspectos da gestão e das políticas culturais, como a inexpressiva existência de diretoras de cinema e televisão. São citados números dramáticos no cenário global, como por exemplo que nas profissões com melhor remuneração apenas 27% dos postos são ocupados por mulheres.

Além disso, a remuneração do trabalho dos artistas permanece um problema porque nem os governos, nem a sociedade civil parecem entender que sem garantias para criar, os artistas precisam se dedicar aos mais variados trabalhos para sustentar-se, privando o mundo dos produtos de sua criatividade. (UNESCO, 2022, p. 253, 266)

Vale lembrar que, em um mundo cada vez mais informatizado e automatizado, a criatividade tornou-se um ativo valorizado e buscado pelas grandes corporações, de modo que ela precisa ser estimulada pelas políticas públicas de cultura e não apenas para artistas profissionais, mas para qualquer cidadão. Nesse sentido, o papel do artista estimula a criatividade em toda a sociedade.

Outro ponto frisado, também aqui, é a dificuldade econômica dos artistas, que funciona como um limitador para a liberdade de criação. Isso ocorre, dentre outros motivos, porque em muitos países, inclusive no Brasil, as políticas de cultura recorrem a mecanismos fiscais que impõem à criação artística a necessidade de atender aos interesses comerciais de possíveis patrocinadores da iniciativa privada. Assim, as expressões culturais passam a depender de aporte de recursos privados, o que talvez desestime a liberdade criativa.

Além de reforçar a importância de mecanismos de reequilíbrio entre segmentos artísticos e grupos específicos da sociedade, o documento Unesco de 2022 aponta os discursos de ódio ou discriminativos contra artistas como uma situação de alta periculosidade para manter a liberdade de criação, tendo apenas países do norte do globo com organizações dedicadas a promover e fiscalizar a liberdade artística.

A importância de se aproximar os conceitos nas proposições do Mondiacult das práticas cotidianas das gestões locais e dos cidadãos apontam para outras dimensões igualmente importantes, dentre elas:

- a) A valorização e promoção da diversidade cultural, em todos os seus aspectos, não somente das questões ligadas às diferenças ou à afirmação de grupos, comunidades ou referências. Dessa forma, a educação intercultural deve ser uma busca explícita nas políticas de cultura e de educação. Sem ações efetivas no ambiente das escolas, que levem a superar as formações meramente técnicas ou de obtenção e aplicação de conhecimentos, não há como avançar;
- b) A conscientização sobre a importância da participação e do engajamento das comunidades e autoridades locais. Em todos os âmbitos individuais e coletivos é necessário criar e manter espaços de participação, discussão, dissenso e deliberação sobre as próprias comunidades e as políticas, num âmbito menos conceitual e mais próximo da realidade das pessoas comuns. Este é um dos aspectos centrais da sustentabilidade, qual seja envolver os cidadãos na busca de soluções para suas realidades;
- c) Estimular compromissos ativos e compreensíveis das práticas culturais de cidadãos, instituições, comunidades. As práticas sustentáveis devem ir além da afirmação simplista de que é preciso preservar o meio ambiente e os recursos da natureza, como se o ser humano não fosse parte dela. É preciso, portanto, valorizar a interseção entre cultura e meio ambiente, por meio de políticas públicas que estimulem as práticas culturais que contribuem para a preservação

ambiental, lembrando que esta última faz parte do tripé que forma o conceito de desenvolvimento sustentável;

- d) Inserção efetiva da valorização dos profissionais das artes nas referências de políticas culturais locais. A maior parte dos estudos e políticas desconhece a importância de se promover o reconhecimento do trabalho dos artistas profissionais pelo conjunto da sociedade, apesar dessa orientação figurar em praticamente todos os documentos internacionais do setor;
- e) Sem perder de vista a importância da economia criativa e seus impactos reais na sociedade contemporânea, a valorização da economia da criatividade precisa encontrar lugar mais específico no conjunto dos referenciais para uma nova etapa de responsabilização e atualização da Mondiacult. Crianças, adolescentes, jovens e pessoas das mais diferentes gerações podem e devem participar e contribuir criativamente para que as condições de vida, materiais e simbólicas, sejam melhores para as gerações futuras.

Outras questões objetivas para a ação pública local na articulação da cultura com o desenvolvimento sustentável parecem ser necessárias e possíveis. Sugerimos algumas delas, a partir de quatro dimensões complementares, a seguir.

Fortalecimento da participação cidadã e da memória local

É importante criar programas e ações de estímulo a comportamentos cidadãos e de fortalecimento de vínculos comunitários. Esses programas devem incluir o desenvolvimento de estratégias de escuta continuada e diálogo com a população, bem como de tecnologias participativas para a busca de soluções e convivência em âmbito local. Poderão incluir, ainda, estímulos à responsabilização comunitária, tais como: orçamento participativo escolar, mini legislativo, mapeamento comunitário, educação patrimonial e memória local.

No que diz respeito à formação de vínculos, é essencial promover a memória local, por meio de ações diversas, tais como a criação de

publicações com a história dos cidadãos, das comunidades, escolas e bairros.

Por outro lado, faz-se necessário promover a formação continuada de indivíduos, grupos e comunidades para desenvolver suas capacidades relacionais, capacidades expressivas e competências interculturais. Essa formação poderá ser completada e enriquecida com exercícios de mapeamento comunitário e cadastro local participativo, nos mais diferentes contextos, como equipamentos culturais, escolas e centros de saúde comunitários.

Fortalecimento das ações profissionais de base cultural e criativa

O apoio aos artistas profissionais diretamente e aos pequenos negócios de base cultural e criativa pode ser promovido por meio de políticas de estímulo à produção e ao consumo de bens e serviços de âmbito local, em regiões, bairros e comunidades. Essas políticas podem incluir a redução tributária para artistas, grupos e negócios culturais em regiões descentralizadas, bem como a realização de editais de financiamento de baixo orçamento para artistas iniciantes e das comunidades locais.

A realização de atividades que desenvolvam nos indivíduos sentimentos de confiança e determinação, domínio de si e empatia, bem como o senso de coletividade, poderá ampliar a resiliência individual e coletiva nas comunidades e os artistas e técnicos profissionais são, como apontam os principais documentos internacionais, parceiros centrais para essas ações de sensibilização.

Por outro lado, o desenvolvimento de programas de estímulo ao conhecimento das várias regiões da própria cidade e de suas regiões, pode estimular o turismo nas localidades onde for aplicável – de base comunitária, cultural, rural etc. – e a circulação. Outra contribuição ao desenvolvimento local e ao turismo é a promoção dos negócios de gastronomia e convivência locais – cafeterias, bares, restaurantes, espaços

de exposição etc. –, tão intimamente ligados às experiências culturais com os lugares e as culturas.

Também é importante realizar campanhas regulares para sensibilizar a população sobre a importância do trabalho profissional de artistas e técnicos para o desenvolvimento, como a Unesco estipulou desde a adoção da Recomendação acerca do *status* do artista (ou recomendação de 1980), e sobre a qual foi publicado em 2015 um relatório analítico detalhado² sobre sua implementação, com uma série de apontamentos para que países e governos locais pudessem contribuir efetivamente para o reconhecimento e fortalecimento do trabalho profissional dos artistas.

Ações articuladas e intersectoriais

Qualquer política cultural deve resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento. Requerem-se novos modelos e é no âmbito da cultura e da educação que serão encontrados. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, 1982)

A cultura é uma área que pode ser articulada a diversos outros temas e áreas de conhecimento, especialmente à educação. Essa interação pode ser realizada por meio de ações regulares e articuladas com a rede pública municipal de ensino, e devem incluir a capacitação continuada dos professores, bem como o incentivo ao envolvimento dos pais e moradores da comunidade com as escolas.

Também podem ser promovidas ações continuadas de literatura e estímulo à leitura e escrita, além da criação ou melhoria de bibliotecas e acervos em diversos formatos, com diversificação de títulos por origem de escritor, idioma, conteúdos interculturais e estímulo ao surgimento de escritores locais. O investimento em leitura e escrita impacta qualquer atividade humana.

2 Disponível em: https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/final_full_analytic_report_g_neil_sept_2015.pdf.

O apoio à realização de saraus, gincanas e concursos temáticos é outra maneira de estimular o desenvolvimento de atividades culturais nas escolas e comunidades. A criatividade e o interesse investigativo poderão ser fortalecidos por meio da estruturação e incentivo ao uso e acesso de laboratórios, espaços de ciência e de produção artística no ambiente escolar.

A integração da escola e da cultura pode incluir ainda os serviços municipais de saúde, assistência social e esporte. O estímulo às práticas esportivas poderá ser realizado por meio de investimento na estruturação, iluminação e disponibilização de praças, parques e áreas de convivência e atividades coletivas. Dessa forma, cabe cada vez mais aproximar as formulações de políticas públicas dessas diversas áreas de atuação do Estado.

Cidade inclusiva, criativa e sustentável

A fim de garantir a participação de todos os indivíduos na vida cultural, é preciso eliminar as desigualdades provenientes, entre outras, da origem e da posição social, da educação, da nacionalidade, da idade, da língua, do sexo, das convicções religiosas, da saúde ou da pertinência a grupos étnicos minoritários ou marginais. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, 1982)

Uma política que busque tornar a cidade mais inclusiva, criativa e sustentável deve ser baseada na articulação continuada entre o planejamento municipal e o planejamento urbano, para a elaboração e implantação de diretrizes inclusivas de regulação urbana.

Além da realização de conferências de política urbana, é necessário investir em ações que facilitem a mobilidade das pessoas dentro da cidade, bem como oferecer amplamente serviços nas regiões centrais, como banheiros públicos, internet, água potável e outros, principalmente para os mais vulneráveis. Da mesma forma, é fundamental promover estudos e implementar programas e práticas de acessibilidade física nos equipamentos públicos.

Como a equidade é central na perspectiva da sustentabilidade, temos o indicativo de desenvolver programas de qualificação inclusiva por meio da cultura, estimulando o desenvolvimento de grupos e comunidades vulneráveis, seja por meio de editais ou de ações continuadas.

Para fortalecer o sentido de pertencimento e a permanência das pessoas em seus municípios, é importante promover, em conjunto com instituições empresariais e de comércio, a oferta diversificada de serviços e comércios locais, bem como estimular a utilização dos espaços públicos por artistas e grupos populares, e realizar ações de educação patrimonial, o que fortalece a percepção de que o espaço e os bens públicos são de todos os habitantes e não do governo.

Ações de saneamento básico são fundamentais para a promoção do bem-estar da população, com tratamento e água potável para os cidadãos, bem como ações de conscientização sobre cuidados com nascentes e cursos d'água em âmbito local, tratamento do lixo e campanhas de reciclagem e redução da produção de lixo, e de consumo consciente e sustentável. Todas essas ações passam por um conjunto de aprendizados e costumes, posturas e práticas que se refletem em perspectivas sustentáveis e colocam a cultura cotidiana como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

A próxima Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, Mondiacult 2022, a ser realizada também no México, terá, portanto, um vasto leque de opções de caminhos e abordagens para o debate sobre como fortalecer a cultura e a diversidade cultural, e como aprofundar a compreensão da comunidade mundial sobre as contribuições do campo cultural para o alcance de *todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030* da ONU, embora a Unesco tenha elegido apenas parte dos ODS para a reflexão sobre cultura e desenvolvimento.

Exemplo dessa lacuna é o ODS 3: já está amplamente comprovada a importância das atividades culturais e artísticas para a promoção do bem-estar e da saúde física e mental. Por outro lado, os objetivos da dimensão ambiental da Agenda 2030, podem se beneficiar amplamente da comprovada capacidade da criação cultural de, a partir do universo simbólico e imaginário, contribuir para conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação dos ecossistemas, bem como para induzir a mudança de hábitos de consumo de recursos como a água e a energia, ajudando assim a alcançar as metas dos ODS 6, 7, 13, 14 e 15.

Nesse sentido, é essencial que a Conferência promova a retomada de uma visão mais ampliada da diversidade cultural, de modo que as políticas de cultura incluam a proteção e promoção dos modos de vida, saberes e tecnologias tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. É preciso que o campo cultural se veja plenamente inserido no debate sobre a defesa do direito desses povos a seus territórios, essenciais para a plena expressão de suas culturas, bem como estabelecer referenciais objetivos e de fácil visualização para serem implementados e acompanhados tanto por governos quanto pelos indivíduos, grupos e comunidades.

Evidentemente, essa mudança de perspectiva nada virá subtrair ao debate, sempre necessário, sobre as maneiras como as políticas públicas de cultura – em todos os âmbitos, nacional, regional e local – podem contribuir para estimular o fazer cultural com a oferta das condições materiais imprescindíveis para sua produção e difusão, mas sem perder de vista o que diferencia as expressões culturais dos demais bens e mercadorias: elas são portadoras de valores e significados e se manifestam na originalidade e pluralidade das identidades.

Referências

- BARROS, J. M. (org.). *Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Diversidade-Cultural-e-Desenvolvimento-Sustentavel_.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BARROS, J. M.; DUPIN, G. Cultura, diversidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: BARROS, J. M.; DUPIN, G. (org.). *Diversidade, sustentabilidade e políticas*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2021. p. 46-72. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/publicacao/diversidade-sustentabilidade-e-politicas/>. Acesso em: 22 maio 2022.
- BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL. Belo Horizonte: ODC, v. 88, n. 2, abr./jun., 2020. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-V88-Junho-Tecnico-2020.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.
- CGLU. *The future we want includes culture*. Barcelona, 30 sept. 2015. Disponível em: <https://culture360.asef.org/news-events/future-we-want-includes-culture-global-campaign-statement/>. Acesso em: 23 maio 2022.
- COMISSÃO DA CULTURA DA CGLU. *Cultura 21: ações*. Barcelona: CGLU, 2015. Disponível em: https://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_2015web_pt.pdf. Acesso em: 09 abr. 2022.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, 1982, México, D.F. *Declaração do México sobre as Políticas Culturais*. México, DF: Unesco, 1982. Disponível em: https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals400.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

- DUPIN, G. A contribuição da cultura para os objetivos do desenvolvimento sustentável. *In*: BARROS, J. M. (org.). *Desenvolvimento e diversidade cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020. p. 88-128. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Diversidade-Cultural-e-Desenvolvimento-Sustentavel_.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.
- EVANGELISTA, E. G. dos S. *A Unesco e o mundo da cultura*. Campinas: Unesco, 1999.
- FLORES, A. P.; MIGUEZ, P. C. A cooperação cultural na perspectiva da Unesco: trajetórias e perspectivas. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 1, n. 8, p. 106-120, 2015. p. 106-120. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/13443/9752>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- HOSAGRAHAR, J. Cultura: no coração dos ODS. *Correio da Unesco*, Paris, n. 1, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- MIGUEZ, P. Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento. *In*: GUIMARÃES, P. F. et al. (org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 363-383. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3073>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- MOISÉS, Á. *Diversidade cultural e desenvolvimento nas américas*. [S. l.]: Organização dos Estados Americanos, 2002. Disponível em: <http://www.oas.org/udse/espanol/documentos/1hub5.doc>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- MOULINER. *Programme de l'Unesco en matière de Développement Culturel*: presentation des travaux realises depuis 1960. Paris: Unesco, 1994. Disponível em: <https://catalogus.boekman.nl/pub/P12-0086.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ONU. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, DF: ONU, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 09 abr. 2022.

OTTONE, E. O papel da cultura para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista Pensamento Ibero-Americano*, Madrid, n. 6, p. 166-172, SEGIB: 12 nov. 2018. Disponível em: <https://issuu.com/segibpdf/docs/019-eo-port>. Acesso em: 09 abr. 2022.

PITOMBO, M. Cultura e desenvolvimento. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 20, v. 27, n. 2, p. 215-239, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/issue/view/1719>. Acesso em: 06 abr. 2022.

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA. *Carta Cultural Ibero-americana*. Montevideo: SGIA, 1991. Disponível em: <https://www.segib.org/wp-content/uploads/Carta-cultural-ibero-americana-PORT.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2022.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: Unesco, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2022.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial*. Paris: Unesco, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2022.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris: Unesco, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Paris: Unesco, 2001. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em 09 abr. 2022.

UNESCO. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Paris: UNESCO, 1989. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNESCO. *Re|pensar as políticas culturais*: criatividade para o desenvolvimento. Brasília, DF: Unesco, 2018. Relatório global da Convenção de 2005.

UNESCO. *Re|Shaping Policies for Creativity*: addressing culture as a global public good. Paris: Unesco, 2022.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio e identidade. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 7-33, jan./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Mondiacult a 40 años vista: el estado de la cultura

*Mónica Guariglio**

Introducción

Próximos a la edición 2022 de la Conferencia Mundial de Cultura Mondiacult a realizarse en México en septiembre próximo, surgen necesarias consideraciones sobre la experiencia de Mondiacult 82 y los impactos de esa convocatoria a la vez que una mirada en perspectiva respecto del presente escenario cultural mundial.

Se propone recuperar la agenda temática de alto contenido político del 82 como un momento bisagra en los foros internacionales ligados a la cultura.

* Directora de la Cátedra Unesco “Diversidad cultural, creatividad y políticas culturales” de la Universidad Nacional de Avellaneda (UNDAV). Profesora de la Licenciatura en Gestión Cultural de UNDAV. Consultora del Espacio Cultural Iberoamericano de la Secretaría-Geral Ibero-Americana (ECI/SEGIB). *E-mail:* mguariglio@undav.edu.ar.

Así se recuperan ejes y conceptos que dieron lugar no solo a la definición de cultura incorporada posteriormente por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) y referente habitual en los diálogos culturales, sino que anticiparon contenidos de instrumentos de alta aceptación de la comunidad cultural internacional como la *Declaración 2001 de Diversidad Cultural* (UNESCO, 2001), la *Convención 2005 sobre la promoción y protección de la diversidad de expresiones culturales* (UNESCO, 2005) o la convención 2003 de Patrimonio Cultural Inmaterial (UNESCO, 2003) entre otros.

Identidades culturales, cultura y democracia, dimensión cultural del desarrollo y cooperación cultural internacional constituyen antecedentes necesarios para la definición y diseño de políticas culturales en clave de derechos culturales, entendidos éstos en el paradigma de los derechos humanos, y en el reconocimiento de la diversidad cultural como base y sustento del desarrollo.

En este punto merece recordar que la comunidad cultural internacional liderada por Unesco tuvo amplia participación en los debates sobre cultura y desarrollo previos de la Agenda 2030, varias declaraciones de colectivos y organizaciones culturales internacionales dan cuenta de ello y de la campaña internacional propiciando la inclusión de la cultura en los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), ampliada luego en la propuesta de reconocimiento como Cuarto Pilar del desarrollo a la par de las dimensiones económica, social y ambiental.

Esas campañas no tuvieron éxito y la Agenda se aprobó sin hacer lugar a los intereses manifestados abiertamente por amplios sectores de la comunidad cultural internacional.

La propuesta actual para Mondiacult 2022 Cultura Bien Global debe ser considerada tomando en cuenta esta experiencia previa si no se quiere sumar una nueva frustración, frente a la falta de comprensión de la cultura y sus expresiones como parte de los procesos políticos globales y no mero entramado de disciplinas artísticas.

La desigualdad en la distribución de los recursos económicos, los procesos de deudas externas en su mayoría ilegítimas, la brecha digital y la irrupción de los gigantes tecnológicos en los impactos de la soberanía cultural y política de los países de la región, son determinantes para la conformación de una nueva agenda de cooperación cultural consciente de estos condicionantes en la implementación de políticas culturales en clave de derechos culturales y diversidad cultural.

El mundo de Mondiacult 82 atravesaba grandes desafíos, no obstante o precisamente por ello la conferencia ubicó la agenda de la cultura en el centro de debates políticos y conflictos existentes, sin dejar de reflexionar sobre las especificidades culturales aportando así un documento rector frente a los escenarios del presente. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b)

Hoy 40 años después y con los márgenes escandalosos de exclusión producto del neoliberalismo en su versión más extrema, el principal desafío de la región Latinoamérica y Caribe impone superar las desigualdades a través de la cultura y en la cultura como imperativo de sostenibilidad y construcción colectiva de otro mundo posible.

Mondiacult 1982: punto de inflexión en los debates sobre la Cultura

Desde la formulación de sus contenidos la Conferencia Mundial de la Cultura de México 1982 transformó la agenda internacional a partir de ejes temáticos de profunda densidad política.

Por otra parte definió la participación y conformación de los actores involucrados en la conferencia con un criterio netamente político que no escatimó contradicciones y conflictos presentes en la agenda internacional.

Así promovió discusiones y debates sobre identidades culturales, cultura y democracia, descolonización, colonialismos, discrimina-

ción y racismo, conceptos en disputa entre las delegaciones presentes, conformadas éstas no solo por la institucionalidad cultural vigente a través de las representaciones oficiales por país, sino también con la inclusión de representantes y observadores de los movimientos de liberación de África, la Organización de la Unidad Africana, la Organización de Liberación de Palestina (OLP) y organizaciones no gubernamentales como la Confederación Mundial del Trabajo entre otros organismos y asociaciones profesionales del sector.

La Declaración final de la Conferencia traduce los retos y el estado de crisis de la humanidad al momento de producirse el foro global.

Así el mayor desafío consistió en la necesidad de un cambio de visión y el compromiso en la búsqueda de soluciones compartidas con “reconocimiento de los desequilibrios y las disparidades entre los países, así como la gran miseria que padecen vastas poblaciones del Tercer Mundo” señalando expresamente la recesión económica y el empeoramiento constante de los términos del intercambio y las tensiones y disparidades Norte-Sur. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982a)

El informe final de la Conferencia da cuenta pormenorizadamente de intensos debates sobre conceptos de cultura, identidad cultural, democracia cultural y participación, dimensión y finalidad cultural del desarrollo, incluida la crítica a los modos de cooperación cultural internacional vigentes, sin menoscabar un bloque dedicado a las políticas y acciones culturales.

Se traduce así la búsqueda de una nueva visión de los marcos de desarrollo, la ampliación del concepto de Cultura, la incidencia del sector cultural y las políticas culturales y su contribución en la definición de un nuevo orden y modelo de desarrollo basado en la valoración de las identidades culturales, prevaleciendo la idea de la cultura no como una actividad improductiva sino relacionada a la consideración del desarrollo como un hecho cultural, (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b, p. 8, n. 29) y la necesidad de profundizar en los

fundamentos teóricos de la cooperación cultural internacional y trazar nuevos objetivos para la acción cultural.

La otra cuestión nodal de la Conferencia es la dupla Cultura - Democracia y las relaciones entre ambas, vinculadas a la garantía de ejercicio del derecho a la cultura tal como lo consagra la *Declaración Universal de los Derechos Humanos* (1948) en su art. 27 inc.1 que establece que “toda persona tiene derecho a tomar parte libremente en la vida cultural de la comunidad, a gozar de las artes y a participar en el progreso científico y en los beneficios que de él resulten”.

Estos antecedentes y consideraciones se ven reflejados en el informe de los debates incluidos en el orden del día de la Comisión I de la Conferencia, que celebró 11 sesiones entre el 26 de julio y el 5 de agosto de 1982 con la intervención de delegados de 61 estados miembros, la OLP y organizaciones no gubernamentales y que se consideran a continuación

a) Identidad cultural:

Entendida como base conceptual de la dimensión cultural del desarrollo a la vez que sustento de los derechos culturales a partir de una definición de Cultura basada en el consenso sobre la ausencia de culturas superiores. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b)

En varias intervenciones la vinculación entre identidad cultural, soberanía nacional/independencia territorial, independencia política y económica como condición indispensable para el desarrollo de la identidad cultural, dio cuenta de las denuncias sobre las formas de opresión, agresión, ocupación, dominación, apartheid, sionismo y neocolonialismo vigentes y el papel de la identidad cultural en los procesos de descolonización y liberación nacional de los pueblos el Tercer Mundo.

La comisión tradujo estas discusiones en el reconocimiento de igual dignidad de todas las culturas, como condición previa para toda relación intercultural.

Es claro que los temas en conflicto presentes en los debates siguen vigentes hoy bajo nuevas formas con el agregado que no pueblan con frecuencia las agendas de los foros y diálogos culturales.

Dicho esto, es de suma importancia revisar las Recomendaciones relacionadas con la eliminación de la dominación colonial (r. 2), la eliminación de las situaciones coloniales pendientes (r. 4), la defensa de la cultura y soberanía nacional (r. 5 y r. 9) entre otras. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b)

b) Dimensión cultural del desarrollo:

Convencidos que el desarrollo no puede reducirse a la mera dimensión económica se señalaron en las deliberaciones los sucesivos fracasos de un desarrollo alejado de las especificidades culturales y cimentado solo en aspectos técnicos, económicos o financieros.

De allí la necesidad de sustituir esa visión por una economía al servicio del desarrollo. La cultura como impulsora del desarrollo fortaleciendo las vinculaciones entre desarrollo cultural, social, económico, incorporando la idea de finalidad cultural del desarrollo (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b)

Considerar la cultura como punto de partida del desarrollo implica una profunda modificación de los modelos tradicionales.

Este antecedente de la conferencia del 82 aparece bajo otras formas en las discusiones que el sector cultural supo dar previo a la aprobación en 2015 de la Agenda 2030 y los 17 ODS, una discusión aún pendiente.

Particular interés revisten las recomendaciones sobre los fundamentos culturales del desarrollo (r. 26) considerando la complementariedad de los conceptos de identidad cultural y desarrollo. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b)

c) Cultura y democracia:

La conferencia puntualizó la necesidad de un ejercicio efectivo del derecho a la cultura presente éste en la *Declaración Universal de Derechos Humanos*.

La cultura como derecho individual y colectivo, la importancia de la libertad de expresión cultural condición necesaria no solo para el artista y el creador sino para el desarrollo de una sociedad democrática y la necesidad de determinar un umbral crítico de recursos y medios que garanticen acceso a la cultura y la participación, como condición mínima de igualdad, superando toda forma de discriminación.

La idea de democratización de la cultura, como transformación de las relaciones económicas y sociales insistiendo en los aspectos cualitativos frente a la visión cuantitativa de las manifestaciones culturales y un debate sobre democratización cultural y la democracia cultural estuvieron presentes en las exposiciones.

La recomendación n° 28 sobre derechos culturales y democracia cultural refleja el alcance de estos debates a la vez que propone a los Estados miembros acciones específicas en ese sentido. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982b)

Aquí es importante destacar que buena parte de los debates abordaron el papel de las industrias culturales resaltando un doble efecto positivo y negativo ligado a prácticas de uniformización, incorporando además reflexiones sobre la intervención del Estado, discusiones todas ellas aún vigentes en los debates actuales y que muy bien describiera Marilena Chaui (2008) al preguntarse por el impacto de las industrias culturales como fenómeno masivo y el papel del Estado como productor o no de cultura.

Los Derechos Culturales como política de Estado

Las manifestaciones e intervenciones expresadas en la Conferencia del 82 anticipan la preocupación actual sobre los derechos culturales y su inclusión en contexto de los derechos humanos.

Si bien la institucionalidad cultural ha desarrollado acciones, programas y propuestas asociadas al ejercicio del derecho a la cultura prevista en el art. 27 de la *Declaración Universal de los Derechos Humanos*, lo determinante es evaluar de qué modo y en que intensidad las políticas culturales actuales garantizan no solo la acción de tomar parte de, sino si apoyan y fortalecen la participación activa, amparando demandas, intereses y /o aspiraciones de la ciudadanía en su conjunto sin exclusiones ni discriminación de unas expresiones sobre otras.

Por otra parte de qué modo se adoptan las medidas necesarias para asegurar el derecho de toda persona a participar de la vida cultural tal como se establece en el artículo 15 del *Pacto Internacional de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales* (PIDESC) a la vez que se establecen mecanismos de cumplimiento y defensa de ese derecho en casos de restricciones a su ejercicio o vulneración de alguna de sus manifestaciones.

Un elemento de suma importancia para evaluar los avances, monitoreo y seguimiento del cumplimiento de esas obligaciones internacionales respecto de estos derechos lo constituyen los informes y recomendaciones de la Relatoría Especial de Derechos Culturales del Comité de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, en la medida que aportan elementos de referencia de acciones positivas sobre la influencia de los derechos culturales y su aporte a la superación de procesos de discriminación, falta de ejercicio y/o conculcación o limitaciones de éstos.

Las recomendaciones y/u observaciones de la relatoría se nutren de los informes elevados por los países a propósito de la obligación de cumplimiento e implementación de los acuerdos y convenios internacionales vigentes y que los estados hacen suyos al momento de suscribirlos.

Aquí vale preguntar si en el diseño de las políticas la institucionalidad cultural regional toma en consideración estos mecanismos y hasta donde es parte activa de la elaboración o no de los informes respec-

tivos y por otra parte si las áreas de cooperación cultural internacional cuentan con los recursos necesarios para acompañar las evaluaciones, formular indicadores y/o aportar al cumplimiento de esas obligaciones internacionales.

Será de utilidad una revisión respecto de la capacidad institucional del sector cultural regional para intervenir en estos procesos de monitoreo y seguimiento con recursos técnicos y presupuestarios

El último informe producido por la actual Relatora reconoce la evolución de los derechos culturales y la necesidad de avanzar en la protección de los mismos.

Ese informe resalta la necesidad de una colaboración sustantiva con otros organismos y menciona específicamente la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) haciendo referencia a una falta de perspectiva de derechos humanos y el impacto de los regímenes de propiedad intelectual en los derechos culturales, tema de especial interés para la circulación de contenidos culturales y cuya importancia para la creatividad cultural es reconocida expresamente en la Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de expresiones culturales. (UNESCO, 2005)

Retomando el informe último del Mandato allí se insiste en la falta de incorporación de las normas actuales en materia de derechos culturales en la labor de organismos como la OMPI advirtiendo sobre la necesaria articulación entre las normas internacionales de derechos humanos, el derecho internacional en el sector cultural y el derecho de la propiedad intelectual. Este señalamiento es de particular interés para el sector y hace presente la necesidad de análisis sobre el estado y actualización de la normativa regional vigente.

El informe sugiere además examinar el impacto de las instituciones financieras, léase Banco Mundial o Fondo Monetario Internacional (FMI) en el ámbito de los derechos culturales y la diversidad.

Los informes del Mandato de las Naciones Unidas (ONU) sobre derechos culturales son una herramienta necesaria a la hora de diseñar

políticas culturales y así deben ser considerados e incluidos en los marcos de gestión pública de la cultura, especialmente en una región como Latinoamérica y Caribe donde el ejercicio y alcance de los derechos culturales se traduce habitualmente en las expresiones de las disciplinas artístico-culturales sin considerar a los mismos como un territorio en disputa de intereses diversos.

Cultura Cuarto Pilar o Bien Público Global: una oportunidad o el riesgo de una nueva retórica

En ocasión de la edición 2022 de Mondiacult, la Unesco propone considerar la Cultura como Bien Público Global.

Nadie en principio podría estar en desacuerdo.

Tal como se menciona en la introducción a este texto Unesco lideró la campaña global respecto del lugar de la Cultura en la formulación de la Agenda 2030.

Esa campaña atravesó diferentes escenarios, incluyó sesiones temáticas específicas en la sede de la ONU, fue difundida por diferentes asociaciones y entidades como la expresión del compromiso del sector cultural con una nueva agenda del desarrollo para el período 2015-2030 y numerosos documentos, foros, conferencias y convocatorias internacionales han dado cuenta de ello.

Esa voluntad y compromiso de la comunidad cultural internacional no tuvo una respuesta acorde, incluso cuando se planteó la consideración de la Cultura como Cuarto Pilar del desarrollo asociado a los ámbitos económico, social y ambiental, reescribiendo la relación cultura y desarrollo sostenible.

Latinoamérica dio su impronta en estos debates y en sendas sesiones temáticas realizadas en Naciones Unidas entre 2013 y 2015 varios países de nuestra región manifestaron el compromiso y la voluntad política de sus gobiernos en revertir el discurso dominante del desarrollo desde la lógica economicista y afrontar los desafíos de la Agenda 2030 desde una

visión de desarrollo integral, destacando el aporte determinante de la cultura y las políticas públicas del sector frente a la desigualdad, la exclusión y las asimetrías presentes en la región y en el mundo en general.

Era ese un momento bisagra pues la región latinoamericana y caribeña contaba con un escenario de experiencias de gobiernos progresistas comprometidos con el proceso de integración regional a través del fortalecimiento del Mercado Común del Sur (Mercosur) y la conformación de foros políticos de alto nivel como la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur) y la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (Celac).

Precisamente por esa amalgama de intereses comunes se produce el acuerdo de Ministros de Cultura del Mercosur del 2012 contenido en la *Declaración de San Pablo Sobre Cultura y Sustentabilidad*, según consta en actas cuyo texto se transcribe a continuación dada su claridad y pertinencia. (REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR, 2012)

"Declaración de San Pablo sobre Cultura y Sustentabilidad" en la que, entre otros puntos, los Ministros solicitaron el reconocimiento de la Cultura como el cuarto pilar del Desarrollo Sustentable; señalaron que la política cultural posee una fuerza transformadora que permite promover la inclusión social, la tolerancia, el respeto a la diversidad cultural y los saberes ancestrales, la paz, la convivencia democrática y el fortalecimiento de los lazos de las comunidades con su entorno; y resaltaron el concepto del "Buen Vivir" (Sumak Kawsay, en la lengua quechua, Sumaq Qamaña, en la lengua aymara, y Tekó Porã, en la lengua guaraní, entre otras), como perspectiva enriquecedora de la sustentabilidad.

Reconocieron que es indispensable para el Desarrollo Sustentable el respeto a la diversidad de las expresiones culturales y la implementación de políticas públicas que promuevan el reconocimiento de las lenguas originarias, de la creatividad social y del patrimonio cultural, estimulen el diálogo intercultural, permitan proteger y promover las industrias culturales locales.

Afirmaron los derechos culturales como parte de los derechos humanos, y garantizaron su ejercicio pleno, como también la democratización de los procesos culturales."

Finalmente la Agenda 2030 se aprobó sin la inclusión de un objetivo 18 Cultura y a la fecha lo que prevalece es una generosa interpretación en clave cultural de cada uno de sus 17 objetivos del desarrollo.

Así las cosas la propuesta Cultura Cuarto Pilar sigue siendo una aspiración del sector y continúa su cruzada permanente por el reconocimiento, lo que nos obliga a pensar en profundidad que destino le espera entonces a esta nueva formulación del 2022: Cultura Bien Global.

La pandemia del COVID-19 profundizó las inequidades preexistentes, eso es un dato de la realidad que de una u otra forma todos hemos registrado. Ese escenario abierto por la crisis sanitaria se tradujo además en altos niveles de impacto económico y social siendo uno de sus efectos directos lo relacionado a la capacidad de los países de afrontar las estrategias de asistencia sanitaria frente al covid y el acceso a las vacunas cuyo saldo lo constituye el mapa mundial de desigualdades y exclusiones.

El sector cultural mundial no estuvo ausente de esos impactos negativos y así se registraron altos niveles de fragilidad hacia la casi totalidad de las expresiones culturales, ya sea por interrupción de las actividades, cierres de espacios culturales públicos y/o privados, falta de políticas de protección social, baja en las remuneraciones y escasez de financiamiento entre otros.

La crisis humanitaria global instaló la disputa por el sentido del desarrollo poniendo en cuestión la idea de crecimiento a la vez que tradujo los márgenes de exclusión de sectores mayoritarios de los servicios básicos de salud educación, trabajo, hábitat y profundizó un modelo de apropiación de recursos desde sectores minoritarios en detrimento de las mayorías, circunstancias éstas que nos obligan a reflexionar en profundidad si se cuenta con capacidad para transformar la idea de Cultura Bien Público Global en una consigna universal efectiva y no una retórica producto de las buenas intenciones de los Estados en el marco de los futuros debates México 2022.

Cuales son entonces las condiciones de posibilidad para acordar una decisión sobre bienes globales, cuando la realidad nos impone

el escenario de las desigualdades multidimensionales en el planeta todo, a la vez que desnuda la fragilidad preexistente del sistema cultural mundial.

En un artículo reciente el Subdirector General de Cultura de la Unesco afirma que la pandemia movilizó el tablero de la Unesco e impulsó a la organización a una serie de acciones en procura de respuestas a los impactos que el sector fue registrando progresivamente, esto es financiamiento, pérdidas económicas, desempleo entre otros.

En su texto Ottone Ramírez (2021, p. 50) señala con énfasis y así lo citamos “La crisis generada por la COVID-19 nos ha brindado una oportunidad inédita de redefinir la gobernanza cultural”.

Esta oportunidad que se nos abre a partir de un escenario de crisis excepcional no obstante impone admitir que es preciso adicionar a esa experiencia extrema la necesaria revisión de los modelos y estrategias vigentes en el sector cultural global.

Las políticas de confinamiento abrieron un escenario novedoso para el entorno digital, escenario al que no todos asistimos en igualdad de condiciones ni oportunidades y si bien el sector cultural en su conjunto desarrolló estrategias variadas para adaptarse a los nuevos marcos y en muchos casos se logró reconectar con las audiencias, lo cierto es que el saldo arroja una vez más la foto de las desigualdades preexistentes agudizadas por la pandemia global.

La concentración progresiva de los contenidos culturales en un grupo de plataformas y la falta de regulación e infraestructura capaz de abrir el campo de acción desmonopolizando la distribución de contenidos, constituyen otro condicionante para la iniciativa de Bien Global.

Según el informe de Oxfam de enero del 2022 “los diez hombres más ricos del mundo han duplicado su fortuna, mientras que los ingresos del 99 % de la población mundial se habrían deteriorado a causa de la covid-19” (AHMED et al, 2022) en un ritmo de aumento sin precedentes.

Oxfam define en este documento el concepto de violencia económica y señala como imprescindible la igualdad como prioridad económica

del siglo XXI, abriendo la discusión respecto de la redistribución de la riqueza, un debate que empieza a escalar en nuestra región donde algunos gobiernos han ensayado esquemas de progresividad fiscal mediante la sanción de impuestos solidarios excepcionales para hacer frente a la lucha contra los impactos económicos del covid.

El panorama que registra el informe Oxfam debe completarse con las consideraciones expuestas por la experta independiente de Naciones Unidas sobre las Consecuencias de la Deuda Externa y las obligaciones financieras internacionales conexas de los Estados para el pleno goce de todos los derechos humanos, sobre todo los derechos económicos, sociales y culturales (NACIONES UNIDAS, 2020), un informe que entre otras consideraciones plantea la necesidad de una recuperación económica equitativa y sostenible que no solo implique la recuperación post pandemia sino que evite un posible retroceso en los derechos económicos, sociales y culturales.

No hace falta describir aquí el peso de la deuda externa en la región latinoamericana y caribeña como condicionante central para la implementación de políticas de recuperación y desarrollo.

Frente a este panorama la cultura y las políticas culturales deberán llevar adelante sus objetivos en un escenario de profundas desigualdades, de allí que sea preciso rediseñar las estrategias, revisar la institucionalidad vigente, profundizar las políticas en clave de derechos humanos-derechos culturales y fortalecer los marcos de transversalidad desde la cultura hacia el conjunto de las políticas públicas.

Contestes en el carácter transformador de la cultura será esta la oportunidad en que harán falta políticas innovadoras que impliquen algo más que promoción de creadores, ampliación de público y espectadores o volumen de consumos culturales.

La idea de Cultura Bien Público Global precisa de estas reflexiones para asegurar su lugar en el dialogo político internacional, pues no será suficiente con los acuerdos y/o consensos a los que muy seguramente se habrá de arribar en el encuentro de México, es preciso instalar un

acuerdo/pacto global en la definición de un modelo de desarrollo desde la cultura orientado a la construcción de un mundo más justo, sin exclusiones y con la clara convicción de compartir un destino común.

Algunas Conclusiones

Mondiacul 2022 es nuestro desafío pero también una única e invaluable oportunidad para revisar lugares comunes y limitaciones, recuperar experiencias de estos 40 años, explorar el alcance y cumplimiento de acuerdos y documentos internacionales, pero es además un desafío para aventurarnos en territorios conexos de la políticas públicas y exigir la fortaleza necesaria para avanzar más allá de las declaraciones y proclamas interviniendo en el dialogo político mundial.

La agenda Cultural deberá incluir los debates sobre la redistribución de la riqueza, las políticas de empleo y seguridad social, programas de inversión en infraestructura, investigación científica y desarrollo tecnológico entre otras prioridades.

Promover la conformación de un espacio regional de interconsultas permanente, coordinar las agendas de integración regional en los diferentes mecanismos existentes y desarrollar estrategias regionales coordinadas respecto de los diagnósticos y las acciones necesarias para garantizar impactos en la calidad de vida de nuestros pueblos en una redefinición de la lógica centro-periferia.

Una revisión de la representación de la institucionalidad cultural en la elaboración de los informes a la comisión de derechos culturales de Naciones Unidas o la intervención en el seguimiento de la Agenda 2030 y los ODS será de suma utilidad para despejar el mapa de influencia efectiva de las políticas culturales en las políticas de Estado.

Intervenir en el debate presupuestario considerando que los ministerios de cultura vieron incrementadas sus partidas para afrontar los marcos de emergencia, circunstancia excepcional que debe constituir el punto de partida para presupuestos acordes con las necesi-

dades del sistema cultural, un sector que como lo señalan varios estudios y documentos aporta sumas considerables al Producto Bruto Interno (PBI).

Finalmente una oportunidad para rediseñar la cooperación cultural internacional considerando en profundidad y nuevamente la declaración de México del 82 que abogó por una cooperación cultural internacional fundada en el respeto a la identidad cultural, la dignidad y valor de cada cultura, la independencia, las soberanías nacionales y la no intervención, evitando cualquier forma de subordinación o sustitución de una cultura por otra. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982a)

La irrupción en la región latinoamericana de gobiernos de corte neoliberal trastocaron los progresos de la cooperación cultural regional a la vez que debilitaron el Mercosur y suspendieron foros políticos como Unasur y/o Celac generando un estado de meseta en los avances producidos respecto de los debates político culturales iniciados en 2003 y que se extendieron hasta 2015 que instalaron una sinergia basada en el reconocimiento de la diversidad cultural regional como fundante del proceso de integración.

El panorama actual implica además un desafío para las estrategias de cooperación cultural regional e internacional a la luz de las disputas de sentido instaladas en el escenario global como consecuencia del conflicto Rusia-Ucrania que ha impactado también en las relaciones culturales creando escenarios de odio y discriminación hacia determinadas culturas, vulnerando acuerdos internacionales y que nos retrotrae a discusiones abordadas en el 82 y sobre las que la Conferencia de ese momento supo dar respuesta, discusiones que quizás suponíamos saldadas.

Buenos Aires, Argentina, mayo de 2022

Referencias

AHMED, N. et al. *Las desigualdades matan*: se requieren medidas sin precedentes para acabar con el inaceptable aumento de las desigualdades por la COVID-19. Oxford: Oxfam Internacional, 2022. Disponible en: <https://www.oxfam.org/es/informes/las-desigualdades-matan>. Acceso en: 20 mayo 2022.

CHAUI, M. Cultura y democracia. *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, España, n. 5, jul. 2008. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/es/cha.pdf>. Acceso en: 20 mayo 2022.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, MÉXICO DF. *Declaración de México sobre las políticas culturales*. París: Unesco, 1982a. Disponible en: <http://biblioteca.udgvirtual.udg.mx/jspui/handle/123456789/2261>. Acceso en: 20 mayo 2022.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Informe final* [...]. París, UNESCO, 1982b. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000052505_spa. Acceso en: 20 mayo 2022.

NACIONES UNIDAS. *Informe de la Experta Independiente sobre las consecuencias de la deuda externa y las obligaciones financieras internacionales conexas de los Estados* [...]. Ginebra: NU, 2020. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/3872379>. Acceso en: 20 mayo 2022.

NACIONES UNIDAS. *La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe*. Santiago: NU, 2018. Disponible en: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141_es.pdf. Acceso en: 20 mayo 2022.

OTTONE RAMÍREZ, E. La cultura como bien común de acceso universal. *Revista Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, ep. 3, p. 146-153, feb. 2021. Disponible en: <https://www.segib.org/?document=revista-pensamiento-iberoamericano-la-iberoamerica-que-queremos-3ra-epoca-02-2021>. Acceso en: 20 mayo 2022.

REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR, 34., 2012, Buenos Aires. *Actas* [...]. Buenos Aires: MERCOSUR, 2012. Disponible en: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreunionanexos/45834_RMC_2012_ACTA01_ANE03_ES_DeclaraciondeSanPabloCulturaysustentabilidad.pdf. Acceso en: 20 mayo 2022.

UNESCO. *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural*. San Borja: Unesco, 2001.

UNITED NATIONS. *Cultural rights: Capturing the state of the art: Report of the Special Rapporteur in the field of cultural rights*. Geneva, 31 January 2022. Disponible en: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc4954-cultural-rights-empowering-agenda-report-special-rapporteur>. Acceso en: 20 mayo 2022.

UNESCO. *Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial*. París: Unesco, 2003.

UNESCO. *Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de expresiones culturales*. París: UNESCO, 2005.

UNESCO. *Re/pensar las políticas para la creatividad: la cultura bien público global*. París: Unesco, 2022. Título original: *Re|shaping policies for creativity: Addressing culture as a global public good*.

Digitalização, plataformização,
diversidade e difusão cultural:
a circulação de bens e
serviços culturais 40 anos
depois da Mondiacult

*Daniele Pereira Canedo**

*Criar meu web site
Fazer minha homepage
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada e um barco que veleje...
Eu quero entrar na rede
Promover o debate
Juntar via internet
Um grupo de tietes de Connecticut
Pela Internet – Gilberto Gil, 1997*

* Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cecult/UFRB) e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Atua como Gestora de Extensão do Cecult e coordena o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA).
E-mail: danielecanedo@ufrb.edu.br.

*Uns anjos tronchos do Vale do Silício
Desses que vivem no escuro em plena luz
Disseram vai ser virtuoso no vício
Das telas dos azuis mais do que azuis
Agora a minha história é um denso algoritmo
Que vende venda a vendedores reais
Neurônios meus ganharam novo outro ritmo
E mais e mais e mais e mais e mais
Anjos Tronchos – Caetano Veloso, 2021*

Introdução

Além de estarem separadas por 24 anos, as duas obras da Música Popular Brasileira (MPB) referenciadas acima representam posicionamentos díspares no que concerne às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). A música “Pela internet”, de Gilberto Gil, de 1997, primeira canção transmitida ao vivo pela internet no Brasil, celebra as potencialidades da autocomunicação, da interatividade e da convergência das mídias. Já em “Anjos Tronchos”, de Caetano Veloso, de 2021, o clima de celebração dá lugar à crítica contra a mercantilização de dados pessoais nas redes sociais. No cenário contemporâneo, vivencia-se um contexto de desrespeito à privacidade individual, de vigilância constante, de exploração do trabalho não remunerado dos usuários e de pouco avanço na regulamentação da gestão de dados no campo internacional. Como este contexto afeta as artes, a cultura e a economia criativa?

A *Declaração do México de Políticas Culturais*, documento que sintetiza as discussões realizadas na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – Mondiacult (Cidade do México, 1982), se tornou um marco para o campo da cultura e das políticas culturais. Entre as diversas recomendações para as políticas culturais presentes no texto, destaca-se aqui a demanda por medidas de promoção da livre circulação de bens e

serviços culturais no contexto das tecnologias. A seção “Relações entre Cultura, Educação, Ciência e Comunicação” adverte:

Uma circulação livre e uma difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação, das idéias e dos conhecimentos, que constituem alguns dos princípios de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, supõem o direito de todas as nações não só de receber mas também de transmitir conteúdos culturais, educativos, científicos e tecnológicos.

Os meios modernos de comunicação devem facilitar a informação objetiva sobre as tendências culturais nos diversos países, sem lesar a liberdade criadora e a identidade cultural das nações.

[...]

Os meios modernos de comunicação têm uma importância fundamental na educação e na difusão da cultura. Em conseqüência, a sociedade há de se esforçar em utilizar as novas técnicas da produção e da comunicação para colocá-las a serviço de um autêntico desenvolvimento individual e coletivo e favorecer a independência das nações, preservando sua soberania e fortalecendo a paz no mundo. (UNESCO, 1982)

Em 2022, a *Declaração do México de Políticas Culturais* completa 40 anos, quando, o mundo está se reestruturando da crise causada pela pandemia da covid-19. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de uma ampla discussão sobre o papel das plataformas digitais e das redes sociais para, conforme previsto no documento de 1982, assegurar ou inibir o direito das nações de produzir e transmitir conteúdos culturais, que reflitam suas liberdades criadoras e identidades culturais, e que estejam a serviço do desenvolvimento individual e coletivo. Que medidas serão desenvolvidas pelas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), para promover a livre circulação de bens e serviços culturais e a difusão equilibrada da informação, das ideias e dos conhecimentos?

Este texto apresenta reflexões sobre os possíveis efeitos da aceleração da digitalização e da plataformação da produção artístico-cultu-

ral. O artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se brevemente como os desequilíbrios na circulação de bens e serviços culturais foram discutidos em documentos como o *Relatório McBride* e a *Convenção da Diversidade Cultural*. Em seguida, discute-se o conceito de plataforma, diferenciando-o do conceito da digitalização. A terceira parte está dedicada ao debate sobre os reflexos de tais processos no campo das artes, da cultura e da economia criativa. Por fim, são apresentados dados recentes para demonstrar como a pandemia da covid-19 acelerou a digitalização não planejada da cultura, o que resultou em uma via de mão dupla: por um lado, abriu novas oportunidades para os produtores culturais encontrarem novas audiências e diversificarem as fontes de renda. Todavia, por outro lado, amplificou os desafios, através da concentração da renda e das oportunidades em artistas, grupos e instituições que já detinham os meios necessários para a consolidação da presença digital.

Antecedentes e consequentes: o Relatório McBride e a Convenção da Diversidade Cultural

A Unesco possui uma longa tradição na produção de documentos que apresentam recomendações contra o desequilíbrio na circulação de bens e serviços culturais e nos fluxos comunicacionais Norte-Sul. No início dos anos 1980, o informe da Unesco *Um mundo e muitas vozes*, também conhecido como *Relatório MacBride* (UNESCO, 1980), chamou a atenção para a necessidade de democratizar as comunicações. O relatório apresentava dados que ressaltavam a disparidade nos fluxos comunicacionais, a concentração de mídia e o acesso desigual à informação e à comunicação no mundo. O texto defendia modificações no sistema de comunicação global visando à democratização dos meios. Todavia, o relatório não resultou em avanços significativos tendo em vista que foi embargado pelos Estados Unidos e o Reino Unido com a

justificativa de que tais modificações representariam censura à liberdade de imprensa. (UNESCO, 1980) Embora o relatório não tenha sido, de fato, implementado, ele motivou, indiretamente, iniciativas de políticas culturais e movimentos nacionais e supranacionais, a exemplo da adoção de medidas na Europa e dos movimentos de defesa do espaço audiovisual latino-americano, na América do Sul. (CANEDO, 2013)

A adoção pela Unesco, em 2005, da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, também conhecida como Convenção da Diversidade Cultural, foi um marco histórico de uma longa negociação sobre a liberalização do comércio de produtos audiovisuais que começou em 1947. A discussão sobre o caráter específico dos bens e serviços audiovisuais dividiu opiniões na arena internacional. De um lado, países liderados pela França e o Canadá defendiam barreiras comerciais à entrada de filmes em seus territórios e o direito a financiar a cinematografia nacional. Esses países alegavam que era preciso preservar a diversidade cultural contra a mercantilização e a homogeneização da cultura. Do outro lado, os Estados Unidos defendiam a submissão do audiovisual às mesmas leis que regem o comércio internacional. Essa posição representava, sobretudo, a liberalização do comércio cinematográfico e a limitação da atuação dos governos dos países enquanto fomentadores e defensores das cinematografias nacionais. Digno de nota é o fato de que os Estados Unidos estavam na liderança das discussões antiprotecionistas na indústria cinematográfica no âmbito da OMC. Um contrassenso, tendo em vista que um dos maiores motores da indústria audiovisual de Hollywood foi, indubitavelmente, a política protecionista que resguardou o mercado interno e apoiou financeiramente as exportações das produções norte-americanas para o mundo. (CANEDO, 2013)

A peleja levou a Unesco a promover uma ampla discussão que resultou na adoção, em 2005, da Convenção da Diversidade Cultural, com a aprovação de 148 países. (UNESCO, 2007) A Convenção da Diversidade das Expressões Culturais foi criada com o objetivo principal de garantir

o direito soberano dos estados de implementar políticas culturais, para consolidar a ideia da dupla natureza – cultural e econômica – dos bens e serviços culturais e fortalecer a cooperação cultural Internacional. Clemence Varin e Veronique Guèvremont (2019), analisando os resultados da Convenção 15 anos depois da implementação, concluíram que existiram avanços tangíveis nas políticas nacionais e supranacionais. Todavia, não se verificou, de fato, resultados expressivos no que concerne ao equilíbrio das trocas comerciais de bens e serviços culturais no mercado internacional.

Na Convenção, diversidade cultural é definida no artigo quarto como sendo a multiplicidade de formas através das quais os grupos encontram sua expressão. (UNESCO, 2007) Tais expressões são transmitidas dentro e entre os grupos culturais. A definição ressalta que a diversidade das expressões se manifesta e se transmite tanto no patrimônio cultural da humanidade, quanto nos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição de expressões culturais em quaisquer meios e tecnologias empregados. Ou seja, o que deve ser protegido e promovido pode estar relacionado com a memória, o legado histórico e o que é reconhecido e legitimado como patrimônio. Mas, também inclui as práticas artísticas, sociais e culturais, que podem ou não estar inseridas em um modelo capitalista de produção, mas que certamente possuem uma dupla natureza: cultural e econômica. Por fim, o conceito chama atenção para a amplitude de meios e tecnologias que podem ser utilizadas nos processos de criação, produção, distribuição e consumo, o que desloca a preocupação focada nos locais tradicionais da cultura, como teatros e museus, e chega na amplitude das plataformas digitais. (GUÈVREMONT, 2014; VARIN, GUÈVREMONT, 2019)

Em 2017, na Conferência das Partes, em Paris, a Unesco lançou o documento *Orientaciones sobre el entorno digital – orientaciones prácticas para la aplicación de la Convención de 2005 sobre la Protección y la Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales en el entorno digital*. O documento especifica o caráter cultural e econômico

dos bens e serviços culturais como portadores de identidades, valores e significados e demonstra preocupação com a garantia dos princípios da Convenção no contexto digital. Ressalta tanto o crescimento da “brecha digital” na relação Norte-Sul, quanto o cenário de acelerada expansão das redes sociais, dos conteúdos gerados pelos usuários, da exploração da produção de dados, da complexidade dos modelos de distribuição e da proliferação de dispositivos conectados. (UNESCO, 2017) A discussão contemporânea sobre a diversidade cultural e a aplicabilidade de um documento internacional capaz de mobilizar a positividade no ordenamento jurídico dos estados nacionais, certamente envolve os processos de reconfiguração da cadeia produtiva de bens e serviços culturais na chamada “Sociedade da Plataforma”. (VAN DIJCK; POELL; WAAL, 2018)

A plataforma da vida

Rastro digital é um termo utilizado para designar algo que involuntariamente e, muitas vezes, inconscientemente geramos através dos dados das nossas atividades no ambiente da internet. Ao nos conectarmos à internet por qualquer dispositivo, deixamos rastros que estão sendo utilizados como matéria-prima de uma indústria multimilionária no “Capitalismo de Plataforma”, termo cunhado por Nick Srnicek (2016). Todas as informações são coletadas em tempo real e conectadas à identidade digital de cada pessoa usuária de internet para traçar um perfil psicológico que inclui interesses, motivações pessoais, suscetibilidades e vulnerabilidades. Com qual objetivo as informações das pessoas conectadas à internet são coletadas? Tais perfis são vendidos para empresas que estão disputando a atenção de consumidores e cidadãos. Os dados possibilitam a exibição de propagandas e conteúdos gerados para agradar e convencer cada indivíduo a tomar determinada postura ou decisão, gerando uma realidade filtrada pelas plataformas e condizentes com os interesses dos compradores dos dados.

O processo é explicado em detalhes no livro *The Platform Society: Public Values in a Connective World*, de José Van Dijck, Thomas Poell e Martijin Waal (2018). Os autores detalham três mecanismos que configuram a plataforma: a dataficação, a comodificação e a seleção. A dataficação é a coleta, processamento e armazenamento de dados demográficos e comportamentais, disponibilizados conscientemente ou não pelos usuários da internet. A esses dados somam-se outros metadados, não tão óbvios, como coordenadas de geolocalização automaticamente gerados pelos usuários de smartphones ou dados sobre interesses analisados a partir do tempo gasto na observação de imagens específicas em redes sociais. A comodificação é o segundo mecanismo analisado no livro e está relacionado com a geração de modelos de negócios a partir dos dados. Por fim, a seleção é o trabalho prático dos algoritmos no processamento dos dados de acordo com a proposta de comodificação adotada. (VAN DIJCK; POELL; WAAL, 2018)

José Van Dijck, Thomas Poell e Martijin Waal (2018) conceituam as plataformas como sendo websites que coletam dados, organizam fluxos e interações econômicas e trocas sociais entre os usuários da internet. Portanto, são espaços virtuais que agregam as interações dos usuários e os dados destes como parte de suas estratégias de monetização. Na época, as cinco plataformas com maior força no mundo foram citadas pelos autores: Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft. Somadas a outras plataformas como Airbnb, iFood e Uber, estas empresas formam um conjunto de organizações que atuam em rede, formando um ecossistema. A atuação e os serviços de infraestrutura das cinco definem a estrutura da sociedade da plataforma e a distribuição dos fluxos de dados.

Christian Fuchs, no livro *Social Media: a critical introduction* (2017) diz que o “Facebook nunca foi apenas uma plataforma social”. Segundo o autor, os usuários finais do Facebook são os profissionais de marketing de empresas e grupos políticos. “São os clientes pagantes do Facebook. Nós somos o produto”. (FUCHS, 2017, p. 170, tradução

nossa)¹ Importante mencionar que, dentro dessa perspectiva, Netflix, Disney ou o New York Times não são considerados plataformas. No livro *Platforms and Cultural Production*, Thomas Poell, David Nieborg e Erin Duffy Brooke (2022) explicam que “digitalização não é igual a plataformização”. Esses exemplos coletam dados dos usuários, usam nos sistemas de recomendação, mas não vendem os dados – não agem como pontes, intermediários ou “machtmakers” na relação entre usuários e uma ampla variedade de negócios privados, interesses políticos e organizações sociais. (POELL; DIJCK; NIEBORG, 2022)

Van Dijck, Poell e Waal (2018) explicam que passamos a conviver em uma Sociedade de Plataformas a partir do momento que o ecossistema de plataformas na rede passou a controlar o tráfego social, econômico e político que acontece fora das redes, no mundo off-line. Assim, contrariando uma previsão de Manuel Castells (2000) de que a Sociedade da Informação se caracterizaria pela inexistência de intermediários nas relações culturais e comunicacionais, estas grandes corporações se consolidaram como empresas de dados, intermediários que comercializam “um novo tipo de mercadoria de valor extraordinário, que pode ser revendido ou reutilizado”, conforme Lúcia Santaella (2021) ressalta, no *policypaper* “Inteligência Artificial e Cultura: oportunidades e desafios para o Sul global”. Os dados são gerados como trabalho não remunerado pelos usuários. (FUCHS, 2017) A distinção de tais empresas reside na capacidade de coletar, processar e monopolizar uma grande quantidade de dados para desenvolver novas relações econômicas, desconsiderando o direito à privacidade e colocando toda a população de usuários da internet em constante sistema de vigilância. (SRNICEK, 2016)

Outras questões éticas sobre a plataformização incidem na perspectiva mais ampla da cultura como liga das interações e da construção de sentidos na sociedade. O documentário *O dilema das redes* (2020) é

1 Do original: “Facebook has never been merely a social platform. [...] They are Facebook’s paying customers; we are the product”.

representativo dessa discussão, pois apresenta possíveis danos físicos, psicológicos para usuários das redes sociais. Também reflete sobre o dilema ético de como as plataformas manipulam a atenção dos usuários através de tecnologias persuasivas desenvolvidas com base na neurociência e na psicologia. Os entrevistados são, em geral, profissionais que trabalharam nas principais plataformas e profissionais da saúde que são ativistas a favor do estabelecimento de legislações que regulem o direito à privacidade.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal (CF) reconhece e assegura a proteção da intimidade e da vida privada como direito fundamental. A CF prevê, em seu artigo 5º, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Em 2020, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu os efeitos de uma Medida Provisória que determinava o compartilhamento de dados detidos pelas operadoras de telecomunicações, no momento que a pandemia não permitia a realização do censo domiciliar pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O STJ julgou que a proteção de dados pessoais é um direito fundamental baseado na ideia de autodeterminação informativa. (WIMMER, 2021) Ademais, a Lei nº 13.709 de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no artigo 6º do Inciso I afirma que os dados podem ser usados de acordo com a finalidade: os propósitos precisam ser legítimos, explícitos, específicos e devem ser informados ao titular dos dados, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essa finalidade. (WIMMER, 2021)

O relatório *We need to talk about data*, da Internet Jurisdiction Policy Network (DE LA CHAPELLE; PORCIUNCULA, 2021) aborda a necessidade de que os países discutam e cheguem a acordos internacionais e legislações nacionais positivando tais acordos sobre a coleta, processamento e o armazenamento de dados no contexto internacional, bem como sobre as finalidades de uso dos dados. Eles consideram que a governança de dados coloca em cheque a soberania dos países e que uma política efetiva pode preservar a natureza transfronteiriça da

internet, proteger os direitos humanos, combater abusos e viabilizar a economia digital global.

Nesse contexto, Fuchs (2017) faz uma ponderação relevante. Levando em consideração o contexto de desigualdades, crises, guerras, terrorismo, desemprego e precarização das relações de trabalho e altos níveis de pobreza, “todos podem se beneficiar das mídias sociais? Ou é provável que apenas alguns se beneficiem em detrimento de outros?”. (FUCHS, 2017, p. 11, tradução nossa)² A tais perguntas, acrescentamos: como o campo cultural está sendo afetado pela digitalização e plataformização?

A digitalização e a plataformização da cultura

Nas últimas décadas, vivenciamos a consolidação da cibercultura através da confluência dos meios de comunicação, de indivíduos e de instituições públicas e privadas para o ambiente digital. Manuel Castells (2000) prenunciava que os processos de evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e a autocomunicação em massa resultaria em profundas mudanças nas estruturas de poder do capitalismo. Já Henry Jenkins, em *Cultura da convergência* (2009), apontava que as mídias tradicionais e as chamadas novas mídias estariam convergindo na internet a partir de um processo social, cultural e mercadológico que promoveria modificações significativas na forma de produção e consumo de bens e serviços culturais.

Jenkins analisou obras reconhecidas como inovadoras na época, como as estratégias transmídia e de *storytelling* da Trilogia Matrix, para discutir o que ele chamou de cultura participativa. Segundo o autor, a cultura de massa havia errado ao relegar ao público um papel de simples consumidores e receptores de conteúdos. Tendo o Youtube como referência, o autor já vislumbrava o crescimento da participação do público como produtores de conteúdos. Segundo ele, viveríamos um processo

2 Do original: “Can all benefit in this situation from social media? Or is it likely that only some benefit at the expense of others?”.

de “letramento midiático”, fazendo uma metáfora com a alfabetização de pessoas, que pressupõe o domínio das diferentes competências de leitura, escrita e interpretação de textos. (JENKINS, 2009) De fato, observou-se desde então mudanças significativas na relação entre produção, distribuição e consumo de conteúdos culturais nas redes sociais, gerando os chamados “prossumidores”, que são consumidores que produzem conteúdos como profissionais. Dessa forma, surgiram novas profissões criativas – blogueiros, youtubers, streamings e influenciadores digitais – e com eles novos modelos de negócios se estabeleceram.

A cada ano, registra-se um crescimento exponencial e constante da importância da internet e das redes sociais na vida da população do mundo. A pesquisa TIC Domicílios (CETIC, 2021) indica que 83% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet. Dados do Global Digital Overview (KEMP, 2022) indicam que 67% da população do mundo e 99,2% dos brasileiros são usuários de celulares. Levando em consideração que os percentuais no Brasil são mais elevados que a média internacional, ressalta-se que 77% dos brasileiros são usuários de internet e 79,9% estão nas mídias sociais, com uma taxa de utilização de 10,3 h/dia de internet, o que nos coloca na terceira posição no mundo, atrás apenas da África do Sul e de Filipinas. Os brasileiros passam 3h41m por dia nas redes sociais. Entre os websites mais visitados, estão as plataformas internacionais, como Google, Facebook e Instagram, mas também grandes conglomerados locais como Globo.com e UOL. Entre os dados, também chama atenção o fato de que as publicidades do Instagram, apenas para citar um exemplo, alcançam 67,4% da população brasileira.

O poder da propaganda de bens e serviços feita nas redes sociais está entre os aspectos que não foram previstos por Jenkins. No livro de 2009, o autor não ressaltou a perspectiva da ampliação da concentração de capitais e o poder político das redes. Christian Fuchs (2017) faz uma crítica ao fato de que Jenkins teria reduzido o conceito de “cultura participativa” à importância da interação do público e da diversifica-

ção dos papéis na produção de conteúdos e negligenciado a força dos interesses do capitalismo na busca por novos modelos de acumulação de capital. Embora Fuchs admita que as redes ampliaram os espaços de participação democrática e de interação social, ele alerta que as “grandes corporações colonizaram as mídias sociais [...]” (FUCHS, 2017, p. 102, tradução nossa)³ para garantir o controle político, cultural e econômico da internet, colocando em risco a própria democracia.

De fato, o que observa-se é que em pouco mais de dez anos saímos da celebração da autocomunicação (CASTELLS, 2000) e da convergência das mídias (JENKINS, 2009) para a crítica contemporânea à mercantilização dos dados pessoais dos usuários, que tem gerado desrespeito à privacidade individual, vigilância constante, exploração do trabalho não remunerado dos usuários, precarização do trabalho pago, danos psicológicos em usuários e pouco avanço na regulamentação da gestão de dados no contexto internacional. (FUCHS, 2017; VAN DIJCK; POELL; WAAL, 2018) A internet se consolidou como um espaço de desenvolvimento de interesses diversos, porém reproduzindo o sistema de poder capitalista e as estruturas e padrões racistas, machistas, homofóbicos e capacitistas.

O documentário “Coded Bias” (2020), disponível na Netflix, aborda o viés discriminatório que os algoritmos podem ter. Os mecanismos de reconhecimento facial através de inteligência artificial são treinados para reconhecer padrões a partir da alimentação de imensas bases de dados históricos da cultura de homens brancos, europeus e escolarizados. Assim, tais algoritmos, caixas pretas que funcionam e tomam decisões sem ingerência humana, reconhecem pouca diversidade cultural. Nos EUA, uma jovem pesquisadora negra do Massachusetts Institute of Technology (MIT) mobilizou o congresso nacional em uma ação contra grandes empresas porque seus algoritmos não reconheciam o rosto dela – uma mulher negra. Em suas pesquisas, ela descobriu que o viés discriminatório dessas tecnologias, principalmente das usadas para vigilân-

3 Do original: “Large corporations colonize social media [...]”.

cia pública, é recorrente e iniciou uma luta por regulamentação estatal e realimentação de algoritmos a partir de bases mais diversas.

No Brasil, a discussão sobre como tais tecnologias de reconhecimento reproduzem vieses racistas tem trazido à tona dilemas éticos sobre transparência e responsabilidade legal (SANTAELLA, 2021), mobilizando diversas pessoas no campo acadêmico e na política. A pesquisadora Nina da Hora (CETIC, 2021) pondera que o problema no Brasil está na tendência de priorizar um “solucionismo tecnológico”, ao invés do enfrentamento coerente das questões raciais, de gênero e capacitistas que não serão resolvidas com dados, mas com reflexão da sociedade e políticas públicas.

A pandemia e a digitalização não planejada da produção cultural

O contexto da pandemia provocou uma aceleração da digitalização de modo não programado em diversos setores. O setor cultural foi um dos que mais sofreram as consequências da pandemia. Nos primeiros meses da crise sanitária, os setores artísticos, culturais e criativos buscaram alternativas de adaptação de rotinas e modelos de atuação para a realidade imposta pela crise do novo coronavírus e o caminho da digitalização se impôs como necessidade. A pesquisa “Impactos da covid-19 na economia criativa”, realizada pelo Observatório da Economia Criativa (OBEC-BA), na primeira etapa da paralisação das atividades, demonstrou que entre os principais desafios para indivíduos e instituições culturais estava a falta de preparação de trabalhadores e trabalhadoras para produzir, difundir e monetizar suas obras no ambiente virtual, o que inclui a carência dos equipamentos necessários, serviços e de estratégias digitais de relacionamento com o público, venda de produtos e prestação de serviços:

Para além da necessidade de apoio financeiro, existe uma relevante demanda por capacitação, serviços e infraestrutura que possibilitem a adaptação das atividades ao ambiente digital. Prova disso, é que a necessidade mencionada em primeiro lugar, por 55% dos respondentes da pesquisa, é a adoção de estratégias digitais de relacionamento com público, venda de produtos e prestação de serviços, seguida de acesso a serviços e equipamentos para trabalho remoto. Importante ressaltar as dificuldades de monetização online para a maioria dos artistas e profissionais criativos. A monetização se dá basicamente em função de grandes audiências que geram múltiplas visualizações, o que não é construído em pouco tempo, sem o domínio das tecnologias e o conhecimento sobre estratégias de marketing digital. (CANEDO; PAIVA NETO, 2020, p. 40)

Os desafios da digitalização também se destacaram quando os respondentes foram perguntados, em uma questão aberta, que medidas poderiam ser mais efetivas para ajudar a recuperar a economia do setor no qual atuam. Os respondentes apresentaram sugestões para as políticas públicas, que foram classificadas em quatro categorias: sustentabilidade financeira; fortalecimento da gestão cultural; medidas para aprimoramento da atuação profissional em ambiente digital; e pesquisa e formação continuada. No que concerne ao trabalho no ambiente digital, destaca-se:

Mais uma vez, os respondentes relataram dificuldades relacionadas com a produção, a distribuição e o consumo de bens, produtos e serviços através da internet. As demandas vão além do apoio para a realização de eventos e festivais nas redes sociais e incluem aquisição de equipamentos, capacitação e suporte para digitalização de acervos e inclusão de produtos nas plataformas de comercialização e distribuição pela internet. Por fim, também é citada a necessidade de desenvolvimento de estratégias para a monetização das atividades online. Muitos trabalhadores e trabalhadoras da cultura mencionam que estão produzindo conteúdos para o ambiente digital, porém sem conseguir mobilizar recursos financeiros provenientes dessas atividades. (CANEDO; PAIVA NETO, 2020, p. 43)

Ainda assim, durante a pandemia, também foi possível acompanhar um processo criativo intenso, em diversos setores culturais, no qual artistas, grupos e instituições aproveitaram o barateamento relativo de equipamentos e trabalharam para incorporar as inovações tecnológicas em seu cotidiano de produção e difusão. Principalmente, observa-se uma busca por aprimoramentos na gestão de grandes bancos de dados, no aprendizado de máquinas e uso de algoritmos para criação artística. Destacam-se: 1) iniciativas de produção colaborativa de espetáculos em rede; 2) criação automatizada de textos, músicas, obras de arte e exposições digitais; 3) cinema digital com uso de programação visual para baratear custos de produção; 4) digitalização de acervos; 5) otimização de catálogos digitais para ampliar a usabilidade; 6) registro digital de coreografias; 7) crescimento das plataformas de streaming de vídeo e música, bem como crescimento do consumo; 8) uso de assistentes virtuais, robôs e plataformas cognitivas em museus; 9) uso de base de dados para a tomada de decisão sobre a produção de textos, roteiros, exposições, entre outras iniciativas. Observa-se tanto experiências inseridas no mercado, quanto algumas (poucas) iniciativas colaborativas. Porém, vale notar que, levando em consideração a alta dependência tecnológica e técnica, em geral tais iniciativas são desenvolvidas por grupos estruturados e com capacidade de mobilização de recursos públicos e privados.

Para Poell, Dijck e Nieborg (2022), o processo de plataformização da cultura tem aberto novas oportunidades para os produtores culturais encontrarem novas audiências e diversificarem as fontes de renda. Porém, também tem promovido uma concentração de renda sem precedentes em artistas, grupos e instituições que já detinham público pagante, capital e infraestrutura, ou seja, os meios necessários para a consolidação da presença digital. Importante ressaltar a manutenção e consolidação da dinâmica das *major*s – as grandes corporações hegemônicas das indústrias culturais, especialmente nos setores audiovisual, fonográfico e editorial. (BOLAÑO, 2000) As gigantes das velhas mídias, como a Globo, segunda plataforma mais acessada pelos brasileiros

(KEMP, 2022), convergiram, diversificaram e garantiram presença em diversas plataformas.

É preciso analisar os efeitos dos algoritmos para a cultura. Ainda temos poucos estudos e pesquisas que se aprofundaram nessa temática, mas os resultados já debatidos são preocupantes. Entre os potenciais problemas, está o sistema de recomendações de conteúdos culturais das plataformas que costumam privilegiar as produções inseridas no mesmo modelo capitalista de produção, deixando de lado as iniciativas independentes e provocando mais desigualdades na produção cultural. Para Lúcia Santaella (2021), sob a aparência de um serviço prestado, as recomendações na realidade colocam o usuário em uma bolha ou viés de confirmação, manipulando e direcionando o consumo “[...] a partir de uma visão repetitiva do mundo baseada em padrões interpretativos viciados [...] que se colocam como barreiras para a diversidade local e global”. (SANTAELLA, 2021, p. 12)

Considerações finais

Celso Furtado previu que no contexto da revolução das tecnologias de comunicação, a política cultural teria que preocupar-se não apenas em garantir a democratização do acesso aos bens culturais, mas também “em defender a liberdade de criar”. (FURTADO, 2012, p. 41) No contexto digital em franco crescimento, isso não será possível sem “[...] a superação do caráter corporativo das mídias sociais e o estabelecimento de uma internet verdadeiramente participativa, no contexto da democracia participativa”. (FUCHS, 2017, p. 24, tradução nossa)⁴ Para promover a diversidade cultural e a livre circulação de bens e serviços culturais será preciso avaliar a exploração do trabalho, a vigilância constante e a reprodução de práticas de imperialismo cultural por meio das plataformas.

4 Do original: “[...] overcoming the corporate character of social media for establishing a truly participatory Internet within the context of a participatory democracy”.

Todavia, conforme alerta Lúcia Santaella (2021), a ausência do setor cultural nos documentos e acordos supranacionais sobre a digitalização e a plataformização é preocupante. Para a autora, o cenário atual aponta para o aprofundamento da brecha digital entre Norte e Sul. Nas recomendações que apresenta no *policy paper* para a Unesco, Santaella (2021) destaca a necessidade de inclusão da cultura nas estratégias de desenvolvimento das tecnologias de Inteligência Artificial e a grande demanda por medidas de promoção da diversidade cultural nas plataformas. Acrescentamos a necessidade de desenvolvimento de estudos no Brasil sobre a plataformização das artes, da cultura e da economia cultural e criativa, em seus diversos setores.

Ao dissertar sobre dependência cultural, Celso Furtado alertou que é “o forte dinamismo do segmento modernizado do consumo que projeta a dependência no plano tecnológico e a inscreve na estrutura produtiva” (2012, p. 18). Para o autor, a dependência tecnológica é ativada a partir da dependência cultural, que permite a reprodução das estruturas sociais e o agravamento das situações de desigualdades. Em *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), o autor ressaltou que a produção de bens culturais tinha se tornado um negócio colossal regido pela uniformização dos padrões de comportamento como base de criação de grandes mercados.

A situação hoje parece ainda mais preocupante. As recomendações da seção “Relações entre Cultura, Educação, Ciência e Comunicação”, discutidas na Mondiacult, continuam relevantes. No contexto das celebrações pelos 40 anos da Declaração do México de Políticas Culturais, espera-se que a discussão sobre a digitalização e a plataformização da produção artístico-cultural resulte na produção de um novo documento com recomendações de políticas públicas, tanto na esfera internacional quanto nos contextos locais. Espera-se que uma nova campanha de ação da Unesco seja capaz de promover iniciativas de políticas públicas para a livre circulação de bens e serviços culturais e a difusão equilibra-

da da informação, das ideias e dos conhecimentos entre os povos, como defendido no documento de 1982.

Referências

BOLAÑO, C. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec: Polis, 2000.

BRASIL. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 157, p. 59, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: jan. 2022.

CANEDO, D.; PAIVA NETO, C. (coord.). *Pesquisa impactos da covid-19 na economia criativa: relatório final de pesquisa*. Salvador: Observatório da Economia Criativa; Santo Amaro: UFRB, 2020.

CANEDO, D. *Todos contra Hollywood? Políticas, redes e fluxos do espaço cinematográfico do Mercosul e a cooperação com a União Europeia*. 2013. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Vrije Universiteit Brussel, Brussel; Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CASTELLS, M. Materials for an exploratory theory of the network society. *British Journal of Sociology*, London, v. 51, n. 1, p. 5-24, jan./mar. 2000.

CETIC. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020: edição COVID-19*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: jan. 2022.

DE LA CHAPELLE, B.; PORCIUNCULA, L. *We need to talk about data: framing the debate around free flow of data and data sovereignty*. [S. l.]: Internet and Jurisdiction Policy Network, 2021. Disponível em: <https://www.internetjurisdiction.net/uploads/pdfs/We-Need-to-Talk-About-Data-Framing-the-Debate-Around-the-Free-Flow-of-Data-and-Data-Sovereignty-Report-2021.pdf>. Acesso: mar. 2022.

- FUCHS, C. *Social media: a critical introduction*. London: Sage, 2017.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. *Ensaio sobre cultura e Ministério da Cultura*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- GUÈVREMONT, V. Aplicación de la Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales en la era digital. *Revista Chilena de Derecho y Tecnología*, Santiago, v. 3, n. 1, p. 195-224, 2014.
- JENKINS, H. Introdução: Venere no altar da convergência: um novo paradigma para entender a transformação política. In: JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009. p. 29-47.
- KEMP, S. Digital 2022: global overview report. *Datareportal*, [s.l.], 26 jan. 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report>. Acesso em: mar. 2022.
- POELL, T.; DIJCK, J. V.; NIEBORG, D. B. Plataformização. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020.
- POELL, T.; NIEBORG, D. B.; BROOKE, E. D. *Platforms and Cultural Production*. Cambridge: Polity Press, 2022.
- SANTAELLA, L. *Inteligência Artificial e cultura: oportunidades e desafios para o Sul Global*. Paris: Unesco, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/inteligencia-artificial-e-cultura-oportunidades-e-desafios-para-o-sul-global/>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- UNESCO. *Communication and Society Today and Tomorrow: many voices one world, towards a new more just and more efficient world information and communication order*. Paris: Unesco, 1980.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*: texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Brasília, DF: Unesco, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

UNESCO. *Mexico City Declaration on Cultural Policies*. Paris: Unesco, 1982.

UNESCO. *Orientaciones sobre el entorno digital*: orientaciones prácticas para la aplicación de la Convención de 2005 sobre la Protección y la Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales en el entorno digital. [S.l.]: Unesco, 2017. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity/publications/digital-guidelines>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. *The platform society: public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VARIN, C.; GUÈVREMONT, V. La Convention sur la diversité des expressions culturelles quinze ans après : une mise en oeuvre effective d'un instrument juridique faiblement contraignant. *Revue québécoise de droit international*, Québec, v. 32, n. 2, 1-27, 2019.

WIMMER, M. Privacidade e proteção de dados pessoais em tempos de pandemia: novos paradigmas para o compartilhamento e o uso secundário de dados no poder público. *Panorama setorial da internet*, São Paulo, ano 13, n. 4. dez. 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacoes/indice/panoramas/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Mondiacult 2022: un aporte desde los confines

*Emiliano Fuentes Firmani**

Introducción literaria para justificar el título

En *La saga de los confines*, la escritora argentina Liliana Bodoc narra la conquista (o la resistencia) de América en clave fantástica, a la manera de un “Señor de los Anillos” latinoamericano en donde se construye una épica heroica de nuestros pueblos originarios. La trilogía comienza con el libro *Los días del venado* y cuenta el momento en que Dulkancellin, padre y guerrero de la tribu de los Husihuilkes, es convocado desde los confines del sur de las Tierras Fértiles a un

* Es docente e investigador de la Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF), fundador de la editorial especializada en políticas culturales RGC ediciones y director de la Revista Gestión Cultural. Doctorando en Estudios Sociales de América Latina en la Universidad Nacional de Córdoba. Fue Secretario Técnico del Programa IberCultura Viva.
E-mail:
fuentesfirmani@gmail.com

cónclave en la lejana tierra de Beleram. Según nos va contando Bodoc, los astrólogos de Beleram (que en el mapa de las Tierras Fértiles semeja la ubicación del complejo de Chichén Itzá en tierras mayas) predicen la llegada de visitantes del viejo/otro mundo, pero no pueden discernir claramente las intenciones con que vienen. Parece que hay recuerdos de otro encuentro, donde visitantes anteriores vaticinaban el regreso, pero advirtiéndolo que deberían estar atentos porque quienes volvieran podrían ser sus descendientes, o tal vez, las fuerzas de Misiánes, el hijo que había engendrado la muerte, para conquistar y expoliar toda la riqueza de su tierra. En la historia, como los mensajes del universo no terminan de ser claros, los sabios deciden convocar a un concilio en su ciudad, en donde estén representados todos los pueblos de las tierras fértiles para poder tomar la mejor decisión sobre cómo recibir a los visitantes. No les voy a *spoilear* quienes son los visitantes, ni con qué intenciones llegan (en realidad les recomiendo fervientemente la lectura de la saga, que por cierto, también tiene traducción al portugués). Solo les voy a comentar que con el correr de las páginas, Bodoc nos deja en claro que las diferencias entre el viejo y el nuevo mundo radican en la forma en que se jerarquizan las relaciones entre las personas y los entornos. Por un lado, los magos sobre los que el hijo de la muerte señorea, y que ven en el desarrollo el fin último de sus acciones, sin importar las identidades, territorios o culturas que devasten. Por otro lado, quienes creen que todas las criaturas y territorios tienen el mismo valor y que están interrelacionados íntimamente. Estos son quienes han emigrado para vivir en armonía en las Tierras Fértiles, y que eligen decidir cómo enfrentar lo nuevo invitando a todos los pueblos a participar de esa decisión.

Casi las mismas discusiones que regían en torno al desarrollo y la cultura hace cuarenta años en nuestra región, cuando el primer encuentro por las políticas culturales se dio cita y todo comenzó a cambiar. Sin dudas la Mondiacult 1982 es uno de los mitos fundantes en la historia de nuestras políticas culturales contemporáneas. El impacto de las decisiones tomadas en la cumbre, reflejadas en las recomendaciones del infor-

me general, y especialmente, en la declaración final aprobada, marcaron profundamente las líneas sobre las cuales se estructuraron las políticas culturales en las transiciones democráticas de nuestra región. No voy a abundar en detalles que probablemente se repitan en otros artículos de este libro, pero sí me gustaría señalar algunas curiosas generalidades de la Mondiacult 1982 según puede verificarse en el informe general. La cumbre sesionó durante dos semanas, con la presencia de más de 900 delegados de 126 Estados miembro (además de un representante del Vaticano, uno de la Organización para la Liberación de Palestina y uno del Movimiento de Liberación Africano) entre los que se encontraban “Un primer ministro, 3 vicepresidentes de Consejos de Ministros, 77 ministros y secretarios de Estado, 31 viceministros y subsecretarios de Estado, 21 embajadores / jefes de delegación (*entre los que figuraban unas diez mujeres*)”¹. En el caso de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, los participantes eran, además, representantes de las dictaduras cívico-militares que habían usurpado el gobierno de dichos países del sur. En ese contexto es llamativo pensar en los resultados de las deliberaciones y de las recomendaciones adoptadas, ya que contrariamente a lo que pudiera suponerse, las dictaduras presentes avalaron importantes avances en torno a temas ligados al patrimonio cultural, el diálogo intercultural, la diversidad cultural y los derechos culturales.

El panorama en nuestra región hoy es bien diferente. En los últimos veinte años hemos tenido algunos ejemplos muy interesantes de políticas culturales que, en algunos casos, han configurado experiencias concretas de políticas públicas bajo el paradigma de democracia cultural (GARCÍA CANCLINI, 1987) basadas en el ejercicio de la ciudadanía cultural. (CHAUI, 2013) Estas políticas culturales se ocuparon de discutir el rol del Estado y de proponer otras formas de relación entre este y los agentes y organizaciones culturales desde una perspectiva de respeto, diálogo y estímulo para todas las manifestaciones culturales. Claro que antes hubo otras experiencias y orientaciones en el marco de lo que

1 Conferencia mundial sobre las políticas culturales, 1982b. El subrayado es mío.

muy acertadamente se ha llamado primer y segundo momento de las políticas culturales en América Latina (ROCHA, 2016), considerando las orientaciones hacia la reafirmación de la vida pública y la libertad de expresión de las transiciones democráticas en el primero, y las orientaciones hacia la primacía del mercado y el emprendedurismo individual típicos del neoliberalismo en el siguiente.

Me gusta pensar en el Concilio de Beleram del libro de Bodoc como una metáfora del llamado de México para acoger a la nueva Conferencia Mundial de la Unesco sobre Políticas Culturales y Desarrollo Sostenible, y como un escenario especial para poner en valor un “tercer momento” de las políticas culturales latinoamericanas, que tiene como protagonista a la ciudadanía cultural y a la cultura comunitaria y colaborativa. Creo que cuarenta años después de aquel primer encuentro con los visitantes del viejo mundo, tenemos la oportunidad de ayudar al conjunto de naciones desde un pensamiento situado en nuestra región latinoamericana, cuyas experiencias recientes de políticas culturales pueden contribuir en la respuesta ante lo nuevo que se viene. Pero los tiempos son sombríos, y al igual que nuestro querido héroe de los confines y que el resto de las criaturas de las Tierras Fértiles, tal vez las delegaciones que viajan a representarnos no tengan esa memoria tan presente y sean permeables a las voces que confunden, que en el caso que nos ocupa, llevan ideas que quieren vincular a la cultura con el desarrollo desde una perspectiva “colorida”, donde la afirmación de la diversidad es un reaseguro de la hiperindividualización neoliberal y la importancia de la cultura termina siendo pura y duramente economicista. Habrá que prestar mucha atención para decidir con claridad.

De México a Estocolmo. La Unesco en su laberinto

La *Declaración de México* de 1982 fue el paraguas sobre el cual se constituyeron las políticas culturales de nuestras transiciones democráticas y, de algún modo, sus lineamientos también ayudaron a configurar los

contratos sociales y expresaron algunas de las tensiones de las culturas políticas de la época en un sentido más amplio. Los trabajos de Renata Rocha, Lia Calabre, Albino Rubim, Rubens Bayardo y Eduardo Nivón Bolán, entre otros, nos recuerdan que durante la década del 1980, en paralelo a la construcción y consolidación de las instituciones y políticas culturales de nuestra región, fue instalándose el modelo cultural neoliberal, principal protagonista de la década del 1990 y también principal causa de la emergencia de los gobiernos de la llamada “marea rosa” durante la década del 2000, momento en el que el modelo cultural neoliberal pudo ponerse en cuestión. Si bien en Mondiacult 82 la foto global nos mostraba un mundo bipolar, con el proceso de descolonización y la emergencia de los países no alineados se habían abierto algunas grietas a partir de las cuales la Unesco venía construyendo sentidos de síntesis en pos de garantizar el desarrollo cultural de los pueblos, jugando un importante papel en las discusiones sobre las nociones de lo comunitario, el mercado y el Estado. Pero el devenir de los acontecimientos durante la implementación de las acciones del *Decenio para el desarrollo cultural* (1987-1997) nos mostrará cómo el cambio geopolítico marcado por la caída de la Unión Soviética habilitará un giro importante sobre estas nociones en la década siguiente, en donde la hegemonía de la economía creativa fue instalada. Para verificarlo se pueden revisar los resultados del informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo publicados en 1996, que marcarán la Conferencia Intergubernamental de Estocolmo de 1998.

Sin dudas, los avances alcanzados en Mondiacult 1982 son el corolario de un proceso que inicia la Unesco en torno a las políticas culturales desde la década del 70 y que tuvo como antecedentes a la colección de estudios culturales publicada desde 1968 y como hitos a las diferentes conferencias intergubernamentales y regionales que comenzaron en Venecia en 1970. Pero, además, la declaración de México recoge otros procesos impulsados por Unesco, como por ejemplo los postulados sobre los museos y el patrimonio de la Mesa Redonda de Santiago de

Chile organizada junto a Icomos en 1972, o los resultados del Informe MacBride en torno a las políticas de comunicación, aprobado por la Asamblea General de la Unesco en 1980. En el caso de Mondiacult 1982 existe cierto consenso en considerar que su principal aporte tiene que ver con la implementación de una definición amplia de cultura, además de la inclusión de la dimensión cultural del desarrollo, hechos que obligaron a revisar la noción misma de políticas culturales y los instrumentos a estas asociados. Pero la conferencia también fue muy importante en otras áreas estratégicas de la cultura, como la comunicación, el patrimonio cultural y las industrias culturales.

La definición de cultura como “el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social” y la inclusión de “los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias” permitió ampliar la mirada de las políticas públicas y posibilitó estructurar acciones para incidir en el tratamiento de temas relacionados al patrimonio cultural inmaterial o la consideración del valor simbólico de los bienes culturales y la necesidad de un intercambio equilibrado de estos en función de cuidar las identidades culturales diversas de los países en desarrollo. Por eso también debe destacarse la transversalidad con la que trabajó la conferencia en torno a la necesidad de estimular el diálogo intercultural y de valorizar todas las culturas desde una perspectiva de paz y no violencia. Pero además para América Latina fue muy importante la definición del principio de la dimensión cultural para el desarrollo, en donde las ideas ligadas a la modernización encontraban a las diferencias culturales como escollo. (MENDES CALADO, 2017) Esta nueva definición permitía saltar este problema a partir de una mirada renovada desde la cual esas diferencias pasarían a cobrar valor para impulsar el desarrollo, siempre y cuando fueran consideradas como inherentes al mismo. Por el lado del patrimonio cultural, la Declaración de México significó también un avance superlativo, ya que logró valorizar al patrimonio cultural inmaterial

con la misma jerarquía que el patrimonio material, enunciando en un mismo nivel a “las obras materiales y no materiales que expresan la creatividad de ese pueblo: la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas”. En el caso de las políticas de comunicación, la conferencia recupera los debates propiciados por el Nuevo Orden Mundial de la Información y de la Comunicación (NOMIC) y por los resultados del informe MacBride, que había sido recientemente aprobado por la Asamblea General de la Unesco (Belgrado, 1980). A pesar de los reclamos de los Estados Unidos – quien se retiraría de la Unesco en 1984 como protesta a este posicionamiento y a la aprobación del Informe MacBride – la Declaración de México (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982a) determinó “[...] el derecho de todas las naciones no solo a recibir sino a transmitir contenidos culturales, educativos, científicos y tecnológicos” y que las industrias culturales tienen un lugar central en la difusión de bienes culturales, pero también que estas

[...] ignoran muchas veces los valores tradicionales de la sociedad y suscitan expectativas y aspiraciones que no responden a las necesidades efectivas de su desarrollo. Por otra parte, la ausencia de industrias culturales nacionales, sobre todo en los países en vías de desarrollo, puede ser fuente de dependencia cultural y origen de alienación. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982a)

Sí, la Unesco hablaba de los peligros de la alienación y la dependencia por no contar con industrias culturales propias, o sea, alertaba por la pura y dura dominación cultural, como decía el maestro Guillermo Bonfil Batalla.

A partir de los resultados de la cumbre, que reitero, duró dos semanas, la Unesco intentó estructurar un plan de acción, pero la demora en su aplicación provocó que el *Decenio para el Desarrollo Cultural*, aprobado por la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en 1987,

tuviera un marcado sesgo neoliberal. Este giro quedó evidenciado, entre otras cosas, en el alejamiento total de la Unesco en los temas relacionados a las políticas de la comunicación,² pero también, por la apuesta a la economía creativa – junto con la idea de multiculturalismo – como forma de reconocimiento de la diversidad que habían comenzado a impulsar los países de origen anglosajón. Además, Consenso de Washington mediante, comenzó a cobrar cada vez más fuerza la idea de que los Estados eran ineficientes y que la sociedad civil tenía un papel importante para resolver este problema, declarando la prescindencia de la intervención estatal. En este esquema se verifica el surgimiento del tercer sector para paliar los desastres que el sistema neoliberal producía. (WORTMAN, 2008) Así, la cultura pasaba a ser una protagonista estelar y un “recurso” inestimable para la intervención pública en las más variadas materias del campo económico y social. (YÚDICE, 2002)

Justamente, finalizando este período se produjo la Conferencia Intergubernamental de Estocolmo (1998), y vale mucho la pena comparar las declaraciones de México y Estocolmo para comprender la profundidad del cambio de agenda política de la Unesco. Aunque en general la Unesco, al menos hasta la pandemia de 2020, ha sostenido una línea más vinculada al emprendedurismo y a la economía creativa que a otras formas de políticas culturales, las convenciones sobre la *Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial* (2003) y sobre *Promoción y Protección de la Diversidad de las Expresiones Culturales* (2005), con una importante participación de Brasil en el primer caso y un fuerte liderazgo de Canadá y Francia en el segundo, pudieron desmarcarse un poco de esa línea. Pero lo más irónico del enfoque neoliberal y colonia-

- 2 Guillermo Mastrini y Diego de Charras (2005) realizan un pormenorizado análisis sobre el devenir de la conceptualización de las políticas de la comunicación y el posicionamiento de los actores globales en las disputas de recursos económicos y simbólicos en torno a la democratización de la comunicación, señalando el corrimiento de la Unesco producido a partir de la gestión del español Federico Mayor Zaragoza como director general de la entidad.

lista aún persistente en el organismo es que pondera la participación social pero sin activar mecanismos concretos para que suceda. A modo de ejemplo, el Fondo Internacional para la Diversidad Cultural instaurado por la Convención de 2005 solo admite postulaciones en francés y en inglés, limitando severamente la participación de los países de nuestro sur global a quienes dominen esos idiomas. Sí existen algunas franquicias de eventos que Unesco fue otorgando, como los Resaliarts o, más recientemente, los foros paralelos Mondiacult, pero no queda claro cómo estos procesos podrán alimentar las discusiones de la cumbre ni qué mecanismo de sistematización tendrán. Tampoco hubo ningún tipo de apertura a la participación de la sociedad civil organizada en la Cumbre Regional para América Latina y el Caribe que fue realizada a inicios de 2022.

*El sur también existe. Del Foro Social Mundial
al Congreso Latinoamericano de Cultura
Viva Comunitaria*

Los 2000 pegaron fuerte en los confines. La crisis social, económica, política y cultural provocada por los gobiernos neoliberales nos colocó en una encrucijada difícil, a partir de la cual tuvimos que tomar decisiones importantes en torno a la sociedad en la que queríamos y podíamos vivir. El malestar se generalizó, y más pronto que tarde caímos en la cuenta de que nadie puede realizarse en una comunidad que no se realiza. (PERÓN, 1949) En este proceso, los movimientos sociales se vieron fortalecidos por una masiva participación popular y, de alguna manera, la narrativa neoliberal se fisuró, posibilitando que en nuestra región del sur comenzaran a operar algunos cambios. Así como el neoliberalismo instaló una narrativa donde el individualismo era el principal organizador social, surgió desde la sociedad civil organizada una narrativa contrapuesta, donde lo colectivo y lo comunitario representaban la principal salida. Ya no se trataba de convivir pacíficamente en un mun-

do global, formateado en el modelo occidental, blanco y patriarcal, que reconocía las múltiples diferencias, sino de construir la máxima zapatista de “un mundo donde quepan todos los mundos”. Este lema fue el que animó la organización, en Brasil en 2002, del Foro Social Mundial, que probablemente haya sido el evento social, cultural y político más importante de la época en nuestra región, tanto por su nivel de convocatoria como por los temas convocados, pero también, y especialmente, por su forma de construcción, en la que lo comunitario y lo colaborativo fueron los principales vectores de organización.

Alimentados por estos procesos, en el plano político se gestaron una serie de experiencias electorales que lograron romper la tradición de las elites gobernantes y colocaron en el gobierno de nuestros países a personas más cercanas a nuestros pueblos. Por primera vez los pueblos originarios, la clase trabajadora y las mujeres tuvieron representantes ejerciendo la primera magistratura, inaugurando un ciclo de gobiernos posneoliberales que encontraron en las políticas culturales una forma de acompañar la transformación de las culturas políticas que estaban sucediendo en nuestras comunidades. De alguna manera, la idea clásica de políticas culturales, construida por Néstor García Canclini en 1987 a partir de las resoluciones de Mondiacult 82, se tornaría protagonista del período, especialmente considerando los aportes realizados por los movimientos sociales para la transformación del Estado, pero también, por los esfuerzos de los gobiernos para trabajar con la agenda que los movimientos sociales venían promoviendo.

La importancia de lo simbólico para reorganizar nuestras culturas políticas era tan clara en la época que los presidentes Néstor Kirchner de Argentina y Luis Inácio “Lula” da Silva, antes de cumplir el primer año de mandato de sus gobiernos, decidieron relanzar el Mercosur con una acción política conjunta que se tradujo en la firma de un documento de cooperación. El acuerdo conocido como el “Consenso de Buenos Aires” buscó funcionar como hito fundacional de una época de cambio social y político (VÁZQUEZ, 2012) y también – principalmente – cultural, en

donde lo simbólico se estableció como el escenario de una intensa batalla entre distintos enfoques sobre cómo pensar y resolver las formas de organización de nuestra sociedad. Se trataba de proponer un nuevo paradigma que superara el neoliberal.

Diversos estudios dan cuenta de estos procesos de cambio de paradigma sucedidos en los últimos años en los países de América Latina y, particularmente, en algunos países de América del Sur. (FORSTER, 2013; LACLAU, 2005; SADER, 2008) Boaventura de Sousa Santos (2010) considera que justamente en estos países están las claves para una nueva organización democrática con “más intensidad” donde lo plural y lo diferente empieza a ganar su lugar en la sociedad configurando un nuevo escenario de “democracia intercultural”, añadiendo un condimento más a la propuesta de paradigma superador presentado por García Canclini en 1987. Este cambio de contexto abre un nuevo tipo de intervención del Estado en la cultura, reposicionando el rol que históricamente habían impulsado las políticas más de corte patrimonialista. En un trabajo donde sistematiza su experiencia al frente de la Secretaría de Cultura de la Ciudad de Sao Paulo a fines de la década del 80, la filósofa Marilena Chaui señala que se trabajó enfocadamente para superar “[...] el control estatal sobre la cultura y la monumentalidad oficial de la tradición autoritaria [...]” (CHAUÍ, 2013, p. 81), como así también cuestionando “[...] la perspectiva neoliberal, garantizando la independencia de los organismos públicos y de la cultura, dando la espalda a las exigencias del mercado y a la privatización de lo que es público”. (CHAUÍ, 2013, p. 81) Para la autora, se trata entonces de poner “[...] en primer lugar la idea de Ciudadanía Cultural, esto es, la cultura como derecho de los ciudadanos, sin confundirlos con las figuras del consumidor ni del contribuyente”. (CHAUÍ, 2013, p. 81) Una propuesta de “tercera posición” en la que el enfoque central lo ocupa la ciudadanía, y en función de ella es que debe articularse el Estado.

Por otro lado, en su discurso/manifiesto de asunción como ministro de Cultura de Brasil (2003), Gilberto Gil decía que

[...] no le compete al Estado hacer cultura, a no ser en un sentido muy específico e inevitable. En el sentido de que formular políticas públicas para la cultura es, también, producir cultura. En el sentido de que toda política cultural forma parte de la cultura política de una ciudad y de un pueblo, en un determinado momento de su existencia [...]. Pero también, en el sentido de que es necesario intervenir. No según la cartilla del viejo modelo estatizante, sino que para clarificar caminos, abrir claros, estimular, proteger. Para hacer una especie de *do in* antropológico, masajeando los puntos vitales, que momentáneamente son despreciados o están adormecidos, del cuerpo cultural del país, en fin, para avivar lo viejo y atizar lo nuevo. (GIL, 2018, énfasis del autor)

Así, sobre la noción de ciudadanía cultural, pero también, de los principios de la ética *hacker* presente en el movimiento de cultura digital (COSTA, 2011), las políticas impulsadas por el ministro poeta lograron operativizar esta nueva forma de articulación entre gobiernos y sociedad civil organizada en diversos planos de las políticas públicas, siendo el programa Cultura Viva y los Puntos de Cultura la expresión más lograda de los dispositivos puestos en marcha.

La experiencia de los Puntos de Cultura fue central para ayudar a organizar un espacio de encuentro entre experiencias culturales comunitarias y territoriales autorreconocidas bajo el concepto de Cultura Viva Comunitaria y cuyo objetivo tiene que ver con el desarrollo local desde otros paradigmas de desarrollo asociados al “buen vivir”: pluriculturales, diversos, decoloniales, antiespecistas y en los últimos tiempos enfáticamente antipatriarcales y feministas. Alexandre Santini (2017) analiza el devenir del proceso de organización latinoamericano a partir del encuentro de las redes de organizaciones culturales comunitarias de los países hispanoamericanos con las redes de organizaciones culturales comunitarias de Brasil, señalando el claro aporte que la experiencia brasileña trae para las hispanoamericanas, pero también el enriquecimiento del concepto original de cultura viva, al que el aporte del resto de los países agregó el adjetivo de comunitaria. Coincidiendo (y

coexistiendo) con Santini, creo que el proceso de internacionalización, o latinoamericanización, de los Puntos de Cultura refleja un interesante proceso de articulación entre sociedad civil y gobierno, que comienza en 2009 en el Foro Social Mundial, continúa en el II Congreso Iberoamericano de Cultura organizado por la Secretaría General Iberoamericana en San Pablo ese mismo año, y que tiene como ápice la realización en forma autogestiva del I Congreso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitaria (CVC) en La Paz, Bolivia, en 2013, y la presentación del programa de cooperación cultural IberCultura Viva durante el IV Congreso Iberoamericano de Cultura realizado en 2014, cuyo lema fue Cultura Viva Comunitaria. (FUENTES FIRMANI, 2018)

Para Juan Brizuela es lícito comenzar a plantear la posibilidad de hablar de una “escuela latinoamericana” en las políticas culturales. En una conferencia virtual presentada en 2020, el investigador analiza los elementos centrales por los cuales en el campo de estudios de las políticas culturales hablamos de las “escuelas”, ya sea la francesa o la anglosajona, y señala cómo cada una de ellas pueden tener fechas y eventos de referencia para caracterizarlas. Coincide en plantear que el inicio de la experiencia brasileña en 2003 marca un parteaguas en la forma en que se venían desarrollando las políticas culturales en la región, considerando especialmente la perspectiva de participación social que estas políticas toman al reconocer como sujeto de derecho al pueblo en su conjunto, tanto en el acceso como en la producción cultural. Para Brizuela, la cultura viva comunitaria demostraría una síntesis en donde además del pueblo como sujeto se reconocen otras dos características que pueden configurar una “escuela latinoamericana”: la amplitud de territorios, historias y memorias de los que se nutren los procesos de políticas culturales, que atraviesan países y regiones, y un fluido proceso de pensamiento e intercambio entre personas dedicadas a la investigación que dialogan y debaten con sus trabajos. A mi entender, se podría agregar como cuarto elemento la profesionalización de la gestión cultural y la creciente participación de cuadros militantes con formación técnica en

las áreas de gobierno dedicadas a las políticas culturales. Creo que estas dos condiciones vinculadas a las políticas culturales deben ser adicionadas para tener una visión más completa del cuadro.

Paradójicamente, esta experiencia innovadora y exitosa que impulsa el desarrollo de políticas culturales en clave de democracia cultural aún resulta marginal en los ecosistemas de las políticas culturales y su financiamiento y apertura dependen mucho del contexto, a pesar de que algunos países, como Brasil y Perú, cuentan con leyes de impulso aprobadas por el congreso nacional. De hecho, en muchas ocasiones, no han sido ni siquiera reconocidas en los informes sobre políticas para la diversidad que los países están obligados a elevar por la adhesión a la convención de 2005, incluso cuando se trata de una de las políticas más interesantes que nuestros países hayan diseñado, fuera de una lógica economicista, para la promoción y protección de la diversidad cultural. Lo bueno es que a pesar de ello puede verificarse paulatinamente un aumento de gobiernos, tanto centrales como locales, que buscan articular procesos de cultura viva comunitaria, como también el sostenimiento de los Congresos Latinoamericanos de CVC, que en 2022 ya irán por su sexta edición.

¿Y ahora? ¡¿Quién podrá ayudarnos?! La cultura pospandémica en discusión

Para estar a tono con la nostalgia ochentosa, pienso en las condiciones en que se realizará la nueva Cumbre Mundial sobre las Políticas Culturales y me surge la imagen de las personas desesperadas que necesitan atención y ante la duda de quién podría ayudarles terminan invocando al Chapulín Colorado.³ Las consecuencias de la pandemia por COVID-19 son inconmensurables para toda la población, y particularmente para el sector cultural. La Unesco ha publicado diversos trabajos que dan

3 Personaje de Chespirito en la década del 80 y posteriores. Un héroe torpe y sin superpoderes pero de gran corazón.

cuenta de las pérdidas de ingresos económicos, con cifras que rondan el 80%. Siguiendo esta misma lógica, la brecha digital ha sido enorme y a pesar de haberse digitalizado muchísimos contenidos, la mayoría de las personas que los crearon no han logrado monetizar esa digitalización. Pero además la pospandemia nos pone ante otra encrucijada tremenda, que tiene que ver con el modelo de sociedad que queremos construir, y es ahí donde nuestro Chapulín Colorado debe tomar coraje y aparecer. Parecería que esa certeza de que nadie se realiza en una comunidad que no se realiza, que podía verificarse al inicio de la pandemia, nuevamente se comienza a resquebrajar y que todo tiende a volver al punto en que estaba antes de la tragedia. Eduardo Nivón Bolán (2020) advierte que el contrato social que guió las transiciones democráticas desde hace cuarenta años está agotado. La creciente polarización y aumento de simpatías por propuestas de derecha, discriminatorias y excluyentes, puede verificarse en gran parte de nuestros países. Discursos de odio, noticias falsas y hasta guerras culturales son el condimento cotidiano de las narrativas que gran parte de los medios de comunicación instalan en el sentido común de nuestra ciudadanía. En el caso de la cultura, la mirada economicista es hegemónica en la mayoría de los proyectos progresistas y liberales. En el caso de los conservadores, directamente lo es la censura o la persecución. Es cierto que pueden encontrarse algunas excepciones, al menos en algunas aristas, tal como es el caso de la vigorosa acción del Gobierno argentino para atender la emergencia de la pandemia (FUENTES FIRMANI, 2020) o la articulación entre agentes, colectivos culturales y representantes parlamentarios que consiguió la aprobación de la ley de emergencia cultural (ley Aldir Blanc) en Brasil. (SANTINI, 2020) Pero más allá de estas cuestiones puntuales y algunas otras, todo parece indicar que la cultura pospandémica será muy parecida a la que teníamos en 2019, como si nada hubiera pasado.

En el caso de Argentina, cuyo Ministerio de Cultura ha tenido una actuación muy destacada en la atención de los trabajadores y trabajadoras de la cultura en la emergencia de la pandemia, no se logró avan-

zar ni siquiera un centímetro en la discusión de la gobernanza ni del financiamiento de la cultura que los tiempos nuevos requieren. En todo el período el ministerio no ha organizado ningún tipo de evento, foro o congreso donde puedan discutirse las políticas culturales que el país necesita, como tampoco ha enviado ningún proyecto de ley al Congreso, ni siquiera para fijar esas políticas de asistencia en un marco normativo, e inclusive ante la emergencia por la pérdida de recursos para las industrias culturales que regirá a partir del 31 de diciembre de 2022. Afortunadamente desde el poder legislativo se está trabajando en una norma para extender estos fondos por otros cincuenta años más. La propuesta es la única que ha podido tratarse durante el período pandémico y ya cuenta con un dictamen de mayoría de la Comisión de Presupuesto, con lo que en cualquier momento podría ser tratada en el recinto. Del resto de las 161 iniciativas que tienen estado parlamentario en la Comisión de Cultura solo 51 corresponden a proyectos de ley, y de estos, solo 5 proponen la discusión sobre promoción, financiamiento o trabajo cultural, y 3 temas de género y diversidad.⁴ El resto tiene que ver con declaratorias de patrimonio cultural, pero de cualquier forma la comisión, creada hace semanas, no ha comenzado a funcionar. La falta de resolución del problema de las asignaciones especiales para la cultura es ya de por sí gravosa, pero es agobiante pensar que es la única solución presentada por el Gobierno para resolver el problema del financiamiento a la cultura. Más si consideramos que de ser exitosa la extensión continuaremos como hasta ahora, con muchas expresiones culturales sin líneas de fomento y protección, como sucede con el libro, la danza, las artes del circo, las artes visuales, las artesanías y el tango (enumero aquí solo aquellas expresiones de las que conozco que existen proyectos de ley o anteproyectos impulsados por sus trabajadores y trabajadoras para la creación de institutos de fomento).

4 Datos disponibles en: <https://www.hcdn.gob.ar/comisiones/permanentes/ccultura/proyectos/>.

Pero lo que es aún más preocupante es la poca dimensión de los impactos de la convergencia digital y de la batalla cultural que tenemos en ciernes a partir de esta innovación en la producción cultural, debido a cierta reducción economicista de las discusiones que se vienen dando en torno a la misma. El problema de la cultura pospandémica es esencialmente simbólico y de sentido. Los algoritmos van creando mundos hiperindividualizados en los que la fragmentación está naturalizada y en donde la ciudadanía vuelve a ser tratada como consumidora. La desregulación de las plataformas de contenidos ha comenzado a ser un problema para la producción cultural y cada vez más empieza a verificarse cómo la centralización de los canales de producción y exhibición condiciona formatos y contenidos que simulan ser de producción local pero llevan marcas culturales y globales muy claras. Ante este escenario resulta muy necesario construir mecanismo y dispositivos de contrapeso que ayuden a los Estados a negociar con estos grandes conglomerados infocomunicacionales, ya que en algunos casos las asimetrías son considerables. Lograr que la Unesco no tome la pastilla de chiquitolina y ocupe ese rol debería ser una de las primeras preocupaciones de las delegaciones nustramericanas que se encuentren en la nueva Mondiacult mexicana.

Final. Hackear al Mondiacult es salvar la diversidad

Tal vez el título de este apartado de conclusiones pueda parecer algo apocalíptico, pero la verdad es que cuando se mira el escenario global actual y se analiza el papel histórico de los actores en juego, entra un poquito de temor de lo que pueda suceder y del rol que pueda tomar la Mondiacult 2022 en todo ello.

La nueva guerra entre Ucrania y Rusia remite en algunos imaginarios al período de la guerra fría y está configurando un nuevo orden global en donde la cultura puede tener gran protagonismo. Siguiendo con las grandes discusiones mundiales, algunos países del norte han

comenzado a discutir marcos regulatorios impositivos y de contenidos para las plataformas, aunque resta ver su efectividad ante este nuevo modelo que simula producir localmente contenidos globales.⁵ Por lo pronto, esta vez Estados Unidos está fuera de la Unesco desde antes de la cumbre, aunque según comentan sus organizadores hay expectativas sobre que finalmente puedan participar. Será interesante ver si existe alguna tensión entre las delegaciones europeas, rusas y chinas, y qué rol puede jugar América Latina en ellas. Si bien es cierto que esta vez desde América del Sur no estaremos despachando represores (el uso del masculino aquí está bien aplicado) me temo que tal vez nuestras delegaciones, salvo honrosas y novedosas excepciones, no estén a la altura de las circunstancias. En el plano más estricto de las políticas culturales, preocupa también el marcado corte economicista que se viene haciendo sobre los problemas producidos por la pandemia, y sobre cómo la creatividad podría ser la gran vía para salir de estos. Estocolmo recargado, como si en los últimos 24 años nada hubiera pasado, y con la pretensión de marcarnos la agenda por lo menos por 24 o 40 años más.

Pero en nuestros barrios sí pasaron cosas, y justamente es a partir de nuestras experiencias de organización popular desde donde podemos sugerir un camino interesante para transitar. Por eso me parece que la conclusión inevitable sobre las ideas que aquí se fueron desarrollando es que si nos interesa la diversidad y la democracia cultural, no queda más remedio que participar, poner el cuerpo e intentar *hackear* al Mondiacult 2022. Puede ser desde diferentes lugares, con diferente intensidad, pero lo importante es que suceda de algún modo y que podamos poner en valor nuestras experiencias y memorias y, fundamentalmente, que tengamos la capacidad crítica de deconstruir aquellas que nos siguen socializando y perpetúan una hegemonía patriarcal,

5 Un ejemplo de 2019. La serie para adolescentes *Go! Vive a tu manera*, producida por Netflix con actores y actrices de Argentina, Brasil, Colombia, México y España, en un territorio “neutro” que podría ser cualquiera de esos países o Nueva York, y que incluye en la historia referentes que remiten a una escuela preparatoria estadounidense.

blanca y occidental (Vich, 2014). No vaya ser que en estos tres días locos vengan con declaraciones ya escritas por los intereses del norte global, gentilmente traducidas por Google o interpretadas por los servicios de la diplomacia cultural, que nos digan lo bonito y diversos que somos, y que pacíficamente tenemos que convivir en diversidad siguiendo los patrones de conducta que los algoritmos tienen diseñados en exclusividad para cada quien.

Un poco como le pasa a los pueblos de las Tierras Fértiles, y aunque prometí no spoilear, se imaginarán que el concilio no llegó a buen puerto. Pero como les dije, lo más lindo de esos libros es poder narrar la historia de la resistencia épica de esos pueblos y cómo, a partir del cuidado, el compartir, la colaboración y la cooperación, lograron crear un tiempo y espacio particular para habitar en armonía con todas las criaturas y territorios.

Referencias

- BAYARDO, R. Políticas culturales. Derroteros y perspectivas contemporáneas. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, v. 7, n. 1, p. 17-29, 2008.
- BODOC, L. *Los días del venado*. Buenos Aires: Norma, 2000.
- BONFIL BATALLA, G. Lo propio y lo ajeno: una aproximación al problema del control cultural. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 27, n. 103, p. 183-191, 1981.
- BRIZUELA, J. I. *Reflexiones sobre la Escuela Latinoamericana de Políticas Culturales*. In: #CULTURAS2020. [S. l.]: Centro Latino-Americano de Estudios em Cultura. 25 jun. 2020. 1 video (35min 22s). [Live]. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=2d4vxkQmrCw>. Acceso en: 23 abr. 2022. Canal oficial del CLAEC.
- CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

- CALABRE, L. Gestión pública de la cultura. In: YÁÑEZ CANAL, C. (ed.). *Políticas y derechos culturales*. Manizales: Universidad Nacional de Colombia, 2019. p. 14-29.
- CHAUÍ, M. *Ciudadanía cultural: el derecho a la cultura*. Caseros: RGC Libros, 2013.
- CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE POLÍTICAS CULTURALES PARA EL DESARROLLO, 1998, Estocolmo. *Informe final* [...]. París: Unesco, 1998.
- CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Declaración de México sobre las Políticas Culturales*. París: Unesco, 1982a.
- CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Informe final* [...]. París, Unesco, 1982b.
- COSTA, E. *Jangada Digital: Gilberto Gil e as Políticas Públicas para a Cultura de Redes*. Río de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.
- FORSTER, R. *La anomalía kirchnerista*. Buenos Aires: Planeta, 2013.
- FUENTES FIRMANI, E. De la Comunidad Organizada a la Cultura Viva Comunitaria. In: PIÑÓN, F. *Indicadores Culturales 2015*. Sáenz Peña: EDUNTREF, 2017. p. 87-101.
- FUENTES FIRMANI, E. IberCultura Viva: cooperación cultural, gobierno y organizaciones. In: PRATO, A.; SEGURA, M. (ed.). *Estado, sociedad civil y políticas culturales: rupturas y continuidades en Argentina entre 2003 y 2017*. Caseros: RGC Libros, 2018. p. 201-230.
- FUENTES FIRMANI, E. Operación rescate: la cultura argentina frente a la pandemia. *Revista Gestión Cultural: políticas culturales y COVID-19 en América del Sur*, Caseros, jul. 2020.
- GARCÍA CANCLINI, N. (ed.). *Políticas Culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987.
- GIL, G. Apresentação. In: MIGUEZ, P.; BARROS, J. M.; KAUARK, G. (org.). *Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural*. Salvador: Edufba, 2014. p. 9-16.

- GIL, G. Discurso del Ministro de Cultura, Gilberto Gil, en ocasión de la solemnidad de la transmisión del cargo 2/1/2003. In: FERREIRA, J. *Reflexiones sobre las políticas culturales brasileñas en el siglo XXI*. Caseros: RGC Libros, 2018.
- GRIMSON, A. (ed.). *Pasiones Nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- LACLAU, E. *La Razón Populista: por un nuevo horizonte de la política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- MASTRINI, G.; DE CHARRAS, D. 20 años no es nada: del NOMIC al CSMI. *Anuario Ininco/Investigaciones de la Comunicación*, Caracas, v. 1, n. 17, p. 217-240, jun. 2005.
- MENDES CALADO, P. Cultura, desarrollo y mal desarrollo. In: PIÑÓN, F. *Indicadores Culturales 2015*. Sáenz Peña: EDUNTREF, 2017. p. 75-86.
- MENDES CALADO, P. *Políticas Culturales: rumbo y deriva: estudio de casos de la (ex) Secretaría de Cultura de la Nación*. Caseros: RGC Libros, 2015.
- NIVÓN BOLÁN, E. *La política cultural: temas, problemas y oportunidades*. México: CONACULTA, 2006.
- NIVÓN BOLÁN, E. Presentación. *Revista Alteridades*, Iztapalapa, v. 30, n. 60, p. 3-5, 2020.
- PERÓN, J. *La comunidad organizada*. Buenos Aires: Congreso de la Nación, 1949.
- ROCHA, R. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 9, n. 2, p. 674-703, 2016.
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.
- RUBIM, A. A. C. (org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010.

- RUBIM, A. Conceito de políticas culturais na América Latina. In: CHAVARRÍA CONTRERAS, R. *et al.* (ed.). *Conceptos clave de la gestión cultural: enfoques desde Latinoamérica*. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2019. vol. 1. p. 325-353. Disponible en: <http://books.openedition.org/ariadnaediciones/2664>. Acceso en: 23 abr. 2022.
- SADER, E. *Refundar el Estado: Posneoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2008.
- SANTINI, A. *Cultura Viva Comunitaria: políticas culturales en Brasil y América Latina*. Caseros: RGC Libros, 2017.
- SANTINI, A. Covid-19 y las políticas culturales en Brasil. *Revista Gestión Cultural: políticas culturales y COVID-19 en América del Sur*, Caseros, jul. 2020.
- SANTOS, B. de S. *La refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología desde el Sur*. La Paz: Plural Editores, 2010.
- TURINO, C. *Puntos de Cultura: cultura viva en movimiento*. Caseros: RGC Libros, 2013.
- VÁZQUEZ, M. *Sintonía Fina en el Mercosur*, 31 dic. 2012. p. 12.
- VICH, V. *Desculturizar la cultura: la gestión cultural como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2014.
- UNESCO. *Nuestra diversidad creativa: informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo*. Madrid: Fundación Santa María: Ediciones SM, 1997.
- WORTMAN, A. (ed.). *Entre la política y la gestión de la cultura y el arte: nuevos actores en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: EUDEBA, 2009.
- YÚDICE, G. *El Recurso de la Cultura: usos de la cultura en la era Global*. Barcelona: Gedisa, 2002.

Políticas culturales en América Latina entre Mondiacult 1982 y Mondiacult 2022

*Rubens Bayardo**

Este septiembre de 2022 la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) celebrará, en Ciudad de México, la Conferencia Mundial sobre Políticas Culturales y Desarrollo Sostenible, bautizada Mondiacult como su antecesora de hace cuarenta años en la misma ciudad. Se trata de un acontecimiento significativo, de esos que siguen buscando poner al sector en el mapa y en la agenda del conjunto de las políticas públicas. Esta ocasión parece entonces “buena para pensar” qué trajo Mondiacult1982 a las políticas culturales y qué ha venido sucediendo en este mar-

* Docente e investigador en Economía de la Cultura, Políticas Culturales y Gestión Cultural en Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (EIDAES) de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Doctor en Filosofía y Letras, área de Antropología por la Universidad de Buenos Aires (UBA).
E-mail: rubensbayardo@gmail.com

co histórico cultural muy distinto en el que tendrá lugar el encuentro de México 2022. En trabajos anteriores hemos discutido sobre la cultura, las políticas culturales, el desarrollo y la creatividad. Este breve texto pretende retomar estos tópicos, pensándolos en América Latina desde Argentina, y enmarcándolos en las transformaciones del presente con vistas a Mondiacult 2022.

Mondiacult 1982 y su impronta epocal

La Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales - Mondiacult (1982) ha sido sin dudas un hito en el recorrido de las políticas culturales. En México se consolidó el devenir de la saga de conferencias regionales de la Unesco¹ que sucedieron a la seminal Conferencia Intergubernamental sobre Aspectos Institucionales, Administrativos y Financieros de las Políticas Culturales de Venecia (1970). Estas conferencias se organizaron en torno a tres grandes ejes: el desarrollo cultural, la cooperación cultural internacional y el derecho a la cultura (HARVEY, E., 1990, p. 44) y tuvieron la impronta de las peculiaridades, las problemáticas y los debates de cada región en su tiempo. Sus temas repusieron y aquilataron diversos tópicos de las políticas culturales, que fueron tomando nuevos contornos y que en Mondiacult cristalizarían alrededor de dos nociones vastamente difundidas, al punto

1 La Unesco organizó la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales en Europa (Helsinki 1972), la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales en Asia (Yogyakarta 1973), la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales en Africa (Accra 1975) y la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales en América Latina y el Caribe (Bogotá 1978).

de convertirse en emblemáticas: las de cultura² y desarrollo.³ Las conferencias regionales hicieron reelaboraciones de la noción de cultura tendiendo a su ampliación progresiva, más allá de su anterior limitación al patrimonio, las bellas artes y las letras. También hicieron novedosos aportes a la conceptualización de los vínculos entre la cultura y el desarrollo, despegándolo del mero crecimiento económico medido por el Producto Bruto Interno (PBI). Adoptaron perspectivas endógenas y auto centradas en las realidades propias proponiendo a partir de esas consideraciones vías ascendentes de desarrollo. Dichas conferencias sostuvieron además la importancia de concebir el patrimonio, su defensa y su preservación con relación a su papel constitutivo en la conformación de distintas identidades culturales, así como el respeto hacia ellas, abriendo la puerta para visibilizar más adelante la pluralidad y la diversidad de las culturas. A la vez, junto al derecho de los individuos y al derecho de las naciones, instaron al reconocimiento del derecho de las comunidades (grupos étnicos, pueblos indígenas, minorías), agrupamientos que no necesariamente se definían en torno a “la nación”, un tipo de asociación político cultural centralizadora escasamente puesta en discusión por entonces.

Entre su antecesora y la ahora propuesta Mondiacult 2022 hay bastante más que la adición, al nombre “Conferencia Mundial sobre

- 2 En la Conferencia de México (1982) se declaró que “[...] la Cultura comprende el conjunto de los rasgos distintivos espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales del ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias”. (UNESCO, 1994, p. 7)
- 3 En la Conferencia de México (1982) se declaró que el desarrollo es “[...] un proceso complejo, global y multidimensional que trasciende el simple crecimiento económico para incorporar todas las dimensiones de la vida y todas las energías de la comunidad, cuyos miembros están llamados a contribuir y a esperar compartir los beneficios”. (UNESCO, 1994, p. 7)

Políticas Culturales”, de la expresión “y Desarrollo Sostenible”.⁴ A la vez que es importante ponderar la significación no menor de este agregado, también lo es dimensionar lo mucho que han cambiado los contextos, la cultura y las políticas culturales. Ello contrasta con lo poco que han cambiado en sustancia las retóricas y las prácticas del desarrollo al que se las subordina, ahora adjetivado como “sostenible”. Es preciso historizar, detenerse en la imbricación entre procesos heterogéneos, contradictorios y convergentes. Hasta mediados de la década del 1970 del siglo pasado muchos países de América Latina desarrollaron políticas de “industrialización por sustitución de importaciones” (ISI). Estas apuntaban a un crecimiento económico endógeno y a fortalecer las soberanías políticas nacionales, mientras la internacionalización producía una modernización cultural cosmopolita.⁵ Los impactos de la “crisis del petróleo” de 1973 pusieron en graves problemas a los “países en desarrollo”, que terminaron profundizándolos al contraer deuda externa para sostener la ISI. Hasta entonces el Fondo Monetario Internacional (FMI) concedía préstamos blandos a países estables, pero dada la excesiva liquidez de petrodólares árabes canalizada hacia inversiones en bancos comerciales, comenzó a prestar a los Estados latinoamericanos inestables, con condicionalidades que se tornaron duras, convirtieron la deuda en impagable y concluyeron en la crisis de la deuda externa de 1982.

Mondiacult fue hija de una época que ya estaba concluyendo: refería a Estados nacionales y a políticas culturales que persistían en “edificar

- 4 El “desarrollo sostenible” o “sustentable” contempla dimensiones de sostenibilidad no sólo económica, sino también ecológica y social, procurando generar rentabilidad, eficiencia, y equidad intra e intergeneracional, atentas a la diversidad biológica, a las culturas y los valores de las comunidades. Implica que la satisfacción de las necesidades del presente no debe comprometer la capacidad de las generaciones futuras de satisfacer las suyas propias.
- 5 Nos referimos a la mayor circulación de aparatos electrónicos de uso doméstico orientados a facilitar las tareas hogareñas, de bienes asociados al bienestar y al confort y de consumos culturales que medec a las comunicaciones y a los viajes facilitaron el acceso a expresiones de distintas procedencias.

la nación”, sin terminar de considerar las tensiones de esta última con movimientos de fragmentación y de creciente interdependencia transnacional. En aquellos años el desmembramiento de los imperios y las independencias de las excolonias convergían con debates y reivindicaciones basadas en la “identidad” según clivajes de todo tipo⁶ pero sobre ellos preponderaba el aglutinante “nacional”. En las “masas populares” confluían sindicatos, agremiaciones y organizaciones sociales, diversos colectivos y pueblos en lucha por medios pacíficos, grupos armados tras propuestas de transformación revolucionaria y jóvenes de la contracultura que promovían un mundo de “amor y paz”.⁷ El golpe de Estado del 11 de septiembre de 1973 contra el gobierno democráticamente electo en Chile marcó los límites de la tolerancia de los dueños del capital frente a esas demandas de cambios sociales, así como el reordenamiento de su “lógica expansionista y totalizadora” (WOOD, 2000) en torno a lo nacional hacia otros ensamblajes globalizados.

Aunque a las puertas de la cultura de la nueva oscuridad de los años 1980, del “TINA” y del “*no future*”⁸ en el Europa, Mondiacult 1982 alcanzó a expresar el malestar y los reclamos de clases, grupos, pueblos y países, imbuidos por el clima de posguerra fría, descolonización y crisis de la deuda externa latinoamericana, frente a las coerciones de un capitalismo industrial en reconfiguración hacia una economía de servicios con predominio del sector financiero. El avance del neoconservadurismo político y de la financiarización económica expresados por el Consenso de Washington liquidaron esa época. El Estado declamado “mínimo” por el discurso neoliberal terminó siendo en realidad “máxi-

6 Raciales, étnicos, regionales, lingüísticos, religiosos, políticos ideológicos, de edad, de género, entre otros.

7 En 1976 en Nairobi la Unesco aprobó la Recomendación Relativa a la Participación y a la Contribución de las Masas Populares en la Vida Cultural.

8 TINA es un acrónimo de “*There Is No Alternative*” (no hay alternativa) esgrimido por Margareth Thatcher para justificar la aplicación de reformas neoliberales. Estas se comprenden mejor a la luz de su otro aserto: “no existe algo así como la sociedad, existen los individuos y sus familias” cuya contrapartida vivencial plasmó en el “no hay futuro” de la época, como plantea Fisher (2018).

mo” (LAZZARATO, 2014) en sus imposiciones laborales, fiscales y de todo tipo. A partir de transferir el valor del bienestar público hacia el beneficio y capitalización de unos pocos actores privados, sobrecargó a las poblaciones sucesivamente responsabilizadas de todo aquello de lo que estaban siendo desposeídas. Las libertades fundamentales del capital y el poder de clase capitalista (HARVEY, D., 2007)⁹ renovaron su extenso reinado, ahora con la entronización del mercado como regulador basado en un Estado puesto directamente a su servicio para un mundo en el que la sociedad no existe, solo “existen los individuos y sus familias”.

Desarrollo sostenible, diversidad cultural y creatividad

En ese cambiante contexto las políticas culturales continuaron algunos de esos lineamientos referidos más arriba, aunque debilitadas por el impacto político y económico que supuso la retirada de los Estados Unidos y del Reino Unido de la Unesco en 1986. La organización fue denunciada por esos países como aparato de propaganda dedicado a promover el estatismo, el socialismo, el comunismo, el maoísmo, contra la libertad y el mercado. Si hasta entonces las políticas culturales orbitaban en torno a los principios de democratización y/o democracia cultural, descentralización y desarrollo, este último tópico se vería igualmente reforzado con los siguientes principios ordenadores: la diversidad cultural, los derechos culturales y la creatividad. El Decenio Mundial para el Desarrollo Cultural (1987-1996), y el informe *Nuestra Diversidad Creativa* de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo,

9 Como explica Harvey más que un neoliberalismo lo que ha habido son distintas neoliberalizaciones parciales y contradictorias, a través de diversas vías en distintos países. Lo común en el debilitamiento de los Estados de Bienestar ha sido la demonización del Estado (sea como “elefante”, “ogro”, “parásito” o “bobo”) y en especial de su papel en la distribución de los excedentes acumulados de manera conciliadora entre los intereses del capital y del trabajo, a partir de políticas universales, acuerdos salariales, reconocimiento de sindicatos, derechos laborales y ciudadanos.

recuperaron tópicos en confluencia con otros debates y organizaciones. Incluyeron importantes temas como el medio ambiente, las mujeres y las comunicaciones,¹⁰ desde perspectivas que luego perderían densidad crítico-propositiva con retóricas publicitarias y tomarían otros rumbos políticos.

Recién en 1998, en Estocolmo, volvió a darse un encuentro mundial de fuste para el sector, en la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo. Esta resultó ser una suerte de relanzamiento de las políticas culturales, a cuyo influjo debe atribuirse la intensa labor que plasmó en la aparición de los dos primeros Informes Mundiales de Cultura de la Unesco en 1999 y 2001. Ellos dieron cuenta de una nueva constelación en la que los datos duros, las cuentas y las informaciones estadísticas pasaron a tener un subrayado tal, que aparentó que pondrían a la cultura al mismo nivel que otras áreas de las políticas públicas. A la vez, los aspectos políticos como la diversidad, el conflicto y el pluralismo, aparecieron claramente señalados y fueron conceptualmente elaborados. Resulta especialmente sugestivo que las políticas culturales fueran definidas “para el desarrollo”, término que se volvería ubicuo y prácticamente inseparable del de “cultura”, el que vendría a remozar aquel concepto ya muy criticado. (BAYARDO, 2007) Si bien esa indisolubilidad entre cultura y desarrollo (cualquier sea el adjetivo que lo acompañe) ha sido discutida y cuestionada (ORTIZ, 2007; RIST,

10 En 1972 el Informe del Club de Roma sobre los límites del crecimiento, planteó una alerta sobre los problemas medioambientales de este modelo de desarrollo y luego en 1987 la Comisión Mundial de Medio Ambiente y Desarrollo con el Informe Brundtland *Nuestro Futuro Común* popularizó la noción de “desarrollo sostenible” ya mencionada. En 1975, durante el Año Internacional de la Mujer, tuvo lugar en México la primera Conferencia Mundial sobre la Mujer que bregó por la igualdad de las mujeres, así como por la eliminación de las discriminaciones ejercidas sobre ellas y condujo al Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer. En 1980 Unesco planteó la necesidad de un Nuevo Orden Mundial de la Información y la Comunicación (NOMIC) mediante la descolonización, la desmonopolización y la democratización de estas esferas en el Informe MacBride “Un solo mundo, múltiples voces”. Una de las estrategias era la formulación de Políticas Nacionales de Comunicación en los países periféricos, promoviendo el pluralismo, la participación y la eliminación de los desequilibrios existentes.

2000) los gobiernos nacionales y los foros internacionales continuaron insistiendo en su asociación.

Los decursos sobre el desarrollo arriba mencionados también se imbricaron con los tópicos de la diversidad cultural y la creatividad a partir de otras líneas de fuerza. Estas se abrieron paralelamente como resultado de las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT¹¹ en 1993. Allí se adoptó la herramienta de la “excepción cultural” para evitar que se liberase completamente el comercio internacional de este tipo de bienes, como ya venía sucediendo con los demás. A partir de los Acuerdos de Marrakesh en 1994 se conformó la Organización Mundial del Comercio (OMC), organización concebida para la liberalización total del comercio de bienes, servicios y derechos de propiedad intelectual, a los que integró entre sus numerosas competencias. Ello despertó preocupaciones en creadores, productores, intermediarios, académicos y funcionarios, por los previsibles impactos negativos sobre el sector cultural de las cláusulas de Tratamiento Nacional, de Nación más Favorecida y de Acceso al Mercado. (BAYARDO, 2010) Distintas coaliciones y alianzas se orientaron hacia la conformación de un instrumento legal que pudiera ser interpuesto ante los poderes exorbitantes entonces atribuidos a la OMC. Este proceso desembocó en la Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales aprobada por Unesco en 2005. Ella focaliza en la “diversidad cultural” como patrimonio común de la humanidad y como motor del desarrollo sostenible, en el reconocimiento de los derechos culturales, en el papel de los Estados en la definición nacional de políticas culturales soberanas. Y en sus cláusulas define a los productos culturales como mercancías distintas de las demás, que vehiculizan significaciones y valores idiosincráticos, buscando fortalecer la excepción cultural y asegurar su protección frente a los avances de la OMC.

11 GATT son las siglas en inglés del *General Agreement on Trade and Tariffs* (Acuerdo General sobre Tarifas de Bienes) creado en 1947.

El mentado instrumento alusivo a la diversidad cultural, sin lenguaje comercial y sin capacidades políticas, no llegó a ser vinculante, pero una corriente subterránea de desglobalización volvería inicua a la OMC. Aunque en la superficie hasta el presente la liberalización continuó siendo declamada, en las prácticas se impusieron nuevos proteccionismos nacionales contra las desventajas de interdependencias comerciales asimétricas y extremas. El propio nombre de la Convención respondió a las presiones de los Estados Unidos y del Reino Unido, que ante el peso que cobraron los debates sobre la diversidad cultural y las ganancias de la “economía de la información y el conocimiento”, volvieron a integrarse a la Unesco. (BAYARDO, 2008) Encontraron en el término “expresiones culturales” un modo de referirse a los “contenidos” (digitales), a los servicios y a los desarrollos de software y bienes informáticos con alta valorización y capitalización de sus empresas. Ellos pasaron a ser el componente central de las denominadas “industrias creativas” que se institucionalizaron en las políticas culturales del Reino Unido en 1997. Esas industrias, inspiradas en el programa *Creative Nation* de Australia, fueron concebidas como políticas para lograr un protagonismo nacional favorable en los intercambios comerciales globales y para incentivar el empleo perdido con la desindustrialización neoliberal. El influjo anglosajón encabezado por el *British Council* dentro y fuera de sus fronteras, confluyó con la labor de la Organización de las Naciones Unidas para el Comercio y el Desarrollo (UNCTAD) que lanzó una serie de informes mundiales sobre “economía creativa”. En estos, con notísimos datos poco fiables, argumentos falaces y retóricas publicitarias, se invitó a los “países en desarrollo” a subirse a la ola de la diversidad cultural y el desarrollo sostenible de una era supuestamente inmateria. Era de intangibles, ya no limitada por las materias primas escasas sino llena de oportunidades por el talento individual inagotable, que la UNCTAD convocó a explotar. (BAYARDO, 2016) Unesco objetó la conceptualización de “industrias culturales y creativas” como puede apreciarse en el Marco de Estadísticas 2009, pero con el tiempo termi-

nó cediendo a esos embates, con nociones y sentidos muy distantes de los que habían informado *Nuestra Diversidad Creativa*. La “creatividad” ya no provendría de los artistas, las comunidades y las sociedades, sino de individuos y empresas en busca de “hacer negocios con ideas” y de ser “proveedores de contenido” para las *majors*.

América Latina, Argentina y las políticas culturales en el siglo XXI

América Latina y otras construcciones identitarias con invocaciones territoriales, son tópicos de larga data que continúan abiertos en el debate intelectual y político de esta parte del mundo. (ALTAMIRANO, 2021) Sobre América Latina suelen destacarse los lazos territoriales, lingüísticos, religiosos y culturales de un proceso histórico común de colonización española y portuguesa, que sojuzgó pueblos indígenas e introdujo africanos como esclavos, cuyos mestizajes dieron lugar a las poblaciones criollas. También se señalan los procesos tempranos de independencia de las metrópolis, donde se entrecruzaron próceres e historias que a la postre terminarían constituyendo los Estados nacionales, no sin las intervenciones balcanizantes de potencias como Francia e Inglaterra. Algo menos frecuentemente se refiere al peso decisivo de los Estados Unidos, que tienen su “patio trasero” en esta región, donde a las inversiones económicas sumaron invasiones militares e injerencias políticas. Su impacto más resonante durante la postguerra fría fueron los regímenes dictatoriales y los avances del Consenso de Washington para afirmar el neoliberalismo¹² en Latinoamérica. Más recientemente, asociado a las demandas de materias primas, a intercambios e inversiones de China y de Rusia y a los discursos sobre un benéfico “multi-

12 Básicamente se trató de políticas y medidas de ajuste estructural orientadas por principios de desregulación, de privatización y de mercado. Su núcleo fue la reforma de los mundos del trabajo y de la previsión social que eran fundamentales para aumentar las ganancias del capital y para ampliar su valorización. Como era de esperar sus resultados fueron el crecimiento de la desigualdad social y de la informalidad laboral.

lateralismo”, cabe destacar el realineamiento de la región en torno al Consenso de las *Commodities* (SVAMPA; VIALE, 2020) que contribuyó a profundizar su perfil extractivista y neoextractivista y a perpetuar la matriz neoliberal. A esos elementos comunes, a los cruzamientos y a la continuidad intermitente de proyectos propios como indigenismos y ambientalismos, la “patria grande” y “Nuestra América”, se contraponen el escaso conocimiento mutuo de sus pueblos y el aislamiento entre los países latinoamericanos. Ello se hace visible en lo poco significativo de sus intercambios comerciales de bienes simbólicos como obras de arte, libros, música, películas. Los distintos países de América Latina muestran sesgos particulares en su estructura social, en las políticas adoptadas históricamente y en la actualidad, a la vez que comparten características y problemas comunes que perduran.¹³

En las políticas culturales puede percibirse lo dicho más arriba en compilaciones en las que hemos participado (RUBIM; BAYARDO, 2008; RUBIM; YAÑEZ CANAL; BAYARDO, 2016) y en estudios comparativos entre países como los realizados entre México y Argentina (BORDAT-CHAUVIN, 2015) y entre Uruguay, Paraguay y Chile. (ZAMORANO; RIUS-ULLDEMOLINS; KLEIN, 2014) Estos últimos autores descartan la posibilidad de considerar un “modelo” sudamericano de política cultural, pero sí destacan “rasgos comunes”, como la complejidad de las identidades nacionales, la inestabilidad y el déficit institucional y los desafíos de políticas culturales de democratización en contextos de acceso desigual a la cultura. En su introducción al número monográfico del *International Journal of Cultural Policy*

13 Benza y Kessler (2020, p. 175) sostienen que “la sociedad latinoamericana es más urbana, más longeva, con mayores años de educación y menos desigual en términos de género” que a mediados del siglo XX, mientras que las formas extremas de exclusión producidas en sus últimas décadas disminuyeron en la “década posneoliberal” del nuevo siglo. Sin embargo, no hubo avances en términos de igualdad, “los gobiernos no modificaron las bases estructurales de las desigualdades preexistentes. No hubo casi transformación en las estructuras productivas ni muchas alternativas a los modelos extractivos o neoextractivistas, como tampoco innovaciones tributarias muy progresivas o políticas de reforma agraria”.

(IJCP) sobre las políticas culturales en Iberoamérica a comienzos de este siglo, Rodríguez Morató y Zamorano (2018) emplean el concepto de “familia de naciones” procurando considerar tanto elementos comunes como especificidades diferenciales en esa región. Los autores parten de contextualizar su análisis en una tensión histórica entre dinámicas pro-soberanía popular y el Estado de Bienestar redistributivo por una parte y dinámicas pro-mercado neoliberales por otra. En América Latina esto se expresó claramente en el influjo neoliberal de las últimas décadas del siglo XX, en la “marea rosa”, “giro a la izquierda”, o “década posneoliberal”¹⁴ de comienzos del siglo XXI y en el reflujo neoliberal que la siguieron.

Nuestra contribución a la edición mencionada más arriba (BAYARDO; BORDAT, 2018), sostuvo que las políticas culturales en Argentina, más que por definiciones sectoriales, estuvieron modeladas por el cambiante contexto político, económico y social, al igual que otras políticas públicas marcadas por la volatilidad y la inestabilidad, aunque apegadas a las discursivas de la Unesco. Los recurrentes cambios institucionales y la ausencia de memorias, las (des)autorizaciones de funcionarios, la centralidad conferida a los productores, la proliferación de iniciativas paralelas, superpuestas o enfrentadas, no corresponden a unas políticas culturales elaboradas sino más bien hechas sobre la marcha y reactivas. Para comprenderlas retomamos la noción de “filosofía de la acción” propuesta por Urfalino (2004, p. 14, traducción nuestra) como “una problematización o forma en que es construida y repuesta de manera intelectual y práctica” la coherencia de la acción pública. Los contextos socioeconómicos y políticos, el marco institucional, las au-

14 “Marea rosa”, “giro a la izquierda”, “década posneoliberal”, son términos de la literatura académica para referir al momento y sujetos a importantes debates. Sin detenerme en ellos, entiendo que el neoliberalismo persistió, que solo algunos países tuvieron experiencias de izquierda (mientras otros hacia el centro derecha adoptaron políticas similares de corte popular o modernizante) y que “marea rosa” resulta más expresivo por cierto tinte “rojo” de la izquierda, cierto tinte “blanco” de lo políticamente correcto y un tinte “rosado” de la fuerza proteica de movimientos de mujeres y de grupos LGBTIQ+ en intersección con otros colectivos populares.

toridades y los equipos de gestión influyen en esa filosofía, a la vez que esta impacta sobre las organizaciones, la elección de instrumentos de política y los objetivos de la política cultural.

En los años 1990' y a comienzos del nuevo siglo predominaron las filosofías de la acción que denominamos la “cultura como recurso económico”, la “cultura como espectáculo” y la “cultura como herramienta de comunicación”.¹⁵ Avanzando los años 2000 y frente a la crisis socio económica y política que estalló en el país en 2001-2002 cobraron importancia la “cultura como inclusión social” y la “cultura como ciudadanía”.¹⁶ Con la crisis de 2008, la recesión del país desde 2011 y el giro político hacia el centro derecha en 2015 cobró vigor la “cultura como herramienta de comunicación”, mientras que la “cultura como recurso económico” mantuvo su prevalencia como la filosofía predominante. Si bien hubo una mayor visibilización o puesta en valor de la cultura por el uso propagandístico o publicitario que se hizo de la misma, el financiamiento cultural se mantuvo en niveles históricamente bajos y tendió a declinar hasta el presente.

15 La “cultura como recurso económico” pone el énfasis en el contexto de los mercados y de los negocios, y en su condición de mercancía que puede generar valor. Se aplican ecuaciones de costo-beneficio a las actividades y proyectos culturales en busca de rentabilidad y se realizan análisis de impacto económico para medir sus capacidades de producir riqueza, empleos, ingresos fiscales. La “cultura como espectáculo” pone el acento en distinto tipo de eventos que se destacan por la presencia física masiva, la importancia de lo visual y la búsqueda deliberada del impacto. La “cultura como herramienta de comunicación” enfatiza su condición de vehículo para hacer públicas, dar a conocer, poner en común o bien publicitar las acciones de gobierno. Puede sesgarse hacia formatos de fidelización, de *marketing* o bien de propaganda política. Agrega al espectáculo una dimensión de masividad adicional al recurrir a las mediaciones de tecnologías de comunicación con efectos amplificadores.

16 La “cultura como inclusión social” se propone como una solución al problema diagnosticado como de brecha y de exclusión social. Procura compensar problemas de distribución económica y de representación política a través del reconocimiento cultural, en parte continúa en estos nuevos contextos la pretensión de la democratización cultural de ampliar el acceso a la alta cultura. La “cultura como ciudadanía” trabaja sobre las relaciones entre el Estado y los sujetos en términos de derechos, destacando dimensiones civiles y políticas como la nacionalidad, la igualdad, la participación y el respeto por las diferencias.

Las políticas culturales en Argentina, como en buena parte de los países de América Latina manifestaron un conjunto de fenómenos comunes en el marco del “giro a la izquierda”. (RODRIGUEZ MORATÓ; ZAMORANO, 2018) Hubo una mayor intervención pública en cultura y una creciente institucionalización del sector (cual fue el caso de la instalación de Ministerios, de Fondos y de Consejos) que estuvo acompañada por la ampliación de las políticas culturales. Estas tendieron al ensanchamiento de la definición de la cultura nacional y a la multiplicación de programas que dieron lugar a expresiones populares y a nuevas formas de participación social, y que llevaron adelante propuestas de inclusión social y de reconocimiento de la diversidad cultural, las minorías, los afrodescendientes. Las políticas trabajaron sobre las reformas emergentes de los constitucionalismos latinoamericanos (en muchos casos anteriores en el tiempo) que reconocieron la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas e incluyeron nuevos derechos. Ellas también incorporaron la cuestión de género expresada por actividades artísticas y organizaciones culturales y reivindicada por transfeminismos y disidencias. Los Bicentenarios de las independencias nacionales, concentrados en relativamente pocos años, involucraron no solo celebraciones, sino también reflexiones y ejercicios de ciudadanía y de memoria en tensión a los futuros posibles.

A nivel urbano el modelo de gestión político cultural de Barcelona se difundió en Argentina y en la región, poniendo en tensión desarrollos de marca, cómo fue el caso BCN, con otras propuestas orientadas a la conformación de ciudadanía, como en los casos de Medellín y de Bogotá. Los vínculos entre políticas culturales urbanas, como los establecidos entre Buenos Aires y Porto Alegre, contribuyeron al *policy transfer* de prácticas y experiencias entre ciudades, involucrando nuevas infraestructuras culturales, nuevos actores como ancianos, niños y discapacitados, aperturas a viejas y nuevas organizaciones comunitarias y convocatorias a la participación. A nivel nacional se hizo ostensible la presencia de la cooperación internacional en secto-

res específicos como el patrimonio, las artes performáticas, la música, los “puntos de cultura”, en iniciativas como las de *Qhapac Ñan*, IberEscena, IberMúsicas, IberCultura Viva. Aquí se potenciaron escenarios multinivel en los que mediaron organizaciones relacionadas a subsectores específicos o a las disciplinas, así como los gobiernos en sus distintos niveles de administración y entidades como la Unesco, la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y a Cultura (OEI) y la Secretaría General Iberoamericana (SEGIB). Estos junto al Convenio Andrés Bello (CAB) también contribuyeron al debate y a la expansión de importantes instrumentos de políticas y gestión cultural, como los Sistemas Nacionales de Información Cultural, el Sistema de Información Cultural del Mercosur (SICSUR) y la Cuenta Satélite de Cultura.

El mayor interés por la producción, circulación y consumo cultural en lo local y en lo regional se presentó vinculado con las distintas identidades territoriales o arraigadas en modos de convivir y en formas de construir pertenencia a comunidades. Y a la vez asociado con el uso e incorporación de las nuevas tecnologías y de la web 2.0 en el trabajo de los actores culturales, en la realización de actividades culturales, en su organización y difusión, en el desarrollo de nuevas prácticas y en formas de interacción mediadas por computadoras y celulares. Es el caso de los puntos de cultura iniciados durante el ministerio de Gilberto Gil, que dieron lugar a otros modos de institucionalidad con perspectivas de diversidad y derechos culturales aunadas a una mirada cuestionadora de los derechos de propiedad intelectual (cómo planteó Brasil en los foros de la OMC y la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual), los que adquirieron un carácter regional. Los puntos de cultura y la economía creativa o “Economía Naranja”, según el Banco Interamericano de Desarrollo (2013) pueden considerarse los polos extremos, contradictorios y paradójicos del momento. Unos basados en formas colectivas, horizontales, participativas y muchas veces no formalizadas de colaboración entre actores, apuntando a los bienes comunes y a la cultura como

derecho en los ámbitos locales. La otra promoviendo las figuras del emprendedor y de la MIPYME (Micro, Pequeña y Mediana Empresa) como formas privadas y regladas de inscripción en mercados globales, apuntando a la cultura como economía y a la obtención de lucro en flujos comerciales concentrados. A nivel urbano, pero también regional, esto plasmó en las incorporaciones en la Red de Ciudades Creativas de la Unesco, orientada al desarrollo de industrias, *clusters* y distritos creativos y a la realización de actividades y eventos asociados. A nivel nacional se expresó en la proliferación de la Marca País como en los casos de Argentina, de Colombia, de Perú, de Ecuador.

Hacen faltan descripciones etnográficas, datos duros y análisis detenidos de estos procesos que señalamos, que involucraron cambios y avances, en ocasiones más proclamados que efectivizados, con presupuestos exiguos y donde no todo fue color de rosa, aunque ese tono se acrecienta a la luz de lo que le siguió. Hacia mediados de la segunda década del siglo XXI, América Latina experimentó un reflujo neoliberal vinculado con procesos electorales legítimos, pero también con golpes de Estado de viejo y nuevo cuño como los ocurridos en Paraguay, Brasil y Bolivia. La región vivió el regreso abierto a políticas de ajuste y medidas privatistas, con transferencias de valor hacia los capitales más concentrados, merma en la capacidad adquisitiva de los trabajadores y en la calidad del trabajo, mayores dificultades en los sectores informales y nuevo crecimiento de la pobreza y la desigualdad. En cultura disminuyeron los presupuestos, se produjeron retrocesos institucionales (al igual que en las áreas de educación, salud y ciencia), se desjerarquizó el lugar que se había dado al sector en los organigramas estatales y también se combatieron en formas más o menos abiertas los reconocimientos y derechos culturales que habían sido levantados anteriormente. El caso más extremo fue el de Brasil donde el presidente Bolsonaro atacó frontalmente los desarrollos culturales que habían cimentado a su país como un faro de inspiración para toda la región. Sus discursos y prácticas racistas, homofóbicas, contrarias a las mujeres y a las pobla-

ciones indígenas instalaron como sostuvo Rubim una “guerra cultural” basada en el odio al otro.¹⁷ Su connivencia con el entonces presidente Donald Trump en los Estados Unidos muestra el notorio crecimiento de grupos conservadores y de derechas antidemocráticas que cuentan con aquiescencia social en contextos más amplios.

La pandemia de COVID-19 que se desató a fines de 2019 comportó un cimbronazo todavía incalculable a nivel planetario. En todas partes se ponderó la necesidad del compromiso de los Estados para asegurar la salud de la población y para sostener política y económicamente el desarrollo de vacunas contra la enfermedad. Estas terminaron concentradas en los países más ricos y capitalizando a las empresas farmacéuticas, que no dejaron de exigir discutibles derechos de propiedad intelectual. Mientras tanto la falta de prevención y la insuficiencia de los sistemas sanitarios multiplicaron contagios y muertes, la parálisis de actividades de todo tipo dificultó la producción y el aprovisionamiento de bienes y servicios, las economías latinoamericanas ya resentidas padecieron especialmente sus consecuencias y se profundizaron las desigualdades preexistentes. Los peligros de la exposición física y el aislamiento generalizado como medida de salud, dieron privilegio al uso exponencial de nuevas tecnologías de la información y la comunicación en todo tipo de actividades. Pero la presencia carnal no podía suprimirse en buena parte de ellas, el teletrabajo no resultaba factible en todas las áreas y los sectores populares carentes de equipamientos e infraestructuras adecuados quedaron en notoria desventaja. La apelación a la cultura mediatizada que hicieron muchos gobiernos para informar, entretener y distender durante la pandemia impactó de manera muy desigual en la población. Favoreció sin duda a las plataformas transnacionales, pero dejó ver con más claridad problemas nacionales de carácter estructural

17 Rubim (2021, p. 87) diferencia la “disputa por la hegemonía político cultural” de la “guerra cultural”, mientras que la primera expresa la riqueza y pluralidad cultural de una sociedad democrática y diversa, esta última “busca imponer de manera autocrática e intolerante un pensamiento único, con raíces autoritarias, conservadoras y fundamentalistas [...] suprimir la alteridad, la pluralidad y la diversidad”.

e irresueltos en el sector, como la ausencia crónica de fondos, la falta de datos sobre el trabajo cultural y la misma precariedad laboral y vital de sus hacedores. En toda América Latina la pandemia mostró la paradoja entre la instrumentalización de la cultura para la resolución de los problemas sociales y la falta de conocimiento y en muchos casos de disposición de los Estados para dar satisfacción a las necesidades laborales y vitales de los artistas, los creadores y los productores culturales.¹⁸ Aún en un contexto que sacudía las perspectivas participativas, proliferaron en todas partes presencias y activismos que procuraron inscribirse en el trazado de caminos alternativos para las políticas culturales.

*Hacia Mondiacult 2022: (mal)desarrollo,
diversidad y desigualdad*

Mondiacult 2022 está convocada para tratar acerca de las Políticas Culturales y el Desarrollo Sostenible. Puede entenderse que la diplomacia de la Unesco persista en tradiciones de peso y también resulta exigible que esté atenta a los problemas de la época, en especial tratándose de una Conferencia Mundial. La pandemia, una zoonosis largamente preanunciada en distintos foros y que aún no ha terminado, es inseparable de este modelo de desarrollo “sostenible” que insiste en expandir las fronteras del capital forzando los límites de la naturaleza, deteriorando sus condiciones y las de la vida humana. Es parte de un colapso socioambiental también visible en los fenómenos extremos y los incendios forestales, las inundaciones y las desertificaciones, las talas indiscriminadas y la pérdida de biodiversidad, la contaminación y la proliferación de basura y materiales tóxicos en la matriz económica extractivista y neoextractivista (SVAMPA; VIALE, 2020) que nada tiene de “sostenible”. La Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático COP-26, reunida en Glasgow en 2021 apenas

18 Un amplio panorama sobre América del Sur en pandemia puede verse en Revista Gestión Cultural 2020 y 2021.

formuló expresiones declarativas y medidas de escasa influencia para frenar y revertir las anomalías que demuestran los estudios científicos. Menos alentadora todavía resulta la guerra recientemente desatada por la invasión de Rusia en Ucrania que afecta al este de Europa, y que se suma a la guerra comercial entre los Estados Unidos y China por la hegemonía global, circunstancias que profundizan el presente modelo de desarrollo contra otras alternativas. Con la revitalización de las antiguas divisorias mundiales entre el este y el oeste, América Latina queda atrapada entre confusos sueños de “multilateralismo” y su usual alineamiento tras los Estados Unidos, proyectos que tienen en común el (mal)desarrollo. La cultura tiene escasos márgenes de maniobra con estos férreos condicionamientos, pero la imaginación intelectual declinaría su cometido si no fuera capaz de poner en cuestión el decurso del “desarrollo sostenible”, como sería de esperar que sucediera en Mondiacult 2022.

En febrero de este año la Unesco lanzó el informe *Re/Pensar las Políticas para la Creatividad. Plantear la Cultura como un Bien Público Global*. El mismo está destinado a monitorear los avances en el cumplimiento de la *Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales* aprobada en 2005. Reitera sus principales tópicos, pero con algunas variantes que fueron hechas al Marco de Seguimiento de la Convención. Entre otras cosas el texto refiere a los aportes de la cultura al PBI y al empleo, a las pérdidas producidas en los años de pandemia y a la disminución de la inversión pública en el sector durante la última década, al desequilibrio de las exportaciones culturales de los países desarrollados con relación a los países en desarrollo. También a la precaria e indefensa situación de artistas y productores culturales, especialmente en América Latina, a la consideración de una Renta Básica Universal que les asegure un salario mínimo, y al problema de la falta de datos sobre el sector y su recopilación. Pero entre estos asertos inobjetables resulta extraño el título del informe, donde Unesco hace un corte abrupto y deja explícitamente de lado a las

políticas culturales en las que ha cumplido un papel fundante desde sus inicios y las que este mismo año serán objeto de Mondiacult en México.

También llama la atención que utilizando una terminología parecida a la de la Convención, el informe adopta la perspectiva de las “industrias culturales y creativas” propiciando un giro decididamente neoliberal hacia lo que Bustamante (2011) ha caracterizado como una “nueva religión”, cuando no mero “eslogan publicitario”. Descartando las políticas culturales de las que es tributario, el texto habla en cambio de Políticas para la “Creatividad”, una categoría difusa y englobante de prácticamente la mitad de la economía (ZALLO, 2007), que agrupa acrobáticamente actividades bajo el principio de “hacer negocios con ideas” cualesquiera. Actividades heteróclitas difícilmente susceptibles de políticas incluso industriales, ya que no culturales, y que no son “características” del sector según las Cuentas Satélite de Cultura, puesto que no encuentran su “razón de ser” en la generación, difusión y transmisión de valores simbólicos. Como explican sus propios cultores las “industrias creativas” se basan en las capacidades del talento individual para generar riquezas a través de la explotación de derechos de propiedad intelectual (DPI). Pero estos últimos han terminado en poder de conglomerados transnacionales altamente concentrados que poco tienen que ver con la creación y que más bien la inhiben. Fungen como capital financiero solo orientado a su autovalorización, constituyéndose en obstáculo para los actores culturales no capitalizados, para las economías culturales domésticas y comunitarias y para las políticas culturales de las naciones de las que son oriundos los creadores. El énfasis en los individuos y los DPI va a contramano de la proliferación y expansión planetaria de redes y de colectivos, y de las prácticas de cooperación y de colaboración no necesariamente mercantiles que han venido multiplicándose con la web 2.0.

En América Latina y en los países “en desarrollo”, donde abundan culturas indígenas, culturas tradicionales, culturas comunitarias, culturas independientes, culturas que exceden los encuadres de la econo-

mía registrada, de los acuerdos contractuales y del trabajo formal, de los mercados en blanco y de los intercambios legales, las políticas para la “creatividad” comportan una negación de las realidades regionales. Resulta paradójico que se hable de plantear la cultura como un “bien público global”, contradiciendo el hecho que la “creatividad” refiere distintivamente a bienes y servicios privados, a talentos individuales, a emprendedores y MIPYMES que son proveedores de contenidos y de servicios para las *majors* que capitalizan y negocian propiedad intelectual. Aquí hay algo más que un dislate conceptual y no hay ingenuidad alguna, dado que el informe enfoca sus preocupaciones en las empresas y en los mercados culturales. La desgraciada experiencia de los DPI y de la concentración de las vacunas contra el covid-19 en los países ricos, cuando lo que está puesto en juego es nada menos que la salud pública global, no invita a tener buenas expectativas respecto a esta maliciosa perspectiva “naranja” de la cultura, apenas disimulada tras su declamación como “bien público global”.

El informe focaliza en la diversidad cultural y refiere a la desigualdad tan solo en el “acceso a la cultura” y “entre países”. Esta mirada desconoce la dimensión fundamental de la desigualdad social, a la que se termina por legitimar con el silencio. La “diversidad cultural” es un valioso aserto, tributario del de la “identidad cultural” destacada en Mondiacult 1982 acorde a los problemas de su época, pero a esta altura de los tiempos su repetición como un mantra y en clave económica termina disolviéndola en una frívola “variedad de mercado”. Más que referir a semejanzas y diferencias sustanciosas, respaldadas por sentidos, normas y valores sociales, la diversidad, convertida en una variedad de ofertas, carece de potencial político. El resaltado de las identidades como mera expresión de la diversidad resulta funcional a la lógica totalizadora y expansionista del capital, mientras invisibiliza los clivajes de clase que perfilan esas identidades conformadas en la desigualdad. La insistencia en los “nuevos derechos” es muy valorable y más todavía lo será su efectivización plena. Pero estos mismos derechos también

llaman la atención sobre el relegamiento acelerado y constante de derechos preexistentes, al trabajo de calidad y al salario digno, a la educación y a la salud, al acceso a la vivienda entre otros, que son claves para la igualdad. No hay “acceso a la cultura” igualitario sin estas condiciones.

La Conferencia Mundial sobre Políticas Culturales y Desarrollo Sostenible Mondiacult 2022 tendrá lugar en la región más desigual del planeta, en un momento desafiante y con problemas graves, que atraviesan y exceden a la cultura y con respecto a los cuales la cultura precisa tener definiciones claras. Esta resulta una tarea muy necesaria porque en el nivel intrasectorial las políticas culturales no alcanzaron ni de lejos su cometido fundante, la democratización y la democracia cultural ya impulsadas por Malraux en 1958. Tampoco han conseguido enfocarse en lo que propiamente les corresponde para bregar por un reconocimiento de sus especificidades, sin diluirse en las políticas económicas, las políticas sociales y las políticas propiamente políticas. También resulta necesaria porque en el nivel intersectorial las reiteradas alusiones a la cultura, sea como dimensión o como motor del desarrollo sostenible, como potencialidad creativa, como fuente de riqueza económica, como problema o como solución de los problemas sociales, siguen sin concernir a una visibilización jerarquizante y no meramente instrumental, festiva o decorativa del sector. Por lo dicho es deseable que en Mondiacult 2022 encuentren predicamento filosofías que vayan más allá de la cultura como recurso económico, perspectivas situadas en una imaginación cultural abierta y miradas inteligentes e incisivas sobre las duras realidades sociales latinoamericanas.

Referencias

ALTAMIRANO, C. *La invención de Nuestra América: obsesiones, narrativas y debates sobre la identidad de América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.

- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *La economía naranja: una oportunidad infinita*. Washington, DC: BID, 2013.
- BAYARDO, R. Cultura y desarrollo: ¿nuevos rumbos y más de lo mismo?. In: NUSSBAUMER, G. M. (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007. p. 67-94.
- BAYARDO, R. Políticas culturales: derroteros y perspectivas contemporáneas. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 7, n. 1, p. 17-30, 2008.
- BAYARDO, R. Políticas culturales y derechos culturales: entre la retórica y la realidad. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 9, n. 2, p. 55-64, 2010.
- BAYARDO, R. De la cultura a la creatividad: reflexiones desde Argentina. *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, Montevideo, v. 1, n. 1, p. 39-46, 2016.
- BAYARDO, R.; BORDAT, E. Changing philosophies of action? Argentine's cultural policies in the 21st century. *International Journal of Cultural Policy*, Routledge, v. 24, n. 5, p. 565-576, 2018.
- BENZA, G.; KESSLER, G. *La ¿nueva? estructura social de América Latina: cambios y persistencias después de la ola de gobiernos progresistas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.
- BORDAT-CHAUVIN, E. *When cultural policies change: comparing Mexico and Argentina*. Brussels: P.I.E. PETER LANG, 2015.
- BUSTAMANTE, E. ¿La creatividad contra la cultura? In: ALBORNOZ, L. A. (comp.). *Poder, medios, cultura: una mirada crítica desde la economía política de la comunicación*. Buenos Aires: Paidós, 2011. p. 139-155.
- DUPUIS, X. *Culture et développement: de la reconnaissance à l'évaluation*. Paris: Unesco: Institut Culturel Africain, 1991.
- FISHER, M. *Realismo capitalista: ¿No hay alternativa?* Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- GARCIA CANCLINI, N. (ed.). *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987.
- HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007.

- HARVEY, E. *Derechos culturales en Iberoamérica y el mundo*. Madrid: Tecnós, 1990.
- LAZZARATO, M. *Gouverner par la dette*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2014.
- MILLER, T.; YÚDICE, G. *Política Cultural*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.
- ORTIZ, R. *Cultura e Desenvolvimento*. 2007. In: CAMPUS EUROAMERICANO DE COOPERAÇÃO CULTURAL, 5., 2007, Almada.
- REVISTA GESTION CULTURAL. Caseros: RGC Libros, n. 1, jul. 2020. Políticas culturales y Covid-19 en América del Sur.
- REVISTA GESTION CULTURAL. Caseros: RGC Libros, n. 2, abr. 2021. Artes escénicas, música y covid en América Latina.
- RIST, G. La cultura y el capital social: ¿cómplices o víctimas del desarrollo. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (comp.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 129-150.
- RODRIGUEZ MORATÓ, A.; ZAMORANO, M. Introduction: cultural policies in Ibero-America at the beginning of the XXI century. *International Journal of Cultural Policy*, Routledge, v. 24, n. 5, p. 565-576, 2018.
- RUBIM, A. A. C. El pandemio como estrategia político-cultural en Brasil. *Comunicación y Medios*, Santiago, v. 30, n. 44, p. 82-92, dic. 2021.
- RUBIM, A. A. C.; BAYARDO, R. (org.). *Políticas Culturais na Ibero-América*. Salvador: Edufba, 2008.
- RUBIM, A. A. C.; YAÑEZ CANAL, C.; BAYARDO, R. (org.). *Panorama da gestão cultural na Ibero-América*. Salvador: Edufba, 2016.
- SVAMPA, M.; VIALE, E. *El colapso ecológico ya llegó: una brújula para salir del (mal) desarrollo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.
- UNESCO. *Carpeta de Información sobre el tema del decenio para el año 1994: Cultura y Desarrollo*. París: Unesco, 1994.

UNESCO. *Re/Pensar las políticas para la creatividad*: plantear la cultura como un bien público global. Paris: Unesco, 2022.

URFALINO, P. *L'invention de la politique culturelle*, Paris: La documentation française, 2004.

WOOD, E. M. *Democracia contra Capitalismo*. México: Siglo XXI, 2000.

ZALLO, R. La economía de la cultura (y de la comunicación) como objeto de estudio. *Zer: Revista De Estudios De Comunicación*, v. 12, n. 22, p. 215-234, 2007.

ZAMORANO, M.; RIUS-ULLDEMOLINS, J.; KLEIN, R. ¿Hacia un modelo sudamericano de política cultural? Singularidades y convergencias en el desarrollo de las políticas culturales en Uruguay, Paraguay y Chile en el siglo XXI. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, Amsterdam, n. 96, p. 5-34, 2014.

Mondiacult 40 años después: transformación y cambio de paradigmas en las políticas culturales en Chile

*Loreto Bravo**
*Tomás Peters***

Introducción

En los últimos cincuenta años, las políticas culturales en Chile han vivido una serie de procesos y transformaciones. No es posible comprenderlas sin situarlas en relación con los cambios sociales, políticos y económicos del país que emergieron en el último medio siglo. En efecto, desde la ascensión del

* Trabajadora Social de la Universidad de Chile. Ejerce docencia en diplomado de gestión cultural territorial de la Universidad de Santiago de Chile (USACH). Actualmente es Directora Ejecutiva de Balmaceda Arte Joven en Chile.
E-mail: lbravo@baj.cl

** Profesor asistente de la Facultad de Comunicación e Imagen de la Universidad de Chile. Sociólogo y Doctor en Estudios Culturales por el Birkbeck College, University of London.
E-mail: tpeters@uchile.cl

Presidente Allende en 1970 hasta el estallido/revuelta social de finales de 2019, la sociedad chilena ha sido testigo de escenarios complejos y oscilantes, donde la cultura y las artes han jugado un papel clave. Durante esas décadas, el campo de producción cultural ha debido sincronizar su propia operatividad con los procesos históricos vividos. Si en la década del setenta el arte y las y los artistas se comprometieron con un proceso revolucionario de cambio social, durante la dictadura se vieron fuertemente constreñidos por la fuerza y la violencia sistemática del régimen militar. Sin embargo, desde 1990 con la recuperación democrática, las artes y creadoras/os cumplieron un rol histórico de reestabilización de las confianzas y del tejido social fracturado durante los 17 años de violencia dictatorial. Desde entonces, y especialmente durante la década del 2000, se produjo un acelerado proceso de institucionalización cultural que derivó en la creación del Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, el primer organismo público con rango ministerial creado para el diseño, implementación y evaluación de las políticas culturales en el país. Bajo esta plataforma, el año 2018 se produjo otro salto en complejidad con la creación del Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio, que consiste hasta el día de hoy en el mayor hito histórico del Estado chileno en materia de política cultural.

Durante estas décadas la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) jugó en Chile un rol discontinuo. Si bien su presencia en el país se remonta desde sus primeros años de funcionamiento – y, especialmente, durante los primeros años de la década del setenta –, posteriormente su influencia se vio fuertemente restringida. Durante la serie de encuentros y conferencias en Mónaco, Venecia, Helsinki, Yogyakarta, Accra y Bogotá, entre otros, se discutieron temas clave para la reflexividad global de las políticas culturales de la segunda mitad del siglo XX, tales como democratización, democracia y diversidad cultural, así como también debates fundamentales como la identidad nacional y las formas de financiamiento de las políticas culturales. Mientras en el mundo occidental y

en algunos países de América Latina estos debates se integraban en la formulación de sus políticas culturales, en Chile la recepción fue muy diferente. Desde el 11 de septiembre de 1973 – día del golpe cívico-militar de Pinochet – los vínculos con los organismos internacionales como Unesco fueron drásticamente interrumpidos y se produjo un profundo *desfase* entre el Estado chileno y la reflexividad, propuestas y diseños de política cultural a nivel internacional. Mondiacult 1982 fue un claro reflejo de aquello.

En 1982 Chile estaba experimentando los primeros efectos de la promulgación de la constitución de 1980. Redactada en un contexto dictatorial y carente de toda legitimidad popular, este documento constitucional estableció las bases de un modelo económico neoliberal determinando la labor del Estado en materias sociales y políticas con una función principalmente subsidiaria. En base a esta carta magna se construyó un modelo de sociedad basado en la capitalización individual despojando valores como la solidaridad y los derechos sociales en un tercer plano. Bajo este contexto, las sugerencias, acuerdos y decisiones tomadas en Mondiacult sobre políticas culturales fueron desestimadas por las autoridades civiles y militares del país, lo que implicó un distanciamiento entre las lógicas de intervención del Estado chileno en materias culturales y aquellas promulgadas a nivel internacional por Unesco y sus Estados miembros. Aun cuando el retorno a la democracia en 1990 produjo una acelerada actualización de esos contenidos por parte del Estado chileno, este último adoptó un esquema de política cultural caracterizado por el paradigma de la democratización cultural, lo que implicó la necesidad de implementar una institucionalidad cultural pública progresiva y eficiente, que permitiera un aumento exponencial de la producción, circulación y consumo artístico-cultural en la sociedad chilena. Cuarenta años después, y en el contexto constitucional actual en curso, se evidencia una “sincronización” con las expectativas y primicias de Mondiacult 1982 (y las siguientes) a nivel institucional-cultural. En efecto, con la incorporación de los derechos culturales en la nueva constitución y el apoyo de un gobierno

ciudadano liderado por el presidente Gabriel Boric, se vislumbra la integración – al interior de la institucionalidad cultural nacional – del paradigma de la democracia cultural, eje de las convenciones históricas en esta materia. Este fenómeno significa un cambio de foco en las políticas culturales contemporáneas en Chile.

El objetivo de este artículo es describir y analizar los cambios y redireccionamientos que se han producido en Chile en materia de política cultural desde Mondiacult 1982. Al hacerlo, busca exponer, en primer lugar, el escenario cultural en que se encontraba Chile al inicio de la década de 1980 y cómo, específicamente, Mondiacult 1982 fue procesado por el gobierno militar. En esta misma sección se describen las acciones estatales en materia cultural al finalizar la dictadura y los primeros años de transición democrática. En segundo lugar, este artículo se concentra en analizar el proceso de institucionalización cultural en Chile desde la creación del Consejo Nacional de la Cultura y las Artes hasta la definición, en 2018, del Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio (MINCAP) de Chile. Al hacerlo, este apartado busca exponer cómo se introdujeron las sugerencias, convenciones y propuestas emanadas por Mondiacult 1982 – y actualizadas durante esos años por Unesco – en estos organismos públicos en el país. La tercera parte del artículo explora las consecuencias y procesos en curso que la “doble crisis” del estallido/revuelta social y la pandemia en Chile produjo en el campo cultural chileno. Junto con ello, aborda cómo la crisis política de octubre de 2019 gatilló la emergencia de una pregunta estructural en la sociedad chilena que derivó en el proceso constituyente en curso a través de la Convención Constituyente. Finalmente, este artículo concluye con las expectativas surgidas con el nuevo gobierno liderado por el ex-líder estudiantil Gabriel Boric y las expectativas que genera la potencial nueva constitución en materia de derechos culturales. Esta parte final no sólo abordará cómo el paradigma de la democracia cultural se inscribe y despliega en las actuales políticas culturales en Chile, sino también cuáles son los desafíos y debates que se generan en el país con la nueva versión de Mondiacult.

Políticas culturales en Chile en la década de 1980: entre la experiencia dictatorial, Mondiacult y el proceso democratizador

Entre el 26 de julio y el 6 de agosto de 1982, en Ciudad de México se produjo un gran encuentro de Estados, centros académicos y de sociedad civil para discutir y concordar un rumbo posible para las incipientes políticas culturales de gran parte del mundo. Esta conferencia, convocada por la Unesco, congregó a 126 países miembros y casi mil participantes, superando la asistencia de su precedente, la Conferencia de Venecia en 1970. La importancia de Mondiacult 1982 radica, entre otros aspectos, en que estableció y difundió una concepción de cultura y de políticas culturales que pone en el centro a los pueblos y las comunidades de sentido. Definió nuevos términos para el debate sobre el rol público en esta materia, asimilados con diferentes énfasis y temporalidades en todos los países adscritos a Unesco. La declaración de Mondiacult 1982 – o *Declaración de México* – y sus considerandos, acuerdos y recomendaciones fundaron un nuevo campo de gestión cultural del desarrollo y de políticas culturales que trascienden las artes y el patrimonio haciendo evidente la necesidad de institucionalidades fuertes que las hagan realidad. En un contexto mundial de globalización creciente y de amenaza a la concepción protectora de los Estados, presionados a liberalizar sus economías y privatizar los servicios públicos, la *Declaración de México* insta a los Estados y sus gobiernos a asumir un protagonismo inédito para proteger las culturas de sus pueblos como una riqueza social inestimable, en su dimensión particular y muy fundamentalmente relacional.

La Declaración se alinea abiertamente con los procesos de descolonización y democratización de todas las sociedades del planeta. Es explícita en convocar con urgencia a resguardar también los derechos a la libertad y a la autodeterminación de los pueblos. Alerta al mundo del peligro que constituye para la humanidad el imperialismo y toda forma de dominio y sometimiento cultural en que incurren las grandes po-

tencias históricas. De la misma forma, incluye una definición antropológica de cultura que, hasta la fecha, sigue teniendo resonancias en los debates mundiales sobre política cultural. En este sentido, Mondiacult fue un manifiesto por el respeto a la común dignidad de los pueblos.

Esta Conferencia ha sido fuente de nuevos acuerdos, declaraciones y convenciones que los países miembros de la Unesco han adoptado desde entonces ampliando las perspectivas de reconocimiento de derechos y de bienes protegidos. En el contexto de la Década Mundial para el Desarrollo Cultural 1988-1997, Unesco creó la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo, presidida por Javier Pérez de Cuéllar (1992). El informe de este proceso, *Nuestra Diversidad Creativa* (1993), proporcionó un análisis profundo para instalar a nivel mundial la dimensión cultural en las políticas públicas, sobre todo las enfocadas al desarrollo. Dio paso, además, a la creación de la serie de *Informes de Desarrollo Humano* del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) que, en el caso de Chile, han proporcionado un contrapunto crítico al exitismo de los gobiernos posdictadura respecto de los logros macroeconómicos de las últimas décadas, iluminando aspectos culturales del malestar social y del desapego de la ciudadanía con la política y sus instituciones.

¿Qué de la agenda Mondiacult tuvo resonancia en Chile? ¿Con cuáles políticas nacionales pudo entrar en contradicción, tener concomitancias o coincidencias? Debemos adelantar que responder estas preguntas no es fácil. No hemos encontrado referencias explícitas a Mondiacult en los textos oficiales del gobierno de la época a pesar de que Chile tuvo presencia formal en ella y participó en las comisiones de trabajo, aunque, al parecer, con una presencia fútil. Es posible encontrar en algunos documentos transferencias de contenido y menciones afines a la *Declaración de México* principalmente sobre patrimonio material y natural, aunque puestas al servicio de una forma de apropiación chovinista. En la práctica, predominaron, primero, las acciones culturales de tipo represivo en contra de todo lo que pareciera cultura

de izquierda o que otorgara reconocimiento y legitimidad a sujetos sociales subalternos. Por otra parte, se desplegaron estrategias intensivas de reconfiguración de un imaginario cultural, un carácter y un temperamento del ser nacional que encontrará su continuidad “natural” en la gesta heroica del golpe de Estado. En una segunda etapa, sin renunciar a los operativos para neutralizar a la disidencia, las políticas fueron radicalmente alineadas con los términos impuestos por el libre mercado y la subsidiaridad del Estado, no teniendo cabida perspectivas emancipadoras como las elaboradas en Mondiacult.

Como hemos dicho, si hasta 1973 los procesos culturales podrían estar armonizados con perspectivas democratizadoras cuyos avances en la región cristalizaron en la *Declaración de México*, a partir de entonces las definiciones de política cultural en Chile estuvieron muy centradas en desacreditar los sentidos comunes que venían fortaleciendo un *ethos* colectivista. Se comprendió rápidamente que la llegada al poder de la Unidad Popular (UP) en 1970 y el protagonismo que tuvieron en su seno los sectores populares fue tanto un hecho político como cultural. (BOWEN, 2008)

Efectivamente, la dimensión cultural, artística y estética fue preeminente en el gobierno de Salvador Allende. Impulsó medidas que buscaban revertir la dificultad de acceso de las mayorías populares a las expresiones artísticas convencionales tanto como reconocer y otorgar valor a nuevas prácticas y estéticas que identificaban a esos sectores fuera del canon de las elites. La transformación social y política propuesta por la Unidad Popular debía estar representada en una *cultura nueva*, que enhebrara las aspiraciones de un mejoramiento objetivo de las condiciones materiales de vida con una ética del progreso común, mediante la acción colectiva. En medio de un clima de efervescencia que instaba a la participación cultural y al uso del espacio público, la impronta cultural transformadora se hizo evidente en la generación de programas que podían sentar las bases de una democracia cultural. Ejemplo de ello son el impulso de la industria discográfica nacional, un decidido apoyo a la

creación y difusión literaria a través de la editora nacional Quimantú y el estímulo a la circulación de una gran cantidad de medios de comunicación de todas las tendencias políticas, entre otras. Se le asignó valor a la gráfica local popularizando una visualidad producida por artistas de orígenes sociales muy diversos a través del cartelismo, el muralismo y el grabado. En muy corto tiempo se desarrollaron programas masivos de alfabetización y nuevas didácticas para todos los niveles educativos surgidas de una intensa producción teórica vinculadas a la pedagogía crítica emergente en América Latina.

Este activismo cultural del Estado y de sectores de intelectuales, artistas nacionales y extranjeros, educadoras/es populares, organizaciones de pobladores y de estudiantes, tuvo un contrapunto en una oposición organizada y creciente, que, con igual nivel de intensidad, hizo sentir su descontento y rechazo al proceso político y cultural del socialismo democrático. Las organizaciones opositoras, cada vez más militarizadas, fueron las que al cabo de tres años dominaron con sus prácticas y símbolos el nuevo paradigma cultural de la dictadura.

Desde 1973 y hasta 1989 Chile vivió bajo un régimen dictatorial que dejó una estela de crímenes de lesa humanidad y una fractura en la historia del país y en las biografías de varias generaciones. La dictadura fue una muy prolífica fuente de dispositivos y procedimientos de control ciudadano y disciplinamiento cultural que debilitaron el imaginario social de lo posible. Lo *posible* fue una transición pactada cuyas condiciones de término siguen estando en debate. Aún hoy, más de 30 años después, la sociedad chilena percibe que el proyecto ideológico de ese régimen sigue latente – a pesar de sus numerosas reformas – en la constitución de 1980 y se rebela contra ello.

Desde el primer día del golpe militar se creó una instancia formalizada más tarde por decreto llamada Asesoría Cultural del Gobierno, a cargo de un escritor magallánico, hispanista y conservador: Enrique Campos Menéndez. Esta oficina publicó en 1975 un documento llamado *Política Cultural del Gobierno de Chile* en conjunto con el

Departamento Cultural de la Secretaría General de Gobierno. Este es un texto paradójico y ambiguo, con una fuerte carga moralizante. Establece o reitera los principios rectores del gobierno autoritario, cristiano y antimarxista, nacionalista y liberal. Atribuye un estado de decadencia presente al extravío del ser nacional en el gobierno de la UP, a la falta de una “concepción geopolítica estratégica del Estado” y a la emergencia del *extranjerismo* que – tautológicamente – debilitó el “ser nacional”. Define lo que constituye el campo de acción gubernamental en cultura e instruye un conjunto de preceptos que obligan a trabajar por un “deber ser nacional”. (JARA, 2016) Llama la atención que, en medio de un fraseo cargado de mandatos nacionalistas y patrimonialistas, es posible encontrar contenidos familiarizados con las concepciones más amplias de cultura que se van a consagrar luego en Mondiacult, como la consideración de usos y prácticas de vida cotidiana así como los aspectos espirituales de la vida. (JARA, 2020) Hay algunas menciones, además, sobre la importancia del patrimonio natural para la identidad nacional y arengas sobre la urgencia de invertir y actuar en el campo artístico para que la población gane altura moral.

Es de imaginar, por lo tanto, que Mondiacult 1982 coincidió con un momento de nuestra historia en que no había condiciones de viabilidad para integrar la reflexión y las recomendaciones que resultaron de ella en políticas culturales de Estado. En agosto de 1980, Augusto Pinochet, jefe de la junta del gobierno militar, anunció que se convocaría a un plebiscito que sería determinante para seguir la ruta que él y sus aliados civiles iban a proponer al país. La función de esta decisión era institucionalizar la dictadura, nominar al dictador como presidente y consolidar los términos políticos, jurídicos y administrativos que garantizaran la continuidad ideológica del régimen aun cuando se produjera, hipotéticamente, alguna forma de alternancia en el poder. La campaña oficialista por la opción Sí, es decir, la aprobación de lo que ese sector llamó la *Constitución de la libertad*, no tuvo contrapeso.

Financiado por el erario público, el dictador recorrió Chile entregando todo tipo de beneficios sociales que se habían escatimado los años precedentes. El gobierno disponía de los principales medios de comunicación, aplicaba censura previa, no existían registros electorales ni partidos políticos. (FUENTES, 2013) Las giras de Pinochet por todo Chile fueron organizadas por los alcaldes que su propio régimen había designado. Ganó el Sí. Mientras las propuestas de Mondiacult circulaban como un umbral democrático de amplio consenso internacional, el gobierno militar había generado un *status quo* a través de reformas estructurales conocidas como las siete modernizaciones (aunque ninguna de ellas se refiere al campo cultural, varias tuvieron efectos evidentes en él). La municipalización de la Educación desmembró el sistema de Educación Pública Nacional y transfirió recursos públicos y la subvención escolar a las administraciones municipales cuyas autoridades eran designadas directamente por la Junta Militar. Desde entonces, los establecimientos existentes y muchos otros construidos con aporte público a través de las subvenciones escolares quedaron en manos de privados quienes instauraron proyectos educativos de acuerdo a sus particulares cosmovisiones.

Uno de los resultados más negativos de esta reforma fue que se profundizó la estratificación del acceso y de la calidad de la educación, de acuerdo a la disponibilidad de recursos de los municipios de suyo diferenciados según se tratase de comunas ricas o pobres. En este escenario ya consolidado hacia 1982, para la dictadura la población escolar fue vista como un frente estratégico de resocialización en torno a los postulados morales, económicos y políticos del régimen en abierta contradicción, por ejemplo, con el artículo 27 de la *Declaración de México* que sostiene que la libertad de pensamiento y de expresión es indispensable para la actividad creadora e intelectual.

Por muchos años la enseñanza en Chile estuvo constreñida a la vigilancia ideológica del gobierno militar. Entre muchas operaciones de control de conciencias fueron introyectados una selección de disposi-

tivos simbólicos propios de la estética militar y bélica que sostuvieron una interpretación de la historia de Chile organizada en torno a las hazañas de las Fuerzas Armadas. (DONOSO, 2020)

La contrarreforma agraria produjo una serie de leyes y decretos que profundizaron la expropiación de tierras y la migración forzada de muchas comunidades mapuche del sur del país. Dado que el Estado era el dueño de las tierras, en el marco del modelo económico neoliberal estas se entregaron al mercado, iniciándose un masivo proceso de revocación de las expropiaciones realizadas por la reforma agraria y de “normalización” y restauración de los derechos de los propietarios latifundistas. (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2012) Se expropió el 84% de las tierras que habían sido restituidas a comunidades mapuche en la década anterior. Las nuevas leyes le permitieron al Estado concesionar grandes predios para uso de particulares, sin ningún respeto a las formas de tenencia comunitaria. La privatización del agua significó la destrucción de ecosistemas culturales fundamentales para las formas de habitar de los pueblos originarios de todo el país. El pragmatismo extractivista, especialmente en el caso de la minería, produjo daños humanos, sociales y ambientales irreparables. La privatización de grandes extensiones de vegetación nativa para el monocultivo forestal a gran escala sigue estando a la base de una alta conflictividad entre dichas comunidades y el Estado de Chile. El discurso oficial y su práctica, antes, durante y después de la *Declaración de México* iba en una dirección contraria al reconocimiento de la pluralidad cultural y la necesidad de fortalecer dinámicas de convivencia intercultural con simetría de derechos.

La incidencia cultural de la dictadura fue muy compleja en cuanto a sus propósitos y estrategias. Siguiendo el análisis de Giselle Munizaga (1984) aplicado a las transformaciones del sistema comunicacional en dictadura, se puede afirmar que el campo de la cultura y de las artes fue impactado no solo por los procedimientos de “castigo y silenciamiento”

miento”, sino también por un proyecto revolucionario: la interacción dirigida entre las operaciones represivas y los aspectos “constructivos, normativos y factuales” de las políticas implementadas. El gobierno militar renunció a establecer una política cultural en propiedad, pero, en la práctica, según Donoso (2020) “sí existió un despliegue de políticas culturales”. Con una institucionalidad dispersa, un gran número de actividades de extensión cultural, una relativa autonomía de las acciones culturales municipales, articuladas en un discurso nacionalista monolítico, la dictadura fue eficaz para normalizar y otorgarle justificación histórica a su proyecto político y económico. Aunque en la época y en las lecturas retrospectivas se le atribuyó al período un “apagón cultural”, la verdad es que Chile experimentó una transformación cultural descomunal sobre las cenizas de las identidades, sensibilidades y expresiones culturales de los años precedentes. (CATALÁN; MUNIZAGA, 1986)

Pero no es justo describir el escenario cultural concomitante con Mondiacult 1982 revisando solo las prácticas de la dictadura. Con ellas coexistió una cultura de resistencia, subalterna y contestataria, que puede ser considerada un antecedente simbólico, un contenido político y hasta un derrotero mítico para las actuales aspiraciones de quienes configuran hoy el sector de las artes, las culturas y el patrimonio en Chile. La producción cultural alternativa de los 1980 y hasta 1989 fue determinante para la caída del régimen: le otorgó épica, sonoridad y visualidad a las fuerzas de oposición y – es una hipótesis – aún resuena como nostalgia de una esperanza de cambio que la transición no pudo realizar. En los márgenes y en los intersticios de la cultura oficial surgieron y se organizaron colectivos políticos cuyas demandas iban mucho más lejos que la recuperación de la democracia. (MOULIAN, 2009). Desde entonces la defensa de los derechos humanos, el feminismo y la defensa del medio ambiente movilizaron a grandes conglomerados sociales.

*Institucionalización cultural en Chile:
de la implementación del paradigma de la
democratización cultural a la crisis
de representación social*

Luego de varios años de protestas y crisis económicas, el 5 de octubre de 1988 Chile realizó un plebiscito por la continuidad o no del dictador Augusto Pinochet. La opción “No” resultó ganadora. Casi un año después, se realizó la primera elección presidencial democrática desde 1970, resultando presidente Patricio Aylwin. Sumado a comisiones de derechos humanos y reparación, los primeros años de la recuperación democrática significó un despliegue de símbolos inéditos en el país. En abril de 1992 Chile tuvo una comentada presencia en la Exposición Universal de Sevilla, España. El pabellón de Chile albergó un iceberg de 80 toneladas que fue trasladado por partes en barcos de la Armada y traído de vuelta en las mismas condiciones. La performance del iceberg migrante dio lugar a grandes debates sobre cuál o cuáles representaciones del “modo de ser de Chile” podrían generar consenso. Es de suponer que esa es una pregunta sin respuesta. A principios de los años 1990 era difícil encontrar símbolos comunes a una sociedad que se integraba más en contra de su pasado reciente que en un proyecto participativo de futuro. El carácter publicitario del episodio del hielo podría ser un reflejo de los primeros años del gobierno transicional de Patricio Aylwin y su esfuerzo por *ficcionar* un relato triunfante y prometedor, con algunos grados de justicia. La imagen era la de un país emprendedor, al mismo tiempo que delataba anhelo de ser competitivo en un mundo global poniendo a disposición su riqueza natural. Fue una época expectante, pero también contenida y cautelosa. Las condiciones impuestas por la constitución del 80, el pacto político que escribió los términos de la salida de la Dictadura sólo relativamente derrotada, y la decisión de dar plena continuidad al modelo económico vigente, exigía que en algún plano de la vida social hubiera cambios perceptibles.

Las políticas culturales se desplegaron en una primera etapa intensas pero dispersas y fragmentadas en varias reparticiones públicas. Tuvieron, sin embargo, una orientación común respecto de democratizar la cultura a lo menos en dos sentidos: uno, desarticular la trama disciplinadora de la dictadura y, en otro, construir una dimensión cultural de las libertades políticas que se estaban restituyendo. Medidas concretas fueron el incremento de recursos y dotar al sector de herramientas que le permitieran dar viabilidad a los proyectos creativos que en un clima de mayor libertad se podían concebir. (GARRETÓN, 2008) Una tercera línea, más difusa en estos primeros años, fue la de incrementar el *acceso* de sectores de menores ingresos al disfrute de experiencias artísticas de variada naturaleza con formatos como Fiestas de la Cultura o Carnavales Culturales en el espacio público. Hubo una preocupación manifiesta por dotar de infraestructura dedicada a la cultura y las artes, para lo que se creó una Comisión de Infraestructura que permitió dotar a la región Metropolitana de recintos que, a diferencia de los teatros tradicionales, albergan prácticas y servicios culturales más diversos y para nuevos públicos.

Los gobiernos de la Concertación a partir de 1990 produjeron un conjunto de medidas y leyes que avanzaron lentamente en un diseño institucional que se materializó 10 años más tarde. Fueron favorecidas las industrias culturales – en particular la del Libro y la Cinematográfica – que, a la fecha, se consideraban con el mayor potencial de desarrollo. En 1993 se promulgó la Ley de Fomento del Libro, con un presupuesto concursable de casi dos millones de dólares para los agentes del sector. El cine fue apoyado mediante una política que fortalecía su mercado mediante la transferencia al sector (Cine Chile S.A.) de préstamos estatales y privados por tres millones de dólares. Fueron promulgadas las leyes de propiedad intelectual y se organizaron acciones artísticas y culturales en el espacio público para concitar la participación de nuevas audiencias. Para el desarrollo artístico y de los/as artistas y gestoras/es culturales el principal instrumento fue el de los fondos concursables a través del Fondo de la Cultura y las Artes, Fondart, creado por el

Ministerio de Educación en 1992. (SOTO, 2020) Tempranamente, en 1990, además de la creación de la División de Extensión Cultural del Ministerio de Educación fue aprobada la Ley de Donaciones Culturales, que incentivaba con rebajas tributarias las donaciones del sector privado a proyectos artísticos culturales. La modificación de la Ley de Premios Nacionales fue parte de este entramado de leyes – algunas de las cuales obtuvieron correlato en la Ley de Presupuesto de la Nación – que abonaron el desenvolvimiento de la institucionalidad cultural de los años 2000. A pesar de este impulso legislativo, el período también fue de agraz. Por ejemplo, la norma constitucional del 80 que mandataba un “sistema de censura” cinematográfica, tuvo que esperar hasta 2002 para ser reformada.

Por su parte, al finalizar la década de 1990, la Unesco había establecido una serie de conferencias, convenciones y recomendaciones a nivel global sobre el rol de las políticas culturales en sus Estados miembros. En 1998, por ejemplo, se llevó a cabo la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo celebrada en Estocolmo. En ella, el argumento central era pensar “el poder de la cultura” en las sociedades en relación al desarrollo humano de la población mundial. En su conjunto, el plan era inscribir al interior de los países miembros no sólo la importancia de la generación de políticas culturales en su estructura gubernamental, sino también incorporar lineamientos estratégicos en materia de diversidad creativa y participación en la vida cultural, conservar y acentuar la importancia del patrimonio tangible e intangible, mueble e inmueble, y promover la diversidad cultural y lingüística, entre otros. Sumado a estos esfuerzos, entre 1998 y 2001 se publicaron informes mundiales sobre cultura, creatividad y mercados, así como también sobre la diversidad cultural, conflicto y pluralismo. Uno de los documentos clave al respecto fue el “Informe sobre Desarrollo Humano: La libertad cultural en el mundo diverso de hoy” de 2004.

En este contexto, el Estado chileno había definido la necesidad de contar con una institucionalidad cultural más compleja. (CARRASCO;

NEGRÓN, 2006) Para alcanzar este propósito, se realizaron una serie de informes y comisiones que proponían, entre otras directrices estratégicas, la creación de un Consejo Nacional de la Cultura y las Artes (CNCA) que tuviera rango ministerial, pero que, al mismo tiempo, tuviera una representatividad de los diferentes agentes culturales y artísticos del país. (GARRETÓN, 2008) Así como la figura de los *Arts Council* inglés – y también inspirado por el modelo mexicano con su Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (Conaculta) –, Chile adoptó un esquema institucional caracterizado por el rol participativo de sus miembros elegidos en “desmedro” de una figura ministerial jerárquica administrada por el Estado y el gobierno de turno. Si bien la idea detrás de este formato era distribuir las decisiones de inversión y de política cultural en diferentes actores/agentes del campo cultural, en la práctica el poder se concentró en el/la presidenta/e del consejo, que actuaba *de facto* como ministra/o. Esta nueva e inédita institucionalización cultural inauguró un modelo de trabajo desconocido hasta ese entonces. (NAVARRO, 2006) Si bien históricamente la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (Dibam) y el Ministerio de Educación habían ejercido esa función desde la independencia, con el CNCA se instaló una zona de acción cultural separada de estas instituciones históricas, lo que significó la duplicidad de funciones y, en muchas oportunidades, distribución desigual de poderes y recursos.

Dos años después de su creación, el CNCA logró concretar la primera política cultural de Estado titulada “Chile quiere más cultura. Definiciones de Política Cultural 2005-2010”. En ella se situaba un diagnóstico claro: debido al “apagón cultural” experimentado durante la dictadura militar y a la necesidad de crear mecanismos de reparación e institucionalización política durante la década de 1990, en Chile no existía, por una parte, una infraestructura acorde con las necesidades culturales de la población y, por otra, se debían generar planes y programas orientados tanto a la producción artística como al acceso cultural de la población. Junto con ello, los ejes estratégicos que se planteaban

estaban enfocados en la creación artística y cultural, las industrias culturales, la participación cultural (en la lógica de creación de audiencias), el patrimonio cultural y la institucionalidad cultural. En suma, esta primera política cultural de Estado significó el trazado inicial de la institucionalidad cultural del país. (DE CEA, 2017)

Unos años antes, la Unesco había circulado la *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural* y que, posteriormente, derivó en la Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales de 2005. Si bien recién en 2007 esta convención entró en vigor y en 2009 se adoptaron las primeras orientaciones prácticas en los diversos Estados miembros, lo cierto es que en el escenario discursivo teórico y político estas discusiones ya alimentaban a los diversos ministerios, secretarías y consejos de cultura de los países latinoamericanos, donde Chile no era la excepción. En nuestro país las nociones de derechos, diversidad e identidad cultural circulaban en documentos y discursos de manera constante, aunque las ideas fuerza de democratización e industrias culturales primaban en la práctica. Ejemplo de aquello fue el interés de la institucionalidad cultural por medir el “impacto” de la cultura en el Producto Interno Bruto nacional a través de las cuentas satélites de cultura impulsadas, entre otros, por el Convenio Andrés Bello. De la misma forma, el marco de estadísticas culturales de la Unesco fue un aliciente para la medición de indicadores culturales comparables a nivel internacional. En términos de estudios, el CNCA elaboró la primera encuesta nacional de consumo cultural que, hasta la fecha, ha contado con cuatro versiones (2005, 2009, 2012 y 2017). En todas ellas queda de manifiesto el interés por medir el acceso y frecuencia de los “consumos culturales” antes que identificar procesos o imaginarios culturales. (PETERS, 2021)

A finales de la década de 2000, dos documentos serán clave para la discusión global sobre asuntos culturales: por una parte, la *Carta de Friburgo* sobre derechos culturales de 2007 y, por otra, el informe mundial *Invertir en la diversidad cultural y el diálogo intercultural*

de 2009. En ambos casos se establecía un parámetro mundial de nuevas exigencias en materia de derechos. En Chile, ambos documentos pasaron casi desapercibidos o, al menos, no se evidencian referencias a ellos en la *Política Cultural 2011-2016*. Diseñada y presentada bajo el gobierno de Sebastián Piñera, esta nueva política tuvo, principalmente, tres ejes de intervención: promoción de las artes, participación y patrimonio cultural. En estos planes de trabajo se refuerza el rol de las industrias creativas y se establece, como eje estructural, el paradigma de la democratización cultural en su vertiente de fomento a la creatividad y reforzamiento en el acceso a las artes. En base a ello, la idea de *desarrollo cultural* se entendió como un lineamiento de trabajo donde el Estado seguía funcionando bajo una lógica subsidiaria y basada en los principios de la distribución de recursos según los esquemas de concursabilidad y competencia entre los diversos agentes culturales. El fomento cultural era entendido como un motor de desarrollo social y económico, en línea con los postulados de las Naciones Unidas (ONU) sobre economía creativa en 2013.

Sin embargo, a mediados de la década de 2010, otros dos documentos de la Unesco serán clave para la situación chilena: el año 2015 se publica el informe mundial *Repensar las Políticas Culturales: 10 años de promoción de la diversidad de las expresiones culturales para el desarrollo* y, tres años después, *Repensar las políticas culturales: Creatividad para el desarrollo: A ambos se les sumaron los Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas*. Todos estos esfuerzos normativos situaron nuevos lineamientos estructurales para la definición de políticas culturales a nivel mundial. Bajo la segunda administración de la presidenta Michel Bachelet, el CNCA daría paso a dos nuevos hitos en materia de política cultural: por un lado, y a partir de un proceso participativo a lo largo del país, se redactó la Política Nacional de Cultura 2017-2022: Cultura y desarrollo humano: derechos y territorios. Basado en dos enfoques estratégicos – derechos y territorios –, esta política adoptó una serie de recomendaciones de diversos organismos internacionales como la Unesco.

En efecto, en su interior es posible advertir un uso inédito de conceptos y términos, tales como cohesión social, enfoque territorial, pueblos indígenas, migración, identidades de género, cultura digital, personas mayores, generación de conocimiento, memoria y trabajadores de la cultura, entre otros conceptos emergentes. Basada en “una política del reconocimiento de la ciudadanía cultural”, esta política cultural sirvió como un primer insumo crítico para pensar en nuevos órdenes de sentido en el interior de la institucionalidad cultural, así como también en el campo de producción cultural. En suma, esta política quinquenal no sólo abrió un registro de posibilidades inéditas en materia de derechos culturales, sino también estableció un primer acercamiento discursivo y concreto en materia de políticas culturales basadas en la diversidad y democracia cultural. (SYMMES, 2020) Sin embargo, gran parte de las orientaciones y objetivos estratégicos de esta política fueron desestimados por la segunda administración de Sebastián Piñera.

A este nuevo gobierno le tocó implementar el segundo hito: la creación del Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. Con el objetivo de eliminar la duplicidad de labores en materia cultural al interior del Estado y concentrar todo el esfuerzo gubernamental en una sola instancia, se creó una nueva institucionalidad con registro ministerial. Un aspecto que marcó la discusión legislativa para su creación fue la consulta indígena según el convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo y que exigió al Estado chileno realizar una serie de consultas a los pueblos indígenas sobre el carácter de este nuevo ministerio. Una de las resoluciones que surgió al interior de ella fue la incorporación del plural al concepto cultura en el título del ministerio. Lo mismo se pensó para el vocablo artes. En suma, la pluralidad en ambos términos incorporó un esquema de sentido diverso en términos culturales. Ya no era *la* cultura comprendida como un concepto jerárquico, sino en su vertiente antropológica (en línea, por cierto, con la definición de cultura de Mondiacult 1982). En el caso del arte algo similar: no era la figura europea-moderna tradicional, sino las diferen-

tes formas de expresión cultural conocidas como *artísticas*. Esta nueva institucionalidad cultural marcaba una agenda acorde con los ordenamientos mundiales y, sobre todo, con las necesidades de un campo cultural caracterizado por la precariedad estructural. Sin embargo, no era suficiente para las nuevas demandas sociales y culturales. Por el contrario, la sociedad chilena misma se encargó de hacer notar el desfase institucional con las expectativas e imaginarios de una sociedad que exigía despojarse de una herencia tanto dictatorial – reforzada en la constitución de 1980 – como del resguardo pactado del sistema neoliberal durante los treinta años de democracia.

*Estallido/revuelta social y pandemia:
las consecuencias de una “crisis doble”
en las políticas culturales en Chile*

El 18 de octubre de 2019 es un acontecimiento político-cultural que se explica por procesos históricos de lucha. (GARCÉS, 2020) Desde las primeras movilizaciones estudiantiles en 2006 hasta los movimientos feministas, medioambientales, de los pueblos originarios y por el cambio de los sistemas de pensiones, entre otros, fueron catalizadores de una fuerza social inédita y explosiva que se manifestó en la tarde de ese viernes. (DEL VALLE ORELLANA, 2021) Como se ha mencionado reiteradas veces, el estallido/revuelta social de octubre no fue el resultado del aumento de 30 pesos – 0.035 dólares – en el valor del transporte urbano de la capital, sino de treinta años de políticas que reforzaron un modelo económico neoliberal sustentado en la desigualdad estructural. Durante las semanas en que el estallido/revuelta social se desarrolló, las ciudades vivieron oscilaciones que combinaban momentos de violencia urbana con expresiones artístico-culturales de una riqueza simbólica pocas veces vistas en las calles del país. En el primer caso, la violencia de Estado se manifestó en violaciones a los derechos humanos por parte de agentes policiales y militares, incluidas decenas de mutila-

ciones oculares. En el segundo, se generaron *performances* – como “Un violador en tu camino” del colectivo Las Tesis –, murales, conciertos masivos, imágenes, representaciones teatrales y de danza, declamaciones poéticas y encuentros culturales, entre tantas otras manifestaciones, que convirtieron la vida urbana en una tela de expresiones estético-políticas. En su conjunto, el paisaje urbano del estallido/revuelta social se caracterizó por un crisol de contradicciones vitales, escenarios revolucionarios y fenómenos estéticos que servirán como insumos reflexivos por las próximas décadas.

Bajo este contexto, las autoridades políticas del país tomaron un acuerdo histórico: iniciar un proceso constituyente que reemplace la constitución de 1980. El acuerdo determinó una serie de condiciones: la conformación de una convención constituyente democrática y representativa de todo el país, paritaria – mitad mujeres, mitad hombres – y con representación de los pueblos originarios del país, entre otras. Para llevar a cabo este proceso, se requería de un plebiscito que estableciera la aprobación o desaprobación de la ciudadanía de la necesidad de revocar la constitución de 1980 y redactar una nueva desde una “hoja en blanco”. El resultado fue claro: el 80% de la población que votó lo aprobó. En base a este escenario, se procedió a la elección de los representantes de la convención constituyente y, desde 4 de julio de 2021, se han dedicado a sesionar para el acuerdo y redacción de los artículos que contendrá el nuevo texto de la primera constitución democrática de Chile. Uno de los acuerdos fundamentales adoptados al interior de los constituyentes fue la integración de los derechos culturales en la propuesta. Este hecho marca un hito clave para las políticas culturales en Chile, ya que establece, a nivel constitucional, el deber del Estado en resguardar y fomentar la participación en la vida cultural, así como también el reconocimiento de Chile como Estado social y democrático de derecho que es, además, plurinacional, intercultural y ecológico. En sus bases, este nuevo borrador constitucional indica que Chile es una República solidaria, su democracia es paritaria y reconoce como valores

intrínsecos e irrenunciables la dignidad, la libertad, la igualdad sustantiva de los seres humanos y su relación indisoluble con la naturaleza. En suma, esta propuesta de artículo primero manifiesta, en su espíritu, un cambio significativo y estructural de la carta magna previa que consideraba al Estado como un agente subsidiario.

Este proceso constituyente ha ocurrido en paralelo con una crisis inédita planetaria: la pandemia. Y ella, al igual que gran parte del resto del mundo, ha causado un fuerte impacto negativo en el ecosistema cultural local. Desde su “aparición” en marzo de 2020, se generó un escenario crítico para las trabajadoras/os culturales, así como también para toda la cadena de agentes culturales de Chile: se cerraron teatros, salas de concierto, museos, bibliotecas y, en general, todos los espacios culturales. La situación llevó a que cerca del 50% de trabajadoras/os culturales perdieran su fuente de trabajo en los primeros meses de la pandemia. Como respuesta institucional, el MINCAP profundizó su sistema de concursabilidad a través de “fondos de emergencia” y dejó que las ayudas públicas generales del Estado se encargaran de las y los trabajadoras/es de la cultura sin distinción. Las consecuencias de la pandemia ya son bastante conocidas a lo largo del mundo. Lo cierto es que, en el caso chileno, la particularidad es obvia: ya veníamos con una crisis política desatada en octubre de 2019 a la que se suma la crisis sanitaria.

En esta “crisis doble” las políticas culturales han experimentado nuevas interrogantes y recorrido diversos territorios de posibilidad. Mientras el ecosistema cultural chileno sufría su peor crisis, el MINCAP no implementó ninguna medida excepcional para el sector. Más bien, continuó con su lógica subsidiaria de concursabilidad y prescindió de aportes económicos directos a artistas y/o creadoras/os. Sin embargo, en el interior del campo cultural se generó un cambio en su relación con el Estado: viendo el abandono gubernamental del sector, se comenzó a gestar y/o reactivar una serie de asociaciones, agrupaciones, sindicatos y colectivos autónomos de artistas y trabajadoras/es culturales. (PINOCHET; PETERS; GUZMÁN, 2021) Bajo una lógica de confianza, reciprocidad y

cooperación, las comunidades del sector se volcaron al trabajo asociativo y de lucha común. A partir de ellas se inició una disputa directa con la institucionalidad cultural gubernamental por la falta de apoyo y acompañamiento frente a la crisis. Su argumento sostenía que, para un escenario excepcional, se debe generar acciones excepcionales. Aquello activó un movimiento amplio sobre la necesidad de cambiar el paradigma histórico de la democratización cultural y la lógica subsidiaria imperante. En efecto, la disputa se produjo sobre las nociones generales defendidas y establecidas en las primeras políticas culturales de los últimos treinta años, tales como democratización cultural, derechos al acceso a la cultura y concursabilidad. Esta disputa, además, se vio reforzada en la convención constituyente con la discusión e integración de antiguos referentes en política cultural como la democracia cultural y que consistía, justamente, como uno de los ejes de Mondiacult 1982.

Hasta ese entonces, la noción de democracia cultural no circulaba con claridad en el ecosistema cultural chileno. Si bien se conocía en los ambientes académicos y en algunos circuitos específicos, no era un concepto de uso común. Al explicar su historia, y principalmente, sus características, *la práctica* sí es realizada y vivenciada por muchas organizaciones culturales, principalmente de base comunitaria. Comprendida como un paradigma en “oposición” a la democratización cultural, la democracia cultural comenzó a utilizarse con mayor énfasis al referirse al trabajo cultural horizontal y basado en las diversidades culturales de las comunidades y territorios. Aun cuando existen diversas definiciones y usos teórico-prácticos, la noción hace referencia a cómo los agentes culturales son actuantes de su propio devenir creativo y territorial, sin jerarquías. Las diferencias culturales se vuelven una riqueza y “lo legítimo” es tensionado por *lo diverso*. Si la democratización cultural fomenta el acceso a las artes institucionalizadas, la democracia cultural valora la creación abierta y la participación cultural como un derecho humano. Visto de esta forma, este nuevo paradigma comenzó a tomar fuerza gracias a los efectos críticos

de la pandemia, la inoperancia del MINCAP y la deliberación que dentro de la comisión de “conocimientos, culturas, ciencia, tecnología, artes y patrimonios” de la Convención Constitucional, se hizo sobre los derechos culturales.

A finales de 2021 se realizaron las elecciones presidenciales de Chile. La historia, como muchas veces, da sorpresas y entrega nuevas esperanzas. En segunda vuelta resultó como ganador el ex-líder estudiantil y cabeza de las negociaciones por una nueva constitución, Gabriel Boric Font. En su programa de gobierno se establecieron varios pilares de trabajo, como la perspectiva de género, medioambiente, desarrollo sostenible, descentralización y derechos sociales. En materia de políticas culturales, la democracia cultural es el eje fundamental. Esto, ciertamente, no es coincidencia, sino el resultado de las discusiones que el ecosistema cultural generó desde el estallido/revuelta social y, posteriormente, la crisis pandémica. El diagnóstico era claro: las políticas de la democratización cultural no han sido exitosas. Por el contrario, no solo han perpetuado una lógica de desigualdad en la entrega de recursos y circulación de obra a lo largo del país, sino también han reforzado las lógicas culturales hegemónicas de las elites locales. En suma, esto ha producido una precarización estructural del ecosistema cultural y, en especial, de la sostenibilidad financiera y proyectiva de las/os trabajadoras/es culturales. La democracia cultural se establece como un cambio de paradigma en las políticas culturales del país, y aquello significa, ciertamente, volver a repensar las discusiones, sugerencias y conceptos trazados en Mondiacult 1982, cuarenta años después.

*Chile y Mondiacult a 40 años:
nuevos desafíos, otras propuestas*

En los últimos 40 años Chile ha sido testigo de una serie de procesos políticos, económicos, sociales y culturales. Su historia reciente se ha caracterizado por continuidades y discontinuidades de proyectos de

sociedad, donde luchas simbólicas e identitarias locales se han entrelazado con modelos globales de gobernanza. El conflicto, la discusión y los acuerdos político-culturales han sido una matriz de sentido que ha caracterizado estas últimas cuatro décadas. En ella se intercalan múltiples conceptos y horizontes de expectativas que han trazado un Chile actual caracterizado por la definición de un nuevo marco de sentido. Si en 1980 en el país se estableció una carta magna antidemocrática e ilegítima, hoy, cuarenta años después, se está redactando una nueva que pretende revertir estas falencias históricas fundamentales. Y lo hace retomando viejos debates por medio de una lectura renovada y situada en un contexto histórico-cultural particular. (PETERS, 2020) Y en esto, tanto las bases políticas y culturales del gobierno de Salvador Allende como los acuerdos y propuestas emanadas desde Mondiacult en 1982 nos ayudan a pensar un cambio de paradigma en las políticas culturales del Chile actual.

Hoy los debates emergentes se sitúan en pensar las nuevas formas de precarización, las posibilidades que la cultura digital ofrece para alcanzar mayores niveles de equidad social, los nuevos rostros de la desigualdad y las necesidades emergentes luego de la pandemia, las oportunidades históricas de la plurinacionalidad, el valor clave de la diversidad cultural en el desarrollo del buen vivir, el deber general de contar con un medio ambiente sostenible y la necesidades de un sistema solidario en salud, educación y justicia, entre otros ejes clave de discusión. En todos estos principios se advierte la importancia social de *lo colectivo*, los territorios y las comunidades. Aunque los escenarios actuales son complejos – las nuevas demandas identitarias se enfrentan a resistencias conservadoras, la intolerancia se acrecienta con los procesos migratorios, la violencia urbana se expande a nuevos territorios, la precarización económica es cada día más evidente debido a la inflación y la crisis económica, la inestabilidad política de varios países en la región aumenta, la amenaza de una tercera guerra mundial ya no es un escenario impensado, las crisis alimentaria e hídrica se presenta como un riesgo real en vastos territo-

rios y el pluralismo informativo se ve constantemente amenazado por las grandes corporaciones internacionales, y así un largo etcétera –, hoy en Chile existe esperanza en que es posible construir *lo común*. Y, para ello, las políticas culturales juegan un rol clave.

Pensar la democracia cultural en Chile a cuarenta años de Mondiacult nos exige revisar, al mismo tiempo, las recomendaciones y discusiones planteadas por el último Informe Mundial de la Unesco *Re|pensar las políticas para la creatividad: Plantear la cultura como un bien público global* (publicado este año 2022). Este documento, concebido para hacer un seguimiento de la aplicación de la Convención de 2005 sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales, resulta clave para entender el actual y futuro escenario de las políticas culturales en Chile. En efecto, en él se plantean escenarios críticos y emergentes que nos sirven para pensar ciertas líneas finales de este capítulo. El cambio de paradigma por la democracia cultural exige la creación y definición de un ecosistema cultural creativo, resiliente y sostenible en el tiempo. Para alcanzar aquello se requiere elaborar una gobernanza cultural participativa que, desde el Estado, vuelva a creer y confiar en la deliberación política y cultural que la sociedad civil puede realizar. Es más, uno de los artículos del proyecto de nueva constitución busca establecer aquello. Lo mismo ocurre con garantizar el pluralismo informativo. En el borrador constitucional tanto la libertad de prensa como la protección de la diversidad de voces en los medios de comunicación se encuentra consignado. De hecho, apoyar la creación de medios comunitarios y locales por parte del Estado busca, en este nuevo ordenamiento jurídico, poner límites a la concentración de medios. Todo aquello quiere, ciertamente, aportar en la diversidad de las expresiones culturales, así como también establecer mecanismos públicos que controlen la desinformación o *fake news*.

Lo anterior significa pensar las políticas culturales en un registro amplio. La democracia cultural que se piensa en Chile es *situada*: es

decir, se comprende en relación con la historia local y territorial, con sus símbolos y significados. Pero también en un registro global. Hoy la creación cultural se gesta en escenarios situados, pero accede y circula en horizontes mundiales. Esto implica pensar críticamente la brecha digital, cuestionar la neutralidad de la red, sospechar de los algoritmos e identificar las estructuras de explotación de las/os artistas por parte de las grandes empresas digitales transnacionales. Por ello, se debe fomentar, proteger y reforzar las condiciones de las creadoras/es, artistas y trabajadoras/es de la cultura en Chile. Frente a ello, la actual institucionalidad cultural ha buscado otorgar un estatus particular a la labor creativa a través del reconocimiento constitucional, así como también a través de comprender la intermitencia laboral como una condición estructural de precariedad. En tal sentido la institucionalidad cultural proyecta diseñar formas de situar la condición excepcional de artistas y creadoras/os en las políticas generales de apoyo económico del Estado.

En un contexto donde la desigualdad cultural es estructural, las medidas que se buscan implementar para la instalación de la democracia cultural en Chile se concentran en tres prioridades: comprender la cultura como un factor de cohesión social, elaborar acciones para la recuperación inclusiva del sector cultural y, finalmente, el fortalecimiento de la institucionalización cultural. A estas tres líneas se le suman ejes de trabajo transversal: la participación cultural, el enfoque de género, la territorialidad, la interculturalidad y la intersectorialidad. Para alcanzar estos propósitos, el nuevo gobierno del presidente Boric – de la mano de su ministra de cultura, la antropóloga Julieta Brodsky – pretende acrecentar el presupuesto nacional del MINCAP hasta un 1% (actualmente es de 0,4%). El objetivo general es impulsar la transformación e inclusión social del país a través de una matriz de trabajo basada en la cultura y el desarrollo sostenible en un plazo que supere el horizonte 2030. Con el proyecto de nueva constitución y la definición de las nuevas políticas culturales 2023-2028 basadas en

un nuevo esquema de derechos culturales, Chile busca alcanzar una sincronización con el paradigma de la democracia cultural propuesto y recomendado hace más de cuarenta años por Mondiacult. Pero una democracia cultural actualizada, situada y re-pensada según el escenario global y cultural actual tanto en Chile como en el mundo. Una democracia cultural que reconoce los desafíos de la plurinacionalidad, la paridad de género y el reconocimiento de la diversidad sexo/género, el desarrollo sostenible de las/os trabajadoras culturales, el potencial de las nuevas tecnologías de producción y circulación, y la justicia cultural como un foco para el crecimiento territorial y comunitario que prioriza *lo común* antes que la capitalización individual que se fraguó en los últimos cuarenta años en Chile. En definitiva, un nuevo horizonte cultural, para una nueva política.

Referencias

BOWEN, M. El proyecto sociocultural de la izquierda chilena durante la Unidad Popular: crítica, verdad e inmunología política. *Nuevo Mundo/Mundos Nuevos – Debáts*, París, jan. 2008.

CARRASCO, E.; NEGRÓN, B. *La cultura durante el período de transición a la democracia: 1990-2006*. Santiago: Ediciones del Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, 2006.

CATALÁN, C.; MUNIZAGA, G. *Políticas culturales estatales bajo el autoritarismo en Chile*. Santiago, 1986. Documento de trabajo 49 – CENECA.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Desigualdades territoriales y exclusión social del pueblo mapuche en Chile*. Santiago: CEPAL, 2012.

DE CEA, M. El sendero de la institucionalidad cultural chilena: cambios y continuidades. *Estudios Públicos*, Santiago, n. 145, p. 103-132, 2017.

- DEL VALLE ORELLANA, N. La expresión del malestar en Chile: cultura, esfera pública y luchas sociales. *Revista de Humanidades de Valparaíso*, Valparaíso, n. 17, p. 63-89, 2021.
- DONOSO, K. *Cultura y dictadura: censuras, proyectos e institucionalidad cultural en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2020.
- FUENTES, C. *El fraude*. Santiago: Hueders, 2013.
- GARCÉS, M. *Estallido social y una nueva constitución para Chile*. Santiago: LOM, 2020.
- GARRETÓN, M. A. Las políticas culturales en los gobiernos democráticos en Chile. In: RUBIM, A. A. C.; BAYARDO, R. (ed.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: Edufba, 2008. p. 75-118.
- JARA, I. Nacionalismo y política artístico-cultural de la dictadura chilena: la Secretaría de Relaciones Culturales. *Nuevo Mundo/Mundos Nuevos – Questions du temps présent*, París, jan. 2016.
- JARA, I. ¿Cómo pensar la acción artístico-cultural de la dictadura chilena? Siete cuestiones para su interpretación. *Journal Latin American Research Review*, [s.l.], v. 55, n. 2, p. 338-351, 2020.
- MOULIAN, T. *Contradicciones del desarrollo político chileno 1920-1990*. Santiago: LOM, 2009.
- MUNIZAGA, G. *Políticas de comunicación bajo regímenes autoritarios: el caso de Chile*. Santiago: CENECA, 1984.
- NAVARRO, A. *Cultura: ¿quién paga? Gestión, infraestructura y audiencias en el modelo chileno de desarrollo cultural*. Santiago: Ril, 2006.
- PETERS, T. A cincuenta años de las políticas culturales de la Unidad Popular: enseñanzas y derivas críticas para pensar el proceso constituyente en Chile. *Revista Periférica*, Cádiz, n. 21, p. 308-318, 2020.
- PETERS, T. Institucionalización y consumo cultural: continuidades y transformaciones de las lógicas de acceso a las artes en Chile (2003-2017). *Atenea*, Concepción, CL, n. 523, p. 77-94, 2021.

PINOCHET, C.; PETERS, T.; GUZMÁN, V. La crisis COVID en el sector cultural chileno: estrategias de acción colectiva y políticas culturales desde abajo. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 78, p. 14-35, 2021.

SOTO, M. P. FONDART: Balance político de un instrumento de financiamiento cultural del Chile 1990-2010. *Revista Periférica*, Cádiz, n. 21, p. 320-330, dic. 2020.

SYMMES, C. Ciudadanía y participación cultural: dos horizontes dialogantes para la democracia en la cultura. *Revista Periférica*, Cádiz, n. 21, p. 286-297, 2020.

Mondiacult +40: políticas culturais e desenvolvimento em época(s) de crise

*Renata Rocha**
*Paulo Miguez***
*Leonardo Costa****
*Lia Calabre*****

O que vínhamos descobrindo nos estudos sobre a cultura, apesar deles terem crescido na última década, parece equivocado e insuficiente diante do avanço da informalidade e destruição empresarial de direitos com a colaboração dos governos, cumplicidade dos partidos e impotência da chamada sociedade civil. [...] Quem pode dar uma conferência com certezas magistras?
(GARCÍA CANCLINI, 2016, p. 13)

* Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA). Coordenadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA). Pesquisadora do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA).
E-mail: renatatrocha@ufba.br.

** Vice-Reitor da UFBA. Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da UFBA. Pesquisador do CULT/UFBA e do OBEC-BA.
E-mail: paulomiguez@uol.com.br.

*** Diretor da Facom/UFBA. Pesquisador do CULT/UFBA e do OBEC-BA. *E-mail:* leocosta@ufba.br.

**** Professora do Programa de Pós-Graduação Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e da Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (UFF). Pesquisadora do Laboratório de Ações Culturais (LABAC) da UFF e do CULT/UFBA.
E-mail: liacalabre@gmail.com.

Ponto de partida: Um lugar para a dúvida

Quatro décadas separam o momento em que vivemos da realização pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (Mondiacult), realizada no México, em 1982. Ao longo deste período, embora o Brasil e o mundo tenham vivenciado um acelerado desenvolvimento científico, tecnológico e – em especial para a reflexão ora realizada – cultural, a ausência de rebatimentos que implicam melhorias substantivas nos campos social, político e econômico, para o conjunto dos cidadãos, evidencia a desconexão entre tais dimensões.

A fim de nos debruçarmos sobre tais descompassos propomos um brevíssimo retrospecto do processo de secularização e crescente autonomização da cultura como um campo social de atuação. Cabe salientar, porém, que “[...] para produzir perguntas que não sejam metafísicas a pesquisa desenvolvida em cada campo necessita articular-se com os interrogantes dos outros campos”. (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 45, tradução nossa)¹ Nesse sentido, a ideia de cultura enquanto instância de desenvolvimento social vem sendo reconhecida e discutida, em parte, em decorrência de estudos e práticas que levam em conta os seus diversos desdobramentos.

Segundo Pierre Bourdieu (2007) o movimento de autonomização do campo cultural, que na Europa ocidental se inicia a partir do século XV, se realiza em ritmos diversos nas distintas sociedades e setores artísticos, e tem seu desenvolvimento acelerado a partir da Revolução Industrial. O autor destaca, ainda, que a ideia da arte como mercadoria e a conseqüente aplicação da divisão do trabalho, perspectiva que a princípio se oporia à singularidade da condição intelectual e artística, se mostra justamente como fator impulsionador da instituição de uma categoria particular de produtores de bens simbólicos.

1 Do original: “[...] para producir preguntas no metafísicas la investigación llevada a cabo en cada campo necesita articularse con los interrogantes de los otros campos”.

Ao fim do século XIX, já se verifica a existência de instituições, públicas e privadas, profissionais diferenciados e uma estrutura organizacional instalada em um complexo sistema cultural. Albino Rubim (2007) identifica cinco grandes eixos que, desde a modernidade até a contemporaneidade, perpassam e configuram o campo cultural. Dois desses eixos, relacionados com a política e a economia, sofreram uma inversão ao longo da história, quando num primeiro momento tínhamos uma politização e uma mercantilização da cultura, passamos a ter uma culturalização da política e da mercadoria. Ao invés de uma politização da cultura, na qual a cultura serve como um fator de legitimidade para as ações políticas a partir do declínio da religiosidade; temos uma culturalização da política, com a cultura impregnando a agenda pública com temas que até então não eram considerados pela política.

George Yúdice (2013), em uma perspectiva ainda mais ampla, destaca uma nova condição prático-conceitual expressa por essa multiplicidade de enlaces estabelecidos pela cultura ao discutir a ideia de cultura como um “recurso” que é permanentemente acionado para a consecução de vários objetivos. Cultura como um “recurso” para promover a inclusão social, para requalificar centros urbanos, para estimular a geração de emprego e renda etc. “recurso”, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento. Tal perspectiva possui, em grande medida, ligação com o papel central e transversal que a cultura opera atualmente, de modo a transbordar a noção do campo e perpassar outras dimensões societárias.

O protagonismo da cultura na contemporaneidade alcançou também, por óbvio, a questão do desenvolvimento. Se por um lado a relevância contemporânea da conjunção cultura e desenvolvimento pode ser creditada ao processo de transbordamento da cultura de seu campo específico, por outro o tecimento dessa conjunção resulta também das transformações experimentadas pela própria noção de desenvolvimento a partir da metade dos anos 1970.

Os organismos internacionais, com destaque para a Unesco, estão entre os principais “artífices da construção do discurso conciliatório

entre cultura e desenvolvimento, elevando-o a uma pauta relevante da agenda política internacional, fazendo ressoar seus efeitos na elaboração das políticas culturais no âmbito dos estados nacionais”. (PITOMBO, 2016, p. 216) Sem o crescente interesse da Unesco pelas temáticas das políticas culturais, da economia da cultura e do desenvolvimento, em especial a partir da segunda metade do século XX, “[...] as políticas culturais modernas não poderiam ter sido desenvolvidas” (NIVÓN BOLÁN, 2006, p. 105, tradução nossa)², tendo em vista sua atuação para a reflexão e a tomada de consciência sobre a importância de intervir na cultura e de reafirmar o papel central da cultura nos processos de desenvolvimento humano.

García Canclini (2019, p. 48) reforça a importância do Organismo e, em especial, “[...] dessas conferências para formar um certo sentido comum internacional de que o crescimento dos países não pode ser avaliado apenas por índices econômicos”, e que o desenvolvimento cultural “[...] requer uma política pública e não pode ser deixado como uma tarefa marginal das elites refinadas ou relegado à iniciativa empresarial de grandes consórcios comunicacionais”. (GARCÍA CANCLINI, 2019, p. 48)

Considerando, portanto, o papel normativo dessa organização multilateral e suas relações com as elites intelectuais (PITOMBO, 2016), este capítulo propõe discutir o modo como esta organização multilateral veio abordando as relações entre desenvolvimento e políticas culturais e alguns de seus possíveis rebatimentos no contexto brasileiro. Adicionalmente, a semelhança entre processos que permeiam a crise multissistêmica atualmente enfrentada e a que ocorreu na década de 1980, indica que ainda há um longo caminho a se percorrer para que o crescimento econômico tenha como consequência um desenvolvimento cultural efetivo.

Os desafios para o setor são imensos e, adotando como guia o que propõe García Canclini (2016, p. 12) na obra *O mundo inteiro como lugar estranho*, mobilizamos este “lugar para a dúvida” a fim de discutir

2 Do original: “[...] las políticas culturales modernas no se habrían podido desarrollar”.

o tema de forma mais ampla. Em lugar das certezas magistrais, questionamos: de que modo as normativas da Unesco contribuem para as políticas culturais e o desenvolvimento cultural brasileiros? Como implicar governos e garantir a instituição de políticas que contribuam para o campo cultural? No que diz respeito às relações entre políticas culturais e desenvolvimento, entre 1982 e 2022, o que permanece? O que deixa de fazer sentido? É provável, porém, que tais perguntas permaneçam ainda em busca de respostas e que a elas sejam somadas outras mais.

A emergência das políticas culturais e suas aproximações com o desenvolvimento

A fundação da Unesco, em 16 de novembro de 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, pode ser considerada como um dos mais importantes marcos internacionais do processo ainda inconcluso de superação da ideia de superficialidade da dimensão cultural. A missão da Organização é contribuir para a “construção da paz”, reduzindo a pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural, através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação. Adicionalmente, a promulgação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* pela Organização das Nações Unidas (ONU), apenas três anos depois, reconhece a cultura como necessidade social e individual e refere-se à cultura como um direito – de participar da vida cultural da comunidade, gozar das artes, desfrutar dos benefícios do progresso científico, bem como da proteção jurídica à criação. Ambas as iniciativas contribuem sobremaneira para o agendamento do tema das políticas culturais em âmbito mundial. (BAYARDO GARCÍA, 2008; LOGIÓDICE, 2012)

No que diz respeito às iniciativas engendradas pela Unesco, toma relevo a publicação da coleção *Studies and documents on cultural policies*. O primeiro documento da série, *Cultural Policy a preliminary study*, lançado em 1969, é resultado de uma mesa-redonda realizada em

Mônaco, em 1967. A noção de política cultural adotada subsidia a compreensão, não apenas do modo como os textos subsequentes da coleção abordam o tema, mas do programa adotado pela Unesco em sua décima quinta Conferência Geral (Paris, 1968). Segundo o documento,

[...] entende-se por ‘política cultural’ um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada para todos os países; cada Estado-Membro determina sua política cultural de acordo com os próprios valores culturais, metas e escolhas. (UNESCO, 1969, p. 4, tradução nossa)³

São enumerados, ainda, dois aspectos-chave para a implantação de políticas culturais pelos países-membros:

[...] (a) que ‘política cultural’ deve ser compreendida como a totalidade consciente e deliberada das práticas, ações ou ausência de ações em uma sociedade, visando a atender certas necessidades culturais por meio da utilização otimizada de todos os recursos físicos e humanos disponíveis para aquela sociedade em um dado momento; (b) que determinados critérios deverão ser definidos para o desenvolvimento cultural, e que a cultura deve ser associada ao cumprimento do desenvolvimento individual, económico e social. (UNESCO, 1969, p. 10, tradução nossa)⁴

- 3 Do original: “[...] ‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself”.
- 4 Do original: “[...] (a) that ‘cultural policy’ should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time; (b) that certain criteria for cultural development should be defined, and that culture should be linked to the fulfillment of personality and to economic and social development”.

Na definição, a relação entre a política cultural e a questão nacional, na qual residiria sua legitimidade, recebe destaque. Mais do que um produto de reflexão do organismo, tal opção reflete a incipiência do debate teórico e conceitual sobre o campo no período. Cabe pontuar, ainda, que a “ausência” de política é considerada uma forma deliberada de silenciamento estatal frente às questões culturais, cujas principais consequências costumam ser a manutenção do *status quo* e beneficiamento do mercado, muitas vezes somados ao processo de subalternização das culturas populares. Diante da inadequação da ação privada, estas políticas devem ser integradas ao planejamento do Estado, cuja intervenção, ainda que essencial, não deve interferir na liberdade de criação, nem contribuir para a passividade do público. (UNESCO, 1969)

Mesmo evidenciando a autodeterminação dos Estado-Membros na definição de políticas, com base nos seus valores culturais, metas e escolhas, a Unesco apresenta uma série de prescrições quanto à avaliação e planejamento e indicativos acerca da criação artística, agentes e canais de difusão para o setor cultural. Rubim (2012) assevera que o período no qual se plasma o modelo inicial de políticas culturais se caracteriza por uma evidente vocação: centralizadora, estatista e ilustrada, com um nítido viés de atenção para os aspectos estéticos e artísticos.⁵

A divulgação deste primeiro título da coleção teve como objetivo subsidiar a Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, realizada em Veneza, em 1970. Em um contexto de ampliação e generalização dos estados de bem-estar social e do processo de descolonização,⁶ com a

5 Os participantes da mesa-redonda decidiram, por unanimidade, não se dedicar à complexa definição de cultura, num momento em que sua concepção mais restrita – explicitada no seu Ato Constitutivo “[...] como o acúmulo de saber, refletida nas produções artísticas e intelectuais” (PITOMBO, 2007, p. 120) – se direcionava à ideia, hoje prevalecente na instituição, de cultura “como um conjunto de diferentes modos de pensar, ser e sentir – ou seja, um dispositivo capaz de forjar uma identidade própria ao tempo em que constitui diferenças”. (PITOMBO, 2007, p. 120)

6 Para que se tenha ideia, apenas entre 1960 e 1965, 37 novos estados foram incorporados à Unesco como demandas distintas de desenvolvimento e de cooperação internacional.

consequente problemática dos modelos de desenvolvimento adotados, em especial, nestes países, a conveniência do reforço às identidades nacionais como condição prévia ao progresso econômico e social é afirmada.

Eduardo Nivón Bolán (2006), enfatiza três importantes aportes dessa Conferência: a) a reafirmação do direito à cultura como parte dos direitos humanos; b) a reivindicação do desenvolvimento cultural como parte do desenvolvimento integral da nação, cujo sentido precisava ser ampliado, diversificado e aprofundado a fim de englobar também a melhoria das condições sociais e as culturais de todo ser humano, visto que “o homem é o princípio e o fim do desenvolvimento” (MAHEU, 1970 apud NIVÓN BOLÁN, 2006, p. 33, tradução nossa)⁷; c) a tentativa de convencimento dos papéis dos poderes públicos nas políticas culturais, enfatizando a urgência e evidência da satisfação das necessidades culturais e a responsabilidade dos governos em matéria cultural e na elaboração de políticas de longo prazo, reconhecendo, também, a autodeterminação dos países em sua definição.

Em decorrência desse processo, ao longo dos anos 1970 e 1980, a Unesco publicou cerca de 70 textos sobre as políticas culturais de Estados-Membros de todo o mundo enfatizando o modo como são planejadas e implantadas as políticas culturais.⁸ Embora tais documentos, segundo García Canclini (2019), limitem-se a descrever e enumerar, formal e burocraticamente, as instituições estatais e atividades realizadas no campo cultural em nível nacional, a abrangência e extensão da coleção reforçam a centralidade da Unesco para o agendamento e promoção em nível planetário das reflexões sobre o tema das políticas culturais. Cabe destacar, porém, que tais processos já se encontravam em

7 Do original: “El hombre es el medio y el fin del desarrollo”.

8 Na coleção não consta nenhum volume sobre o Brasil.

curso, em contextos específicos.⁹ Ou seja, reconhecida tal relevância, cabe enfatizar que o organismo não inaugura as políticas culturais, os estudos de políticas culturais e tampouco a definição de políticas culturais no mundo ocidental.

Assim, a partir da metade dos anos 1970, tornou-se hegemônica a percepção de que o modelo de desenvolvimento vigente desde o pós-guerra deteriorara em grau extremo as condições ambientais no planeta. A participação de organismos multilaterais com vistas à adoção de um conjunto de medidas para frear a degradação ambiental e proteger a biodiversidade é evidenciada. Um exemplo é a publicação, em 1975, do relatório *Que Fazer*,¹⁰ fruto da parceria entre a Fundação sueca Dag-Hammarskjöld e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de outras 13 organizações da ONU. O documento estabelece que o desenvolvimento deveria “ser *endógeno* por oposição ao mimético, *auto-confiante* e autônomo no processo decisório por oposição ao dependente”, operar “a partir da *lógica das necessidades* e não do mercado (da demanda efetiva)”, refletir “diretamente sobre valores de uso sem passar pelos valores de troca, proceder *em harmonia com a natureza* e estar aberto ao *câmbio institucional*”. (SACHS, 2005, p. 155, grifos dos autores)

Nos anos 1990, a ideia de desenvolvimento experimenta nova e importante inflexão ao redefinir-se como “efetivação e universalização do conjunto dos direitos humanos, das assim chamadas três gerações de direitos – direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; direitos coletivos como o direito ao meio ambiente, à infância, etc.”. (SACHS, 2005, p. 155) Observa-se, ao longo das últimas décadas, o distanciamento da ideia de desenvolvimento, no âmbito

9 Um exemplo é o abrangente processo de questionamento do modelo francês de políticas culturais, no bojo do movimento de maio de 1968, por sua visão elitista, ou pelo “caráter místico ou mesmo hipócrita do ideal de democratização cultural”. (URFALINO, 2015, p. 179)

10 Título original: “*Que Faire*”.

normativo e teórico, do receituário que a identificava com a ideia de crescimento econômico.

Retornando aos anos 1970, em relação ao contexto brasileiro, o país enfrentava o movimento final da ditadura militar, caracterizado pela redução da violência de estado e pelo investimento na criação de iniciativas e instituições culturais como forma de cooptar os profissionais da cultura. (ORTIZ, 1988) Sérgio Miceli (1984) enfatiza a inserção, pelo ministro Ney Braga, do domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel, de forma inaugural. O conjunto de diretrizes previsto na *Política Nacional de Cultura* (1975) tinha como propósito orientar suas atividades na área da cultura, pressupondo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios. É interessante ressaltar o fato de que desde meados da década de 1960, em plena ditadura militar, e mesmo em seu período mais repressivo, encontramos vários projetos que dialogam, ou se inspiram, nas políticas culturais francesas, como é o caso da criação das Casas de Cultura, ou que estão afinadas com as discussões dos organismos internacionais como é o caso da construção de uma política nacional de cultura, que estaria alicerçada por um Fundo Nacional de Cultura.

Isaura Botelho (2001, p. 80), ao se debruçar sobre o período destaca que a política cultural do Ministério da Educação e Cultura,

[...] trazia em seu bojo as concepções presentes nas recomendações dos diversos encontros promovidos pela Unesco: a necessidade da integração dos níveis local, regional e nacional na formulação das políticas do desenvolvimento, de forma a concebê-lo como autocentrado; o desenvolvimento cultural considerado como maneira privilegiada de estimular a consciência social e consequentemente tendo o valor de instrumento de liberação e promovendo o da dicotomia entre o moderno e o tradicional e entre o urbano e o rural.

No entanto, a autora observa uma reprodução meramente mecânica do ideário da Unesco. Ademais, havia um dado “irônico” na proposta de

garantir democraticamente a participação e autopromoção cultural “respeitando os traços peculiares das comunidades e regiões” (BOTELHO, 2001, p. 83): o fato de que o discurso oficial de um setor do Governo militar propunha a instrumentalização da arte, nos mesmos moldes dos movimentos de esquerda reprimidos em 1964. Em que pese as limitações, tal perspectiva proporciona, por um lado, a chegada de um discurso mais democrático nas políticas públicas nacionais e, por outro, contribuição para o fomento a um processo inédito de debate sobre a cultura e as artes, ainda que restrito aos técnicos das instituições estatais.

O processo de institucionalização do campo da cultura dentro das áreas de atuação do governo se aprofunda ao fim da década de 1970 e começo dos anos 1980, tornando-se mais sofisticado em suas elaborações e perspectivas. Um exemplo é a breve, mas relevante, passagem do designer Aloísio de Magalhães pela gestão pública da cultura, e a inclusão da diversidade e da heterogeneidade das manifestações culturais brasileiras na discussão sobre o patrimônio histórico e artístico nacional da política de preservação até então.

Este nível conceitual tem forte referência com a prática internacional de preservação dos anos 70, materializada nas cartas e convenções da Unesco e de outras instituições internacionais vinculadas ao campo da cultura. Convenções que firmaram os conceitos de patrimônio cultural, bens culturais e naturais e os vínculos entre o tema da identidade cultural e dos processos de desenvolvimento. A importância da contribuição de Aloísio Magalhães está justamente em ter desenvolvido um corpo teórico aplicável a nossa realidade. (FREITAS, 1998, p. 84)

No entanto, a morte prematura de Aloísio Magalhães, em 1982, retarda o processo de hegemonização de suas concepções patrimoniais nas políticas públicas para a cultura, ainda segundo Freitas (1998), consagradas definitivamente apenas com a Constituição de 1988, em especial ao longo do seu artigo 216, embora tenham influenciado a sociedade civil e os órgãos estaduais e municipais de preservação.

*Mondiacult: políticas culturais
e desenvolvimento em época de crise*

No processo normativo de aproximação da cultura à questão do desenvolvimento e suas imbricações com as políticas culturais, um marco fundamental é a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), que toma como base uma compreensão ampliada de cultura, compreendida como

[...] o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que engloba, além das artes e letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, tradições e crenças. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, p. 42, tradução nossa)¹¹

Essa nova definição de cultura repercute, não apenas nas intervenções posteriores da Unesco, mas também nas políticas culturais elaboradas em todo o mundo. Por óbvio, a definição de cultura tem profunda incidência sobre a amplitude da política cultural a ser adotada, visto que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura. Nesse sentido, tal amplitude diz respeito a questões a serem enfrentadas por tais políticas, como as conexões e abrangências entre as diferentes modalidades de cultura.

O alargamento do conceito de cultura implica, portanto, a dilatação da noção de políticas culturais. A compreensão da cultura como “como o acúmulo de saber, refletida nas produções artísticas e intelectuais” (PITOMBO, 2007, p. 120), a restringe a um âmbito especializado cuja produção, conseqüentemente, deve ser estendida ao conjunto da sociedade enquanto público. Por outro lado, se a cultura é “entendida como um conjunto de diferentes modos de pensar, ser e sentir – ou seja, um

11 Do original: “[...] el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social” e que engloba, além “de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias”.

dispositivo capaz de forjar uma identidade própria ao tempo em que constitui diferenças” (PITOMBO, 2007, p. 120), cabe à política cultural fomentar a criatividade – seja de artistas profissionais, seja da população em geral – e o respeito à dignidade comum das culturas de cada povo. O acesso à cultura, diz respeito, portanto, à participação criativa não apenas na vida cultural, mas também na formulação destas políticas.

Em sua declaração final, a Mondiacult retoma, em diversas perspectivas, o informe final da Conferência de Veneza. (CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE LOS ASPECTOS INSTITUCIONALES, ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS DE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1970) Nos artigos 17 ao 22, reafirma a abordagem da cultura como direito e enfatiza aspectos como a igualdade de oportunidades, a descentralização geográfica e administrativa da vida cultural, multiplicação dos diálogos e eliminação das desigualdades. Adicionalmente, a relação entre cultura e desenvolvimento é reivindicada nos artigos 10 ao 16, visto que a “[...] cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento [...]”¹² e que o “homem é princípio e fim do desenvolvimento”,¹³ cabendo às políticas culturais o dever de “[...] resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento”.¹⁴ (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, p. 44-45, tradução nossa)

É interessante observar que, ao tratar da dimensão cultural do desenvolvimento, o documento expressa uma sintonia fina com os debates que então ocupavam o terreno das teorias e políticas dedicadas à questão do desenvolvimento. Ou seja, recusando o viés economicista, ao chamar atenção para o fato de que o objetivo do desenvolvimento “[...] não é a produção, o lucro ou o consumo per se, mas sim sua plena realização individual e coletiva e a preservação da natureza” (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982,

12 Do original: “cultura constituye una dimensión fundamental del proceso de desarrollo”.

13 Do original: “hombre es el principio y el fin del desarrollo”.

14 Do original: “rescatar el sentido profundo y humano del desarrollo”.

p. 44, tradução nossa)¹⁵, o documento também aponta para a necessidade de uma redefinição da noção de desenvolvimento como um processo equilibrado, alertando que uma mudança dessa envergadura só será possível na medida em que os fatores culturais passem a integrar as estratégias de desenvolvimento e que tais estratégias tenham em conta a dimensão histórica, social e cultural de cada sociedade.

No Brasil, o processo de institucionalização das políticas culturais ganha corpo e se expande para outras esferas do governo, ainda que a atuação governamental na área cultural durante a transição democrática seja entremeada de descontinuidades. Podemos encontrar nesse processo a influência das discussões internacionais propostas pela Unesco. Ao longo da década de 1980, o número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura de estados e municípios cresce de forma bastante substantiva, impulsionando a criação do Ministério da Cultura (MinC) em substituição a uma Secretaria de Cultura vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. O conceito de cultura e de políticas culturais que começa a circular em parte dos documentos estaduais e nos discursos do recém-criado Fórum Nacional de Secretários de Cultura (1983) tem como uma de suas fontes de inspiração as resoluções e proposições do Mondiacult. Em abril de 1984, o Fórum de Secretários promoveu o “I Encontro Nacional de Políticas Culturais”, onde estavam presentes “secretários de cultura de 17 estados e um território, segmentos da sociedade civil, entidades de classe, estudantes, consumidores de cultura, além de representantes da Unesco e da Secretaria de Cultura do MEC”. (FERRON; ARRUDA, 2019, p. 175) No documento final do “I Encontro” constava que o governo federal não vinha cumprindo seu papel constitucional de amparo a cultura, com destaque para a ausência da cultura no plano de desenvolvimento do governo, demonstrando a necessidade da articulação política visando à criação de um MinC.

15 Do original: “no es la producción, la ganancia o el consumo per se, sino su plena realización individual y colectiva, y la preservación de la naturaleza”.

Embora os primeiros anos de instituição do MinC sejam marcados pela instabilidade, merece atenção a presença do economista Celso Furtado na pasta entre fevereiro de 1986 e julho de 1988, após as breves passagens de José Aparecido de Oliveira e Aluísio Pimenta. Mais do que a influência entre o ideário da Unesco e as políticas da cultura no Brasil, evidenciam-se as relações entre Furtado e o Organismo, exemplificada por sua atuação, entre 1993 e 1995, na Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da ONU/Unesco.¹⁶

Ao se debruçar sobre as reflexões furtadianas, compiladas postumamente no livro *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura* (FURTADO, 2012), em especial no que diz respeito aos vínculos existentes entre desenvolvimento econômico e social e política cultural, George Kornis (2013, p. 168-169) assinala que

Aqui o pensamento de Furtado revela-se com clareza ao afirmar que ‘o que chamamos de política cultural não é senão um desdobramento e um aprofundamento da política social’. Demonstra aqui a preocupação em articular as políticas econômica (cuja tônica é a acumulação), social (cujo foco é a inserção) e cultural (cujo essencial é a criatividade e a consequente transformação), ou seja, estabelece os elos entre os meios e os fins do processo de desenvolvimento. Ao privilegiar as articulações políticas e institucionais, seu pensamento também destaca a ação do Estado que ‘longe de se substituir à sociedade aplica-se em criar as condições que propiciem a plenitude das iniciativas surgidas dessa sociedade [...] concentrando esforços [na] preservação do patrimônio e da memória culturais, [no] estímulo à criatividade de nosso povo, [na] defesa da identidade cultural do país e [na] democratização do acesso aos valores culturais”’.

16 Além de Furtado, participavam do grupo a antropóloga mexicana, Lourdes Arizpe; o linguista norueguês Ole Henrik Magga, o cineasta russo Nikita Mikhalkov, a antropóloga e orientalista japonesa Chie Nakane, o historiador senegalês Yoro K. Fall, dentre outros. Dentre os membros honorários, destacam-se personalidades como Suu Kyi San Aung, de Myanmar, vencedor do Nobel da Paz em 1991; o cientista belga Ilya Prigogine, Nobel de Química em 1977; o poeta e dramaturgo caribenho Derek Walcott, Nobel de Literatura; bem como o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss. (CUELLAR, 1997)

Celso Furtado foi um dos conferencistas do I Encontro Nacional de Política Cultural, para o qual escreveu um artigo onde afirmava que: “sou de opinião que a reflexão sobre cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento”. (FURTADO, 2012, p. 34) A afirmativa está completamente alinhada, por exemplo, com a alínea F da recomendação nº 1, do *Informe final da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na América Latina e Caribe*, que prevê que os países membros deverão: “[...] incorporar, onde não de tenha feito, incrementar e hierarquizar devidamente onde já existe, a dimensão cultural aos planos de desenvolvimento integral”. (CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1978, p. 27, tradução nossa)¹⁷

No âmbito internacional, as resoluções das Conferências Intergovernamentais de políticas culturais de 1970 e 1982 e o impulsionamento da discussão acerca de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação pela Unesco em 1980 foram questionados pelos Estados Unidos e Reino Unido, em especial, que deixaram temporariamente a organização, entre 1984 e 2003 e 1985 a 1997, respectivamente.

Um dos promotores desta retirada, o analista político Thomas Gulick, criticou as noções de “democratização da cultura”, “democracia cultural”, “direito à cultura”, considerando-as como slogans que ocultavam ataques à liberdade do mundo ocidental, às indústrias culturais das nações industrializadas e ao comércio internacional internacionais, a fim de inculcar a “doutrina socialista da Nova Ordem Econômica Mundial” (GULICK, 1982, p. 5, tradução nossa)¹⁸ nas discussões da Unesco sobre a cultura. Gulick também apelou a uma maior pressão de seu país, os Estados Unidos e o Ocidente em geral a estes ataques “De que serve para as nações livres do Ocidente financiar 65% da ope-

17 Do original: “[...] incorporar donde aún no se há hecho, e incrementar y jerarquizar debidamente donde ya existe, la dimensión cultural a los planes de desarrollo integral”.

18 Do original: “The NIEO socialist doctrine”.

ração de publicidade mundial da UNESCO, quando essa operação serve principalmente ao socialismo e ataca consistentemente a livre iniciativa” (GULICK, 1982, p. 10, tradução nossa)¹⁹, questionava. Com a saída destes países, a Unesco perdeu 30% de sua renda e foi obrigada a reduzir drasticamente suas atividades. (BAYARDO GARCÍA, 2008)

Os anos 1990 seriam os de maior abertura aos mercados globais, desnacionalização e consolidação da hegemonia neoliberal. Como já é sabido, esse pensamento propunha a limitação do setor público em benefício da iniciativa privada, o que, obviamente, afeta as políticas culturais, que encontraram no Estado de bem-estar seu principal aliado. Segundo Eduardo Nivón Bolán (2006), no campo da cultura, as principais consequências desse contexto são manifestadas por crises em pelo menos três dimensões: a) do projeto cultural devido à privatização de organismos culturais, b) na organização do setor cultural em relação aos processos macrorregionais de integração e a descentralização dos atores destas políticas e c) do mercado de bens culturais na globalização. A busca da superação dessas três crises, contribuem para impulsionar a questão da diversidade cultural para o centro da agenda mundial.

Retrocessos, avanços e a pauta da diversidade cultural

Em janeiro de 1988, no bojo das formulações aprovadas pela Mondiacult, a ONU lança a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997). De acordo com Javier Pérez de Cuéllar, então Secretário-Geral das Nações Unidas, o móvel, dessa importante iniciativa, se deveu à compreensão de que

19 Do original: “To what avail is it for the free nations of the West to finance 65 percent of UNESCO worldwide publicity operation, when that operation mainly serves socialism and consistently attacks free enterprise”.

[...] os esforços em favor do desenvolvimento haviam muitas vezes fracassado ‘porque a importância do fator humano – a teia complexa de relações, crenças, valores e motivações existente no centro de toda cultura – fora subestimada em muitos projetos de desenvolvimento’. (PÉREZ DE CUÉLLAR, 1997, p. 9)

Simultaneamente ao lançamento da Década, é criada a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, que, coordenada por Pérez de Cuéllar, conta com a participação de renomados intelectuais, entre os quais Celso Furtado, conforme mencionado. Do trabalho da Comissão resulta um relatório intitulado *Nossa Diversidade Criadora*, publicado em 1996, que na mesma linha das reflexões iniciadas, em 1982, no México, reafirma a ideia de que “O desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma” (PÉREZ DE CUÉLLAR, 1997, p. 21), o qual defende a tese de que “[...] o desenvolvimento compreende não apenas o acesso a bens e serviços, mas também a possibilidade de escolher um estilo de coexistência satisfatório, pleno e agradável. Em uma palavra, o desabrochar da existência humana em suas várias formas” (PÉREZ DE CUÉLLAR, 1997, p. 21); e formula uma agenda internacional com o propósito de mobilizar a comunidade internacional para o enfrentamento dos desafios envolvendo a conjunção cultura e desenvolvimento.

No Brasil, campo do patrimônio, embora a Constituição Brasileira de 1988 abra espaço para ações que ampliem o leque dos bens culturais aos quais se poderá outorgar o título de patrimônio nacional, os bens culturais de natureza imaterial demoraram a ser efetivamente incluídos no rol dos bens considerados como patrimônio nacional, ou seja, o olhar mais cuidadoso e a valorização da diversidade cultural esteve pouco presente na agenda das políticas culturais. Assim, em agosto de 2000, é instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, dando seguimento a reflexões e debates impulsionados nas décadas de 1970 e 1980, a partir, em especial, da atuação de Aloísio Magalhães, à frente do Cen-

tro Nacional de Referência Cultural (CNRC), do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e como Secretário Nacional de Cultura. Experiência que de alguma maneira é tributária do anteprojeto do Patrimônio Cultural elaborado por Mário de Andrade, mas não completamente incorporado ao desenho final do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. No momento inicial de nossas políticas para o patrimônio, lá nos anos 1930, a noção de patrimônio nacional estava intimamente ligada à necessidade de referências para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território cujo parâmetro central era o europeu, redundando em um dito movimento civilizatório.

A Constituição de 1988, teve um importante papel no reconhecimento efetivo e legal da contribuição de diversos grupos étnicos e culturais na formação da sociedade brasileira. A legislação passa a afirmar a noção de que o contexto nacional abarca culturas diversas e plurais, e congrega bens materiais e imateriais. Assim, gradativamente, processos e práticas culturais diversas começaram a ser vistos como patrimônio. Muito desse processo de reconhecimento foi incorporado pelas legislações estaduais e municipais de proteção ao patrimônio.

Encerrada a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural e na sequência da publicação do *Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*, a Unesco realiza, em 1998, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, cujo plano de ação, focado em cinco pontos, reforça o papel das políticas culturais nas estratégias de desenvolvimento e afirma a necessidade de proteção e promoção da diversidade das culturas. (KAUARK, 2009)

É notável que o preâmbulo recupere o histórico da Organização e seus principais acordos. Ao tematizar o desenvolvimento cultural, diversidade e democracia cultural, a Conferência de Estocolmo se localizou como herdeira e continuadora dos esforços empreendidos, somando a eles novos elementos, a exemplo da vinculação do desenvolvimento cultural com a preservação do meio ambiente, a importância do

diálogo entre as culturas e a consideração dos acelerados processos de transformações socioeconômicas, tecnológicas e culturais e as crescentes diferenças existentes em nível nacional e internacional, assim como a importância pelo respeito ao direito de autor e da propriedade intelectual diante dos riscos e desafios criados pela promoção das indústrias culturais e os intercâmbios comerciais de produtos culturais. A ênfase foi dada no potencial criativo dos cidadãos e dos povos.

A discussão sobre a adoção de um marco normativo internacional que acolhesse o repertório de questões envolvendo a diversidade cultural e sua incontornável imbricação com temas como políticas culturais e desenvolvimento ganhou força e velocidade a partir do ano 2000. Em 2001, a demanda por tal instrumento aparece nos documentos finais da reunião da Rede Internacional sobre Política Cultural (RIPC), liderada pelo Canadá e formada, então, por mais de sessenta países. No mesmo ano, a 31ª Conferência Geral da Unesco aprova a *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. (UNESCO, 2002)

Em seu plano de ação, a Declaração sugere aos Estados-Membros o aprofundamento do debate internacional acerca da temática, em especial no que diz respeito aos seus vínculos com o desenvolvimento e sua influência na elaboração de políticas em escala nacional e internacional e, em particular, a reflexão sobre a conveniência de se elaborar um instrumento jurídico internacional, o que de fato vai ocorrer em seguida.

Os países-membros também devem se comprometer a promover o pluralismo e a inclusão cultural; avançar na promoção dos direitos culturais, salvaguardar o patrimônio linguístico e fomentar sua diversidade na educação e no ciberespaço; promover a diversidade cultural na educação, fomentar a alfabetização digital, incorporar os conhecimentos tradicionais no processo educativo; lutar contra o hiato digital nos países em desenvolvimento; proteger o direito de autor e promover o acesso ampliado e gratuito aos conteúdos de domínio público; ampliar a mobilidade de cientistas, intelectuais e artistas, consolidar as indústrias culturais dos países em desenvolvimento e favorecer o acesso de diversas expressões

culturais; e reconhecer e fomentar a contribuição do setor privado para a diversidade. Para além de uma aparente contradição entre algumas das prerrogativas acima listadas indicam a complexidade de uma intervenção no campo cultural que considere suas distintas dimensões.

Em outubro de 2005, em Paris, o processo é coroado com a aprovação, pela 33ª Conferência Geral da Unesco, da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. (UNESCO, 2005) O documento foi aprovado com 148 votos a favor, dois contra (dos Estados Unidos e de Israel) e quatro abstenções (da Austrália, Honduras, Nicarágua e Libéria). Deve ser ressaltado o papel desempenhado ao longo do processo pelo então Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, no convencimento de países que relutavam em votar por sua aprovação.

Entre as várias questões tratadas em seus 35 artigos, devem ser registradas, em especial: a compreensão da dupla natureza dos bens e serviços culturais, portanto, tanto sua dimensão simbólica quanto econômica; o reconhecimento do direito soberano dos estados de aplicarem políticas culturais destinadas a proteger e promover suas indústrias culturais; o entendimento de que a Convenção não deve incluir compromissos adicionais em termos de propriedade intelectual nem deve estar subordinada a outros instrumentos internacionais (por exemplo, normas da área de comércio internacional ou de regulação da propriedade intelectual); a compreensão de que a diversidade cultural necessita de mecanismos internacionais de cooperação, incluindo os financeiros; a demanda por um equilíbrio nas trocas internacionais de bens e serviços culturais; e o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais sobre seus conhecimentos – repertório de questões que, por óbvio, dialoga intensamente com o tema do desenvolvimento.

Cabe ressaltar que a Convenção foi fruto de uma dura negociação. Em especial, os Estados Unidos, recentemente reintegrados ao Organismo, se posicionaram de forma contrária à adoção do novo acordo. Uma das críticas manifestadas era que a *Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* de 1972 e a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimô-*

nio Cultural Imaterial de 2003 já protegiam e promoviam o conjunto das manifestações culturais, sendo desnecessário adotar um novo marco legal. Essa afirmação obrigou os defensores da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* a diferenciá-la claramente das anteriores, e o argumento mais utilizado foi de que o novo acordo não iria proteger as culturas no sentido sociológico e antropológico, ou seja, os modos de vida, os sistemas de valores e as crenças, objeto da Convenção do Patrimônio Imaterial, e sim defender os conteúdos artísticos que alimentam a indústria cultural.

Para Giselle Dupin (2015), no que diz respeito ao objetivo de restabelecer o equilíbrio das trocas comerciais de bens e serviços culturais, a Convenção da Diversidade Cultural não é capaz de modificar o atual cenário internacional, marcado por fortes interesses econômicos e financeiros. Nesse sentido, a ausência de um organismo de regulação de controvérsias, nos moldes da OMC, pode ser destacada como uma lacuna normativa. Além disso, pode-se afirmar que para ganhar força o documento precisaria alcançar um status universal, o que dificilmente conseguirá, tendo em vista que os Estados Unidos, que foram contrários à sua adoção desde o início das negociações, não pertencem mais ao conjunto de estados-membros do Organismo.²⁰ Segundo Nivón Bolán (2006, p. 97, tradução nossa),

No marco de uma economia aberta de mercado esta e outras declarações se tornam inviáveis em razão de que qualquer projeto de desenvolvimento social, econômico ou cultural tem como condição de possibilidade, uma forte soberania estatal, o que precisamente está em risco.²¹

20 Em 2011, os americanos cortaram sua contribuição financeira para a Unesco, quando a Palestina foi aceita como membro efetivo. Até então, os Estados Unidos respondiam por 22% do total do orçamento. É mais um momento no qual os posicionamentos do organismo desagradaram o país, fato que culmina com o anúncio de mais uma saída do organismo, no ano de 2017. A nova saída efetivamente ocorreu no ano de 2019.

21 Do original: “En el marco de una economía abierta de mercado, esta y otras declaraciones se tornan inviables en razón de que todo proyecto de desarrollo social, económico o cultural tiene como condición de posibilidad una fuerte soberanía estatal, lo que precisamente está en riesgo”.

Talvez por este motivo, dentre os objetivos da Convenção, consta a afirmação e reconhecimento da legitimidade das políticas públicas culturais, ou seja, “do direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território”. (UNESCO, 2005, p. 3) É provável que uma das razões pelas quais esse acordo obteve uma ampla adesão seja o fato de apresentar uma série de objetivos comuns, sem ditar diretrizes muito rígidas sobre questões sensíveis, como os acordos comerciais e o tipo de política cultural apropriada para os objetivos anunciados. Além disso, tanto o alcance da Convenção quanto seu conceito de diversidade cultural são bastante amplos.

Apesar das limitações apontadas, pode-se dizer que é positivo o balanço deste objetivo sobre as políticas públicas. No Brasil, um exemplo das implicações da Convenção para as políticas culturais é a promulgação da Lei 12.485 de 2011, conhecida como a Lei da TV paga, criada para regulamentar a comunicação audiovisual por acesso condicionado. Em seu artigo 3º, dentre os princípios que devem guiar suas atividades, além dos mencionados na própria legislação, constam “aqueles estabelecidos na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006”. (BRASIL, 2011a) Em meio a um cenário de um sistema de TV aberta altamente monopolizado, a legislação se apoia no documento na busca da diversificação do conteúdo globalizado introduzido no país pelas TVs pagas.

No mesmo ano, é lançado o *Plano da Secretaria da Economia Criativa* – pasta do Ministério da Cultura no Governo Dilma Rousseff que teve uma breve existência (2011-2014) – enunciando o propósito de “[...] ser muito mais do que um documento definidor de intenções, políticas, diretrizes e ações no campo da economia criativa brasileira. Ele simboliza um movimento do MinC na redefinição do papel da cultura em nosso país”. (BRASIL, 2011b, p. 19) Ainda segundo o plano, em consonância com o ideário preconizado pela Unesco, “[...] a

diversidade cultural não deve mais ser compreendida somente como um bem a ser valorizado, mas como um ativo fundamental para uma nova compreensão do desenvolvimento”. (BRASIL, 2011b, p. 19)

Mesmo que alguns países tenham abdicado de certos direitos culturais por meio de acordos de comércio bilaterais, para todos os países que ratificaram a Convenção trata-se de uma oportunidade para refletir sobre sua realidade cultural e, para a maioria deles, trata-se do momento de adotar ou aperfeiçoar suas políticas culturais.

De uma maneira geral, além das iniciativas brevemente acima mencionadas, podemos afirmar que uma série de recomendações e princípios estabelecidos nas Conferências Intergovernamentais de Políticas Culturais, e em especial na *Mondiacult*, foram seguidas e colocadas em práticas nas políticas culturais de foram elaboradas no Brasil, entre 2003 e 2016, políticas essas construídas de maneira mais democrática, com participação social.

Entretanto, num momento de crise econômica e democrática como a que ora enfrentamos, com um Brasil à deriva, no que diz respeito a um projeto de desenvolvimento, até que ponto seria importante reforçar os discursos na área das políticas culturais? Cabe salientar que no atual contexto, assistimos ao impulsionamento e disseminação pelo Governo Federal de um debate político-cultural centrado nas *guerras culturais*,²² somado a uma ausência deliberada de iniciativas, no âmbito das políticas públicas para o setor, inclusive quanto a uma perspectiva que privilegie sua dimensão econômica. Tal descaso pode ser exemplificado pelo imediato rebaixamento da pasta – antes Ministério da Cultura e agora Secretaria Especial da Cultura – no início da gestão, somada às instabilidades em seu comando.

22 As guerras culturais podem ser caracterizadas, no Brasil, pela ascensão das novas direitas no país e uma conseqüente, e desigual, polarização. O recrudescimento dos embates se baseia em concepções de ordem moral, entre o conservadorismo punitivo da direita e o progressismo compreensivo da esquerda. (ORTELLADO, 2014) No bojo desse processo, tais disputas e suas influências temáticas se inserem, e estabelecem novos sentidos, também no campo da cultura. A frequente associação artistas, produtores e gestores culturais e militantes de movimentos sociais ao polo progressista, combinada com uma narrativa desqualificadora e denunciatória, alimenta a rejeição ao setor pelos grupos conservadores.

Para que se tenha ideia, em pouco mais de três anos, já passaram pela pasta nada menos que oito secretários, entre interinos e efetivos.

A inércia e o autoritarismo tornam-se, então, o projeto político, como demonstram, por exemplo, os reiterados episódios de restrição e cerceamento do financiamento público, então adotados como método de censura (DUMAS; VASCONCELOS, 2021), assim como a ausência de programas²³ para mitigar os efeitos avassaladores no setor, provocados pela pandemia de COVID-19, a partir de março de 2020.

Mondiacult 40 anos depois: ainda somos os mesmos?

A conjuntura de crise político-econômica e institucional que o mundo e em especial o Brasil atravessam atualmente impõe múltiplos e complexos desafios. Nesse sentido, é dramaticamente atual a descrição feita, ainda na década de 1980, por Néstor García Canclini (2019, p. 55) da crise multissistêmica que assolava o mundo, naquele contexto.

[...] a crise presente das sociedades latino-americanas, por sua vez, agravada pelo modelo neoconservador com que se pretende superá-la, diminui as possibilidades de crescimento cultural. O financiamento público para a educação, para a pesquisa e para a divulgação dos bens culturais é reduzido, os salários baixam e estreitam a capacidade de acesso ao conhecimento e à arte. No momento em que compreendemos melhor o papel que a cultura pode desempenhar na democratização da sociedade, estamos nas piores condições para desenvolvê-la, redistribuí-la e promover a expressão e o avanço dos setores populares.

Nas políticas nacionais desenvolvidas pelos países signatários da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expres-*

23 Nesse sentido, a elaboração e a aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) se deu a partir da iniciativa e mobilização do campo artístico e cultural junto ao Legislativo. A norma destinou o saldo do Fundo Nacional da Cultura (FNC), no valor de 3 bilhões de reais, para editais de apoio a iniciativas culturais e pagamento de uma renda emergencial aos trabalhadores da área.

sões Culturais, apesar da aparente unanimidade acerca da importância da cultura, temos um baixo grau de valorização do setor cultural, muitas vezes traduzido pelo pouco investimento financeiro (ou mesmo desinvestimento em alguns momentos) ou ainda pela ausência do setor nos planos estratégicos de governo. Percebe-se que a passagem da teoria para a prática acontece lentamente e, por exemplo, as propostas para a sustentabilidade econômica e ambiental incluem raramente a cultura.

David Throsby (2001) salienta que um dos motivos para que a ligação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural seja em geral desconsiderada é a predominância da formulação da política de desenvolvimento em termos econômicos, por meio de políticas orçamentária, monetária, comercial, de mercado, entre outras. Tais políticas tendem, portanto, a centrar-se em atender a finalidades individuais em lugar das coletivas. Sob tal perspectiva, o conceito amplo de cultura, reivindicado pela Unesco e amplamente festejado em discursos, programas e documentos oficiais nos diversos países, teria pouca participação na elaboração de políticas públicas. Segundo este autor:

A cultura, nesse sentido, fornece um contexto para a atividade econômica, como observamos, mas não há base óbvia para uma intervenção política deliberada. Em outras palavras, em sociedades democráticas liberais, é improvável que os governos vejam um motivo *econômico* explícito para que algumas medidas políticas afetem a cultura compreendida no sentido amplo, a menos que estejam convencidos, por exemplo, de que a promoção de valores compartilhados por meio da ação governamental poderia afetar resultados econômicos. (THROSBY, 2001, p. 155, tradução nossa, grifos do autor)²⁴

24 Do original: “La cultura, en este sentido, proporciona un contexto para la actividad económica, como hemos observado, pero no hay ninguna base evidente para la intervención política deliberada. En otras palabras, en las sociedades liberales democráticas, es poco probable que los gobiernos vean un motivo *económico* explícito para que unas medidas políticas afecten la cultura entendida en este sentido amplio, a menos que se les convenciera, por ejemplo, de que el fomento de los valores compartidos por medio de la acción gubernamental pudiera afectar a los resultados económicos”.

Significa dizer, portanto, que a cultura compreendida em um sentido mais estrito seria mais facilmente associada a uma base econômica. Nessas condições, para a maioria dos países o meio mais fácil de introduzir a cultura no programa de desenvolvimento é por meio da demonstração de como ela pode contribuir para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a criação de empregos, o desenvolvimento regional, a revitalização urbana e a coesão social. Certamente, essa abordagem permite criar laços entre a cultura e a economia, mas ela pode deixar a desejar quando reduz a cultura às atividades artísticas, ignorando seus aspectos simbólicos, bem como uma série de outras atividades culturais, em especial as que são desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e que, em grande parte, respondem pela contribuição da cultura para a preservação ambiental. Também podem ser falhas quando provocam um desequilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento – econômica, social e ambiental.

A esse respeito, cabe asseverar que a lógica da racionalidade econômica tende, ainda, a beneficiar os detentores de poder. Tal processo, portanto, só pode ser enfrentado a partir da ampliação da participação efetiva da população no processo político.

Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora. Nosso real atraso é político e não econômico. (FURTADO, 1984, p. 12)

No que diz respeito à reflexão sobre experimentos latino-americanos, em especial diante da conjuntura de crise multissistêmica que o campo cultural vem enfrentando nestes últimos tempos, Eduardo Nivón Bolán (2006, p. 54, tradução nossa)²⁵ destaca que a verdadeira novidade do nosso tempo, em especial a partir da Segunda Guerra Mundial, é “[...] a percepção da política cultural como uma globalidade”, ou

25 Do original: “[...] la percepción de la política cultural como una globalidad”.

seja, para além da soma de políticas setoriais para as artes e a educação artística, supõe um esforço de articulação de todos os agentes que inter-vêm no campo cultural.

A institucionalização da política seria, portanto, uma das características básicas do período em que vivemos. A partir de tal constatação, Nivón Bolán (2006, p. 130, tradução nossa)²⁶ chama a atenção para os riscos de uma gestão meramente burocrática da cultura e nos convida a “lançar o olhar para os conteúdos ou, mais precisamente, colocar os valores no centro das políticas culturais e deixar em segundo plano metas, objetivos, a busca de resultados quantificáveis como razão e sentido da política cultural”, assumindo a utopia como valor central. Apesar da complexidade da tarefa, Celso Furtado (1984, p. 30) nos interpela:

Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento das energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de potencialidades aberto ao homem? Esta ação de vanguarda constitui uma das ações mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise.

Nesse sentido, o papel desempenhado pela Unesco para a assimilação das relações entre políticas culturais e desenvolvimento (THROSBY, 2001), conferem a esta organização multilateral uma ação de vanguarda, mesmo diante dos impasses e limitações para sua consecução. Documentos como a *Declaração do México sobre as Políticas Culturais*, de 1982, a *Nossa Diversidade Criadora*, de 1996, *Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento* de 1997; a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, de 2001; e a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* de 2005, aprovados em fóruns da Unesco, tornam-se desencadeadores e balizadores da emergência de questões fundamentais para a reflexão sobre políticas culturais.

26 Do original: “volver la vista a los contenidos o, más precisamente, a colocar los valores en el corazón de las políticas culturales y dejar en segundo plano las metas, los objetivos, la búsqueda de resultados cuantificables como razón y sentido de la política cultural”.

No entanto, não é por acaso que o título deste trabalho faz referência ao livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise* de Celso Furtado, obra basilar para a reflexão sobre os temas que nos propomos a discutir neste texto. Permanecemos no intento de desvendar “[...] quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais são aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens adquiridos nos mercados” (FURTADO, 1984, p. 25), pois, há quarenta anos, a indagação “Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão” (FURTADO, 1984, p. 25) segue ecoando, ainda sem respostas.

Referências

- BAYARDO GARCÍA, R. Políticas culturales: derroteros y perspectivas contemporáneas. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 7, n. 1, p. 17-29, 2008.
- BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: MICELI, S. (org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 99-181.
- BOTELHO, I. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.
- BRASIL. Lei 12.485, de 12 de setembro de 2011. Dispõe sobre a comunicação de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 176, p. 2-7, 13 set. 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm. Acesso em: 30 mai. 2022.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011b.
- CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1978, Bogotá. *Informe final*. Paris: Unesco, 1978.

CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE LOS ASPECTOS INSTITUCIONALES, ADMINISTRATIVOS Y FINANCIEROS DE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1970, Venecia. *Informe final*. Paris: Unesco, 1970.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Declaracion de Mexico sobre las Políticas Culturales*. México, DF: Unesco, 1982.

DUMAS, C.; VASCONCELOS, F. P. Impactos das guerras culturais no financiamento à cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 2021, Salvador. *Anais [...]* Salvador: *Enecult*, 2021.

DUPIN, G. Dez anos da Convenção da Diversidade Cultural: contribuições para um balanço. In: KAUARK, G.; BARROS, J. M.; MIGUEZ, P. (org.). *Diversidade cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes*. Salvador: Edufba, 2015. p. 15-57.

FERRON, F. M.; ARRUDA, M. A. do N. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 173-193, jan./abr. 2019.

FREITAS, M. de B. A. P. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro. *PosFAUUSP*, São Paulo, n. 7, p. 71-93, 1998.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Organização de Rosa Freire de Aguiar Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012. (Coleção Arquivos Celso Furtado, 5).

GARCÍA CANCLINI, N. *La sociedad sin relato: antropología y estética de la inminencia*. Buenos Aires: Katz, 2010.

GARCÍA CANCLINI, N. *O mundo inteiro como lugar estranho*. Tradução de Larissa Fostinone Locoselli. São Paulo: EDUSP, 2016.

GARCÍA CANCLINI, N. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano. In: GARCÍA CANCLINI, N. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Organização de Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela. Salvador: Edufba, 2019. p. 45-86.

GULICK, T. Unesco, where culture becomes propaganda. *Backgrounder*: The Heritage Foundation, Washington, DC, n. 233, 13 dec. 1982.

KAUARK, G. *Oportuna diversidade: a participação do Ministério da cultura do Brasil durante a negociação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

KORNIS, G. A cultura no pensamento (e na ação) de Celso Furtado: desenvolvimento, criatividade, tradição e inovação. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 96, p. 165-171, 2013.

LOGIÓDICE, M. J. Políticas culturales, la conformación de un campo disciplinar: sentidos y prácticas en las opciones políticas. *Documentos aportes administración pública y gestión Estatal*, Santa Fe, n. 18, p. 59-87, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37272012000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2022.

MICELI, S. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

NIVÓN BOLÁN, E. *La política cultural: temas, problemas y oportunidades*. México: Conaculta: Fonca, 2006.

ORTELLADO, P. Guerras culturais no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 8, n. 89, dez. 2014. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guerras-culturais-no-brasil/>. Acesso em: 10 out. 2021.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉREZ DE CUÉLLAR, J. (org.). *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da Unesco*. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

PITOMBO, M. Cultura e Desenvolvimento: uma agenda para as políticas culturais. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 20, n. 27, v. 2, p. 215-239, 2016.

PITOMBO, M. Entre o universal & o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na Unesco. In: NUSSBAUMER, G. (org.). *Teorias & políticas de cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007. p. 115-138.

RUBIM, A. A. C. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (org.). *Políticas culturais*. Salvador: Edufba, 2012. p. 13-27.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. M. (org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007. p. 139-158.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 12, n. 33, p. 151-165, abr./jun. 2005.

THROSBY, D. *Economía y cultura*. [Madrid]: AKAL, 2001.

UNESCO. *Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales*. París: Unesco, 2005. Aprobada por la 33^a Reunión de la Conferencia General de la Unesco. París, 20 oct. 2005.

UNESCO. *Cultural Policy: a preliminary study*. Paris: Unesco, 1969.

UNESCO. *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural: una visión, una plataforma conceptual, un semillero de ideas, un paradigma nuevo*. París: Unesco, 2002. Adoptada por la 31^a Reunión de la Conferencia General de la Unesco, París, 2 nov. 2001.

URFALINO, P. *A invenção da política cultural*. São Paulo: SESC-SP, 2015.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Este livro foi composto na EDUFBA.

O projeto gráfico deste livro foi desenvolvido no Estúdio Quimera por Iansã Negrão com o auxílio de Inara Negrão para a EDUFBA, em Salvador.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas foram compostas em DTL Documenta Sans, família tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m².

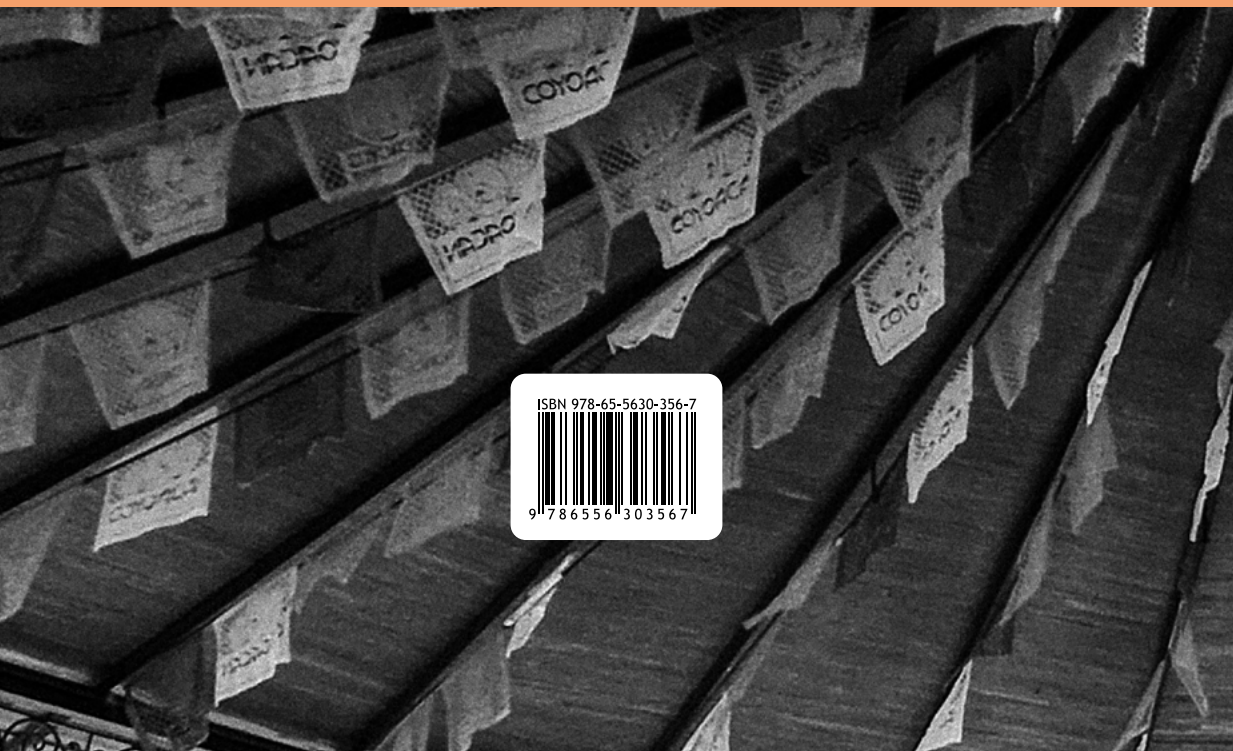
Impressão Cian Gráfica.

200 exemplares.





A partir da segunda metade do século XX, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) assumiu um relevante papel na disseminação dos debates e reflexões sobre as políticas culturais. A incidência da organização no mundo, e em especial na América Latina, possui como um dos pontos de culminância a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (Mondiacult), realizada na Cidade do México, em 1982. As políticas culturais no Brasil e demais países latino-americanos caminharam em diferentes compassos ao longo desses 40 anos, mas é inegável o diálogo com os princípios e recomendações adotados na Conferência. Como essas pautas foram incorporadas? Quais redirecionamentos foram ocorrendo desde então? Sob quais bases foram sendo construídos os novos documentos do campo? Essas são algumas das questões discutidas no presente volume, destinado a pesquisadores, estudantes e profissionais que atuam no campo cultural.



ISBN 978-65-5630-356-7



9 786556 303567